



A DIMENSÃO POLÍTICA DO PESQUISAR NO COTIDIANO

Murilo S. Moscheta
Laura Vilela e Souza
Emerson F. Raserá
[organização]

A DIMENSÃO POLÍTICA DO PESQUISAR NO COTIDIANO

Murilo S. Moscheta
Laura Vilela e Souza
Emerson F. Rasera
[organização]

letraevoz

 ANPEPP
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia

Copyright © 2020 Os organizadores

Copyright © 2020 Letra e Voz

Preparação de originais e revisão

Marisa Ribeiro

Capa e diagramação

Estúdio Xlack

Imagem de capa

Foto da obra “O avesso do bordado”,

de Neuza M. S. Moscheta

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D582

A dimensão política do pesquisar no cotidiano [recurso eletrônico] / Organizadores Murilo S. Moscheta, Laura Vilela e Souza, Emerson F. Rasera. – São Paulo, SP: Letra e Voz, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-86903-04-1

1. Ciência – Filosofia. 2. Ciência – Metodologia. 3. Pesquisa – Brasil. I. Moscheta, Murilo S. II. Souza, Laura Vilela e. III. Rasera, Emerson F.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho editorial

Daphne Patai (UMass Amherst), Fernando Luiz Cássio (UFABC),

Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL), Gerardo Necochea Gracia (INAH),

Márcia Ramos de Oliveira (Udesc), Marilda Aparecida de Menezes (UFCG),

Mônica Rebecca Ferrari Nunes (ESPM), Ricardo Santhiago (Unifesp),

Richard Cândida Smith (UC Berkeley)

Todos os direitos desta edição reservados à

LETRA E VOZ

Rua Dr. João Ferraz, 67

03059-040 – São Paulo – SP

www.letraevoz.com.br

fb.com/letraevoz

Sumário

Prefácio

Lupicínio Iñiguez-Rueda

Apresentação

Murilo S. Moscheta, Laura Vilela e Souza, Emerson F. Rasera

Cena 1

Além da resignação

Carla Guanaes-Lorenzi

Ato 1

Falha, fratura, queda e perda: Pesquisar com métodos vulneráveis

Murilo S. Moscheta e Rodrigo Ramires Ferreira

Sem abdicar, transgredir e assim reinventar

Mary Jane Paris Spink

Cena 2

Por que dialogar?

Laura Vilela e Souza

Ato 2

O que aprender umas com as outras? Narrativas intergeracionais das lutas feministas no Brasil e em Moçambique

Luciana Kind, Rosineide Cordeiro e Isabel Maria Casimiro

Feminismos jovens nas redes que nos conectam

Domitila Shizue Kawakami Gonzaga

Cena 3

Logo ali

Emerson F. Raserá

Ato 3

A escrita subversiva de Pedro Lemebel e a freireana pedagogia do subterrâneo

Eder Rodrigues Proença e Marcos Antonio dos Santos Reigota

Por uma vida não fascista: Lemebel e o devir-mulher

Juliana Vieira Sampaio

Cena 4

Mulheres e redes

Luciana Kind

Ato 4

Psicologia(s) e o Sistema Único de Saúde no Brasil: Pressupostos e trajetórias

José de Arimatéia Rodrigues Reis e Pedro Paulo Freire Piani

Psicologia(s) e os desafios do trabalho na saúde

Jacqueline I. Machado Brigagão

Cena 5

Leituras canibais na/da/com a Terra Brasilis

Marcos Reigota

Cena 6

E agora José?

Jefferson Bernardes

Ato 5

*A pesquisa com “especialistas por experiência” na literatura psi:
Desafios da democratização na produção de conhecimento*

Emerson F. Raser, Domitila Shizue Kawakami
Gonzaga e Carla Guanaes-Lorenzi

Desdobrar

Rosineide Cordeiro

Cena 7

esta flor esta

Murilo S. Moscheta

Ato 6

*Práticas restaurativas e construcionismo social:
Alternativas relacionais nos cenários de conflitos sociais*

Letícia Trombini Vidotto, Laura Vilela e Souza e Sheila McNamee

Potencializar versões e dialogar na ética

Rodrigo Ramires Ferreira

Ato 7

*A dimensão dialógica da produção de informação:
A Estação de Pesquisa Urbana M'Boi como estudo de caso*

Mary Jane Paris Spink, Jacqueline I. Machado Brigagão, Camila
Claudio Quina Pereira e Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento

Ressonâncias freireanas e ecologistas

Marcos Reigota

Cena 8

Espaços de diálogos

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro

Ato 8

[Documentos de domínio público na produção de modos de subjetivação](#)

Juliana Vieira Sampaio e Benedito Medrado

[Um documento não é só um documento](#)

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento

[Sobre as autoras e os autores](#)

Fazer política: A pesquisa como ação política

[Lupicínio Íñiguez-Rueda]

O que é político? Pesquisar é político? Escrever é político?

As respostas para estas perguntas são controversas. A psicologia *mainstream* almeja a uma psicologia neutra e distanciada da ação política. Apenas admite o político quando o considera um objeto de estudo. Quando assim o faz, quando se interessa por entender, compreender e explicar os processos políticos, auto intitula-se como psicologia política. Processos de participação e representação, comportamento eleitoral, processos de poder, influência e persuasão, ação coletiva e movimentos sociais, todos se convertem assim em objeto de estudo sob o escrutínio de modelos teóricos, dispositivos metodológicos e técnicas de análise. Esta disciplina – ou subdisciplina, como muitas/os a veem – tem uma ampla trajetória e está consolidada em estruturas acadêmicas, como programas de pós-graduação, e meios de comunicação científica como revistas, livros e coleções. Não deixa de ser paradoxal que quem assume essa perspectiva mantém com frequência uma visão na qual o objeto, o político, está separado do sujeito que o estuda, o/a pesquisador/a. O objeto é afetado pela ideologia e pelas condições sociais e políticas da estrutura social na qual se encontra, mas não aquele/a que o estuda, que parece permanecer imune a essas influências.

Não é essa a única concepção que presume a separação entre a prática de pesquisa da psicologia social e o político. Esse dilema está

também presente em uma concepção tecnológica da psicologia social. Refiro-me àquela que tem a segurança de agir sobre a sociedade desvelando a natureza e as características dos processos políticos. Assim, muitos domínios da psicologia social orientada à intervenção presumem, consciente ou inconscientemente, a ideia de que um conhecimento preciso dos processos sociais contribui, ou pode contribuir, para a transformação social em uma direção de maior igualdade, e, como consequência dessa crença, se anima em defender o genuíno papel da psicologia social no design, programação e avaliação de políticas públicas.

Além disso, por não desconhecer as contribuições da sociologia da ciência e do conhecimento, essas posições podem presumir que as ações da psicologia social são ações influenciadas, quando não determinadas, por dinâmicas sociais e políticas que podem ou favorecer, ou inibir, seus efeitos nos processos de pesquisa e de produção do conhecimento. Assim, reconhecem a determinação política da agenda de pesquisa, os limites e as restrições naquilo que é possível investigar, bem como os eventuais estímulos e apoios de uma agenda de investigação progressista.

Ao contrário, desde uma posição crítica, a psicologia social não é exterior mas sim forma parte ou é constitutiva do político. Psicologia social e política são entidades inseparáveis. Desde essa perspectiva, o conhecimento produzido pelas ciências sociais, e portanto pela psicologia social, não representa ou explica o objeto que estuda, mas o constitui.

Com efeito, o político, e a própria política, não é apreendido pela psicologia social, mas é literalmente construído por ela. Ademais, a psicologia social não apenas contribui com a construção do político mas, tanto quanto as outras psicologias, é necessária para a gestão das sociedades modernas. A regulação e o governo da sociedade demanda um conhecimento muito preciso sobre o comportamento social e nisso cooperam as ciências psicológicas.

A psicologia social é portanto, intrinsecamente política. Assim o

é porque, tal como as demais ciências sociais e humanas, os conhecimentos que produz sobre um objeto o modificam. A partir desse ponto de vista pode-se afirmar que as teorias sobre os fenômenos e processos sociais incidem sobre as propriedades desses fenômenos e processos porque elas são sensíveis às significações resultantes da produção do saber e do conhecimento.

Sendo assim, isso já seria uma razão suficiente para pensar as consequências éticas e políticas que podem derivar das ações de pesquisa e de produção de conhecimento, tanto quanto das ações de intervenção. E é justamente aqui que nos situa o livro que você agora tem em suas mãos.

De fato, com exuberância de diversidade temática e com profusão de enfoques metodológicos, um *ethos* atravessa cada linha desse livro: a implicação da pesquisadora ou do pesquisador no mundo que a/o rodeia de modo a contribuir para tornar visível a vida dos seres humanos em um entorno hostil, de dominação e de exclusão acentuada em contextos como o brasileiro, caracterizado por um novo advento do fascismo.

O livro harmoniza os interesses, os conhecimentos, as práticas e os procedimentos utilizando como recursos o diálogo e a narrativa. O diálogo porque estabelece uma conversa sincera de interpelações mútuas entre autoras e autores em um exercício que desvela a necessidade de colaboração para a criação de um conhecimento comum de todas e todos. A narrativa porque coloca com contundência o valor dos contos e histórias no esclarecimento, interpretação e compreensão da vida, de seus contornos e contextos.

Existe algo mais político? Existe uma pesquisa mais política? Existe um modo de escrever mais político?

Em outra ocasião propus a utilidade de distinguir entre psicologia social radical e psicologia social crítica. A primeira, uma psicologia social preocupada com os problemas das sociedades de seu tempo e que busca servir de ferramenta de transformação, ou pelo menos, de resistência. A segunda, como debate permanente sobre a natureza

da realidade social e sobre as formas de produção do conhecimento. Este livro é, por fim, uma proposta sugestiva, estimulante, atrativa, assertiva e contundente que consegue unir as duas coisas: um fervoroso compromisso com a transformação e uma decidida aposta por outras modalidades, formas e métodos de produção do saber e do conhecimento.

Conta-me um conto, mas que seja um conto que me permita interpretar e compreender meu mundo e que torne possível sua real transformação.



Apresentação

[Murilo S. Moscheta]
[Laura Vilela e Souza]
[Emerson F. Rasera]

Desde 2000, o Grupo de Trabalho (GT) “Cotidiano e Práticas Sociais” da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) congrega pesquisadores/as da Psicologia e áreas afins interessados/as no desenvolvimento de estudos que tomam o cotidiano como foco a partir de diferentes matrizes teórico-metodológicas. A diversidade temática dos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do GT inclui a desigualdade social, gênero e sexualidades, tecnologias e modos de ser contemporâneos, políticas públicas, alteridade e ética em ciência, abordados desde 1) um posicionamento crítico em relação a leituras universalizantes e naturalizantes sobre a singularidade do cotidiano; 2) compreensão da linguagem como ação; 3) resistências a modos rígidos e tradicionais de operar com o método em pesquisa e 4) leituras ético-políticas sobre o fazer científico.

Em sua reunião de 2018, no encontro da ANPEPP em Brasília, o GT elegeu como foco de seu trabalho a discussão sobre a dimensão política do pesquisar no cotidiano e as possíveis narrativas de resistência frente aos dispositivos de controle e de difusão do autoritarismo, conservadorismo e totalitarismo. Essa escolha temática congrega o interesse e a inquietação dos/as pesquisadores/as do grupo que reconhecem no momento político e social brasileiro atual ameaças às frágeis conquistas de direitos e o risco de rompimento do pacto democrático. De forma ampla, a sociedade brasileira tem visto um retrocesso no

campo dos direitos sociais, com a extinção de políticas públicas significativas para o bem-estar da população, e um amplo esvaziamento dos lugares institucionalizados de participação social. Especificamente, o campo científico e educacional tem sido ameaçado em sua existência, por um lado, pela precarização da atuação das agências de fomento à pesquisa e redução de seus recursos financeiros e, por outro lado, por propostas de transformação do sistema público de ensino superior que põem em risco a viabilidade e a diversidade dos modos de pesquisar. Assim, o grupo se interessou em refletir sobre sua história de práticas de pesquisa e produção do conhecimento a partir do questionamento do modo como a investigação do cotidiano opera em um circuito político mais ou menos reprodutor ou resistente às forças antidemocráticas.

Os textos que apresentamos descrevem as pesquisas que se debruçam sobre as práticas sociais cotidianas que estão fazendo ou podem fazer a diferença, nos pontos de fuga, nas resistências encontradas para que as alternativas aconteçam. É a tentativa de recuperação da dimensão política da solidariedade, do afeto como aglutinador de pessoas e da avaliação da produção de conhecimento a partir da criação dessas alternativas e de como elas respondem ao tempo presente.

Este livro torna público algumas de nossas reflexões e desafios teórico-metodológicos nas pesquisas sobre cotidiano e práticas sociais numa perspectiva interdisciplinar. Os textos dão forma ao trabalho do grupo empreendido no último ano que incluiu as negociações entre os/as pesquisadores acerca da temática, a preparação dos textos disparadores, os debates realizados no encontro em Brasília, as alterações e ampliações do material decorrentes desses debates, e a inclusão de novos textos na composição final da proposta. O livro produz a visibilidade tanto do processo de construção coletiva que o GT instituiu como forma preferencial de trabalho quanto do modo particular que seus integrantes têm pensado para a produção do conhecimento em Psicologia.

Na história dos/as pesquisadores/as do grupo, o trabalho com o

cotidiano foi acionado como forma de produção de um conhecimento que é ao mesmo tempo uma ação no mundo, e por isso, político. Contudo, muitas vezes, esse foco no cotidiano foi criticado por reduzir o sentido que leituras mais estruturalistas dão ao termo “político”. Assim, esta publicação faz circular um conjunto de textos que colocam em cena esse debate, permitindo que a trajetória de pesquisa do grupo seja discutida a partir desse viés. Finalmente, os textos agrupados apresentam diferenças significativas quanto ao estilo, metodologia empregada, autores acionados como referência e entendimentos de sua inflexão política. Isso permite a apreensão da diferença nos modos de produção do conhecimento que estão presentes no grupo, salientando sua heterogeneidade.

É no terreno dessa heterogeneidade, e não da homogeneidade, que se pode visualizar as pontes, alianças, conexões, agenciamentos mútuos e coalisões emergentes. Nesse sentido, a obra lida com o mesmo desafio que se propõe a discutir quando elege como foco o risco da dissolução das diferenças e do pacto democrático.

O livro foi organizado em cenas e atos, emprestando, com liberdade poética, a lógica da organização das artes cênicas como metáfora para a forma como apresentamos nossos escritos. Cada ato refere-se a uma dupla ação: a ação de apresentação de uma pesquisa sobre cotidiano e práticas sociais e a ação de resposta-ressonância a esse texto. Assim, cada ato apresenta dois textos, colocando em diálogo diferentes autores/as e suas ideias. Entendemos as cenas como episódios a partir dos quais os/as autores/as apresentam os modos como vivem os desafios da construção do conhecimento e a dimensão política de suas atividades em contextos de risco à democracia. Entendemos que diferentes formas de publicização da produção de conhecimento científico devem ser exploradas a partir de seus efeitos de ampliação do público de leitores/as, da potencialização de um posicionamento crítico específico que se almeja e da explicitação do entendimento da escrita científica como intervenção, como ação que desperta afetos, interesses, reflexões e movimentos. Portanto, a

escolha por essa forma de apresentação do livro é também, para nós, um ato político, em consonância com a própria temática de nosso GT em nosso último encontro na ANPEPP, cujas reverberações encontram-se nestes escritos.

[Carla Guanaes-Lorenzi]

Minha mãe me ligou quando eu retornava do trabalho. Perguntava se eu havia assistido ao documentário *A vida em mim* [*Life overtakes me*], importantíssimo para minha área, que retratava uma síndrome rara – a Síndrome da Resignação – que afeta centenas de crianças imigrantes refugiadas na Suécia. Essas passaram por inúmeras violências físicas e psicológicas e aguardavam aflitas, junto às suas famílias, a aprovação de seu pedido de asilo, sofrendo com o risco real de serem deportadas. Segundo os psicólogos e psiquiatras entrevistados no documentário, a síndrome da resignação seria uma resposta das crianças aos traumas sofridos e à situação de incerteza vivida por suas famílias. São crianças saudáveis que, de repente, entram em coma, deixando de ser responsivas ao seu entorno. Dormem, por meses (Haptas & Samuelson, 2019).

Assisti ao documentário ao mesmo tempo em que retomava, por motivos pessoais/profissionais, meus estudos sobre as teorias clássicas de dinâmica de grupo. Em Kurt Lewin, reencontro a tese de que a análise dos atos psicológicos deve, necessariamente, levar em conta o fundamento social da vida mental. Para o autor, o “clima social em que uma criança vive é para ela tão importante quanto o ar que respira. O grupo a que ela pertence é o solo em que pisa. Sua relação com esse grupo e sua posição nele constituem os fatores mais importantes de seu sentimento de segurança ou de insegurança” (Lewin, 1939, p. 98).

Judeu, exilado nos EUA, Lewin não falava de uma condição que lhe era desconhecida. Analisava, a partir de dentro, os efeitos da desesperança e da impossibilidade de se construir objetivos de futuro para o desenvolvimento individual. Assim, lembrava aos psicólogos da época que o problema judeu era um problema social, a ser abordado cientificamente pela psicologia considerando os conhecimentos sobre as minorias psicológicas e desprivilegiadas (Lewin, 1939).

Retomar esse material no cenário atual soa quase profético. Escritas no início da Segunda Guerra Mundial, as palavras de Lewin (1939) são de uma atualidade inquietante. Contudo, frente à complexidade das questões sociais que vivenciamos hoje, muitas indagações surgem. A sensação é de que “a vida nos ultrapassa”, nos impondo cotidianamente dilemas sociais, éticos e morais. Para algumas pessoas e grupos, a vida impõe muito mais do que é possível suportar. Da Suécia ao Haiti – que, como cantam Caetano Veloso e Gilberto Gil, é (e não é) aqui – ninguém escapa à necessidade de refletir sobre a urgência de uma ética relacional.

O mundo mudou e o cenário atual impõe desafios diferentes dos analisados por Lewin. Bruno Latour (2019), em entrevista ao jornal *El País*, reflete sobre essas diferenças. Hoje, mundos são postos como antagonísticos e minam a possibilidade de definir um mundo (terrestre) comum. No entanto, como diz o autor, “se a vida pública é deteriorada por pessoas que consideram que – não importa o que você disser – este não é o mundo delas, os fatos não servem para nada.” Para ele, “se te dizem que você é responsável pelo que vê, o sentimento é diferente, é de angústia.”

De modo semelhante, John Shotter propõe refletirmos sobre como criamos, em nossos relacionamentos situados, o mundo em que vivemos. Em entrevista que nos concedeu em 2012, ele relembrou um de seus primeiros textos, intitulado “O que é ser humano.” Nele, apresentava o argumento de que “ser humano é encarar a responsabilidade de se tornar alguém, a responsabilidade por suas próprias ações” (Guanaes-Lorenzi et. al, 2013, p. 565). Como Latour, afirmava a nossa

responsabilidade pelo que vemos, mas também por quem nos tornamos em nossos intercâmbios.

O que vemos na síndrome da resignação? Em uma cena emocionante do documentário, uma mãe tenta abrir os olhos de seu filho, enquanto diz “meu filho lindo...” Eu tenho duas filhas lindas. Elas resistem ao sono – não querem perder um segundo do que a vida hoje lhes oferece. Será sempre assim? “O sentimento de perder o mundo agora é coletivo” – diz Latour.

Enquanto escrevo este texto, minha *timeline* no *Facebook* repercute falas a favor do trabalho infantil. Exemplo de deterioração da vida pública, da construção de um mundo no qual “fatos não servem pra nada”? Lembro-me da voz de Shotter citando, pausadamente, Charles Dickens: “no pequeno mundo em que uma criança tem sua existência, não há nada tão fortemente percebido e tão fortemente sentido como a injustiça” (Guanaes-Lorenzi, et. al, 2013, p. 566).

Somos responsáveis pela construção do mundo em que vivemos. Somos responsáveis por quem nos tornamos nesse processo. No mundo adulto, não basta resignar-se.

Referências

Guanaes-Lorenzi, C. et al. “Envisioning a participatory democracy: an interview with John Shotter.” **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. 3, p. 561-9, 2013.

Life overtakes me. Dir. J. Haptas e C. Samuelson. United States/Sweden: Stylo Films, 2019.

Latour, B. “Entrevista: O sentimento de perder o mundo agora é coletivo.” **El País**, 31 mar. 2019. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553888812_652680.html

Lewin, K. “Experimentos com espaço social” In: **Problemas de dinâmica de grupo**. São Paulo: Editora Cultrix, 1948.

Veloso, C. **Haiti** [Gravado por Caetano Veloso e Gilberto Gil]. Rio de Janeiro: Wea, s/d. Em: CD Tropicália 2.

Falha, fratura, queda e perdição: pesquisar com métodos vulneráveis

[Murilo S. Moscheta]

[Rodrigo Ramires Ferreira]

Máquinas que falham¹

A obra da artista alemã Rebecca Horn é reconhecida pelo uso de dispositivos mecânicos em construções de máquinas autômatas e móveis. Algumas são acionadas por sensores de presença que criam uma relação entre os humanos e as máquinas; outras ejetam tinta em movimentos rítmicos mimetizando e dispensando a mão humana que segura o pincel; outras produzem movimentos aleatórios e repetitivos até se cansarem e então param para recuperar o “fôlego” que nunca tiveram. A poética da artista se faz a partir do reconhecimento da vulnerabilidade, da fragilidade evidenciada tanto no corpo humano transformado ao acoplar-se às máquinas e próteses quanto nas máquinas que parecem estar sempre por um fio, prestes a quebrar e ruir (Kuspid, s/d). Ela diz:

Minhas máquinas não são máquinas de lavar roupa ou carros. Elas tem uma qualidade humana (...) O aspecto melancólico e trágico das máquinas é muito importante para mim. Eu não quero que elas funcionem para sempre. É parte da vida delas que elas tenham que parar e desmaiar. (Horn; Cellant, 1994, p. 16)

1. Os autores agradecem a Marcelo Moscheta, Rafael Guimarães, aos integrantes do grupo de trabalho Cotidiano e Práticas Sociais da ANPEPP e especialmente a Gê Orthof pela arte que inspira e nos move.

Em uma entrevista, ao discorrer sobre a importância das máquinas na sua construção artística, Horn salienta que seu interesse pelas máquinas está no polo oposto do desejo projetado de precisão, perfeição e suficiência que habitualmente organiza nosso fascínio por elas. Talvez desde Descartes a metáfora do corpo como máquina inspira-nos a sonhar com deuses relojoeiros encarregados de acertar os ponteiros de nossa perfeição. Religião ou ciência, eternidade e progresso, o relógio é a máquina de seu próprio e maior desafio: domar o badalo do tempo e tornar a vida in-badalável. Horn quer o contrário, e afirma: “eu gosto das máquinas porque elas falham” (Horn; Celant, 1994).

Se esta frase nos desconcerta pode ser por atravessar duas formas cristalizadas do sensível. Primeiro, a ruptura com nossa adorada ilusão desejosa de máquinas perfeitas pela confrontação óbvia e sincera de suas falhas. Nossos computadores, carros, marca-passos, celulares e mesmo relógios têm, vez ou outra, ou tanto, nos deixado na mão. Uma consideração atenciosa e dedicada às falhas das máquinas nos levaria a reconhecer certo absurdo na construção do mito de sua perfeição. Segundo, o posicionamento da falha como aquilo ao qual se deve prestar mais atenção, não por seu risco ou erro, mas pelo fascínio do novo: falha como surpresa pelo imprevisto, emergência da diferença. A falha como existência resistente à voracidade do controle.

A falha de Horn é o tônus de sua poética. Na vulnerabilidade viceja sua produção desconcertante. Uma afirmação de possibilidades que se configuram a partir de uma outra referência (ou paradigma), já distante, reversa e avessa ao acerto, e por isso mais livre dos vícios que as metáforas do sucesso oferecem. Qual a vida que se torna possível quando acertar ou errar está fora de questão? Quais sensibilidades se ativam quando o controle se inutiliza? Que disposições relacionais se incitam na fricção de vulnerabilidades? Para explorar as veredas dessas perguntas parece preciso ouvir o que fala a falha. É aqui que ancoramos a pergunta que organiza este texto, no intuito de refletir sobre o fazer artístico da pesquisa: o que pode um método quando falha? Ou ainda: *Como pensar um método pronto a fal(h)ar?*

Queda e perdição

Um homem aparece sentado em uma cadeira sobre o telhado de uma casa. Aos poucos vai se inclinando até que o frágil equilíbrio se desfaz e ele desaba. O mesmo homem pilota uma bicicleta ao longo de um canal em Amsterdã, perde o controle e cai na água. Bas Jan Ader (1942-1975) produziu na década de 1970 uma série de vídeos sobre suas quedas. Em *Broken Fall (organic)* ele aparece pendurado em um galho de árvore sobre um córrego, tentando postergar ao máximo o que todos já sabemos que irá acontecer. Ele faz arte com o fracasso, o absurdo e o colocar-se em risco. Os vídeos que produziu não oferecem contexto para explicar as ações. São eventos soltos, sem propósitos e ridículos como alguém a fazer piada de si mesmo. Mas são piadas tensas porque colocam Ader frágil: sempre sozinho, sempre caindo e prestes a ferir-se. Como as máquinas de Horn, Ader está atrás do fracasso como uma afirmação de uma vida para além da ditadura do sucesso, da força e do controle. Por mais que o destino de suas ações seja antecipado, a queda é sempre o momento de ser arrastado para uma surpresa. Diz Ader: “quando eu caio do telhado de minha casa, ou dentro de um canal, é porque a gravidade me subjugou” (Amado, 2015).

A queda parece ser interessante por sua potência de assujeitamento que lança o artista na direção de algo que está fora do campo de seus desejos, ideias, antecipações, expectativas, imaginação... Pois nada disso que compõe esse campo é propriamente do sujeito, mas a expressão de capturas que fizeram da vida um movimento previsto, direcionado ao sucesso, ao consumo, à ordem e à repetição. O sentido político da obra de Ader está na resistência ao ordenamento subjetivo da sociedade capitalista, como se escapar da malha discursiva que nos ata na direção estreita da vitória só fosse possível pelo tombo. Em sua expressão mais enfática construída em sua última e incompleta obra *In search of the Miraculous*, Ader fotografa-se deambulando por lugares desconhecidos com uma tocha, e posteriormente parte para atravessar o oceano Atlântico em um minúsculo barco que desaparece

e encerra a curta trajetória do artista de quem não mais se teve notícia (Moraes, 2013). Nesse caso sua ruptura radical coincide com o mistério que amarra o fracasso à deriva.

“Deriva” é um termo caro aos situacionistas, movimento artístico e político que emergiu no final dos anos 1960 e que assumia a arte como proposta revolucionária diretamente implicada na transformação dos espaços urbanos. Para os situacionistas nossa experiência do espaço está condicionada aos interesses que organizam e regulam a cidade de modo a extrair dela, e de nós, o máximo para reprodução capitalística. A cidade é um engenho interessado que regula caminhos, determina áreas de acesso e áreas restritas, ordena e otimiza o tempo, demarca possibilidades de encontro, conforma experiências. A arquitetura que faz do espaço urbano um campo de funcionalidade restringe e impede a exploração do corpo no espaço e a ativação das sensibilidades próprias de um vagar sem destino. Na cidade moderna as pessoas sempre estão indo, e seus lugares de destino são definidos por aquilo que prometem e oferecem já em antecipação: comer em um restaurante, trabalhar em um escritório, comprar em uma loja. Daí a impossibilidade de perder-se na cidade.

Placas, sinais, dispositivos de geolocalização, câmeras, radares, vias de acesso, bloqueios, calçamento, cercas, muros e vigilância formam o complexo de identificação do corpo no espaço, *modos de fixação* que demarcam onde se está, e *modos de indicação* que apontam para onde e por onde seguir. A deriva é o movimento que se rebela contra a cidade ordenadora por meio da supressão tanto da fixação quanto da indicação. Quem deriva não está, porque não para. Quem deriva não vai, apenas anda. A aposta é na anarquia do jogo e da brincadeira como formas de resistir ao fetichismo da mercadoria, à produtividade, à gestão do tempo, ao controle da vida e a sua redução mínima em torpor, apatia e obediência. Quem deriva anseia, como Ader, pelo momento do tropeço, aquele instante em que se esbarra, se hesita ou se despenca para fora do caminho e se tomba além do mapa, desterritorializado, desorientado e palpitante: pulsante de ávida atenção como aqueles

que olham sem procurar, sensível como os perdidos sentem no pelo o temor ao inóspito, vibrante como os embaraçados que zombam de sua própria vergonha, frágil como os que fracassam, falham, desistem e caem, vivo porque pode morrer ali mesmo, e alegre como pés que aplaudem a própria festa de pisar em poças. O corpo vivo, reinscrito na cidade!

O resgate de um corpo vivo dentro de uma cidade anestesiante é uma conquista que depende do acionamento de forças de ruptura. Por isso, os situacionistas criaram dispositivos para burlar nossa adesão viciosa aos ordenamentos do espaço, como por exemplo, recortar e recompor aleatoriamente um mapa antes sair seguindo-o; ou usar o mapa de uma cidade em outra; ou caminhar em sentido inverso em desobediência às placas e sinais. Estratégias que aqui chamamos de regras-contrarregas, pois somente uma força imperativa pode nos arrastar para fora da compulsoriedade à repetição que a norma instituiu, sobretudo quando não mais é reconhecida como norma. A ordenação dos movimentos instituída na cidade é sutil e consistente, silenciosa e aditiva, um discurso que disfarça seu sussurro no próprio barulho da urbe. Desde Foucault² sabemos que é preciso desconfiar de nossa crença na espontaneidade e essa estreita trilha de terra pisada que se formou em meio ao vasto gramado está aí para não nos deixar esquecer: espontaneamente obedecemos.

Se Rebecca Horn nos incita a tentar ouvir aquilo que as falhas falam, Bas Jan Ader nos convida a celebrar o frescor vivo do fracasso. Contudo, os situacionistas nos advertem que ir ao encontro das falhas e fracassos pode ser mais difícil do que parece, pode exigir um tipo de força capaz de desestabilizar os modos saturados e viciados de exercício de nossas sensibilidades. Isso nos ajuda a considerar que

2. A discussão acerca do modo como discursos constituem práticas que engendram subjetividades governáveis e do modo como o poder se constitui enquanto uma força produtiva e não apenas repressora está distribuída na obra do autor. Como referência pode-se recorrer aos textos: Foucault, 1997, 1995a, 1985.

no fazer artístico da pesquisa precisamos nos atentar ao modo como o método tem servido para saturar nossa sensibilidade entorpecendo nossas possibilidades de respostas ritmadas, no compasso de vidas que se desdobram e pulsam. Essas sensibilidades saturadas rejeitam e silenciam as falhas e fracassos. Mas a saída dessa saturação parece demandar uma torção que faça o método funcionar contra si mesmo, uma regra-contrarregra, dispositivo dessaturante e veneno antimonotonia. Onde nos leva um método que não falha? Ao nosso destino, obviamente, e isso não é necessariamente um problema. Como também nos parece excessivo dizer que toda falha é útil. Então talvez seja necessário especificar um pouco mais de que falha falamos.

O método em pesquisa, tal como o conhecemos em suas múltiplas variações é parte do engenho de uma racionalidade científica muito específica, que os estudos pós-coloniais e sobretudo decoloniais tem tratado de demarcar como a racionalidade branca europeia e imperialista. Na leitura decolonial de Walter D. Mignolo (2008), por exemplo, o projeto científico que se inicia na modernidade, o imperialismo e o capitalismo são mutuamente necessários dentro de um sistema colonial comprometido com a afirmação de sua legitimidade e superioridade. O discurso científico produz um método de investigação que serve à construção de noções de raças, por exemplo, necessária para que um grupo (este mesmo investido na produção deste discurso) possa legitimar seu abuso sobre outro grupo, uma vez que tal exploração é fundamental e intrínseca a um sistema de acúmulo (e não de proveito coletivo) de recursos. Para Mignolo, Modernidade não é um período histórico demarcado, mas uma narrativa, um

termo no qual eles espalhavam a visão heróica e triunfante da história que eles estavam ajudando a construir. E aquela história era a história do capitalismo imperial (havia outros impérios que não eram capitalistas) e da modernidade/colonialidade (que é a cosmologia do moderno, imperial dos impérios capitalistas da Espanha à Inglaterra e dos Estados Unidos). (Mignolo, 2008, p. 316)

A racionalidade colonial produz noções de inferioridade úteis à

regulação normativa do *real*. Os constructos raciais, nacionais, religiosos, sexuais e de gênero produzidos no interior da racionalidade colonial conformam uma margem, “um exterior constituído a partir do interior para limpar e manter seu espaço imperial” (Mignolo, 2008, p. 291). O que está no exterior desse espaço normativo imperialista é tomado como o objeto da colonialidade, ou seja, aquilo mesmo que se deve colonizar a fim de melhorar, desenvolver, curar, salvar, proteger e civilizar (para o benefício último de seus promotores - embora eles nunca reconheçam isso). Mas essa operação só é efetivamente realizada se esta racionalidade também negar e neutralizar aquilo que o objeto da colonialidade diz e sabe alternativamente, sua outra cosmologia, epistemologia e método. O olhar colonizador captura o outro que fica destituído de seu próprio olhar, como um rosto impossibilitado de olhar também. O método colonial é ao mesmo tempo um modo de colonizar e um modo de proteger a racionalidade colonial de interpelações desestabilizadoras. É um modo de ordenar que criva o ouvir em formas dadas e inteligíveis, filtradas pelos interesses coloniais, silenciadoras. O método emudece o discurso alternativo à colonialidade. Por isso, quando o método falha ele abre uma brecha por onde poderíamos escutar um murmúrio inóspito e talvez radical se não estivéssemos tomados pela necessidade apressada de denominá-la de fracasso.

Portanto, a falha que nos interessa aqui é a falha do método entendido a partir da noção de corpo científico colonial. Falamos de corpo científico em seus dois sentidos, de corpo coincidente com a noção de pessoa, aquele ou aquela que pesquisa e opera o método em um fazer cotidiano; e também corpo como conjunto, um corpo de conhecimento alinhavado por suas tradições e vícios, que ancoram, amparam e regulam os movimentos do corpo que pesquisa. Esses dois sentidos se trespassam e misturam de modo que a decolonização do corpo que pesquisa não se dá sem a perturbação de uma tradição (por isso o título do texto de Mignolo: desobediência epistêmica) tampouco a decolonização de um corpo de conhecimento se efetiva sem a proli-

feração de outras práticas de engajamento cotidiano, ou modos de se encarnar o corpo que pesquisa.

Nesse sentido é importante fazer duas ressalvas. Primeiro, devemos considerar que a crítica ao método há tempos tem produzido uma proliferação de modos de fazer pesquisa, sobretudo no contexto das pesquisas qualitativas. Por isso, o argumento que fazemos aqui não é de que apenas a falha serve como dispositivo perturbador do corpo científico colonial. Contudo, mesmo dentre as muitas das reinvenções críticas do método, raramente se vê uma apreciação da falha tal qual propomos aqui e que nos parece ser talvez a possível contribuição desse texto. Por isso, a segunda ressalva de considerar que embora estejamos falando de um corpo científico colonial ele é de fato múltiplo e contraditório. Segundo as ideias de Boaventura de Souza Santos (2008), do mesmo modo que existem a margem e o centro, existem dentro das margens novos centros, e dentro desses centros outras margens. A consideração atenta dessas multiplicidades nos impediria de falar de um corpo científico unificado e nos convocaria a tomar cada método em sua singularidade e especificidades avaliando precisamente em que medida uma tentativa particular de prática artística da pesquisa mantém e rompe a reprodução colonial. Essa avaliação deixamos como convite a quem ler esse texto e assim, podemos seguir na direção do que propomos aqui: a apreciação de uma estética alternativa com sensibilidade para dar cultivo às falhas. Essa estética se faz em parte pela recusa ao uso repetido dos termos que a colonialidade estabeleceu como adequados para nomear e narrar nossas experiências. O acesso a outras palavras e outras metáforas parece ser fundamental para a expansão de nossas empreitas de pesquisa para além do registro repetitivo do colonial.

Pois, o engenho do complexo colonial é sua compulsão a auto-reprodução. O colonizado adere à narrativa colonizadora e corrompe sua diferença ao passar a referir-se a ela por meio da linguagem do colonizador que é sempre depreciadora. Assim, embora ambos estejam de alguma forma empenhados na reprodução dessa linguagem, o resulta-

do dessa reprodução se fará sentir de modo distinto para o colonizador e o colonizado. Isso significa dizer que parte da violência da colonização é produzir um jogo no qual o colonizado joga contra si mesmo, por meio da repetição compulsiva dos termos do colonizador. Na pesquisa, essa compulsão é o vício do método, um já-saber que ensurdece, um hábito inscrito em movimentos que se repetem e nos convocam magneticamente à adesão ao que já temos, e que frequentemente funciona contra nós mesmos. O corpo científico colonial é colonizado e colonizador. Aqueles e aquelas de nós mais empenhados em romper com a indolência e letargia da reprodução colonial, vibrando ainda um pouco de anseio por um calafrio qualquer, cedo nos vemos patinando e debatendo na viscosidade daquilo tudo que nos faz e não nos deixa ser, tão cativos quanto cativados.

Por isso nosso argumento a favor da falha, da queda e do fracasso. Porque estamos aliciados demais pela razão colonial, porque já não temos em nosso vocabulário os termos com força suficiente para os descolamentos e porque já ficamos dóceis a ponto de não mais perceber a dominação que reproduzimos. O método precisa falhar para que possamos cair desse encantamento. Não há, para o corpo científico colonial, nenhuma razão para o apreço da falha e o fracasso. O que o império teme é a sua queda. A falha, ao apresentar-se em nosso fazer pesquisa, será tomada como choque, e no interior da razão colonial não se vislumbra a possibilidade de não normatizá-la. Este é o limite desse texto ao argumentar e apelar a uma razão a favor da falha. Desconfiamos da fraqueza deste apelo. Por isso acionamos recursos para escrevermos sobre algo que extrapola o que entendemos, buscando fazer com as palavras algo de sentir. Seria esse um desliz, uma força que nos empurra em direção à estética, que acione um campo estranho à razão, algo de absurdo e ridículo e ao mesmo tempo energizante, algo como um gosto pelo desastre³.

3. O trabalho da filósofa Judith Butler tem sido reconhecido pela ênfase que dá em tomar a condição humana como eminentemente vulnerável e a partir daí analisar o modo

Por nove horas o artista Francis Allys empurrou um bloco de gelo pelas ruas da Cidade do México até que derretesse por completo na performance intitulada “*Sometimes making something leads to nothing*”. Uma tarefa feita para falhar a partir de um gosto pelo absurdo e ridículo. Em Tornado, o artista corre com uma câmera para o centro de tornados no deserto ao sul do México. Ouvimos sua respiração ofegante ao avançarmos tremendo em direção à massa densa de poeira até sermos com ele engolidos pelo caos. Chegar a lugar nenhum, fazer o que não compensa e lançar o corpo no olho do furacão são as estratégias extremas do artista. Certamente um gosto pelo desastre que demanda colocar o corpo em jogo e risco. Falhar, cair, perder-se e agora fraturar-se.

Fraturas

Acredito que a ordem imperativa que nos separa de outros modos de existência é fictícia, a necessidade de desobedecê-la e atravessar fronteiras para aventurar-me num universo diferente do lugar no qual estou, tem motivado minha prática artística: conhecer outros códigos sociais e deixar-me afetar por eles, pelo prazer de estranhar-me e deslocar-me de meus próprios limites foi a matéria primordial dos meus processos criativos. (Medeiros, 2016)

Como Allys, a artista baiana Virgínia de Medeiros é atraída pelo estranho que convoca seu corpo a ser transformado. Ao localizar o foco de sua produção na investigação de outros modos de existência

como esta vulnerabilidade é gerenciada politicamente de modo a alocar de modo distinto mais ou menos possibilidades de sobrevivências, corpos mais dignos de vida e vidas mais descartáveis. Para a autora, avançar no cenário de crise mundial só é possível na medida em que possamos reconhecer nossa vulnerabilidade e dependência mútua. Em uma conferência realizada em Barcelona neste ano, afirmou que o enfrentamento da violência se dá não por cuidarmos mais de nós mesmos, mas por dependermos mais, uma vez que é o reconhecimento dessa dependência que limita a destruição e potencializa a ética. Na mesma conferência, ao ser questionada, disseram a ela que esta afirmação era fraca. Butler então respondeu: “é isso que quero, ser mais fraca.” Citado em: <https://resistaorp.blog/2018/05/15/nao-ha-declaracao-maisfeminista-que-reconhecer-ainterdependencia/> Acesso em: 06 de julho de 2018.

a artista busca a aproximação com as experiências de alteridade produzidas no encontro com as formas de vida que habitam a cidade de Salvador. Em *Studio Butterfly* a artista filmou travestis que contavam suas histórias e mostravam fotos e objetos de seu cotidiano. Posteriormente realizou um ensaio fotográfico que rendeu a cada uma um *book*. Em *Fábula do Olhar*, usou da tradição nordestina da fotopintura para retratar moradores de rua recompondo as fotos a partir do modo como os fotografados diziam querer se ver e serem vistos pela sociedade. Nos dois trabalhos a artista põe em jogo o que chama de fabulação como um recurso contrário ao testemunho. O testemunho é problemático a partir do reconhecimento da colonialidade do olhar, de que nosso modo de ver é saturado, viciado em acentuar o exotismo, o estigma e a própria discriminação⁴.

Fabular é o modo da artista cegar o corpo científico colonial para que outras coisas sejam vistas. A fabulação é um embaralhamento que faz a distinção entre o real e o imaginado desnecessária. Nos processos desencadeados por ela, seus colaboradores fabulam sobre si mesmo e assim “se constituem como sujeitos da cena e não como um mero objeto que é observado: criar um mundo, nele crer e se projetar” (Medeiros, 2016, p. 1). Assume, portanto, seu trabalho como constitutivo, um modo de criar verdades, formas de existência singulares tanto quanto de criar a si mesma ao desfazer os efeitos daquilo que a colonização criou. Talvez por isso ela se defina como uma artista auto-

4. Nesse sentido ver o desconcertante conto de Clarice Lispector ‘A menor mulher do mundo’. No conto, o explorador francês Marcel Pretre, descobre “nas profundezas da África Equatorial (...) toda em pé e ao seus pés, a coisa humana menor que existe. (...) Ali estava uma mulher que a gulodice do mais fino sonho jamais pudera imaginar.” Essa mulher é narrada no conto pelos olhares e vozes dos outros que oscilam seus afetos entre a pena e a crueldade. Do lugar guloso do explorador colonial ela é um mistério a ser devorado. Por isso Marcel “sentindo necessidade imediata de ordem, e dar nome ao que existe, apelidou-a de Pequena Flor. E, para conseguir classificá-la entre as realidades reconhecíveis, logo passou a colher dados a seu respeito.” A existência de Pequena Flor não produziu fratura alguma no explorador para quem o encontro com a diferença é apenas a possibilidade de estender o vórtice da vaidade sobre um mundo a sua imagem e semelhança. (Lispector, [1960] 2009).

etnográfica, pois seu interesse pelo outro é um modo de desfazer-se, de fraturar-se. Para Medeiros:

o Outro não é apenas o dessemelhante – o estrangeiro, o marginal, o excluído – é também uma sensação de incompletude que nos mantém em suspenso, como inacabados, na espera de nós mesmos. (Medeiros, 2016, p. 1)

Isto é fraturar-se para o encontro, pois o contato tem como condição poder perder-se um pouco ou ao menos reconhecer-se inacabado. É também encontrar para fraturar-se, pois o contato é atrito que fatura e racha a superfície polida pelo hábito, fricção de vulnerabilidades a desgastar expectativas. Nos dois sentidos estima-se a fratura.

O método deve ser esgarçado de sua função autoprotetora, desviado de sua tarefa de acertar. Deve ser o método para o desastre, pronto a falhar e lançar o corpo científico colonial ao choque a fim de produzir fraturas. Diz-se dos decepcionados que quebraram a cara. Mas o que nos interessa é saber qual rosto pode nascer dessa decepção? O que germina nessa fratura? O que pode um(a) pesquisador(a) decepcionado⁵.

Outros instrumentos de navegação

Horn, Allys, Medeiros e Ader inventam um outro mundo de investigações e convidam-nos a refletir como construir outros trajetos em nosso fazer artístico da pesquisa. Reposicionar a falha enquanto fala pede-nos a produção de novos movimentos dentro do método. Sabemos que nossa vida em pesquisa se faz com as metáforas que cultivamos. O método é uma metáfora, uma imagem que se desdobra em práticas, que se projeta em nós como uma disposição. Pensar o método como um mapa ou um roteiro de pesquisa não é útil porque não nos interessa a funcionalidade e o ordenamento do mapa. O mapa traça

5. “Uma flor ainda desbotada Ilude a polícia, rompe o asfalto (...) É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.” Trecho de ‘A flor e a náusea’ de Carlos Drummond de Andrade. In: *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Record. 1993.

um caminho preciso que antecede a experiência da viagem. Em trabalho anterior (Moscheta, 2011), usamos a metáfora da bússola como o equipamento que substituiria o mapa no nosso desejo de pensar um método mais responsivo que prescritivo. A bússola, ao contrário do mapa, não aponta o caminho, apenas a direção exigindo que o trajeto seja atento, negociado, criado e multiplicado na interação dinâmica que o(a) caminhante faz com seu entorno. O tempo de quem caminha com uma bússola, em vez de um mapa, é outro. Outra também é a percepção do espaço, a prontidão do corpo e a invenção de movimentos. Contudo, o tempo de quem caminha a empurrar um bloco de gelo é ainda mais distinto. Que bússola aponta para o centro do tornado?

Reconhecemos ser necessário ir um pouco além na procura de outros equipamentos de navegação. A bússola suprime o caminho, mas mantém o destino e chegar aonde queremos pode ser um modo de evitar a fratura, a queda e a falha. Embora a bússola demande o permanente olhar atento ao entorno em um percurso que se constrói em interação, ela ainda é um instrumento do qual dispomos para nosso interesse. É um objeto muitíssimo simples, à nossa disposição e domesticado em sua única função de sempre apontar para a mesma direção.

Inspirados na tradição indígena propomos então uma navegação por pontos de referência que não são apenas um modo de se encontrar no espaço, mas uma sabedoria sobre ele, uma forma de vivê-lo e senti-lo. Olhar para o céu, identificar astros e estrelas conhecer e fabular seus seres permite identificar direções, mas também medir o tempo, antecipar marés, projetar colheitas e encantar a vida. Jaci, ou Ya-ci no Tupi-Guarani, que denominamos lua, não aponta uma direção (embora possa ser usada para encontrar algum caminho) tampouco é sempre a mesma ou permanece no mesmo lugar. Ya-ci é uma entidade não um instrumento, uma referência de espaço e tempo, uma força orgânica e fabulatória. Mover-se com Ya-ci é entrar em uma relação sensível distinta daquela favorecida pelo mapa ou bússola, pois não se trata mais de acionar um instrumento e sim de ativar uma sensibilidade relacional. A imagem que nos serve de metáfo-

ra para pensar a prática artística da pesquisa seria então aquela de um ser humano que entra em um floresta pela noite, seus cinco sentidos ativados, seu ritmo cadenciado entre sua respiração e o murmúrio das trevas, o caminho se fazendo entre o que se vagamente vê, o que se intui, se cobiça e se respeita, o tempo refeito em outra escala a ponto de poder-se ver em mesma velocidade tanto a língua do sapo alcançando a uma mosca quanto a folha dissolvendo-se outra vez em terra, o salto do grilo, o alongamento subterrâneo de raízes centenárias, o trovão no céu, a carreata de formigas, e um rio enchendo-se com a chuva; tudo junto e vivo, no fluxo incessante de água, sangue e seiva, um ser sobre outro, e sobre eles Ya-ci e ainda outros mais, levados como em uma ciranda - como por equilíbrio um pé procura o outro, e por sede, uma palavra a outra.

A dança de uma vida pulsante que se faz no solo encantado de uma floresta é, para os Yanomamis, a circulação de seres visíveis e invisíveis compreendidos a partir de uma ontologia que não separa o material do espiritual, tampouco classifica distintamente o vegetal, animal e mineral. O que nomeiam como seres, transborda as fronteiras das classificações tradicionais. O tatu é um ser tanto quanto a fertilidade e a fome, o vento é um ser tanto quanto uma palmeira, a tosse, o quati, a magreza, o tempo seco, o mel e o vômito. Os xamãs são aqueles que tem a capacidade de chamar os xapiris para dançar, espíritos ancestrais que mantêm a vida em seu fluxo de morte e renovação.

É verdade. Na floresta, habitamos no lugar onde vive o pai da fertilidade *në rope*, o lugar de sua origem. É por isso que a imagem dele, que chamamos *Në roperi*, dança com os espíritos dos ancestrais animais que os xamãs fazem descer. Assim, quando a floresta tem valor de fome, eles (os xamãs) podem beber *yákoana* para trazer de volta imagem de seu valor de fertilidade. Em nossa casa de *Watoriki*, porém, não precisamos fazer esse trabalho. Nossa terra é bela e impregnada de riqueza. O ser maléfico da fome, que chamamos de *Ohinari*, permanece longe dela e a imagem de fertilidade dança junto a nós desde que viemos morar aqui. Faz crescer as frutas das árvores e as plantas das roças com muita generosidade, após

cada período de chuva. Tudo cresce com fartura e a caça se alimenta de abundância, nas árvores, no chão e na água. (Kopenawa, 2010, p. 208)

Assim também a lua, denominada pelos Yanomamis de *Poriporiri*, é um ser em movimento e interação.

Poriporiri é um homem que viaja todas as noites através da imensidão do céu, sentado em sua canoa, como uma espécie de avião. No começo, é um rapaz, mas, de dia, vai envelhecendo. Quando termina sua viagem, está seco e seus cabelos ficaram brancos. Ele acaba morrendo. Então, suas filhas começam a chorar por ele sem descanso, junto com os espíritos tucano. Suas lágrimas se tornam fortes chuvas que caem longamente na floresta. Depois de algum tempo, quando o corpo do pai já se decompôs, elas recolhem seus ossos com cuidado. Então eles desabrocham novamente e *Poriporiri* volta à vida. Assim é. (Kopenawa, 2010, p. 83-4)

A luz suave de Ya-ci pousa como encantamento sobre a festa viva da floresta. Sem mapa e sem bússola, a beira da escuridão da mata, miramos sua movente presença atraídos por duas forças fabulatórias: os afetos emergentes e as perturbações desprogramáticas. Ela nos chama para dançar.

Ya-ci e sua constelação afetiva

O que temos tratado aqui nos oferece outro léxico para a composição de nosso fazer pesquisa, uma constelação de termos bizarros que incluem fratura, decepção, desastre, queda, falha, fracasso, engano, confusão, mal-entendido, embaraço e constrangimento. São termos malditos para a racionalidade colonial, mas são os termos encantados na presença noturna de Ya-ci. Tomá-la como referência é buscar a disposição afetiva necessária para cultivar um gosto pelo desastre, para ao menos conter o horror, temor e repulsa que toma de assalto o corpo científico colonial contrariado, para exercitar uma ternura com os enganos, uma rebeldia do corpo, e para celebrar a fruição distraída do jogo. Deve se tratar de um empenho na construção de uma estéti-

ca inclinada aos avessos do vício da racionalidade. Ya-ci nos conjura a ficar onde nos assustamos, a arriscarmos para além da coragem, a entregarmo-nos ao que não entendemos, a admirar o estranho, a desejar o feio e esperar pela falha.

Essa constelação afetiva nos inspira a pensar os métodos de modo alternativo em dois sentidos. No sentido do método como planejamento, ela coloca-nos inclinados a não nos comprometermos com o acerto, em busca de desenhar métodos que não prescrevam um destino, feitos para dançar. O método é um modo de se preparar para a dança, de manter-se nela, de alimentar e não interromper seu fluxo. No sentido de procedimento e postura, ou da disposição que exercitamos ao operar um método, Ya-ci provoca a invenção de uma estética capaz de ativar outras sensibilidades, interessadas, aptas ou propensas ao acolhimento de perturbações, como faz Horn ao desejar a falha de suas máquinas, como faz Ader entregando-se ao abraço da queda, como faz Medeiros procurando pelos instantes em que se veja suspensão e inacabada.

Ya-ci e sua força desprogramática

Tradicionalmente programado, o método é entendido como um caminho pré-estabelecido que nos promete a chegada ao destino definido em nossos objetivos de pesquisa. Trata-se na maioria das vezes de garantias, exercício de controle, ou uma forma de higiene, como coloca John Law:

Faça seus métodos de maneira correta. Coma seus vegetais epistemológicos. Lave suas mãos depois de se misturar com o mundo real. Então isto te levará a uma boa vida de pesquisa. Seus dados serão limpos. Seus achados justificáveis. O produto que irá produzir será puro. Com a garantia de ter um longo prazo de validade. (Law, 2002, p. 3)

Desprogramar o método que acerta possibilita a criação de ferramentas para constituir algo com as peças (des)encontradas nos cami-

nhos seguidos com Ya-ci. Esse processo nos permite a encenação de mundos diferentes, que são antes de tudo, mundos de bagunça como diz John Law. Encenada e narrada coletivamente na companhia de Ya-ci, esta bagunça não está lá para ser ordenada, tampouco apreendida. No método feito pra dançar, as peças da bagunça não são meramente coisas de um mundo a ser dominado. Elas podem ser os seres encantados da floresta, ou híbridos de humanos e não-humanos, que a Teoria-Ator-Rede chama de *actantes* e que tem sua ação orientada principalmente pela *recalcitrância*, uma forma de resistir desobedecendo.

Actantes se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende o domínio, como aquilo que incomoda a dominação, como aquilo que interrompe o fechamento e a composição do coletivo, afirma Latour. É pela noção de recalcitrância que convém principalmente definir sua ação. (Latour, 1992, p. 122 *apud* Arendt, 2008, p. 1)

Essas desobediências e resistências que encontramos podem ser nomeadas como regras-contrarregas, ou forças que nos convidam a não seguir caminhos antecipados. As ações dos actantes nos permitem um desvio da rota, ou seja, uma perturbação de nosso objetivo borrando a referência àquele lugar para o qual aponta o mapa ou a agulha da bússola. Entretidos na distração do jogo, interessa-nos lidar com o inesperado porque renova o prazer da brincadeira, com obstáculos porque inserem um desafio inquietante, com escândalos porque trazem surpresa. A força desprogramática de Ya-ci introduz o despropósito da brincadeira e da dança como forma de suspender o fechamento e o ordenamento do método.

Mas sua luz prateada é também a luz de um espelho posto para que possamos olhar para nós mesmos. Essa é outra forma de desprogramar: mirarmo-nos à procura daquilo que o fazer artístico da pesquisa faz em nós. O que se fratura em nós e a que essa fratura dá passagem?

Estávamos em intervalo de sessões de um intenso congresso científico. Rodrigo falava desanimadamente de sua relação com a pesquisa, do bloqueio, da falta de energia e do cansaço em lidar com entraves. Tinha também dúvidas sobre os próximos

passos, com quem deveria conversar e o que mais fazer. As duas dimensões, a do sentir e a do método, pareciam separadas. A saída foi reagrupá-las definindo como tarefa o resgate de sua disposição para a pesquisa. Para Murilo, na condição de orientador a questão era: qual é o método que permite a Rodrigo se reconectar com intensidade com esta pesquisa? O que fazer para poder seguir fazendo? Como no trabalho de Allys, às vezes o que fazemos não nos leva a lugar algum, porque nem sempre chegar é o propósito do fazer. Algumas vezes, um fazer é necessário para poder se continuar fazendo, e para não ficar sozinho. Na obra *'When faith moves mountains'* Allys consegue reunir oitocentos voluntários em Lima, Peru para moverem com pás as areias que formam uma montanha deslocando-a por completo em 10 centímetros. A imagem de tantas pessoas reunidas voluntariamente é uma afirmação enfática sobre a necessidade e disposição de dançar juntos.⁶

Ossos desabrocham: um ano depois

Esse texto não termina de ser escrito. Voltamos a ele um ano depois no intuito de revisá-lo e encontramos o semblante de um mistério. Não chegamos a terminar de saber o que escrevemos. Essas frases dançam e pelas fendas de suas palavras emergimos tanto quanto escovamos. Nem para nós mesmos ele diz o que pensamos, mas estar com ele é, de algum modo, agarrar a uma forma de vida.

O que queríamos era fazer com as palavras algo de sentir, para o aconchego em outra estética de pesquisa, aquela que esses artistas nos ajudam a exercitar e que mantém algo do indiscernível. Estávamos menos dizendo que fazendo. Exercitávamos uma escrita em estado de vulnerabilidade e confusão, como quem pisa um chão de pedregulhos e descobre que de nada adianta correr; como quem segura na ponta dos dedos um papel molhado que teremos que esperar secar se quisermos conhecê-lo, se diante de nós ele não se desfizer primeiro.

6. Trecho de nossas lembranças, transformado em nota, e agora em citação.

Seria para nós mais fácil situar o que escrevemos fora do campo das metodologias de pesquisa, como se estivéssemos fazendo outra coisa. Contudo isso seria submeter esse texto a um jogo de linguagem que de fato queremos perturbar, esse jogo que demarca a distinção entre as formas de se pesquisar e escrever pesquisa das formas de se fazer arte. Não reconhecemos essa divisão, e passado um ano de sua primeira escrita, editamos esse texto na tentativa de avançar na corrupção dessas fronteiras. Suprimimos, então, o que na primeira versão havíamos apresentado como exemplos em nossas práticas de como temos navegado com Ya-ci. Esse texto não se faz de exemplos, mas sim de imagens capazes de fazer acordar um sonho. Se ele não faz isso é porque falhou, e ponto.

Estamos aprendendo a escrever como se abrissemos uma fenda. Mais do que saber qual o argumento que estamos fazendo, nos interessa perguntar a que essa escrita abre passagem. É um exercício de acionamento de sensibilidades emergentes que nos coloca em outro ritmo, povoados de outras imagens e vibrantes de outras emoções.

Uma passagem aberta por esse texto colocou-nos no encontro com o trabalho da artista Cláudia Andujar que desde a década de 1970 fotografa o povo Yanomami. Em uma de suas fotos, uma criança pendura-se de ponta cabeça ao lado direito da cena e nos olha diretamente. As bordas imprecisas da fotografia quase criam um túnel que nos absorve: esse olhar invertido que a criança nos devolve não nos deixa testemunhar a nada. Agradecemos à Medeiros pois nos ensinou a fabular.

Em outra foto um homem corre pela floresta com uma lança na mão. Na velocidade do movimento, a floresta é um conjunto de riscos negros e brancos e o corpo do homem se mistura, às vezes indiscernível, entre eles, como em outra foto uma criança balança-se em um cipó, quase inerte contra um fundo de uma floresta em convulsão centrífuga. Na lente de Andujar, há sempre uma borda indiscernível, um mistério a encarar-nos de frente, um borrão escuro, uma nuvem nos olhares, e um fecho de luz que atravessa a escuridão da oca e desenha o caminho por onde poeiras e espíritos lampejam. O que se vê é

apenas uma fresta para um mundo fabuloso e encantado. São imagens que nos fecham os olhos para entressonharmos sob o brilho suave da lua, para ver a vida sem a luz ardente da razão iluminada. Assim também nós, descansados da esperança de compreender, sonhamos esse texto como uma língua úmida a lambe-nos a cara.

Coda

Eles criaram um discurso sobre a crise. Era trágico e colocava o Brasil na iminência de ruir. Eles queriam salvar o Brasil daquela mulher que falhava ao falar, hesitava e gaguejava ao repetir seu lema: Brasil, país de todos. O homem que sabia utilizar a mesóclise estava pronto a assumir o seu lugar e construir a sua ponte para o futuro. Eles queriam acertar o Brasil, limpar o Brasil de sua corrupção, consertar o Brasil perdido de sua trilha de ordem e progresso. Sem bagunça, eles querem a ordem de cada coisa e cada um em seu lugar. Eles querem o acerto. Históricos contra o escândalo, contra a indecência dos museus, saneando a escola de suas ideologias infecciosas. Limpos, eretos, sem vacilar e confiantes no destino traçado, sabendo onde querem chegar, eles marcham entoando o canto nacionalista, em louvor à família, ao som da banda militar e na batuta de sua baliza, tão branca e suave em evoluções perfeitas e recatadas, pálida como as cores de seu traje *made in Magic Kingdom*. Avançam pela estrada reta de suas certezas enquanto nós, trôpegos, em direção oposta, corremos para o centro do tornado.

Referências

- Amado, G. **Sob o signo do fracasso: os filmes de Bas Von Ader e Buster Keaton**. Disponível em: <http://wrongwrong.net/artigo/sob-o-signo-do-fracasso-os-filmesde-bas-jan-ader-e-buster-keaton> Acesso em: 06 de julho de 2018.
- Arendt, R. J. J. “Considerações sobre os conceitos de recalcitrância e de plasma e sua elação com o conceito de não domínio na obra de Bruno Latour.” **VII Esocite - Jornadas Latino-Americanas de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias**, Rio de Janeiro, 2008.

- Foucault, M. “O sujeito e o poder.” In: Rabinov, P.; Dreyfus, H. (org.) **Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a. p. 231-249.
- _____. “Subjetividade e verdade.” In: **Resumo dos cursos do Collège de France (1970- 1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. p. 107-115.
- _____. **História da sexualidade – Vol. I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- Horn, R.; Celant, G. “The Bastille Interviews I: Paris 1993.” In: Celant, G. (org.) **Rebecca Horn, exhibition catalogue, Solomon R. Guggenheim Museum**, New York 1994.
- Kopenewa, D.; Albert, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Kuspit, D. **The Machine self and the squiggle game**. Disponível em <http://www.artnet.com/magazineus/features/kuspit/kuspit9-17-07.asp> Acesso em: 05 jul. 2018.
- Law, J. **Making a mess with method**. s/l: Centre for Science Studies, Lancaster University, 2002.
- Lispector, C. **Laços de Família** [1960]. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- Medeiros, V. “Fraturar-se para o encontro.” **Universidade das quebradas – UFRJ**, Rio de Janeiro, 2016.
- Mignolo, W. “Desobediência Epistêmica: a opção decolonial e o significado da identidade em política.” **Caderno de letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2008.
- Moares, G. “O mar icariano no processo artístico de Bas Jan Ader.” **Revista Carbono**. n. 5, 2013. Disponível em: www.revistacarbono.com/edicoes/05/. Acesso em: 06 jul. 2018
- Moscheta, M. S. **Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2011.
- Santos, B. S. “Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro.” **Travessias**, n. 6/7, p. 15-36, 2008.
- Zanella, A. **Perguntar, registrar, escrever: inquietações metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2013.



Sem abdicar, transgredir e assim reinventar

[Mary Jane Paris Spink]

Escrevo a partir das ressonâncias provocadas pelo texto de Muriilo Moscheta e Rodrigo Ferreira. Compartilho suas preocupações, mas creio que há ressalvas. Sim, somos herdeiros da racionalidade colonial, porém não creio que temos o poder de descolonizar. Nossas práticas, também em pesquisas, são construções sociais; X (um fenômeno qualquer) não precisaria ter sido assim (Hacking, 1999, p. 6), mas nem por isso podemos “desconstruí-lo.” Práticas, inclusive o que chamamos de “racionalidade”, estão emaranhadas no tecido social. São repertórios inseridos em longas correntes de interanimação dialógica de tempo longo, inscritos em materialidades, artefatos culturais que estão aí, jazem aí, para serem aceitos implicitamente ou mesmo rejeitados, porém nem por isso destruídos à moda do autodenominado Estado Islâmico. Refiro-me à destruição de sítios arqueológicos e históricos de civilizações antigas, numa tentativa de apagar o passado. Um destes foi o Templo de Baal-Shamin, na cidade síria de Palmira, considerado um patrimônio mundial da humanidade pela Unesco.

Repertórios estão também inscritos em nossos processos de socialização, incluindo aí nossa formação como pesquisadores mais ou menos comprometidos com métodos protocolados. Circulam, além disso, por meio da dinâmica dos tempos do aqui-e-agora no qual se tornam bagunçados, passíveis de reconfigurações que só não acontecem quando nossa capacidade de invenção for amordaçada. Ou seja, se ficarmos reféns de autoridades epistêmicas cujo poder é tão sutil

que nem sempre percebemos que estamos a elas algemados, ou, quando percebemos, acreditamos que teremos recompensas irrecusáveis.

Se procurarmos outros caminhos nesse “fazer artístico de pesquisa” a que se referiam os autores no texto que suscitou essas ressonâncias, precisamos enfrentar a “besta” – a figura apocalíptica das nebulosas regras que regem o fazer pesquisa e que gera os pesadelos de pesquisadores-aprendizes. É preciso conhecer as regras que domesticam esses fazeres em pesquisa pois é isso que nos permite inventar novos caminhos; ousar; abrir novas janelas que nos permitam ver outros horizontes. Fazer como fez Picasso e que provavelmente fizeram outros artistas que tiraram a produção artística da mesmice; que exploraram outras realidades que, sem talvez se atentarem a isso, apostaram nas ontologias políticas à qual Annemarie Mol e John Law (1999) se referem: realidades múltiplas que são performadas por nossas práticas.

Por que escolho Picasso? Porque me encanta seu percurso que, ao meu ver, ilustra que o ponto de partida de nossa criatividade é justamente a “racionalidade colonial”, a prática ensimesmada do gênero discursivo hegemônico.

Visitando o Museu Picasso em Barcelona isso se torna óbvio. Picasso experimenta paulatinamente o talvez entediante exercício da prática artística mais tradicional: o representacionismo – base da aprendizagem do traço que lhe conferirá mais tarde liberdade de criar. Picasso nasceu em Málaga, na Andaluzia, em 1881. Seu pai era professor de desenho na Escuela de San Telmo e aos dez anos Picasso começou a ter aulas com seu pai, para quem a técnica era essencial para um bom artista. Quando Picasso fez treze anos entrou na escola de artes de La Lonja, em Barcelona. Aos 16, foi enviado para a Real Academia de Belas-Artes de São Fernando, em Madri e lá passava a maior parte do tempo no Museu do Prado copiando grandes obras de arte.

Vimos algumas dessas cópias no Museu Picasso de Barcelona com total encantamento: por exemplo, as muitas versões do quadro Las

meninas, de Diego Velásquez. Mas esse processo de copiar e em cima das cópias criar o levou a outros patamares: realismos de outras ordens (quadros das fases azul e rosa); desconstruções experimentais (a fase cubista); e, pouco a pouco, um estilo próprio que não se deixou jamais estagnar, sempre deixando abertas as portas da imaginação.

Não alçamos voos sem ter primeiro experimentado nossas asas e ter certeza de que elas nos sustentarão nesses voos. Por isso, declino o convite a “descolonizar”. Não! Temos que inventar a partir do que temos à nossa disposição. Temos que nos abrir a esse novo mundo que nos convida a abandonar muito mais do que nosso afeto pelo método. Temos que reconfigurar nossa inserção no mundo.

Passo então a outra questão suscitada pela leitura do texto de Murilo e Rodrigo. Afinal, reinventar o “que”? Sugiro que temos que abrir mão de nosso trono como senhores déspotas da racionalidade. A era da inteligência artificial assim o anuncia. Mas há também outras searas, não tão tecnológicas (embora a tecnologia nos auxilia a adentrar esses outros territórios comunicacionais). Que tal falarmos de árvores que se comunicam? Um dos documentários que mais me afetaram recentemente é o de Judi Dench sobre sua paixão por árvores. Quatro séries inspiradoras que seguem o ritmo das estações do ano. Contudo, foi quando me deparei com as redes sociais das árvores; com sistemas de comunicação de proteção entre seres sencientes que parei em total choque: como assim?

O programa, veiculado inicialmente na BBC em 2017 e, a partir de abril de 2019 disponível em DVD, suscitou o interesse da mídia, seja pela paixão explosiva de Judi Dench por suas árvores, seja por algumas informações surpreendentes: as árvores “conversam” entre si. Suzanne Simard, uma ecologista da Universidade da British Columbia, estuda esse fenômeno desde os anos 1990 e os cientistas estão gradualmente aprendendo como as árvores mantêm contato por meio de uma rede de comunicação subterrânea. Trata-se de uma rede de fungos que aderem às raízes das árvores, formando uma relação simbiótica (conhecida como “micorrizas”). As árvores dão açúcar aos fun-

gos; os fungos enviam nutrientes da água e do solo de volta. Os fungos se espalharam no solo por vários quilômetros, conectando árvores e, por meio dessas redes de associação, elas transmitem mensagens químicas entre si enviando avisos de ataques iminentes, fenômeno que é referido por alguns como Wood Wide Web.

Claro, muito já foi escrito sobre sistemas de comunicação de não humanos: de abelhas; de formigas; de orangotangos... mas de plantas? Da realização (como devem estar rindo os monges budistas) de que há formas de comunicação entre entes que não dispõem da racionalidade entronada pelos intelectuais ocidentais? Portanto, a fissura a que se referem Murilo e Rodrigo tem raízes ainda mais profundas. Para alcançá-las, temos que abrir mão da posição que assumimos, ao menos nas sociedades ocidentais, de colocar humanos sozinhos no centro do universo. Teremos que adotar uma postura simétrica em nossas pesquisas: de entender que nessa nova era, a do Antropoceno, não há como contrapor humanos e não humanos: nosso planeta é porque nós, em interação com seus aspectos geológicos, territoriais, materiais, assim o estamos criando.

É uma ideia interessante por suas conotações políticas pois se nossos destinos, da terra e da humanidade, estão imbricados, temos responsabilidade pelo desenho do futuro. Não se trata, porém, de ideia que emerge das ciências humanas, embora por elas adotada. Trata-se de uma importante querela geológica pois a noção de Antropoceno, embora ainda disputada, tornou-se inevitável para os pesquisadores que se dedicam a entender a história física do planeta terra – a estratigrafia, área da geologia que estuda as camadas de rochas. Aceitar que estamos adentrando em uma nova era geológica não é coisa pouca e muita disputa vem ocorrendo, especialmente quanto à datação do início dessa nova era. Embora ações antrópicas vêm ocorrendo desde os primórdios da evolução dos homínídeos, é a ação mais recente (a partir da Segunda Grande Guerra, apostam uns), impulsionada pela tecnologia que, supõe-se, deixará rastros inscritos nas rochas que serão analisadas daqui há muitos milênios.

Porem, não é a intrigante querela entre geólogos que interessa aqui. Trata-se apenas de mais uma sinalização de que temos que re-

pensar o que é agência nesse novo contexto tendo em vista que o conceito de Antropoceno subverte dicotomias que pensávamos estar bem sedimentadas e o “mundo natural” deixa de ser nossa referência de objetividade:

Enquanto o antigo problema dos estudos de ciência era entender o papel ativo dos cientistas na construção de fatos, surge um novo problema: como entender o papel ativo da agência humana não apenas na construção de fatos, mas também na própria existência do fenômeno que esses fatos estão tentando documentar? (Latour, 2014, p. 2)

Ou seja,

A ação humana é visível em toda parte – na construção do conhecimento, bem como na produção dos fenômenos que essas ciências são chamadas a registrar. (p. 6)

Ou ainda:

Não, desta vez, encontramos, assim como nos velhos mitos pré-científicos e não modernos, um agente que ganha o nome de “sujeito” porque pode estar sujeito aos caprichos, mau humor, emoções, reações, e até mesmo a vingança de outro agente, que também ganha sua qualidade de “sujeito”, porque também está sujeito à sua ação. É nesse sentido radical que os seres humanos não são mais submetidos aos ditames da natureza objetiva, uma vez que o que lhes chega é também uma forma intensivamente subjetiva de ação. Ser sujeito não é atuar autonomamente diante de um pano de fundo objetivo, mas compartilhar a agência com outros sujeitos que também perderam sua autonomia. (p. 5)

Nossos métodos, arcaicamente desenhados a partir do trono imaginário da racionalidade de humanos, não darão conta do porvir; teremos que levar a sério a simetria entre humanos e não humanos: máquinas, tecnologias, plantas; rochas, gatos e estrelas. Teremos que reconfigurar, como propõe Bruno Latour (2014) a própria noção de agenciamento: de compartilhar agência com outros actantes que, como nós, já deixaram de ter autonomia.

Um modo de reconfigurar agência seria, por exemplo, adotar a noção

de materialidade relacional tão cara a alguns teóricos da Teoria Ator-Rede, a TAR. Nesse enquadre, segundo John Law e Annemarie Mol (1995), materialidades e socialidades são produzidas conjuntamente: “Quando olhamos para o social estamos também olhando para a produção de materialidades. E quando olhamos para os materiais, estamos testemunhando a produção do social” (p. 274). Essa é a base da noção de materialidade relacional: “materiais são constituídos interativamente. Fora de suas interações eles não têm existência; não tem realidade. Máquinas, pessoas, o mundo natural, o divino – são todos efeitos ou produtos” (p. 277). E também as pessoas são efeitos relacionais. Elas podem ou não ser atores na rede de interações e os atores nesta rede podem ser também não humanos. A atenção passa, assim, a ser fixada nas conexões parciais: os materiais, as socialidades e as histórias que contamos sobre eles (ou que eles contam com suas própria “vozes”, como os fósseis e os sedimentos de rochas) são como retalhos costurados em uma colcha; como há muitas linhas possíveis e muitas tramas, a atenção se desloca para os modos locais de costura.

É um caminho possível que certamente faz a tarefa de cindir a dicotomia fundante da modernidade clássica: entre humanos e não humanos. Contudo, pesquisas recentes paulatinamente têm implodido a própria noção do que é humano quando refletimos sobre nossas invenções: próteses, órteses, inteligência artificial. Temos apenas que inserir materialidades que não são frutos dessa invenção tecnológica tão criativa; inserir nesta equação tipos de agenciamento que estão em interação, todavia não estão sob nosso controle. Agenciamentos próprios do Antropoceno: nem apenas nós, nem somente a geologia, juntos para o que der ou vier.

E aí, o que fazer com nossas práticas de pesquisa? Como convencer nossas alunas de que há esperança? Obviamente, deixando-as explorar as trilhas de fungos em nossas sendas urbanas, rurais, interplanetárias. Sejam bem-vindas ao bravo novo mundo (Huxley, [1932] 2004).

Referências

- Hacking, I. **The social construction of what?** Harvard: Harvard University Press, 1999.
- Huxley, A. **Brave New World** [1932]. Londres: Vintage Classics, 2004.
- Latour, B. "Agency at the time of the Anthropocene." **New Literary History**, v. 45, p. 1-18, 2014.
- Law, J.; Mol, A. "Notes on materiality and sociality." **The Sociological Review**, v. 43, n. 2, p. 274-94, 1995.
- Mol, A. "Ontological politics: a word and some questions." In: Law, J.; Hassard, J. (org.) **Actor Network Theory and After**. Oxford: Balckwell Publisher, 1999. p. 74-89.

Por que dialogar?

[Laura Vilela e Souza]

“Mas vocês vão conversar com homofóbicos?”, foi a pergunta feita pelo participante de nossa pesquisa. Em nosso encontro, ele nos contava de seus esforços dolorosos para abrir espaço na escola na qual atuava para conversas sobre diversidade sexual, ele contava sobre estudantes perseguidas por suas vivências afetivas e sobre gestores/as e funcionários/as abertamente preconceituosos/as. Quando explicamos a intervenção que faríamos, - colocar em diálogo pessoas à favor e contra a abordagem do tema da diversidade sexual e de gênero na escola - foi com essa pergunta que Antônio (nome fictício) nos interpelou.

Essa pergunta, de diferentes formas, já nos foi feita. E sempre nos toca. Sempre nos faz pensar se estamos eticamente equivocados, se a voz do preconceito não deve, de forma alguma e com objetivo nenhum, ter fórum público. Já refletimos sobre isso em outras ocasiões, já escrevemos sobre isso assumindo nosso posicionamento pragmático de promoção de diálogos na diferença de opiniões quando com a intenção de promoção de mudanças sociais à favor do mundo que almejamos (Souza & Moscheta, 2016). Mas em todo novo diálogo, essa pergunta se faz presente e acredito que, necessária. Lembrando de experiências de êxito anteriores, respondemos a Antônio que não é com toda pessoa que queremos conversar, mas com aquelas que, apesar de pensarem diferente da gente, e até de nos abismar com suas opiniões, desejam compreender quem pensa diferente de si. Ou seja, os diálogos se mostram para nós a possibilidade de personificar

as opiniões polarizadas que com violência se exprimem nas redes sociais, de dar nome e corpo para elas, reconhecendo que, ainda que para nós sejam moralmente inaceitáveis, carregam coerência na trajetória de vida das pessoas.

Antônio não aceitou participar do diálogo, mas concordou em nos dar uma entrevista e nela fizemos uma das perguntas que considero mais potentes para conversas em temas polarizados¹, a mesma pergunta que fazemos durante os encontros entre as pessoas com opiniões distintas entre si: “O que eu precisaria saber da sua história para entender como você pensa atualmente sobre o tema?” E Antônio nos contou que muitos anos antes de ser esse professor que de forma tão empática se coloca na linha de frente em defesa de seus/suas estudantes LGBTQI+, era assumidamente um jovem entusiasta do neonazismo. Testemunhei a intensa emoção de Antônio ao contar como foi quando se permitiu pela primeira vez ouvir uma pessoa LGBTQI+ contar suas dores e vivências, e como isso transformou seu modo de estar no mundo e suas escolhas futuras, culminando em seu atual ativismo. No meu íntimo, falei à Antônio: “Está vendo? É por isso que conversamos com homofóbicos/as, para que eles/as também possam se aproximar do que não conhecem e, nessa aproximação, se transformar.”

O primeiro encontro de diálogo aconteceu, e nele, de cara, reconhecemos a complexidade das constituições identitárias em contraponto a como as pessoas aparecem estereotipadas quando descritas por seu grupo de oponentes. Ali tinha, por exemplo, pastora lésbica contrária a abordar questões de gênero na escola e estudante protestante feminista à favor da defesa explícita da diversidade sexual no âmbito escolar. Inicialmente, as pessoas se colocaram nos polos de um contínuum de opiniões que iam de totalmente à favor a totalmente contra o tema. Mas ao longo das conversas (os/as participantes ficaram tão

1. Essa pergunta é parte da metodologia de diálogo estruturado do *Public Conversations Project* do *Essential Partners*, instituição norte-americana de facilitação de diálogos.

satisfeitos com a primeira conversa que pediram novos encontros), as nuances foram aparecendo, as pessoas foram se conhecendo e, dado o clima de respeito mútuo que os acordos para a conversa oferecem, puderam fazer perguntas de curiosidade proibidas em outros contextos. As conversas ainda estão em andamento, fazem parte do projeto de Mestrado de minha orientanda Pamela Lopes Marques.

No último encontro, lembrei de Antônio. Marcela, uma mãe que se colocou belicamente contrária a qualquer influência da escola na educação sexual de seus/suas filhos/as, e que nos contou na entrevista inicial que o que mais queria era conhecer pessoalmente “uma” feminista para entender porque elas “gritam tanto”, foi convidada pelo próprio grupo a preparar uma apresentação sobre todas as informações, discursos, leituras, etc., que sustentavam sua opinião. Esse movimento do grupo partiu de um interesse legítimo de se aprofundar nas fontes a partir das quais as diferentes opiniões no grupo foram geradas.

Marcela nos contou então como foi o processo de preparar sua apresentação para o grupo. Disse que quando estava já com todos seus slides prontos, com informações variadas sobre pesquisas que mostram a ligação entre homossexualidade e questões hormonais, as críticas da “ideologia de gênero”, etc., resolveu, um dia antes da apresentação, ouvir as pessoas LGBTQ+ que conhecia sobre o assunto sobre o qual ia falar. Marcela conversou em seu ambiente de trabalho com diferentes colegas que, no relato de Marcela, desmontaram seus argumentos. Marcela aprendeu com eles/as sobre nomenclaturas para diferentes gêneros e sexualidades, tirou dúvidas que tinha sobre essa multiplicidade de definições e até entendeu as críticas que ocorrem dentro do próprio grupo LGBTQ+ a diversas delas. Ouviu variados relatos de sofrimento emocional, preconceito e violência dessas pessoas quando eram alunos/as e como teria sido bom que suas escolas tivessem abordado o tema.

Ao final de sua apresentação, uma mãe de um adolescente homossexual perguntou para Marcela como ela pensava agora sobre poder abordar a questão da diversidade sexual na escola. A pergunta,

de forma mais específica, foi: “E com quantos anos você acha que podemos falar essas coisas para as crianças?” “Desde que nascerem”, foi a rápida resposta de Marcela.

Gosto de pensar que a possibilidade de Marcela ter se interessado em conversar com as pessoas de seu trabalho nasceu das experiências que ela teve em nossos encontros, tendo sido oportunidade de colocar à prova a imagem que tinha de seus/suas participantes. A feminista que Marcela tanto queria conhecer pessoalmente estava no grupo e, diferentemente do que Marcela esperava, não gritou, mas chorou. Emocionada, contou de suas dores e tentativas de suicídios até encontrar no feminismo possibilidade de existência e uma existência com valor.

Assim, retomo a pergunta-título dessa micronarrativa. Por que dialogar? Minha resposta é: para que encontros como os que Antônio e Marcela tiveram com pessoas que pensam diferentes deles possam ser potencializados, para que as perguntas proibidas possam ser feitas, para que as histórias possam ser compartilhadas, para que as opiniões possam ser complexificadas, para que as pessoas possam ser humanizadas e as aprendizagens no grupo possam ser multiplicadas.

Sendo assim, o diálogo tem sido meu instrumento de microação política de resistência às desesperanças do momento social atual. Assumir o risco do diálogo, nesse momento, tem sido o meu respiro.

Referência

Souza, L. V.; Moscheta, M. “Ética e diferença no processo de pesquisa com grupos de conversações públicas.” **Athenea Digital**, v. 16, n. 3, p. 327-46, 2016.

ATO 2

O que aprender umas com as outras? Narrativas intergeracionais das lutas feministas no Brasil e em Moçambique

[Luciana Kind]
[Rosineide Cordeiro]
[Isabel Maria Casimiro]

*“A voz de minha filha / recolhe todas as nossas vozes /
recolhe em si /
as vozes mudas caladas / engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha / recolhe em si / a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora. / Na voz de minha filha /
se fará ouvir a ressonância / o eco da vida-liberdade.”*
(Conceição Evaristo, *Vozes Mulheres*)

A participação de mulheres nas cenas políticas brasileira e moçambicana, com diferentes pautas reivindicatórias, é notória nos estudos feministas em ambos os países. No campo específico das discussões sobre a atualidade dos movimentos feministas, em produções bibliográficas brasileiras, moçambicanas e de outros países, observamos a paulatina emergência dos grupos que se têm nomeado como jovens feministas. Apresentamos reflexões sobre os entrelaces e distanciamentos entre jovens feministas com trajetórias das mulheres que as antecederam, em seu legado histórico para os movimentos feministas. Trabalharemos com problematizações que atravessam nossas pesquisas sobre subjetivação política de mulheres em diferentes contextos, no Brasil e em Moçambique.

O foco na *subjetivação política de jovens feministas* instaura articulações entre geração, classe e raça, embora se reconheça que esses são marcadores analíticos iniciais. No Brasil, as pesquisas desenvolvi-

das com mulheres trabalhadoras rurais acentuam a liderança de Vanete Almeida, mulher, negra, trabalhadora rural no nordeste do país. Também marcamos os processos de trocas, acolhimento e formação política de jovens mulheres em estreito diálogo com o Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas. De Moçambique, destacamos a participação de jovens em vários projetos, atividades, pesquisas, em que elas próprias definem a sua forma de participação.

Por meio da convergência das discussões nas pesquisas coordenadas pelas autoras, pretendemos tecer uma análise psicossocial do engajamento político, contribuindo para a reflexão teórica sobre alianças intergeracionais para criar e impulsionar lutas. Como contraponto para a discussão, acentuamos o caráter transitório do corte geracional nomeado como “jovens feministas”. Problematizamos as marcações cronológicas que delimitam, em alguns casos, a identificação de “jovens feministas”, quando se projeta o futuro das lutas políticas dos coletivos que se organizam por essa égide.

Vanete Almeida, jovens feministas e MMTR-SC/PE

Mulher negra, pobre, com pouca escolaridade formal, Vanete Almeida nasceu numa pequena cidade do Sertão Pernambucano. Começou a trabalhar aos 12 anos e por conta disso teve que abandonar a escola. Autodidata, escreveu livros, produziu relatórios, CDs e documentários. Desafiou a desigualdade de gênero, classe e raça e fez da sua existência, resistência (Lugones, 2014).

Sua trajetória política iniciou-se na década de 1970, em plena ditadura militar, na Equipe de Educação Política da Diocese de Afogados da Ingazeira, PE, que naquela época desenvolvia projeto com agricultores/as. Logo depois, em 1980, como liderança, foi convidada a trabalhar na Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Fetape) e atuou nos principais conflitos agrários na região. A questão das secas, da fome e da inexistência de políticas públicas para o semiárido tornou-se um dos principais temas da militância de Vanete. Outra área

de mobilização, em que a ativista alcançou maior reconhecimento, foi a organização política das trabalhadoras rurais nas esferas local, regional e transnacional.

A ativista recusou a maternidade biológica, o casamento e a sexualidade hegemônica. Desafiou a família patriarcal e as ordens morais de gênero ao se produzir como uma mulher negra independente e autônoma.

Woortmann ao problematizar o conceito de campesinato procura entendê-lo como um sistema moral norteador por uma ética cujas categorias nucleantes são família, trabalho, terra, hierarquia e comida. A família nesta acepção é entendida como um valor, cuja principal marca é a existência de uma “produção cultural da família como valor” (1990, p. 13) que permanece ao longo do tempo e que tem como um dos seus pilares a hierarquia.

Ao sair de casa de sua mãe para morar com seu filho, a reação das pessoas do lugar, provavelmente, tem relação com a ideia da família como valor conforme descrito por Woortmann. Nas palavras de Vanete

Quando saí de casa de minha mãe quebrei uma regra muito seguida. Outras moças também queriam ter a sua casa, inclusive muita reconheceram que não tinham coragem de fazer como eu. Assim o que fiz representava uma ameaça para as famílias, sem falar no fato que eu trabalhava num sindicato, no meio dos homens. A reação mais forte a saída de casa era das mães. Perguntavam se eu estava louca, porque estava fazendo aquilo. Diziam que estava abandonando a minha mãe. (Almeida, 1999, p. 63)

Uma outra ameaça que Vanete parece representar diz respeito à sexualidade e o casamento. Ela não saiu de casa da mãe para casar-se, como é comum nas pequenas cidades e áreas rurais. Além disso, trabalhava com sindicatos, espaços que naquela época eram eminentemente masculinos.

Estudos sobre jovens rurais (Vieira, 2006; Paulo, 2010; Nascimento-Gomes, 2016) enfatizam que o controle da sexualidade das jovens rurais é realizado pelas mulheres mais velhas como forma de “garan-

tir” a virgindade e o respeito das mesmas. Apesar das mudanças ainda persiste a ideia de que ser virgem é ser “direita” e resistir às investidas dos rapazes é mostrar que é “moça para casar” e de “confiança”.

Nessa mesma direção, Cordeiro e Quadros (2010) evidenciam que a discussão sobre maternidade e sexualidade está guiada muito mais pelos mecanismos de controle do corpo e da sexualidade das jovens rurais, do que por uma discussão sobre direitos e cidadania. As jovens raramente são percebidas como protagonistas do ponto de vista dos adultos responsáveis pela sua socialização, no campo político ou da sexualidade.

Mesmo quando as jovens vão se casar a família tem um papel importante. Na decisão da escolha do(a) futuro(a) cônjuge um aspecto relevante é que ele venha de uma família de referência. Ou seja, conhecer a família é algo determinante na escolha do par, o que é mais um motivo para que no namoro a família participe, controlando a sexualidade do casal e garantindo a honra (Nascimento-Gomes, 2016). As mães jovens não encontram apoio nos movimentos sociais rurais e suas demandas não têm visibilidade nas pautas dos diferentes segmentos dos movimentos sociais. As ativistas dos movimentos de mulheres rurais quando se referem às jovens mães tendem a enfatizar que elas são desprovidas de maturidade e responsabilidade (Cordeiro & Quadros, 2010).

Os estudos e as políticas públicas para a juventude rural são bastante recentes no Brasil. É partir de 2000 que há uma maior evidência de estudos e pesquisas sobre jovens rurais e as políticas para esse segmento foram esboçadas pelo Governo Federal a partir de 2005.

Nilson Weisheimer (2005), ao configurar o estado da arte sobre juventude rural no período de 1990 a 2004, acentua que dois aspectos estiveram presentes nas pesquisas: a participação dos jovens nas dinâmicas migratórias e a invisibilidade social dessa juventude. Para o autor, essa invisibilidade ocorre de diferentes formas e é uma das faces mais perversas da exclusão social, econômica política e simbólica.

Os jovens estavam ausentes da produção teórica e não eram considerados sujeitos de direitos.

Por conta das relações assimétricas de gênero e geração que estruturam a agricultura familiar e camponesa, os(as) jovens participam de várias etapas do produtivo. Entretanto, são alijados dos processos decisórios. A posição das jovens é mais grave. Vários estudiosos alertam (Castro, 2007; Aguiar & Straposolas, 2010) que as jovens vivenciam intenso controle social fora e dentro da família, exclusão dos processos de produção, sucessão e herança e são alijadas dos espaços de decisão. Em vários locais do Sul e Sudeste, resta às jovens migrarem das áreas rurais ou casarem para se verem livre da hierarquia familiar.

A literatura também aponta que não cabe falar de juventude rural como uma categoria homogênea e que há uma pluralidade de experiências e modos de vida dos jovens nos contextos rurais brasileiros. Além disso, esses(as) jovens não vivem isolados nos sítios e comunidades, eles(as) vivenciam uma intensa mobilidade entre o campo e a cidade – por conta do estudo, trabalho, diversão, participação política, entre outros –, que circunscrevem os seus modos de vida e os contextos rurais (Carneiro, 2007; Silva; Menezes, 2010). Entretanto, a família e a comunidade ainda são elementos centrais na vida desses(as) jovens (Wanderley, 2007).

Para abordar a complexidade da juventude rural na atualidade, Wanderley (2007) propõe a análise de uma dupla dinâmica social formada pelas dimensões espacial e temporal. A primeira relaciona diferentes espaços e relações como a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial), que são as bases da vida e das experiências dos(as) jovens rurais. A dinâmica temporal é constituída por três aspectos: o passado das tradições familiares; o presente da vida cotidiana, especialmente, focado na educação, no trabalho e na sociabilidade local; e o futuro, especialmente, por meio das escolhas profissionais, matrimoniais, constituição de patrimônio, práticas de herança, sucessão e migração temporária ou

definitiva. Para a autora, por conta dessa dupla dinâmica espacial e temporal “pode emergir um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural” (p. 24).

Na área rural, o questionamento da desigualdade de gênero alcançou maior visibilidade a partir da década de 1980, com a organização das mulheres rurais em grupos e movimentos. A ação coletiva das mulheres agricultoras foi, sem dúvida, uma das grandes novidades do cenário político da época. No Sertão, Vanete ajudou a criar o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central.

Atualmente, há o reconhecimento das mulheres como sujeito político na cena pública brasileira e na primeira década dos anos 2000 houve implementação de políticas públicas de gênero para a área rural. Entretanto, persiste forte divisão sexual desfavorável às mulheres e pouco acesso à terra e a recursos monetários. Cordeiro (2004) resalta que, apesar das mudanças demográficas acerca do número de filhos da família na área rural e de um discurso favorável ao uso de contraceptivos, no que se refere ao exercício da sexualidade, esta ainda é mantida dentro dos marcos da união conjugal. Há muitas resistências ao exercício da sexualidade fora dos limites do casamento, e a liberdade de ir e vir, independentemente dos interesses dos familiares, não é uma conquista plenamente consolidada para todas as mulheres, especialmente, para as mais jovens.

Jovens Feministas Moçambicanas e novos modos de participação política

As mulheres jovens participaram, ao lado de homens, da luta armada pela independência de Moçambique, embora suas histórias nem sempre sejam contadas, como nos informa Jonna Katto (2018). De acordo com a nossa experiência, tem havido participação de jovens em vários projetos, atividades, pesquisas, em que as próprias jovens definem a sua forma de participação. Penso na Associação Sócio-Cul-

tural Horizonte Azul (ASHA)¹ e noutros grupos informais que estão discutindo assuntos diversos e participando em pesquisas, Sociedades (In)Seguras, por exemplo.

Em Moçambique, testemunhamos retrocessos políticos que incidem sobre as vidas das mulheres. Em 2016, tivemos a prisão de cinco militantes feministas, com a expulsão de uma delas. Temos um mês de comemorações do dia internacional das mulheres no país, iniciando no dia 8 de março e indo até o dia 7 de abril, que é o dia da mulher moçambicana. Nas comemorações de 2016, um grupo de jovens feministas e outras mais velhas, resolveu fazer uma peça de teatro em frente a uma escola, para protestar contra a obrigatoriedade de as meninas usarem uniformes com saias compridas, como forma de evitar a violência sexual. Essa havia sido uma decisão do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano.

Quando as jovens chegaram ao local foram recebidas pela polícia, com carros militares e cães. As jovens estavam dançando, entoando cantos como “o patriarcado vai cair, vai cair, vai cair”, o que foi tomado como ofensivo pelos policiais. Os cães foram atirados contra as jovens. Cinco mulheres mais velhas, que se sentiam responsáveis pelo grupo de jovens, cada uma por sua vez, tentaram conversar com os policiais para entender sua postura. A cada tentativa, a mulher que tentava conversar sobre a hostilidade policial era presa e algemada. Entre as cinco, havia duas estrangeiras, uma espanhola e uma brasileira. A espanhola estava ligada à Marcha Mundial das Mulheres. Moçambique sedia o escritório internacional da Marcha Mundial das Mulheres desde 2014. A brasileira viajou no dia seguinte ao episódio e escapou de ser expulsa do país. As prisões foram realizadas arbitrariamente. As mulheres foram encarceradas em um aparato da polícia durante cinco horas. Advogadas não puderam intervir. Só depois de muito barulho é que elas foram retiradas da prisão.

1. <http://www.horizonte-azul.org/inicio.html>

Alguns dias depois, Eva Anadon, a feminista espanhola, foi deportada, sob a alegação de que uma estrangeira não pode participar de “manifestações ilegais”.

A ação policial desmedida foi denunciada pela Marcha Mundial das Mulheres, em texto que expõe que a manifestação sequer aconteceu e que os policiais tomaram cartazes, câmeras e celulares à força, intimidando as feministas ali presentes. A Marcha conclama à vigilância pela democracia:

Nós da Marcha Mundial das Mulheres denunciemos esta decisão das autoridades moçambicanas como uma flagrante violação da democracia, corroborada pela ação dos meios de comunicação que não deram relevância ao conteúdo e à pertinência da manifestação preparada pela sociedade civil e também não questionaram o uso arbitrário do poder policial. (...) Chamamos todas as mulheres e movimentos aliados a somar suas vozes na defesa da democracia em Moçambique, no Brasil e em todo o mundo. Convidamos a todas a disseminar esta e outras mensagens de solidariedade e denúncia em suas listas e nas redes sociais usando a hashtag #mulherespelademocracia. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres! (Marcha Mundial das Mulheres, 2016)

Este episódio criou um ponto de ruptura das possibilidades de atuação política como fazíamos até então. Iniciamos articulações em rodas feministas, fazendo debates, dentre eles, sobre a importância das jovens feministas. Em contexto mundial, muitos grupos de jovens feministas têm blogs, nos quais discutem temas variados: feminismo negro, capitalismo, patriarcado, entre outros. O que temos verificado é que diante dos desafios da atualidade, buscamos outras formas de participação política, uma vez que os grandes espaços, como a rua, estão cada vez mais fechados. Estão surgindo, portanto, outras formas de militância política, junto de mulheres mais jovens, que tentam combinar a academia, os grupos de base, e participando também de diversos projetos de pesquisa que discutem a segurança das mulheres em espaços públicos.

Movimento das Cidadãs PositHIVas e jovens vivendo com HIV/Aids

Em pesquisas e práticas extensionistas desenvolvidas recentemente no grupo de pesquisa Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS)², temos observado alguns dilemas da formação política e do protagonismo de pessoas jovens vivendo com HIV/Aids. A relação de pessoas jovens com sua sorologia positiva para o HIV parece impor negociações permanentes entre revelar-se como “vivendo com HIV/Aids” ou como alguém que “tem uma vida normal.” No contato com algumas pessoas que participam ou já participaram da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids (RNAJVHA), a questão de ser “um(a) jovem pública”, leia-se, ter sua sorologia explicitada, é vivida de forma ambivalente. Há situações em que familiares e amigos próximos desconhecem a sorologia do(a) jovem. Pessoas com trajetórias mais extensas de participação política no contexto da aids com frequência constroem uma narrativa heroica sobre o diagnóstico, apoiando-se na própria luta por direitos para a superação de estigmas e preconceitos. Vimos trajetórias assim entre as mulheres que participaram de outra pesquisa (Kind & Cordeiro, 2016). Contudo, a publicização do diagnóstico no contexto de militância constrange outras possibilidades de narração de si mesmos, impondo certa renúncia de projetos de uma “vida normal”

Em menor número do que os homens e majoritariamente infectadas em relações heterossexuais, as mulheres jovens ficam invisibilizadas. As mulheres jovens vivendo com HIV/Aids comportam mais diversidade do que os dados epidemiológicos dão a ver. O estímulo à participação de mulheres jovens é preocupação da própria RNAJVHA. A necessidade de

2. Entre os projetos recentes desenvolvidos pelo NaGeS, destacam-se o Programa de Extensão intitulado *Programa interagentes na prevenção e promoção da saúde: articulações entre universidade, sociedade civil e estado para o enfrentamento da epidemia de HIV/aids* (com financiamento da PROEX PUC Minas), o projeto de pesquisa com financiamento FIP PUC Minas, sobre a participação política de mulheres jovens vivendo com HIV/aids, além de pesquisas de iniciação científica e mestrado que envolvem a população jovem vivendo com HIV/aids.

estimular a participação de mulheres jovens é marcada nos encontros da segunda década dos anos 2000. Em maio de 2011, ocorreu o 5º Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids, e o estímulo à participação de mulheres constou entre os objetivos prioritários da RNAJVHA naquela edição do evento. Em julho daquele ano, houve o encontro para Planejamento Estratégico para Formulação do Plano de Ação 2011-2013, em Brasília (DF). Composto o plano de ação, explicitou-se a intenção de realizar um encontro nacional de mulheres adolescentes e jovens vivendo com HIV/Aids. (RNAJVHA, 2014, p. 13).

Algumas autoras acentuam o caráter transnacional do feminismo. No caso das lutas de enfrentamento à infecção por HIV/Aids, segundo Galvão (2000), o Brasil despertou o interesse internacional pelo número de casos registrados, pelo financiamento do Banco Mundial nos anos 1980, pela marca das organizações não-governamentais na relação com o Estado, pela posterior conquista do acesso gratuito e universal aos antirretrovirais. A feminização da Aids começou a se mostrar como um fenômeno preocupante ainda nos anos 1980, pelo mascaramento da vulnerabilidade de mulheres heterossexuais, em relações estáveis que começaram a ser infectadas pelo vírus. A suposta incongruência permitia a desconstrução do HIV/Aids como doença de usuários de drogas ou pessoas envolvidas em relações de “promiscuidade” (Landau, 2011; Carvalhaes & Teixeira Filho, 2012). A mobilização em ONGs e o financiamento internacional agremiou mulheres vivendo com HIV/Aids em lutas por direitos à saúde.

O entrecruzamento entre lutas feministas e HIV/Aids decorreu da predominância, a partir dos anos 1990, de organizações com alcance transnacional “altamente profissionalizadas e tematicamente especializadas.” (Ramos, 2004). Landau (2011) estudou a memória coletiva do ativismo de resposta e enfrentamento à aids no Brasil. Sobre o efeito de mobilizações mais intensas nos anos 1980, período anterior ao processo de “on-guização” dos movimentos sociais no Brasil, a autora buscou compreender novas formas de ativismo. Ela apresenta, dentre outras entidades, a rede de Cidadãs PositHIVas, dedicada prioritariamente ao enfrentamento cotidiano de “mulheres vivendo com HIV/Aids.” Criada em 2002, a rede

de Cidadãs PositHIVas, para Landau (2002, p. 36), “é a única rede nacional de seu tipo que assumiu a responsabilidade de discutir o assunto complexo das mulheres vivendo com HIV/Aids”

As informações disponibilizadas no blog da entidade apontam, dentre os objetivos do Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas, “atuar como rede em defesa e garantia dos direitos e controle social de política de saúde para mulheres.”³ O foco específico em mulheres jovens não é evidenciado no MNCP. O vídeo Positivas, de Suzanna Lira (2010) mostra o acolhimento de uma jovem soropositiva e sua filha recém-nascida por mulheres do MNCP. Em pesquisas recentes, observamos o papel de integrantes do MNCP como articuladoras de mulheres jovens aos movimentos sociais de luta contra a aids. Duas ilustrações dessa integração se fazem sentir na história de Heliana Moura (Moura, Santos & Nascimento, 2016) e em entrevistas realizadas recentemente envolvendo mulheres jovens vivendo com HIV.

Heliana nos conta como tem atuado em salas de espera de serviços de saúde, em busca ativa por articulação com pessoas que se descobrem infectadas pelo HIV:

Uma coisa que me deixou muito feliz foi uma mulher que estava com a filha. A mãe dela tinha muita raiva de tudo, então, não podia falar para ninguém. A filha dela pôde perceber que há outras meninas como ela, que existem outras mulheres. Portanto, eu gostava muito desse trabalho de sala de espera. A gente consegue pegar mulheres que só vão da consulta para casa e vice-versa, e que não têm informação. Porque essas mulheres que estão dentro das ONGs sabem alguma coisa, há o trabalho feito ali, de convivência, de fortalecimento e de informação. Mas, nessas da sala de espera, elas não têm esse momento. (Moura, Santos & Nascimento, 2016, p. 31)

Esse trabalho de diálogo entre mulheres do MNCP com seus pares jovens foi compartilhado em duas entrevistas realizadas em projeto recente do NaGeS. Nas entrevistas com as mulheres jovens vivendo

3. Ver: <http://mncpbrasil.blogspot.com.br/>.

com HIV, elas contam sobre sua inclusão nos espaços virtuais de discussões do MNCP. Ambas as entrevistadas reconhecem a importância de articulação com mulheres “mais experientes”, nos dizeres de uma delas, que abrem espaços para debates em torno de temas variados, indo desde o cotidiano do viver com o vírus até como reiniciar a vida afetivo-sexual após a infecção.

As trocas intergeracionais entre mulheres vivendo com HIV/Aids ainda estão por ser melhor compreendidas. Um dos desafios diz respeito à marcação cronológica do que se considera “jovem” nesse contexto. A idade, no contexto das lutas de enfrentamento ao HIV/Aids, é um divisor de águas. Aos 29 anos as pessoas já são consideradas participantes dos movimentos para “adultos”, o MNCP ou a RNP+, e não mais pertencentes à RNAJVHA.

Entrelaces e distanciamentos Feminismos e juventudes

Nas experiências relatadas, Vanete Almeida, Vera Anadon e Heliana Moura personificam o elo entre “feministas históricas” e as jovens feministas do seu entorno. O que vemos são modos de aprendizagem mútua entre mulheres, de diferentes gerações marcando a atualidade das convergências de lutas no Brasil e em Moçambique. Mas a própria identificação como “jovens feministas” causam discussões à parte.

No balanço das trajetórias do feminismo no Brasil que se fez presente na revista Estudos Feministas assinado por Grossi (2004), lê-se a expressão “novas” gerações de feministas. A ideia de um coletivo que se diferencia das primeiras gerações de feminista no país foi alvo de compreensão nas reflexões de Grossi (2004) e de Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013). Dentre os eventos que marcaram a segmentação geracional dentro dos movimentos feministas, acentuados por essas autoras, está o III Acampamento para a Juventude, ocorrido no III Fórum Social Mundial, em 2003. Em relato específico sobre esse acontecimento, Júlia Ruiz di Giovani, representante da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), se indaga: “Onde estão as jovens femi-

nistas?” (Giovani, 2003). A autora desenha a ideia de geração em torno de mulheres que cresceram entre os anos 1980 e 1990, assistindo ao declínio das utopias, ao avanço de políticas neoliberais e à ascensão das novas tecnologias comunicacionais. Giovanni (2003) vê nessa geração de feministas um protagonismo outro, em contraponto com as primeiras gerações de feministas que se fixaram nos ambientes acadêmicos e nas organizações não-governamentais, a perspectiva que se anuncia em suas palavras é o de jovens militantes conectadas em escala global, constituindo-se como uma “nova geração política.” Em suas palavras,

Essa geração, que vem sendo identificada como protagonista do movimento antiglobalização, se expressa em uma grande diversidade de percursos de ação e organização, através das mobilizações de massa, das redes de informação, dos organismos de comunicação autônomos (jornais, fanzines, rádios livres e sítios na Internet), da ação direta não violenta, da desobediência, da organização de coletivos radicais independentes de partidos políticos, de juventudes partidárias dispostas a arriscar seus limites institucionais, de grupos de artistas militantes, das greves estudantis e das ações de educação popular, entre outras formas. (Giovanni, 2003, p. 657)

Embora a expressão “jovens feministas” seja sustentada com mais desenvoltura em algumas publicações mais recentes do que as reflexões do início dos anos 2000 (Zanetti, 2011; Bassalo, 2012), testemunhamos na contemporaneidade o uso vertiginoso das tecnologias digitais por movimentos sociais diversificados (Lemos & Lévy, 2010; Castells, 2013), mas também a ocupação desses espaços por jovens (Lima *et al.*, 2017), e de modo ainda mais específico, pelas jovens feministas (Oliveira & Pinto, 2016; Abreu, 2017).

Oliveira e Camilo (2014), por meio de pesquisa narrativa com mulheres jovens em coletivos feministas, denominam como “política do cotidiano” o modo de participação juvenil na atualidade. Segundo as autoras, a imersão de jovens mulheres em coletivos feministas teria por objetivo a resignificação das “formas dos sujeitos se situarem no

mundo, contribuindo para a conquista de uma inserção de grupos mais cidadã, ética, autônoma e engajada.” (Oliveira & Camilo, 2014, p. 103). Os argumentos das autoras são importantes para a compreensão da dimensão simultaneamente individual e coletiva que envolve a participação juvenil. Esta proposta se alinha ao pressuposto de pesquisas narrativas que tomam a experiência como constituída simultaneamente de dimensões individuais e coletivas.

Em sintonia com algumas autoras, toma-se juventude como um marcador importante para a compreensão dos processos participativos na contemporaneidade (Zanetti, 2013; Mayorga, 2013). Zanetti (2013) argumenta que os investimentos das últimas décadas em políticas para a juventude ampliam o olhar para esse segmento social. Cláudia Mayorga (2013), por sua vez, nos alerta sobre perigos de invisibilidade nos estudos sobre ativismo juvenil, em decorrência de que, não raro, “o reconhecimento da voz, da ação e da experiência juvenil se dá através de uma mediação, seja ela adulta ou institucional” (p. 344).

Zanetti (2013) assinala que as primeiras indagações do feminismo no Brasil decorreram da contestação de identidades pouco legitimadas no interior do movimento, como as experiências de feministas negras, lésbicas e proletárias. O que estava em jogo era a denúncia de certa generalização do feminismo empreendido por “mulheres brancas, de classe média e heterossexuais”, processo que teve início no Brasil nos anos 1980. Segundo a autora, “embora muitas jovens participassem, ou talvez por representarem boa parte das militantes, naquele momento não havia o reconhecimento da identidade ‘feminista-jovem’ e sequer havia essa demanda” (p. 50). Apenas posteriormente se vê emergirem pautas de diferenciação relacionadas à juventude. Como aponta a autora, as políticas de estímulo à participação juvenil ganharam acento no país recentemente. Em suas palavras, um novo contexto social de reconhecimento e legitimidade de jovens “contribuiu para o empoderamento e valorização da identidade juvenil também no interior dos movimentos sociais” (p. 50).

De modo semelhante Adrião e Toneli (2008) analisam que o reconhecimento das jovens feministas, entendidas pelas autoras como novos sujeitos do feminismo, revela uma relação no interior dos movimentos feministas, possível apenas na contemporaneidade, quando a juventude emerge como categoria analítica e potencial político.

Como contraponto ao acento dado à dimensão geracional em jogo na autodeterminação de grupos como jovens feministas, Gonçalves, Freitas e Oliveira (2013) problematizam as “narrativas sobre o tempo.” Como argumento central, as autoras marcam “o caráter de transitoriedade que a idade impõe ao fenômeno geracional.” (Gonçalves, Freitas, Oliveira, 2013, s/p). As autoras consideram que a reivindicação de clivagem geracional ressoa com maior força entre as feministas jovens, embora se retire de cena a passagem do tempo mesmo para quem, num certo momento, se declara jovem. As autoras assinalam que, “como identidade provisória, ela [a juventude] entra na constituição do movimento feminista conferindo-lhe sua marca, imprimindo-lhe sua voz e transferindo-lhe seus saberes e práticas.” (Gonçalves, Freitas, Oliveira, 2013, s/p). Para essas autoras, as jovens feministas desvelam, no interior dos movimentos feministas, a necessidade de se pensar sua capacidade de renovação e formação política. Nesse processo de renovação, as jovens feministas têm apostado na produção de novas linguagens, que envolvem escrita acessível, uso de novas tecnologias e outras formas de fala pública. Nessa direção, acompanha-se a ocupação de plataformas digitais como modo de militância política.

Referências

- Abreu, C. “Narrativas digifeministas: Arte, ativismo e posicionamento político na internet.” **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 2, n. 4, p. 134-52, 2017.
- Adrião, K.; Toneli, M. J. F. “Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro.” **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 465-74, 2008.
- Aguiar, V. P.; Straposolas, V. L. “As problemáticas de gênero e geração nas

- comunidades rurais de Santa Catarina.” In: Scott, P., Cordeiro, R.; Menezes, M. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 159-86.
- Almeida, V. **Ser mulher num mundo de homens**. 2ª ed. Serra Talhada: MMTR-NE/Thresholf Foundation, 1999.
- Bassalo, L. M. B. **Entre sentidos e significados: um estudo sobre visões de mundo e discussões de gênero de jovens internautas**. Tese (Doutorado em Educação) – Brasília, UnB, 2012.
- Carneiro, M. J. “Juventudes e novas mentalidades no cenário atual.” In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53-66.
- Carvalhoes, F. F.; Teixeira Filho, F. S. “Histórias de vida de mulheres HIV + ativistas: mudanças e permanências.” **Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 377-98, 2012.
- Castells, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- Castro, E. G. de. “Balanços e Perspectiva.” In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 128-36.
- Cordeiro, R. **Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – São Paulo, PUC-SP, 2004.
- Cordeiro, R. M. E.; Quadros, M. T. “Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério idade.” In: Scott, P.; Cordeiro, R.; Menezes, M. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 391-420.
- Galvão, J. **AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia**. Rio de Janeiro: ABIA / São Paulo: Editora 34, 2000.
- Giovanni, J. R. “Jovens, feministas, em movimento: a marcha mundial das mulheres no III acampamento intercontinental da juventude.” **Estudos Feministas**, v. 11, n.2, p. 655-660, 2003.
- Gonçalves; E.; Freitas, F. R. A.; Oliveira, E. “Das idades transitórias: as ‘jovens’ no feminismo brasileiro contemporâneo, suas ações e seus dilemas.” **Revista Feminismos**, v. 1, n. 3, 2013.
- Grossi, M. P. “A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil.” **Estudos Feministas**, v. 12, núm. esp., p. 211-21, 2004.
- Katto, J. **“A Avó foi Guerrilheira”: Memórias de Vida das Mulheres que Lutaram pela Independência de Moçambique no Norte do Niassa / “Grandma was a Guerrilla Fighter”: Life Memories of the Women who Fought for Mozambique’s Independence in Northern Niassa**. Tallinn, Estônia: Tallinna Raamatutrukikoda, 2008.
- Kind, L.; Cordeiro, R. (org.) **Notícias da vida: Narrativas sobre a morte com**

- mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/aids.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- Landau, C. “A Aids mudou de cara’: memória coletiva e novas oportunidades para o ativismo da Aids no Brasil.” **Plural**, v. 17, n. 2, p. 11-44, 2011.
- Lemos, A; Lévy, P. **O futuro da internet.** São Paulo: Paulus, 2010.
- Lima, N. L. et al. (org.) **Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares.** Belo Horizonte: Artesã, 2017.
- Lira, S. **Positivas.** Rio de Janeiro: Modo Operante Produções, 2010. DVD (78 min): son, color.
- Lugones, M. “Rumo a um feminismo descolonial.” **Revista de Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-52, 2014.
- Marcha Mundial das Mulheres. **Autoridades de Moçambique deportam a Eva Anadón, ativista e colaboradora do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.** Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/toda-solidariedade-a-eva-anadon-militante-feminista-deportada-de-mocambique/>.
- Mayorga, C. “Pesquisar a juventude e sua relação com a política - Notas metodológicas.” **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 343-350, 2013.
- Moura, H., Santos, J. H. S.; Nascimento, P. G. “Ser mulher vivendo com HIV e superando a morte social.” In: Kind, L.; Cordeiro, R. (org.) **Notícias da vida: narrativas sobre a morte com mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids.** São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 25-34.
- Nascimento-Gomes, F. S. **Juventude, sexualidade e relações afetivo-sexuais: uma análise interseccional de jovens rurais e urbanos.** Tese (Doutorado em Psicologia) – Recife, UFPE, 2016.
- Oliveira, M. C. S. L.; Camilo, A. A. “Participação política juvenil e constituição de gênero: uma questão para a psicologia do desenvolvimento.” **Athenea Digital**, v. 14, n. 2, p. 95-115, 2014.
- Oliveira, R. S.; Pinto, G. R. “Mães de suas decisões: o papel do ciberfeminismo no empoderamento da mulher e na reivindicação de direitos relativos ao parto a partir do acesso à informação.” **Revista do Mestrado em Direito**, v. 10, n. 2, p. 378-405, 2016.
- Paulo, M. A. L. “Juventude rural, sexualidade e gênero: uma perspectiva para pensar a identidade. In: Scott, P.; Cordeiro, R; Menezes, M. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais.** Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 343-366.
- Ramos, S. “O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental.” **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004.
- RNAJVHA. **Histórico da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids.** Brasília: Unicef, 2014.

- Silva, M.; Menezes, M.A. “Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares-PB. In: Scott, P.; Cordeiro, R; Menezes, M. (org.) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 279-309.
- Vieira, R. S. “Tem jovem no campo! Tem jovem homem e tem jovem mulher.” In: Woortmann, E. F.; Menache, R.; Heredia, B. (org.) **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 195-214.
- Wanderley, M. N. “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.” In: Carneiro, M. J.; Castro, E. G. (org.) **Juventude Rural em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-33.
- Weisheirmer, N. **Juventudes rurais: Mapa de Estudos Recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- Woortmann, K. “Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral.” **Anuário Antropológico**, n. 87, p. 11-73, 1990.
- Zanetti, J. P. “Jovens feministas do Rio de Janeiro: trajetórias, pautas e relações intergeracionais.” **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 47-75, 2011.

Feminismos jovens nas redes que nos conectam

[Domitila Shizue Kawakami Gonzaga]

Como uma jovem feminista, percebo que há uma fluidez que percorre a leitura do capítulo O que aprender umas com as outras? – Narrativas intergeracionais das lutas feministas no Brasil e em Moçambique, das autoras Luciana Kind, Rosineide Cordeiro e Isabel Maria Casimiro, a qual me convida à escrita deste texto ressonância. Há um familiar conforto no que diz respeito à temática da luta tão presente no meu cotidiano, como imagino que deve ser para as leitoras deste livro, em especial deste capítulo. Sua própria epígrafe traz consigo a anúnciação de um devir de liberdade na força de Conceição Evaristo. A citada autora nos incita a escutar também uma ressonância presente na voz das jovens mulheres que virão, na figura de sua filha, num som encorajado, todavia mais entoadado, pelas vozes das que vieram.

Tais confortos citados anteriormente vão sendo transformados num efervescer que amarga a boca e me remexe da cadeira, uma indignação, uma comichão. Entendo que talvez sejam sentimentos como estes que fazem a movimentação e agrupamento de mulheres, pelas suas distintas necessidades, em busca da tal liberdade citada na epígrafe. A leitura deste capítulo leva a narrativas feministas de três contextos distintos, cercados por suas semelhanças e particularidades: se passam no sertão pernambucano brasileiro, em Moçambique e na capital mineira brasileira. Nosso fio condutor nos conta de um processo de colonização patriarcal português devastador, torcendos-nos até hoje, quando algumas de nós finalmente têm espaço para

ler um material científico de metodologia feminista escrito por, com e para mulheres.

As histórias são protagonizadas por lutas específicas de três mulheres, que contam também um fragmento do que poderia muito bem – e deve – ser alguma parte das nossas histórias. Possivelmente o principal desconforto esteja em termos de insistir em ganhar espaços, direitos e ainda travar debates a respeito da igualdade de gênero passadas duas décadas do século XXI. De certo, está no fato de estarmos inseridas em sistema opressor, colonizador, racista, machista e patriarcal, que não apenas tenta nos silenciar, mas nos impõe que o silêncio é “de bom tamanho nem largo nem fundo / é parte que [nos] cabe neste latifúndio” (Melo Neto, 1966).

E em meio a tal doutrinação dos corpos, na chancela moral proveniente das instituições abarrotada de homens brancos e poderosos, há de se ter coragem. Então, aqui somos presenteadas por histórias de mulheres corajosas, ativistas, politicamente engajadas, que desafiaram vozes poderosas. São histórias que nos contam de várias outras mulheres que não se contentam com o silêncio, que lutam e por isso nos oferecem a mão para irmos com elas. É assim que sou convidada a escutar tais histórias, e em uma contação de “narrativas intergeracionais”, como uma cena de narração, de mãe para filha, e aprendo com o que elas fizeram.

Escrevemos este livro em um momento político peculiar, que nos parecia estar aos pés de um vulcão gigante que vem se despertando, tentando nos assustar ao nos relembrar do tamanho de sua força legitimada há tantos anos. Sobretudo neste cenário, quando nós jovens feministas (e outros tantos grupos marginalizados) nos sentíamos cada vez mais capazes de avanços. Ancorado por outras forças magmas, aqui em solo brasileiro, desde 2012 vimos sentindo o que poderia ser uma avalanche esmagadora, que vem se movendo desde então. Seu peso ficou ainda maior pelos resultados das eleições presidenciais de 2018, quando escutamos, literalmente, o discurso de posse em 2019 contra o “politicamente correto”.

Este cenário assustador tenta nos enfraquecer, mas é nele que se evidencia nossa força, pois quanto mais somos atacadas pelos discursos-bomba de efeito moral, mais nos fortalecemos. E não é tarefa simples, visto que é por conta deles que vivemos em um país onde mulheres são mortas diariamente por meio dos diferentes tipos de violência, seja pelos matrimônios forçados do sertão pernambucano; pela exigência de vestimenta adequada para “evitar situações de violência sexual” em Moçambique ou pelos inúmeros casos das constrangedoras infecções femininas por HIV, em matrimônios heterossexuais “estáveis” em Minas Gerais.

Este panorama complexo é facilitador das minhas ressonâncias, que me animam a pensar sobre os espaços de atuação de resistência das jovens feministas. Ainda mais sobre a necessidade de criatividade, que o contexto clama por. As inspirações deste capítulo ilustram a potência dos tantos feminismos e suas atuações políticas. Os sons desta ressonância reverberam sobre nossos passos bravamente alcançados, cuja altura incomoda e desacomoda. As consequências dessas danças acompanhadas do seu som alto fazem tanta balbúrdia, que será impossível voltar atrás. Pois queira ou não queira, todo mundo já está dançando um pouco.

Ademais, particularmente, eu enxergo a gana da juventude em todos os movimentos feministas. Há certa necessidade de se pensar à frente do tempo vivido para que se revolte com a conjuntura, por isso, enxergo os feminismos como movimentos sempre jovens – ao mesmo tempo contemporâneos e visionários – e insatisfeitos. A energia da juventude revoltada com os contextos de injustiças, buscando por transformações sociais, sucessivamente atualizadas por outras jovens feministas, formam estes ciclos intergeracionais.

Nossa geração compartilha de um potencial das redes sociais virtuais, aos poucos sendo cada vez mais dimensionado, que trava debates por seu uso contraditório. Sua relevância é cerceada por prós e contras, mas inegavelmente estão entranhadas em nosso cotidiano. Aqui ousei defender um dos seus lados: como ferramenta política, que se

pode se posicionar contra discursos autorizados. Apesar de todos os limites, o espaço virtual tem oferecido possibilidade de existência de narrativas historicamente discriminadas. A internet está sendo capaz de transformar a movimentação das jovens, as quais podem se inteirar de debates que lhes competem, da busca por direitos, de alternativas de relacionamentos e de vida, e de se organizar em eventos, entre outras. E é prioritariamente a partir desta ferramenta que as jovens feministas desta contemporaneidade têm se organizado no que já tem sido chamado de quarta onda feminista.

Foi por este meio que se espalharam mensagens da resistência (outras também, mas nos deteremos a estas neste texto), com foco na importância da nossa união e pela semente da educação crítica. Exemplos de frases que expressam o momento são “ninguém solta a mão de ninguém”, em um desenho onde duas mãos femininas se seguram e são combinadas à uma rosa. Outras fazem referência à presença e vida de Marielle Franco, mulher símbolo de muitas lutas marginalizadas (presença da mulher no cenário político-partidário; grupos periféricos e favelados; grupos LGBTQI, para citar alguns), cuja morte também aflige a continuidade dos movimentos. E ainda, buscam em Paulo Freire e Darcy Ribeiro teorias que poderiam dar qualquer sinal de vida a um Brasil que morre a cada extermínio arbitrário e covarde de mulheres.

Concentrações de mulheres braveando seus pedidos em uníssono nas ruas foram também permitidas por prévias organizações virtuais nas redes sociais. Exemplos foram os encontros demonstrando o desagrado e a oposição contra o então candidato à presidência Jair Bolsonaro, movimento chamado de “Ele Não.” Bem como a solidariedade a movimentações de outros países, como nossas vizinhas argentinas, quando se organizaram em encontros progressistas em favor do aborto legal e seguro, colorindo as ruas de verde, em um inverno gelado. Também no apoio às artistas de Hollywood, quando estas passaram a se organizar e denunciar as tão cotidianas cenas de assédio sexual e moral que experienciam no paraíso do patriarcado, no movimento

“Me Too.” Ou ainda assistir à valentia da adolescente Malala Yousafzai, ativista jovem paquistanesa que levou três tiros por lutar pelos direitos das meninas de frequentar a escola. Sua bravura não apenas a fez ser a mais nova pessoa a laurear o Nobel da Paz, como a repercussão da sua história mobilizou a primeira lei de direito à educação no Paquistão, em 2015.

Saber destes movimentos por meio de fotos e vídeos com declarações de denúncias nos causa uma sensação de proximidade física, de tal maneira a nos transportar até o evento e celebrar os avanços conseguidos pelas nossas. Nesta magia do mundo virtual somos transportadas e aproximadas, e assim movimentos geograficamente isolados vão ganhando força e adeptas, possibilitando reproduções cabíveis a outros contextos. Foi a partir desta conjuntura de fortalecimento e união que se popularizou o uso da expressão sororidade, significando exatamente este sentimento de irmandade entre nós.

Por conta das difusões capilares da internet, lutas específicas de mulheres distintas vão sendo dimensionadas no *mainstream*, de maneira a vislumbrar um futuro no qual se celebre a pluralidade dos feminismos. Em que estejam por um lado fortalecidas como mulheres, e ao mesmo tempo entendamos que cada mulher pode viver situações muito específicas com seu corpo atuante no mundo. Por enquanto, ainda sinto que temos que lutar pela legitimidade das lutas dos grupos de mulheres, com suas causas baseadas pelo sexo de nascimento, orientação sexual, classe, raça, religião ou profissão. E claramente a expressão “mexeu com uma, mexeu com todas” desvia o debate para quais “todas” estamos de fato protegendo: travestis, mulheres trans, lésbicas, pobres, negras, muçulmanas que vestem véu, prostitutas, quilombolas, ribeirinhas?

Em uma pesquisa-ação moderada por Carla Guanaes-Lorenzi e eu, em uma cidade de pequeno porte do interior do estado de São Paulo, estivemos em grupo com adolescentes e profissionais da área da saúde para dialogar a respeito de sexualidade. As adolescentes e os adolescentes que estiveram conosco tinham em torno de 13 a 15 anos e, em

determinados momentos, pudemos problematizar conjuntamente as questões de gênero, a despeito da sexualidade. Para nós ficou muito evidente a forte tentativa da parte delas e deles em desconstruir discursos arraigados no tempo, mas ao mesmo tempo suas dificuldades em construir argumentos que dessem conta deste trabalho. Contradições que iluminam o poder do controle dos corpos da juventude e sua sexualidade (Gonzaga & Guanaes-Lorenzi, 2018).

Embora se note o quanto nos custa caminhar na contramão dos discursos hegemônicos de poder, também nos deparamos com a grandeza destas e destes jovens, no seu direito de serem contraditórios como nós, relatarem suas próprias histórias de subversão à hegemonia. Sobretudo, nos ratifica de nossas responsabilidades éticas e políticas, de pesquisadoras e psicólogas críticas, em propor os questionamentos: desde quando é assim? Por que será que é assim? Quem disse isso? Quem se beneficia e quem se prejudica nesta ideia? Para então podemos plantar problematizações que desafiam o status quo.

É na condição de jovem feminista insatisfeita com o cenário que proponho estas reflexões, que não buscam amargurar, senão convidar. Numa onda feminista do “novo milênio”, podemos avançar nos debates a respeito da igualdade de gênero, em seu entendimento binário, ou seja, aquele que reduz gênero ao feminino e masculino. Ao receber as histórias das que vieram, sinto nosso comprometimento com a abertura, a diversidade e a pluralidade para as que vêm. Devemos ter em conta as assimetrias globais, atuar interdisciplinar e interseccionalmente, ou seja, ultrapassar os debates a respeito de gênero como categoria isolada. Gênero é também discussão sobre sexualidade, classe, raça, religião, etnia, enfim.

Laerte Coutinho, mulher trans, em sua página do *Instagram* @laertegenial, publicou neste furor uma sequência de quatro quadrinhos, que tento descrever: no primeiro, uma mulher vestida com um chapéu típico de quem trabalha na terra e se protege de um sol escaldante (bastante presente no sertão nordestino do país), um vestido e avental, ara a terra com uma pá; depois já sem o chapéu, mas com um

lenço na cabeça, rega a terra cuidadosamente; no terceiro quadrinho assiste pacientemente a mãos crescerem da terra, estas com o punho fechado, e por fim, quando estas mãos já estão crescidas, a mulher, agora de cabelo solto, vestido, o avental repousado no ombro, segura uma pasta em uma mão e com a outra, se despede das mãos já crescidas, numa alusão à relação professora-alunas.

É assim que quero finalizar esta ressonância, com a proposição de tantas delas e com o desejo de que nos unamos na dança da resistência. Que estejamos sempre incomodadas para plantar e questionar.

Referências

- Gonzaga, D.; Guanaes-Lorenzi, C. **Práticas colaborativas com adolescentes e profissionais de saúde sobre saúde sexual e reprodutiva**. Manuscrito para Exame de Qualificação, não publicado. 2018 (Dissertação/Tese)
- Melo Neto, J. C.; Holanda, Chico Buarque. **Funeral de um Lavrador**, Discos Marcus Pereira, 1966.
- Laerte Coutinho [@laertegenial]. (n.d.). **Posts** [Instagram profile]. Acesso em: 23 de maio, 2019, de <https://www.instagram.com/laertegenial/>

CENA 3

Logo ali

[Emerson F. Rasera]

Terça-feira de outubro, 15 horas, sol escaldante na quadra de esportes da universidade, vários alunos na arquibancada de três degraus. Uns estão no horário de intervalo, outros, matando aula, outros, vendo a vida passar. Certo burburinho no ar, o pessoal da lanchonete mais próxima todo em pé para acompanhar de longe, e mais gente chegando para ver o que acontecia. Rapazes do time de futebol da Psicologia já se aqueciam para mais uma partida. Pareciam sérios e compenetrados dentro de seus uniformes coloridos. O outro time também está a postos. Cabelo preso, short bem ajustado, meião para proteger as pernas e dar um charme. A idade, a cor, e o porte físico dos jogadores dos dois times eram semelhantes, apesar das vidas muito distantes. Logo começava a partida entre os meninos da Psico e as travestis que participavam de um projeto da universidade.

Primeiro tempo, equipes separadas, meninos pra cá, meninas pra lá. Um passe de bola aqui, um drible acolá e gol. E o jogo continua. Correria, suor e gritos, num jogo que parecia fácil, só que não. Eu assisto tudo de perto. A torcida se anima. A delas, grita e canta. A deles, mais discreta e com vontade de torcer para elas. Mais gente chega para ver a disputa: mais alunos, funcionários da universidade, da lanchonete e do banco. Muitos olhares curiosos com a novidade. O que estava acontecendo? Segundo tempo, as equipes se misturam, formando dois times em que o gênero não os divide. Mais correria, passes tortos e acertados, gol e gritaria. Trocam-se jogadores nos dois times. Mais

gente quer entrar para jogar. E a bola rola solta. Risos, zoação, pose para foto. E o jogo termina, sem preocupação com o placar. Todos se juntam para um lanche coletivo, mais brincadeiras e promessas de novas partidas. Os dois times parecem felizes e satisfeitos.

O público que assistia, aos poucos se dispersa. Pessoas conhecidas acenam sorridentes e se despedem. Tudo indica que a atividade foi um sucesso: para as travestis, alunos, e o público. Assim parecia a um rápido olhar...

Os alunos que organizaram a partida, empolgados, ainda conversam com alguns expectadores:

- Achei muito interessante vocês fazerem essa atividade com as travestis aqui na faculdade. Assim, elas podem perceber que esse lugar também é para elas e um dia elas não vão precisar se prostituir.

- Mas e se elas quiserem continuar a se prostituir?

- Daí não, isso já é sem-vergonhice.

O aluno tenta ampliar o diálogo, mas ele se encerra rapidamente. Mas como assim? Ele estava apoiando ou criticando as travestis? Quem quer esse tipo de apoio? O diálogo parece bem difícil. O aluno, meio chateado, meio resignado, pensa: é um trabalho de formiguinha, como diz o dito popular.

Outro aluno que assistia a tudo vem contar como alguns colegas reagiram à partida. Um deles comentou: “Olha, tenho que falar a verdade para você: não gosto desse seu professor que traz traveco para jogar na nossa quadra. Onde já se viu!” Fico sem saber o que sentir. Quem disse que essa quadra é dele?! Como pode um jovem universitário pensar assim? Somos membros da mesma universidade, mas pensamos muito diferente.

Nós conversamos com as travestis sobre a aventura dessa tarde. Era a primeira vez que jogavam futebol em público (depois de muitas conversas sobre futebol e masculinidades), e no contexto universitário. Algumas falam da agitação, dos passes do jogo, do close, dos meninos e meninas, das belezas e dos apoios. Fica a vontade de jogar

novamente. A percepção era muito positiva. Outras falam da época do ensino médio, do ENEM que prestaram, e perguntam dos cursos que existem na universidade. A imaginação voa longe. Delas e nossa. Tantos futuros possíveis.

A tarde cai. Vamos embora. Elas se despedem e voltam para casa ali perto.

Tudo tão perto. Tudo tão longe.

Logo ali.

(Narrativa ficcional inspirada nas experiências de um programa de extensão universitária voltado ao trabalho com a comunidade travesti e transexual)

A escrita suversiva de Pedro Lemebel e a freireana pedagogia do subterrâneo

[Eder Rodrigues Proença]

[Marcos Antonio dos Santos Reigota]

Mi hombría es aceptarme diferente

Ser cobarde es mucho más duro.

(Lemebel, 2013, p. 38)

O movimento percorrido para provocar, ou para sermos provocados pelo encontro com o outro, muitas vezes é tortuoso, e podemos nos perder em qualquer esquina.¹

Ao entramos contato, pela primeira vez, com o *Manifiesto (Hablo por mi diferencia)* [Manifiesto (Falo por minha diferença)], de Pedro Lemebel, pouco sabíamos sobre ele.

Antes de conhecermos o referido Manifiesto, um de nós havia recebido de presente de Gianni Vattimo a novela de Lemebel, *Tengo miedo torero* (2001) [Tenho medo toureiro]. Vattimo havia participado de um júri literário em Cuba, no qual o livro de Lemebel concorrera e fora premiado. De Cuba, Vattimo veio ao Brasil, e trazia na mala a edição cubana do texto. Iniciamos a leitura e nossas conversas sobre o autor chileno a partir do entusiasmo demonstrado pelo filósofo italiano. Começaram assim nossas leituras e pesquisas sobre o escritor e artista chileno. Relemos o *Manifiesto (Hablo por mi diferencia)*, es-

1. Esse texto é originado da tese *Pedagogia do subterrâneo: narrativas trans, éticas, estéticas e políticas dos e nos cotidianos escolares* defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba em 2017 e que contou com Bolsa Capes/Prosuc.

critico em 1986 e utilizado em uma performance do escritor num ato político do movimento de esquerda no Chile, do qual participou, mas que, por sua homossexualidade e pelo radicalismo de seu modo de se apresentar publicamente – geralmente travestido, com saltos altos e uma série de alegorias –, foi estigmatizado. Pedro Lemebel não era bem-vindo no movimento das esquerdas tradicionais voltadas às lutas políticas em prol do socialismo e que sequer dialogavam com as demais questões, como, por exemplo, as da causa LGBT.

Nosso interesse pelos textos e atividades políticas e artísticas de Lemebel nos levou a buscar artigos acadêmicos e críticos sobre ele. Desenhamos, assim, uma cartografia desse autor subversivo à esquerda e à direita como um caleidoscópio do cotidiano de corpos estranhos e personagens resistentes à ditadura militar chilena, mesclando embates de classes, marginalização racial, de gênero e sexual, que se recusavam a aceitar a invisibilidade.

Pedro Lemebel utiliza a literatura para fazer notar, desde um ponto de vista territorializado nas margens, as condições sempre precárias de personagens homossexuais, vivendo nos subúrbios de Santiago e envolvidos no contexto histórico-político de violência e preconceitos. É desse lugar que o autor denuncia, provoca, critica, e reflete sobre a realidade, apresentando-a a partir de uma perspectiva humorística e irônica, como estratégia de resistência, e ao mesmo tempo estética e política.

O *Manifiesto (Hablo por mi diferencia)*, desse momento em diante, ganhou então para nós outro sentido: o contexto histórico, o cotidiano vivido, as ruas e praças percorridas, os embates políticos, eram condições incontornáveis para se situar à esquerda. Assim, ser homossexual, estar e viver à margem e conhecer os dramas e as felicidades de pertencer à classe trabalhadora, que vive nos bairros majoritariamente habitados pelos pobres e mestiços, caracterizou suas ações e intervenções políticas e artísticas de forma singular e desafiadora. Em outras palavras, sua posição será radical contra todos os tipos de poderes que o querem submeter, contrapondo-se ao vitimismo passivo

que o poder tenta impor aos corpos estranhos. A ironia e o deboche são utilizados nas suas práticas sociais, artísticas e políticas cotidianas para fazer irromper dos subterrâneos a força criativa, ética e política do escritor insubmisso.

No *Manifesto*, Lemebel brada que sua diferença não o faz esquisito, que sua masculinidade não lhe foi ensinada a partir dos quartéis, antes foi aprendida vivendo nas ruas dos bairros populares de Santiago, lutando por direitos, denunciando as injustiças, as dicotomias masculino/feminino e os desejos de um branqueamento social. Ele combate intensivamente as tentativas de transformar os homossexuais, os pobres e os mestiços nos leprosos dos tempos atuais, destinados a viver afastados da cidade. Sua masculinidade, segundo ele, foi aprendida militando, e não indo a um campo de futebol. Sua masculinidade foi amordaçada e, muitas vezes, precisou cerrar os dentes para as provocações recebidas e engolir a raiva em seco, para não matar todo mundo. Sua masculinidade está em aceitar a sua diferença.

O autor denuncia todo o preconceito que a esquerda chilena manifesta contra si e contra todos os homossexuais, posicionando-se como mais subversivo que a própria esquerda, afirmando que não mudaria a si mesmo para atender as vontades de uma sociedade consumista e injusta.

Sua trajetória tem sido cada vez mais reconhecida internacionalmente, como atesta o documentário *Lemebel*, escrito e dirigido por Joanna Reposi Garibaldi, que recebeu o Teddy Award, na 69ª edição do Festival Internacional de Cinema de Berlim, como melhor documentário LGBT (O Estado de São Paulo, 2019). É muito provável que, enquanto Joanna Reposi realizava o documentário, nós estivéssemos imersos na pesquisa que originou a tese (Proença, 2017).

Lemebel, uma bio:grafia²

Nascido em 21 de novembro de 1952, em Santiago do Chile, Pedro Segundo Mardones Lemebel, filho do padeiro Pedro Mardones e da dona de casa Violeta Lemebel, viveu sua infância em uma favela da capital chilena, às margens do lamacento Zanjón de la Aguada, um afluente do Rio Mapocho.

Em Zanjón de la Aguada, Lemebel (2013) narra a experiência de viver num lugar onde os terrenos foram sendo ocupados pela população pobre, muitos deles migrantes, inclusive indígenas, vindos do sul e do norte do Chile, em busca de melhores horizontes.

Minha família desde sempre viveu em Santiago, traficando sua pele para morar em quartos de cortiço e bairros cinzentos que rondam o antigo centro. Porém, um dia qualquer, o despejo chegou; os policiais atiravam na rua as quatro sujismundas, a caixa com pernas, a mesa manca, a cozinha de parafina e algumas caixas que continham minha herança familiar. E, talvez, alguém nos disse que havia o Zanjón, e para não ficarmos na intempérie, chegamos naquelas praias imundas onde as crianças corriam junto com os cachorros perseguindo os ratos. E a coisa foi tão simples, tão rápida, que por uns pesos nos venderam uma parede, nem sequer um metro de terreno, era só uma parede de adobes que minha avó comprou naquele lugar. E a partir dessa sólida lama fui construindo o ninho de diversão que, em pleno inverno, abrigou minha infância e deu teto ao meu núcleo familiar. (Lemebel, 2013, p. 45-6)

Lemebel conta que a situação de pobreza dos moradores do bairro Zanjón de la Aguada era extrema, a água limpa para beber, cozinhar e para a higiene tinha que ser buscada longe de onde viviam. Não havia esgoto, o despejo era feito a céu aberto, e a única limpeza observada era a das roupas brancas, quase trapos, fervidas no cloro, que dava características pálidas para as mãos maternas, constante-

2. Noção elaborada por Reigota e Prado em *Educação ambiental: Utopia e práxis*. São Paulo: Cortez, 2008.

mente submersas nas águas espumantes em que as pobres vestes eram postas de molho.

Além da pobreza, a violência estava presente cotidianamente na vida dos moradores locais; na crônica, o autor aponta uma série de incidentes violentos e personagens que protagonizaram cenas de roubo, inclusive mortes de crianças, usadas para interceptar caminhões que utilizavam a rodovia que cruzava o bairro Zanjón de la Aguada. Os jornais estampavam, todos os dias, notícias de delitos cometidos pelos “pelados”, como eram chamados os assaltantes ou batedores de carteiras do local. Era boa a convivência entre os moradores e os tais pelados; na verdade, havia certa irmandade, na qual imperavam leis próprias ou uma espécie de catecismo moral, em que uns protegiam os outros (Lemebel, 2013). Em situações nas quais as intempéries acometiam a população, como alagamentos, incêndios ou outros problemas, lá estavam os pelados para ajudar e, quando a polícia adentrava no lugar à procura dos delinquentes, os moradores os escondiam em suas casas.

Em meados da década de 1960, a família de Lemebel mudou-se para um conjunto de residências sociais, conhecido como bloques, na Comuna de San Miguel, próximo da Avenida Departamental. Ali, consideraram-se moradores dignos, em uma casa com água encanada, sistema de esgoto, energia elétrica e gás encanado.

Em entrevista para o programa *Trazo mi ciudad* [Traço minha cidade], Lemebel (2012a) apresenta a cidade de Santiago, desde seu olhar afetivo e repleto de significados, como um mercado público. Fala do bairro onde passou sua adolescência, La Legua, e também da rua que, no passado, era o ponto de prostituição das travestis na capital chilena e que se transformou, tempos depois, em um local turístico, empurrando-as para bairros mais distantes do centro.

Na Praça São Miguel, em La Legua, Lemebel conta que não havia muitas árvores e que ali os meninos jogavam futebol, mas ele não, pois o futebol não o atraía. O lugar marcou sua história: pela primeira

vez tinha um lar de fato para viver com algum conforto. Sua mãe era quem demonstrava mais felicidade, pois vivia agora em um lugar onde predominava o concreto – ela tinha horror à terra. Conta também que, apesar de não ter tido uma relação tão boa e afetiva com seu pai, ele havia sido, à maneira dele, o melhor pai que pode. O pai de Lemebel era um trabalhador, sabia fazer pão e mais nada. Lemebel reflete que talvez fosse difícil para o pai, naquelas condições, dimensionar o fato de ter um filho homossexual.

O apartamento onde vivia com sua família ficava no terceiro andar, no final do corredor, e por isso ele era conhecido como a bicha do fundo.

Lemebel relembra que o bairro La Legua, assim como muitos outros bairros que compõem a Comuna de San Miguel, nasceu a partir da década de 1940, principalmente com a migração de famílias vindas do Sul do país, muitas delas descendentes do povo indígena Mapuche, que buscavam trabalho na capital.

A maioria das famílias que chegava para viver nessa região de Santiago era adepta das ideias socialistas e se mobilizava para conquistar alguns direitos. Foi nesse contexto que o autor começou a vivenciar suas primeiras lutas sociais.

O cronista chama atenção para a reflexão sobre os lugares tombados como patrimônio local ou da humanidade: são sempre construções imponentes, em bairros ricos e nunca se encontram numa região pobre, como a de Zanjón de la Aguada, que ele considera historicamente importante pela trajetória de luta, resistência e oposição do povo à ditadura.

Lemebel estudou no Liceu Industrial de Homens de La Legua, onde aprendeu a forjar metais e a fazer móveis. Na década de 1970, ingressou na Universidade do Chile, graduando-se em Artes Plásticas, e, na sequência, passou a dar aulas, mas acabou sendo despedido por causa da sua aparência e por não se esforçar para disfarçar sua homossexualidade.

Em 1982, ainda utilizando o sobrenome do pai – Mardones –, ele vence o Concurso Nacional de Conto Javier Carrena; no mesmo ano,

forma com o poeta Francisco Casas o coletivo Yeguas del Apocalipsis, no qual, através de performances, instalações, vídeos e fotografias, criavam formas de resistência, provocavam e atacavam a ditadura de Pinochet.

Alguns anos mais tarde, em 1986, Lemebel leu o seu manifesto *Hablo por mi diferencia* em uma reunião dos partidos de esquerda, criticando os preconceitos sofridos no interior do grupo que não o considerava por sua homossexualidade.

Porque a ditadura passa
E vem a democracia
E o socialismo é adiado
E então?
O que farão conosco, companheiro?
Nos amarrarão com tranças em fardos com destino a um
lugar de aidéticos cubano?
Nos meterão em algum trem para lugar nenhum
Como o barco do general Ibáñez
Onde aprendemos a nadar
Porém, nenhum chegou à costa
Por isso Valparaíso apagou suas luzes vermelhas
Por isso as casas tão distantes
Eles brindaram uma lágrima negra
Para as colisas comidas pelos caranguejos
Esse ano do qual a Comissão dos Direitos Humanos não se
recorda. (Lemebel, 2013, p. 36)

Nesta altura, deixou de usar o sobrenome do pai, adotando o da mãe, por tudo o que ela havia significado em sua vida, juntamente com sua avó, numa aproximação com o feminino: “Lemebel é um gesto de aliança com o feminino, escrever com um sobrenome materno, reconhecendo a minha mãe órfã desde a ilegalidade homossexual e travesti” (Lemebel apud Echevarría, 2013, p. 18). A partir de então, segundo Echevarría, Lemebel passa a colocar a mulher, geralmente, em suas crônicas, como heroínas.

As mulheres, no geral, cumprem, na “narrativa” urbana de Lemebel, um papel heróico, a qual se refere, em muitos casos, à condição de mães, porém lhes confere também uma capacidade superior de resistência ao machismo que prevalece

secularmente, matraltando-as e relegando-as. Elas seriam as principais artesãs dessas “micropolíticas da sobrevivência” a que se refere Lemebel. (Echevarría, 2013, p. 19)

A força do feminino ganha notoriedade também nas ações performáticas do coletivo Yeguas del Apocalipsis, nas quais, na maioria das vezes, aparecia travestido de mulher, usando maquiagem e salto alto.

Entre 1994 e 2002, Lemebel comandou o programa *Cancionero* na Rádio Terra. A emissora funcionava no espaço La Morada, um centro feminista onde atuavam algumas de suas amigas escritoras e ativistas (Fajardo, 2015).

Fajardo (2015) comenta que o programa *Cancionero* não era apenas composto pelas leituras de suas crônicas, músicas e convidados. Lemebel também conversava com seu público pelo telefone, “que atingia desde as donas de casas até outras bichas” (Fajardo, 2015, s/p).

O programa foi um sucesso de audiência, sendo o mais ouvido do rádio enquanto esteve no ar, tornando Lemebel conhecido nacionalmente. Os conteúdos abordados nele eram carregados de teor político, como toda a sua trajetória. Ele colocava em xeque a hipocrisia de um país recém-saído da ditadura e que, no entanto, conservava o ideário classista e o discurso conservador em relação às questões de gênero e de orientação sexual.

Em entrevista a Andrea Jeftanovic (2000), Lemebel fala que seu lugar de escrita é desde uma territorialidade movediça, trãnsfuga, com o objetivo de tornar seus textos mais populares, facilitando a sua circulação e pirateamento, pois considerava ser essencial transitar em outros meios sociais onde o livro é um produto sofisticado e inacessível. Dessa forma se justifica também a leitura de suas crônicas no programa *Cancionero*, que alcançava todas as classes e possibilitava lançar, pelas ondas do rádio, suas reflexões, denúncias e produção literária.

De acordo com Alarcón (2015), as primeiras influências para a escrita de Lemebel não vieram da literatura, mas mais precisamente dos relatos e das músicas que ouvia no rádio que tinha em casa, no distrito de San Miguel, e de sua vivência pelas ruas dos bairros pobres

de Santiago. Sua novela *Tengo miedo torero* é também o título de uma canção interpretada pela cantora espanhola Sara Montiel. Ou seja, sua ligação com o rádio, além da pertinência política e do alcance que propiciava, era também, de certo modo, afetiva.

Em entrevista concedida ao programa *Vuelan las Plumas*, da Rádio Universidade do Chile, em 2012b, Lemebel responde a questão sobre as influências que recebeu na cidade de Santiago para a sua formação.

A rádio foi muito importante para mim. Em minha casa não havia livros, minha casa era exótica, mas havia um rádio ligado, e havia a voz e a música. Creio que antes da literatura era a música que teve a ver com algum lirismo infantil que depois desenvolvi em minhas crônicas de adulto. (Lemebel, 2012b, entrevista em áudio)

Ele reconhecia a importância do seu programa na rádio para proclamar a vida multicolorida que transita pelas ruas, mercados, praças e parques da cidade, alcançando um grande público ouvinte que, na grande mídia televisiva, vê apenas uma caricatura cômica e grotesca desses sujeitos. No programa radiofônico, apontava as distinções entre os homossexuais do país afirmando que as travestis, pobres, prostitutas, indígenas e portadoras do HIV eram as mais marginalizadas, diferentemente do gay chileno, norte-americanizado pela cultura estadunidense e incorporado ao modelo heteronormativo que lhe impõe a maneira de poder ser – o mais discreto, másculo, comportado, bem vestido e branco possível.

Segundo Lemebel, havia um investimento para que as “bichas” desaparecessem. Dessa forma, todos aqueles que escapassem das normas estabelecidas e que sofressem toda a sorte de violências e preconceitos não seriam ouvidos, nem considerados. Por isso ele exercia uma crítica ácida aos meios de comunicação, principalmente à mídia televisiva, que conservava os mesmos rostos do período da ditadura sanguinária de Pinochet.

Pedro Lemebel no Brasil

Lemebel esteve no Brasil, em 2013, como convidado da Balada Literária³ realizada em parceria com o 21º Festival MixBrasil de Cultura da Diversidade, que publicou, em sua página na Web, o seguinte texto:

Entre as atrações, destacamos a presença do escritor chileno Pedro Lemebel. É ele um dos principais autores latino-americanos, conhecido por ter influenciado, entre outros, o conterrâneo Roberto Bolaño. E conhecido, também, por sua militância homossexual. É de autoria dele o famoso Manifesto “Falo por Minha Diferença”, importante instrumento de denúncia política e social. (Festival Mix Brasil, 2013, online)

Para o evento, o Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade e a Balada Literária publicaram um livreto, distribuído gratuitamente e também disponível online, com o título *Pedro Lemebel: performance e texto*, composto por fotos, quatro crônicas de três diferentes livros do autor, além do texto do “Manifesto (Falo por minha diferença)”, traduzidos para o português por Alejandra Rojas Covalski.

No caderno Ilustrada do jornal *Folha de S. Paulo*, de novembro de 2013, Juliana Gragnani escreveu sobre a visita de Pedro Lemebel ao Brasil, ressaltando o câncer na laringe enfrentado pelo autor estava e que afetou parte de suas cordas vocais e, com isso, sua voz.

Fora de cena, o escritor e performer chileno Pedro Lemebel se comunica por meio de gestos. No ano passado, o autor, definido pelo conterrâneo Roberto Bolaño (1953-2003) como o “maior poeta de sua geração”, tirou parte das cordas vocais por causa de um câncer na laringe. Ironicamente, seu maior trunfo como artista talvez tenha sido

3. Nome dado à festa que, desde 2006, vem sendo realizada em São Paulo. Com criação e curadoria do escritor Marcelino Freire, a festa nasceu nos bares da Vila Madalena e transita por outros espaços culturais da cidade. Além de ser gratuito, o evento acontece graças às parcerias e ao “capital afetivo” – como declara o curador, doações realizadas por amigos e admiradores que incentivam a iniciativa. Em 2016, em sua 11ª edição, o homenageado foi o escritor Caio Fernando Abreu, e contou com importantes nomes da cena musical, artística e literária como Alzira e Tetê Espíndola, Ney Matogrosso, Cláudia Abreu, Wagner Moura, Ana Maria Gonçalves, Marcelo Rubens Paiva e Gregório Bacic. (Balada Literária, 2016, online)

sua voz. Foi por meio dela que Lemebel, 58, militou a favor da causa gay e contra a ditadura de Augusto Pinochet, que comandou o Chile de 1973 a 1990.

Hoje, a voz que lê o manifesto “Hablo por mi Diferencia” (falo por minha diferença), polêmico texto declamado em um ato político da esquerda em Santiago, em 1986, é um áspero sussurro, entrecortado por tosses secas. (Gragnani, 2013, online)

Sobre a estadia do autor em São Paulo, Gragnani escreve:

Quando estive em São Paulo, na semana retrasada, Lemebel se disse decepcionado ao ver os lugares vazios na plateia do Centro Cultural São Paulo⁴, onde fez uma leitura, parte da Balada Literária e do Festival Mix.

Às cerca de 30 pessoas presentes, contou piadas com a palavra “bicha”, recém-descoberta por ele. O termo é equivalente a “maricón”, que usa para referir-se a si mesmo e aos “primos”. “Porque chamar de irmão é brega”, justifica. Na ocasião, vestia legging e dois lenços: um enrolado pelo pescoço e outro na cabeça, escondendo a ausência de cabelo. O vestuário inteiro era preto, exceto pelos sapatos de salto dourados.

O chileno é desconfiado e avesso a entrevistas. Ao saber que a repórter não acompanharia a sessão de fotos para a reportagem, declarou um alto “No”. Mas acabou cedendo e se produziu com três roupas para a fotógrafa (mulher, por exigência sua). (Gragnani, 2013, online)

No final da reportagem, Gragnani informa que Lemebel recebeu o prêmio literário José Danoso em 2013 por seu caráter de cronista dos marginais. Ele rejeita essa denominação, afirmando que os marginais devem falar por si e não por alguém que fale por eles. Na sequência, traz também uma fala do autor sobre o projeto da “cura gay” do deputado João Campos (PSDB-GO), que tramitou no primeiro semestre daquele ano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, presidida então pelo deputado Marco Feliciano (PSC-SP). Leme-

4. Um de nós esteve presente.

bel, com a sua ironia costumeira, diz que curá-lo seria tão impossível quanto domar uma anaconda.

Fábio Ramalho (2014) desenvolve uma cartografia da marginalidade do autor no artigo “A política do ‘desejo’ de Pedro Lemebel”, publicado no Suplemento Cultural do *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, onde aparecem os mais diferentes personagens subterrâneos que povoam as periferias de Santiago, e que poderia ser ampliada para qualquer outra grande cidade da América Latina. São corpos estranhos, pois não sucumbem aos estereótipos impostos pelas instituições de poder – o governo, a igreja, a escola, o hospital, a prisão, a família. São negros, índios, prostitutas e prostitutos, travestis, pobres, bichas afeminadas e que “dão pinta”. São corpos e vozes que complexificam a possibilidade de existência humana. Criam outras estéticas, constituem subjetividades singulares. Ou seja, Lemebel traz a força desses corpos estranhos, que também é o seu, como corpo-manifesto. Ele existe e não quer ser incluído, quer ser o que é e plenamente. Lemebel faz da voz de seus personagens, que é a sua voz, uma manifestação não para que mais e mais leis sejam criadas e as minorias sejam enquadradas em modelos padrão, como a família nuclear. Sua voz clama pela criação de uma nova consciência coletiva, na qual os corpos estranhos sejam percebidos como sujeitos de suas histórias, como sujeitos de direito e livres para exercer seus desejos.

Lemebel bradou e continua bradando para que as hipocrisias políticas, sociais, históricas, sexuais e éticas caiam por terra. Afinal, como seres desejanter, na calada da noite cada um segue os ditames sociais ou vive as experimentações que rechaça durante o dia?

Em 23 de janeiro de 2015, morreu Pedro Lemebel, depois da luta e resistência ao câncer na laringe que, em 2012, quase levou sua voz. Boa parte da imprensa nacional noticiou a morte do autor chileno, como a *Folha de S. Paulo* que, na data, publicou a notícia e trouxe novamente o ensaio fotográfico realizado quando da estada do autor no Brasil em 2013, e ressaltou alguns aspectos marcantes de sua história.

O jornal chileno *La Tercera* apresentou como subtítulo para a notícia o fato de Lemebel ter sido indicado, inclusive com campanha popular pelas redes sociais, para o Prêmio Nacional de Literatura do Chile, em 2014. A mesma notícia foi veiculada no *BBC Mundo*, que coloca o fato como polêmico, pois, apesar de toda a mobilização, o jurado optou por premiar Antonio Skármeta, autor de *El cartero de Neruda*. Na reportagem de Constanza Hola Chamy é apresentada a resposta dada por Lemebel, após o resultado do prêmio: “nunca fui reina de ninguna primavera, queridos amigos. Y los premios nacionales hay que recibirlos y suportar su fetidez oficial” (Chamy, 2013, online).

A matéria termina com a frase de seus amigos e familiares, quando anunciaram a morte de Lemebel nas redes sociais: “Pedro ficou por muito tempo sofrendo com um câncer na laringe e lutou bravamente contra essa terrível enfermidade que pretendeu deixá-lo sem voz, porém, quem poderia deixar Lemebel sem voz? Sua voz existe e persiste” (Chamy, 2013, online).

Essa voz forte e que brada justiça aos desaparecidos políticos, liberdade a todas as formas de experimentação das sexualidades, aos cruzamentos de gênero; voz que enaltece as diferenças e explode como um gêiser, que não se contém ao ver as injustiças de uma sociedade desigual, violenta, excludente e individualista, continua viva e intensa. Lemebel continua a ser uma manifestação por inteiro, com seus sapatos de salto alto, echarpes de plumas e maquiagem, falando por sua e pela minha diferença, e pela diferença de todos aqueles e aquelas que não se deixam seduzir pelos pequenos fascismos de cada dia.

Um caleidoscópio dos subterrâneos

Efraín Barradas (2009), no artigo “Para travestir-se melhor: Pedro Lemebel e as leituras políticas desde as margens”, aponta que seu interesse pelo autor decorre de ele ser um dos artistas homossexuais chilenos que questiona a mitologia branca da modernidade heterossexual, patriarcal e católica. Afirma que suas crônicas denunciam a

divisão de classes e aponta seu posicionamento como parte da classe operária, oprimida, mestiça. Para ele,

A divisão de classes é índice central nos textos de Lemebel que não apenas dissecam a sociedade chilena contemporânea desde sua perspectiva homossexual, se não, que a desmembra com observações críticas de tons neo-marxistas. Todas as suas crônicas estão estruturadas a partir de um “eles” e um “nós”, de uma “alteridade” que é a classe burguesa, dominante e branca frente a uma classe de operários, oprimida e mestiça, quando não indígena, com a que o autor se identifica plenamente. O cabelo loiro (tingido ou natural) e os olhos azuis, ou ao menos claros, se convertem em seus textos, em parâmetros para definir os “outros”. O autor se autodefine como mestiço, proletário e gay. (Barradas, 2009, p. 72)

De acordo com Barradas, Lemebel escreve de forma aberta e agressiva, sempre enfatizando o seu posicionamento. Além do mais, vale-se de uma linguagem que, usualmente, apenas os corpos estranhos utilizam, quando estão entre os seus pares, em ambiente próprio, como em um bar ou em uma boate. Segundo Barradas (2009, p. 73), “Lemebel se posiciona para a sociedade chilena e para toda sua problemática com a atitude típica da ‘bicha louca’”

Ignácio Echevarría (2013), no prólogo do livro *Poco hombre: crônicas escogidas* (2013) [Pouco homem: crônicas escolhidas], faz uma análise da escrita de Lemebel e usa a crônica “El abismo iletrado de unos sonidos” [O abismo iletrado de alguns sons], publicada originalmente no livro *Adiós Mariquita linda* [Adeus Mariquita linda] (2017), e que também compõe este livro. Nessa análise, Echevarría escreve que Lemebel usa estrategicamente a oralidade e que utiliza a escrita para dobrar o seu domínio, apropriando-se dela como possibilidade de denunciar o poder da escrita sobre os povos colonizados.

O triunfo da cultura escrita sobre a cultura oral mostra, acima de tudo, “que ler e escrever são instrumentos de poder e não de conhecimento”. Mas é possível, acrescenta Lemebel, “que a cicatriz da letra impressa na memória possa abrir-se em uma boca escrita para reverter a mordada imposta”. A literatura de Lemebel postula-se assim: como uma “boca escrita”. É

uma literatura determinada a “usar o que omitem, negam ou fabricar palavras, para saber o que de nós se oculta, não se sabe ou não se disse”. (Echevarría, 2015, p. 12)

Para Echevarría, Lemebel cria uma tensão, um paradoxo mesmo em sua escrita, pois não escreve desde uma literatura clássica, oficial, mas de sua própria emergência, daquilo que pode experimentar ao longo de sua trajetória.

A arte de Lemebel se joga no campo das tensões assim criadas. Sua instintiva, quase arcaica desconfiança em relação à cultura escrita se traduz, por um lado, na “ansiedade oral” que transpassa todos os seus escritos e, por outro lado, no emprego de toda uma série de estratégias comunicativas – que evitam a letra impressa. Se traduz, ademais, em sua prioritária aposta por meios da divulgação escrita pouco elitista, pouco institucionalizada, como podem ser as revistas de esquerda, os fanzines etc. (Echevarría, 2015, p. 13)

Sobre sua entrada no universo da escrita literária, Lemebel declara que foi fruto do acaso. Em entrevista a Flavia Costa (2004), ele conta que escrever aconteceu como uma necessidade de sobrevivência, que ele mesmo não elegeu a escrita como expressão, pois não acredita que existe uma forma natural para a expressão.

Tomei a decisão quando me pagaram a primeira crônica que publiquei na revista Página Aberta, no final da ditadura. Para os pobres, isso de escrever não tem relação com a inspiração azul e a letra sonora: ao contrário, escrever melhor se define e impulsiona pelo aperto da sobrevivência. Não creio em uma forma natural de expressão. Não nasci com uma estrela na testa, como disse Violeta Parra. (Lemebel, 2004, s/p)

Echevarría utiliza a voz do próprio Lemebel para justificar sua opção pelo gênero crônica: foi um gesto político de enfrentamento do que era produzido.

No que concerne ao gênero crônica, declara em outro lugar: “Digo crônica para dizer algo, pela urgência de nomear de alguma forma o que você faz. Também digo e escrevo crônica para travestir de divagações um certo gosto escritural de contingência. Digo crônica como poderia dizer anotações à

margem, rascunhos, anotações de eventos, registro de uma fofoca, uma notícia, uma recordação apaixonada que não se esquece. A crônica foi um desdobramento escritural que se gestou quando a mídia de esquerda me deu espaço a partir dos anos de 1990. Alguns editores ficaram deslumbrados com estes tópicos metafóricos que tiveram minhas primeiras crônicas. Creio que passei à crônica na urgência midiática da militância. Foi um gesto político, fazer grafite no jornal, ‘contar’, levar em conta uma realidade ausente, submersa nas transformações da paranóia urbana. (Echevarría, 2015, p. 14)

Em “Pedro Lemebel: gênero y sociedad”, Leonidas Morales (2009) faz um exame da crônica urbana de Lemebel a partir das condições históricas de produção – da ditadura à abertura para o mercado globalizado –, afirmando que a escrita do autor oferece um panorama ético e político da realidade cotidiana chilena.

Por hora apenas digamos que quem o lê sabe muito bem que suas crônicas não são mero (como sequer foram as do grande cronista chileno do século XX, Joaquín Edwards Bello) registro complacente de sucessos da vida cotidiana chilena, tampouco um registro assimilado pelo sistema. Ao contrário, estão atravessadas por um olhar incômodo, às vezes humorístico e irônico, mas no fundo, um olhar agressivo com uma perspectiva ética e política da realidade cotidiana. A resposta de Lemebel a tal agressão é conceber e colocar em prática estratégias discursivas destinadas a instalar uma verdade que desmente a legitimidade da ordem das coisas (o tempo presente e sua cotidianidade) regido, desde a mediação do subdesenvolvimento e da história específica chilena, pelo paradigma da globalização, e trazer à luz o que não se diz, se esconde ou manipula. O que, em Lemebel, supõe tomar conta daquelas zonas do espaço social e cultural do presente obscurecidas ou silenciadas pelo poder. (Morales, 2009, p. 223)

Para o autor, Lemebel assume em sua escrita uma anunciação de si mesmo, homossexual, como uma força política e crítica radical à ordem tradicional dos discursos e da literatura chilena, “que também é uma ordem de poder” (Morales, 2009, p. 223).

Pedro Lemebel tinha dezoito anos em 1973, quando aconteceu o golpe militar no Chile e, diferentemente, de outros artistas, escritores

e militantes da esquerda, viveu e experimentou a cotidianidade da ditadura submetido à vigilância, exclusão, censura e ao medo durante esses anos sombrios.

Sua ativa resistência, a partir da marginalidade, foi constante, crescente, pública e organizada, como pudemos ver em sua atuação no coletivo formado com Francisco Casas, Yeguas del Apocalipsis. Essa contundência também se encontra em seus trabalhos de fotografia, vídeo, desenho e performance que contestam o regime totalitário de Pinochet. Com o final da ditadura, ele continuaria criticando a situação social e cultural do Chile contemporâneo.

A escrita de Lemebel, segundo Morales (2009), é uma escrita transgressora da língua, crítica e denunciadora da sociedade e da organização política, econômica e cultural do Chile. Suas crônicas dão lugar a um enunciador homossexual, pobre, marginalizado em suas relações cotidianas. Ele funda um estilo de escrita próprio, no qual os recursos retóricos e gestuais buscam chamar atenção, conquistar ouvintes, seduzir o outro com o discurso da bicha louca, excluída e marginalizada.

As crônicas habitam o espaço urbano de Santiago, especialmente os bairros mais populares onde morou – nos mercados dizia perceber um exercício de sobrevivência –, e apontam para o lado oposto, onde os corpos transitam, transam, tecem a vida, uns ao lado do poder e os demais, os submetidos, do outro lado.

Aqueles que estão do outro lado, os submetidos ou subordinados ao poder, realizam suas práticas de vida cotidiana em um campo social que não lhes pertence em propriedade, porque o proprietário é o poder, que estabelece as normas reguladoras, as proibições e as autorizações. Estes sujeitos, os do outro lado do poder, os sujeitos populares de Lemebel, os habitantes da cidade, somente estão em condições de desempenhar táticas para driblar o poder, para burlá-lo e criar um espaço transitoriamente conquistado. As estratégias, isto é, as manobras que afetam a estrutura do espaço social das práticas de vida cotidiana, seja para reproduzi-las ou para redesenhá-las, são um privilégio dos que estão do outro lado do poder. (Morales, 2009, p. 232)

Inventar novas formas de viver, sem ser cooptado pelo poder, parece ser uma estratégia constante na produção de Lemebel, visto ter sempre transitado por diferentes meios de produção, divulgação e criação de possibilidades de outros pensamentos.

Echevarría comenta que a produção escrita de Lemebel se distingue em duas etapas em sua trajetória. A primeira é marcada pelo protagonismo da figura impessoal da “bicha louca”, personagens travestis, das ruas, pobres, que povoarão as crônicas até o final da década de 1990. Na segunda etapa predomina um “eu autoral”, uma escrita mais autobiográfica, ainda que com o uso de espelhos, de fugas em gênero e identidade. Echevarría argumenta sua compreensão dessa transição.

Conforme se consolida e se amplifica a reputação literária de Lemebel, enquanto sua figura pública adquire uma notoriedade que torna impossível o anonimato e a clandestinidade – pondo em evidência todo o disfarce, toda pretensão de impostar a voz: a embalagem do ventríloquo –, o desafio consiste para ele, tirando proveito dessa visibilidade, em administrar seu próprio personagem, colocar-se em jogo, contrariando as expectativas, autoperformando-se, encenando-se de maneira cada vez mais eficaz para seu objetivo, que, combinando sempre a denúncia e o testemunho, segue sendo contrabandear “conteúdos, entre aspas, marginais, entre aspas, periféricos”, com o propósito de “dignificar mais que legalizar ou atribuí-los a uma cultura urbana”. (Echevarría, 2013, p. 16)

Lemebel escrevia nas margens sobre as margens. Criava um caleidoscópio da vida urbana, dos corpos que se equilibravam na corda bamba de um país onde o poder havia traçado os destinos de uns e outros. Daqueles que teriam voz e vez, protegidos por direitos e uma sorte de bens que lhes garantiriam uma vida sem grandes problemas e daqueles que deveriam viver nos subterrâneos, afastados e desprovidos de perspectivas de uma vida vivível, sem esquadrinhamentos e livres para exercerem seus desejos.

Carlos Monsiváis (2004) escreve, no prólogo do livro *La esquina es mi corazón* [A esquina é meu coração], quando de sua publicação pela editora Seix Barral, que Lemebel é um fenômeno da literatura latino-

-americana e apresenta dois motivos para explicar sua afirmativa: primeiro sua originalidade como prosador notável e segundo por ser um *freak*, ou seja, um corpo estranho, que não se cede às normalizações.

Em cada um de seus textos, Lemebel se arrisca sobre o fio de navalha entre o excesso gratuito e o kitsch, a genuína prosa poética e o excesso necessário. Sai ileso porque seu ouvido literário de primeira ordem e seu barroquismo, como em outros assuntos o de Perlongher, se desprende organicamente do ponto de vista *outro*, da sensibilidade que testemunha as realidades sobre as quais não lhe haviam permitido opiniões ou julgamentos. Isso é parte do que, para ele, significa sair do armário, assumir a condenação que as palavras encerram (bicha, puto, pássaro, carne aidética) e ir a seu encontro para desativá-las, proclamar “as verdades de um amor verdadeiro” e, se fizer falta, provar o fundamental: a carga exterminadora das vozes da homofobia é a síntese da metamorfose incessante: o dogma religioso se volta ao prejuízo familiar e pessoal, o prejuízo se converte em plataforma de superioridade instantânea, a presunção de se ser mais homem (mais ser humano, se queremos incluir a homofobia das mulheres) torna-se as frases práticas e verbais que contrariam aqueles que sequer falam de seu próprio gênero. (Monsiváis, 2004, online)

Os caleidoscópios que Lemebel cria a partir de sua constituição e de sua escrita apresentam imagens, muitas vezes embaralhadas, de um país que insiste em querer manter modelos padronizados de vida e sequer se dá conta da força que emerge das margens e dos subterrâneos, criando outras possibilidades de vida. Essas possibilidades se encontram com as pessoas que sobrevivem bordando toalhas para as esposas dos militares, ouvindo canções melosas no rádio e sonhando com um grande amor; excluindo-se da fome voraz dos grupos de alunos que persistem em exercitar sua virilidade e machismo nas atividades escolares; escondendo-se entre arbustos do parque florestal para não ser flagrado pelas câmeras de segurança enquanto pratica o sexo fortuito no espaço público, dando vazão e atendendo ao desejo que brota nos corpos.

Em entrevista concedida a Jorge Gómez Lizana, em 2004, Pedro Le-

mebel responde que se encanta e não se incomoda em ser referência da vida que descreve em suas crônicas,

porque é o meu subterrâneo de mistérios e de milagres negros. Essa é a minha bagagem cultural, eu escrevo com isso, não tenho medo de cair na instantaneidade destes tempos, onde a moda passa rapidamente, eu não sou moda, a esta altura de minha vida eu já não posso ser moda. (Lemebel, 2004, online)

Sua postura, ao se apresentar travestido, usando salto alto, pode ser encarada nesse contexto, tanto que, no programa *Trazo mi ciudad*, ele fala sobre o uso dos sapatos de salto alto, que sempre carrega em sua mochila e que são como os outros componentes na vida de uma travesti: o leque e as plumas. Para ele, não podem faltar os sapatos de salto alto. “Eu creio que os saltos altos, em toda a minha história cultural, representam como uma plataforma, como um lugar de falar” (Lemebel, 2012a, entrevista na TV). E conta que alguns de seus amigos dizem que seus sapatos de salto são políticos, pois compõem seu discurso. Além do mais, como as prostitutas sabem, os sapatos de saltos finos podem ser usados como forma de defesa, “me dá força” (Lemebel, 2012a, entrevista na TV). Essa força pode ser notada em toda a sua escrita.

Lemebel e as margens

É perceptível, na escrita de Lemebel, o posicionamento político e a força crítica com a qual defende os corpos estranhos, dando-lhes visibilidade humana, pois ele mesmo se nomeia como um corpo estranho.

Ainda no programa *Trazo mi ciudad*, Lemebel se apresenta da seguinte forma: “sou escritor, sou artista visual, que mais? Drogado, homossexual, traficante (risos), que mais? Já fiz de tudo. Mas para puta não me vejo, porque não tenho um bom corpo, porém, já fiz de tudo” (Lemebel, 2012a, tradução nossa). Ou seja, Lemebel sempre foi um escritor atento ao cotidiano e, por isso, logo após sua primeira e única novela, voltou ao gênero crônica, pois via nele a possibilidade de um resultado mais conectado aos seus objetivos: as crônicas não têm a fixidez da novela e

podem comportar mudanças permanentemente, assim como a cidade, que se transforma a todo o tempo. A crônica captura as transformações que vão ocorrendo na vida urbana e suburbana de Santiago, inclusive nas ações que as pessoas promovem cotidianamente, a partir da música, das mudanças na arquitetura, na política e nas manifestações populares.

Lemebel se põe na margem e produz, a partir dela, para apontar aquilo que se passa corriqueiramente nos cotidianos periféricos santiaguinos e que também é vida que vale ser vivida, mesmo enfrentando dificuldades como a falta de recursos para ter uma boa moradia, ou mobiliar a casa, ou para uma alimentação adequada, ou a liberdade para pensar e viver da forma que se escolheu.

Utiliza de narrativas cotidianas que o atravessam para expor e denunciar as violências históricas cometidas pela ditadura de Pinochet, não apenas contra as travestis, homossexuais, indígenas, migrantes e pobres, incluindo o desaparecimento de milhares de presos políticos. Quando a ditadura chegou ao fim, ele passa a criticar os modelos padronizados de vida defendidos pelos governos para servir aos interesses do mercado – uma subjetivação dos corpos a partir do estilo norte-americano de viver. Nesse novo contexto político, o gay com características padronizadas passa a ser mais bem aceito, pois está dentro de um modelo considerado aceitável e lucrativo.

Lemebel (2007) afirma em entrevista a Andrés Gómez que não dá voz para as minorias, que não fala por elas, mas funciona como um ventríloquo, que toma emprestada uma voz que também é dele como homossexual que experimenta um devir mulher, e que lhe permite transitar em sua escrita. “Eu dou o espaço que a sociedade lhes nega, sobre tudo aos personagens mais estigmatizados da homossexualidade, como as travestis” (Lemebel, 2007, p. 44).

Nessa entrevista, Lemebel fala também sobre como seus personagens driblam as armadilhas do poder e, movidos pelo desejo, se entregam às aventuras sexuais para sobreviver.

Em uma cidade repleta de preconceitos, demarcada, vigiada, o desejo engana a vigilância. Aloja-se em lugares

de penumbra, como parques, alguns cinemas, as saunas. O desejo é necessário para a cidade respirar. Há que liberar algumas perversões e obscenidades para sobreviver. Cheios de câmeras, de microfones, de policiais a cavalo e em motos, ainda assim, persistem desejos subterrâneos que a cidade necessita e merece para resistir ao estresse paranóico do neoliberalismo. (Lemebel, 2007, p. 44)

Diálogo entre Pedro Lemebel e a construção freireana da pedagogia do subterrâneo

*Falo de ternura companheiro
Você não sabe
Como custa encontrar o amor
Nestas condições
Você não sabe
O que é carregar essa lepra
As pessoas guardam distância
As pessoas compreendem e dizem:
Ele é bicha, mas escreve bem
Ele é bicha, mas é bom amigo
Super boa onda
Eu não sou legal
Eu aceito o mundo
Sem pedir-lhe essa boa onda
Porém, igual se riem
Tenho cicatrizes de risos em minhas costas
(Lemebel, 2013, p. 37)*

Há desejos subterrâneos que também povoam os cotidianos escolares. E há também toda uma série de estratégias panópticas desenvolvidas para que esses desejos sejam identificados e, ao menor sinal de sua efetuação, sejam contidos ou punidos. Assim, a escola está a todo tempo preocupada em sanar a indisciplina e agitação dos alunos que não se adequam ao modelo disciplinar da sala de aula, enquanto, na verdade, deveria prestar mais atenção a esses comportamentos.

Afinal, personagens como a Loca del Frente, os pobres, os negros, os homossexuais, os índios, os marcados por diferentes síndromes ou

doenças mentais, os drogados e outros tantos corpos estranhos que habitam o cotidiano escolar têm muito a nos dizer e ensinar sobre o processo educacional. Para quê e para quem serve? Por que determinado currículo? Qual a função da avaliação? Estas e muitas outras questões podem e precisam ser pensadas a partir da presença, da fala, e do silenciamento desses corpos.

Suas histórias estão marcadas na carne, quase sempre por prazeres e desprazeres de uma ordem social que teima em determinar espaços, posições, gostos, comportamentos modelo para todos, sem se importar com as identidades próprias e suas singularidades.

No cotidiano escolar, essas marcas são perceptíveis quando nos deparamos com o julgamento moral de certos profissionais sobre os gestos de alunos que não se enquadram nos padrões estabelecidos. Assim, uma menina que prefere brincar com os meninos e não mostra delicadeza, não gosta da cor rosa e é muito agitada quase sempre é taxada como lésbica, indicando o seu afastamento daquilo que se espera dela; como também o menino que, mesmo tendo apenas quatro anos e, por curiosidade ou repetindo atos que viu em casa, na televisão ou internet, brinca com o coleguinha no banheiro, tirando o pipi para fora e esfregando no bumbum do outro, é taxado de perverso, doente, entre outros adjetivos que assassina sua vida latente e de outras dezenas de crianças e jovens estudantes que se afastam das normas.

É nas brechas, nos intervalos dos espaçotempos do cotidiano escolar⁵, nessas e noutras histórias não consideradas, pois não compõem o currículo e não fazem parte do rol burocrático de organização/seleção de conteúdos que podem ser acessados pelos estudantes, que aconte-

5. Entendido a partir da leitura de Nilda Alves e Regina Leite Garcia, em *O sentido da escola* (2008). Espaçotempo é a ação criativa de possibilitar que o conhecimento aconteça de forma natural, através da socialização, seja professor-estudante, professor-professor, estudante-estudante, estudante-professor, ou seja, quando no cotidiano escolar, o investimento maior deixa de ser no currículo oficial e passa a ser nos acontecimentos cotidianos, nas socializações das “redes de múltiplas relações e movimentos que permitem a criação, rica e turbulenta, de novos conhecimentos, que nem sempre são aqueles que pretendíamos ser os que ‘devem’ ser aprendidos por nossos alunos” (Alves; Garcia, 2008, p. 82).

tece a pedagogia subterrânea. Ela povoa o cotidiano e, mesmo não estando necessariamente abaixo, escondida no subsolo, ela é empurrada para esse espaço pela força desejante que a quer invisibilizada. Porém, como os gêiseres, ela encontra brechas que a fazem alcançar a superfície, dando vazão e se tornando perceptível a alguns olhares mais atentos que procuram dialogar e lançar reflexões sobre a força que os corpos estranhos experimentam no cotidiano escolar.

Diríamos, portanto, que uma pedagogia subterrânea é tal como as crônicas de Lemebel e os espaços por onde o autor e seus personagens transitam em Santiago, diz respeito à bio:grafias de passagens, do estar e viver nos cruzamentos da geografia humana, onde o desejo de sobrevivência impera, onde os corpos são atravessados pelo instinto de vida e buscam por alguma luz ou brecha, esperando que algo os possa resgatar do limbo que são obrigados a frequentar, para que finalmente possam transitar livremente pelas praças arborizadas e frescas; não a partir de um modelo ditado e aceito, mas como sujeitos de direito e responsáveis por suas histórias singulares e também coletivas. Transitar livremente sem os espectros de violência que os aterrorizam todos os dias nos meios de comunicação, em que jovens homossexuais são atacados por outros que se consideram heterossexuais, e portanto normais, e portanto melhores, e que desferem sobre aqueles golpes com lâmpadas fluorescente ou outros materiais de que dispõem, numa tentativa de aniquilar ou ajustar aquilo que consideram diferente, anormal ou abjeto.

Se Lemebel escreve para sobreviver, a pedagogia subterrânea é concebida para pensar a sobrevivência e a vida dos corpos na margem. Para que possam ser vistos e percebidos e provoquem sentidos outros, que problematizem as normas, contribuindo para a constituição de espaços onde as diferenças possam dialogar e tecer novas possibilidades de convivência, de respeito, de uma vida cidadã no sentido mais amplo.

Sua escrita aponta possibilidades de reflexão sobre o cotidiano escolar no qual atuamos, num esforço para que, como ele, possamos perceber essas nuances do poder em nossas ações e nas ações daque-

les que, conosco, convivem e compartilham possibilidades de criar práticas que privilegiem a multiplicidade das formas de existência, as subjetividades, as singularidades dos corpos, outras estéticas, os afetos e a ética nas e das relações, e os devires.

No *Manifiesto (Hablo por mi diferencia)* temos um panorama do ser homossexual no Chile, num momento em que a repressão era explícita. Essa realidade também figurou no Brasil e em muitos países da América Latina – e, nesses tempos em que escrevemos esse artigo, os extremismos e fundamentalismos têm sido legitimados pelos discursos e ações governamentais.

A escola – já tão carregada de estereótipos – é agora acusada de ideologizar crianças, adolescentes e jovens sobre questões políticas, filosóficas e de gênero. Dessa forma, as ideias de uma sexualidade pre-determinada biologicamente e ligada a questões cristãs-ocidentais, ou seja, a heterossexualidade, é colocada em evidência, enquanto todos os demais são postos à margem, da mesma forma que são relegados às margens os usuários de drogas, os moradores de rua, negros e mulheres, indígenas e, na escola, aqueles que não aprendem, os que vêm sujos, os que não trazem material em ordem, os indisciplinados, os que apresentam alguma deficiência.

Os corpos estranhos sempre causaram e continuam causando olhares enviesados, distanciamentos, recusas, agressões. Na escola, os discursos proféticos passam a definir o futuro não favorável àquela criança, ainda mais se a família não for estruturada – leia-se família nuclear, com o pai trabalhador e responsável pelos proventos da casa, uma mãe dócil, do lar, e sempre preocupada com o desenvolvimento dos filhos e a organização da casa, e filhos bem cuidados, educados e sadios.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2017) indicam que, no Brasil, ao contrário do que se prega na maioria das escolas, a cada ano cresce o número de famílias chefiadas por mulheres, correspondendo, naquele ano, a 40% dos domicílios, onde elas são as

principais responsáveis pelos proventos da casa, da mesma forma que há transformações na configuração dos agrupamentos familiares.

Esses dados, somados à Constituição Federal de 1988, que, em seu art. 205, estabelece a educação como um direito de todos e responsabilidade do Estado e da família, os cotidianos escolares têm recebido cada vez mais uma variada gama de crianças, cada qual com seu conhecimento de mundo, constituído a partir de suas realidades familiares diversas. Acrescente-se a isso outras questões difíceis de serem desconstruídas no cotidiano escolar, dentre as quais destacamos:

Pensar a classe ou turma em conjunto e não o estudante em sua individualidade. Pois numa mesma sala, com 30 crianças diferentes, é impossível que todos acompanhem um mesmo ritmo de desenvolvimento e domínio de técnicas e conteúdos.

O número excessivo de estudantes por classe/turma inviabiliza o trabalho mais voltado para as emergências de cada aluno, não para fazê-lo chegar a um determinado conhecimento específico, mas para instigá-lo a avançar em suas descobertas e conhecimento de mundo.

A preocupação com o currículo oficial e com os resultados nas avaliações externas e não com aquilo que as crianças desejam no momento. Se de fato a criança for pensada como sujeito de sua própria aprendizagem, como escreveu Paulo Freire (2009), é preciso levar em consideração os seus desejos, aquilo que para ela faz sentido.

Por fim, há também questões ligadas ao reconhecimento e valorização dos profissionais da educação, tanto em relação aos salários quanto às capacitações oferecidas pelas instâncias oficiais, de modo a contribuir para a reflexão e mobilização de outros fazeres no cotidiano escolar.

Avançar sobre essas e outras reflexões pertinentes ao campo da educação escolar e desconstruir tais paradigmas é o desafio que enfrentamos cotidianamente, levando-nos a pesquisar alternativas e possibilidades, por acreditarmos que a escola é portadora de sentidos, os quais extrapolam a transmissão de conhecimentos e os processos de ensino e aprendizagem de conteúdos estabelecidos pelas

diretrizes oficiais. Mais do que conteúdos, é possível que professores e professoras atuem para que seus estudantes sejam questionadores dos discursos pedagógicos, sociais, culturais e políticos convencionais e manipuladores, e para que possam desenvolver a sensibilidade e o interesse por produções culturais, numa postura de abertura para perceber as diferenças – de todas as ordens – como multiplicidade de modos de vida e de existência, e não como objeto de preconceitos, de julgamentos e de exclusão.

Quais propostas trazer ao cotidiano escolar de maneira a driblar os currículos engessados e apontem outras possibilidades de educação, mais voltadas para a ampliação do sentido de cidadania? Quais estratégias desenvolver para que o cotidiano escolar seja “sensível aos chamamentos que nos chegam, aos sinais mais diversos que nos apelam”? (Freire, 2009, p. 134).

As leituras que fizemos da escrita subversiva de Pedro Lemebel nos auxiliaram nas tentativas de responder as questões freireanas e ampliaram as experimentações e observações que temos realizado do, no e com o cotidiano escolar (Proença, 2009), e que a nossa tese propõe, sustenta e denomina como pedagogia do subterrâneo (Proença, 2017).

Se o lugar de fala e escrita de Lemebel é a partir de uma cartografia da marginalidade, como apresentamos anteriormente, onde os personagens quase sempre são corpos estranhos que não se veem incluídos na sociedade chilena e, pelo contrário, são perseguidos, violentados, mortos ou desaparecidos políticos, é nesse lugar que também acontece a pedagogia do subterrâneo, nos cotidianos diversos das escolas – ainda que, de uma maneira ou de outra, tente-se esconder ou negar para que os cânones educacionais sejam evidenciados e proclamados como a regra para o sucesso ou o fracasso das pessoas e das escolas.

Assim como Lemebel explicita a raiva que o mobiliza a criar as performances e também a realizar sua escrita, chamando atenção da sociedade para as questões que permanecem não resolvidas, há uma raiva que nos impede de apenas observar o que acontece no cotidiano

da escola, como se tudo fosse normal e a escola não fosse responsável por pensar sua realidade e apontar novas alternativas. Podemos, em nossas atividades cotidianas, propor ações, convidar aqueles e aquelas que estão próximos a pensar outras estratégias para que os e as estudantes se sintam parte do processo e do cotidiano escolar, e possam compartilhar seus anseios e contribuir para a construção do projeto político e pedagógico da escola. Podemos construir espaços conjuntamente para os estudantes e as estudantes apresentarem possibilidades de tornar a escola mais atraente, mais próxima da realidade que cada um e cada uma vivem; sugerirem ações que considerem pertinentes; participarem ativamente das decisões, da construção de regras e das avaliações.

Pensamos a pedagogia do subterrâneo acontecendo na dimensão das micropolíticas, nas atitudes daqueles e daquelas que ousam transgredir e que resistem às políticas educacionais pautadas e adquiridas de consultorias empresariais.

A pedagogia do subterrâneo não é burocrática e predefinida. Ela surge e acontece sempre nas bases e com as bases. É caracterizada pelas atividades criativas de professores e de estudantes que constroem coletivamente seus parâmetros políticos e pedagógicos. Não configuram os grandes currículos e suas promessas messiânicas, mas brotam como os esporos que não foram semeados, mas que, aproveitando do conjunto de possibilidades e interações do meio, brota e se espalha.

Referências

- Alarcón, R. “Los mundos de Pedro Lemebel”“. *Diario Uchile. Radio Universidad de Chile*, Santiago, 25/01/2015. Disponível em: <<http://radio.uchile.cl/2015/01/25/los-dos-mundos-de-pedro-lemebel/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- Alves, N; Garcia, R. L. (org.) **O sentido da escola**. Petrópolis: DP et Alii, 2008.
- Balada Literária. Apresentação. Disponível em: <<http://baladaliteraria.com.br/#apresentacao>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- Barradas, E. “Para travestirte mejor: Pedro Lemebel y las lecturas políticas desde los márgenes.” **Iberoamericana**, América Latina – Espanha – Portugal, v. 9, n.

- 33, p. 69-82, 2009. Disponível em: <<https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/776/459>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- Chamy, C. H. “Adiós a Pedro Lemebel, la “yegua” literaria que rompió tabúes em Chile.” **BBCMundo**, 23/01/2015. Disponível em: <http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/01/150123_cultura_perfil_pedro_lemebel_chile_ch>. Acesso em: 9 ago. 2017.
- Costa, F. Pedro “Lemebel: la rabia es la tinta de mi escritura. Entrevista. Suplemento Ñ” **Diario Clarín de Buenos Aires**, 14/08/2004. Disponível em: <<http://edant.clarin.com/suplementos/cultura/2004/08/14/u-813177.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2017.
- Echevarría, I. “Prólogo.” In: Lemebel, P. **Poco hombre: crônicas escogidas**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013. p. 11-31.
- Estadão. **Documentário sobre Pedro Lemebel, ícone da contracultura chilena, ganha o Teddy Award**. Cultura. São Paulo, 15/02/2019. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/cinema,documentario-sobre-pedro-lemebel-icone-da-contracultura-chilena-ganha-o-teddy-award,70002723578>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- Fajardo, M. “**Cancioneiro**”, el programa radial que hizo famoso a Lemebel. El Mostrador, Suplemento Cultura + Ciudad, Santiago, 24/01/2015. Disponível em: <<http://www.elmostrador.cl/cultura/2015/01/24/cancionero-el-programa-radial-que-hizo-famoso-a-lemebel/>>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- Festival Mix Brasil. **Evento: Balada Literária**, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.mixbrasil.org.br/2013/teatro/teatro.asp?lng=&descricao=balada>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- Folha de S. Paulo. **Morre aos 62 anos escritor e artista plástico chileno Pedro Lemebel**. São Paulo, 23/01/2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/01/1579402-morre-aos-62-anos-escritor-e-artista-plastico-chileno-pedro-lemebel.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- Freire, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 39ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- Gagnani, J. Autor Chileno Lemebel critica o preconceito em alto tom, apesar de câncer que afetou sua voz. Suplemento Ilustrada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25/11/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/11/1376025-autor-chileno-lemebel-critica-o-preconceito-em-alto-tom-apesar-de-cancer-que-afetou-a-sua-voz.shtml>>. Acesso em: 7 ago. 2017.
- Instituto de Pesquisa Aplicada - Ipea. **Estudo mostra desigualdade de raça e gênero em 20 anos**. 06/03/2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526>. Acesso em: 2 jul. 2017.

- Jeftanovic, A. Pedro Lemebel: el cronista de las márgenes. Entrevista. **Lucero**, Universidad de California, Berkeley, 2000. Disponível em: <<http://www.letras.mysite.com/lemebel50.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2017.
- Lemebel, P. **Manifiesto (Hablo por mi diferencia)**. 1986. Disponível em: <<http://lemebel.blogspot.com.br/2005/11/manifiesto-hablo-por-mi-diferencia.html>>. Acesso em: 14 set. 2016.
- _____. **Tengo miedo torero**. Santiago de Chile: Anagrama, 2001.
- _____. Escritor y artista visual Pedro Lemebel: “es necesario liberar algunas perversiones” Entrevista por Andrés Gómez. **La Tercera**, Santiago, 21/09/2007, p. 44. Disponível em: <<http://www.memoriachilena.cl/archivos2/pdfs/MC0044739.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2017.
- _____. Trazo mi ciudad. Capítulo 10: Pedro Lemebel. **Canal 13C**, Santiago, 2012a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n21S1UQoMIA>>. Acesso em: 15 set. 2016.
- _____. **Pedro Lemebel: la voz de la periferia. Entrevista ao programa Vuelan las Plumas**. Radio Universidad de Chile, Santiago, 1º/01/2012b. Disponível em: <http://vlp-pro.altavoz.net/prontus_vlp/site/artic/20120101/asocfile/20120101215349/pedro_lemebel.mp3>. Acesso em: 24 jul. 2017.
- _____. **Poco hombre**. Santiago de Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.
- Monsiváis, C. “Pedro Lemebel: el amargo, relamido y brillante frenesi” In: Lemebel, P. **La esquina es mi corazón**. Santiago de Chile: Seix Barral, 2004. p. 3-6.
- Morales, L. Pedro Lemebel: género y sociedad. Aisthesis. **Revista Chilena de Investigaciones Estéticas**, n. 46, p. 222-35, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-71812009000200012>. Acesso: 15 set. 2016.
- Proença, E. R. **Cartografia dos corpos estranhos: narrativas ficcionais das homossexualidades no cotidiano escolar**. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação). Sorocaba: Uniso, 2009.
- _____. **Pedagogia do subterrâneo: narrativas trans, éticas, estéticas e políticas dos e nos cotidianos escolares**. 2017. 347f. Tese (Doutorado em Educação). Sorocaba: Uniso, 2017.
- Ramalho, F. A política do “desejo” de Pedro Lemebel. Suplemento Cultural. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, n. 103, p. 14-5, set. 2014. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/images/pdf/PE_103_web.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2017.
- Reigota, M; Prado, B. H. S. do. **Educação ambiental: utopia e práxis**. São Paulo: Cortez, 2008. (Col. cultura, memória e currículo; v. 8)

Por uma vida não fascista: Lemebel e o devir-mulher

[Juliana Vieira Sampaio]

*Não sou Pasolini pedindo explicações
Não sou Ginsberg expulso de Cuba
Não sou uma bicha disfarçada de poeta
Não preciso de disfarces
Aqui está minha cara
Falo por minha diferença
Defendo o que sou
E não sou tão esquisito
Me repugna a injustiça
E suspeito dessa dança democrática
Mas não me fale do proletariado
Porque ser pobre e bicha é pior
Há que ser ácido para suportar (...)
(Pedro Lemebel, 1986)*

Lemebel, artista chileno, que lutou contra a ditadura Pinochet e fez críticas severas ao governo democrático do Chile, teve seu corpo, sua arte e modo de existir criticados e marginalizados nos dois regimes de governo. É essa figura, que resiste as normas, que protagoniza os escritos de Eder Proença e Marcos Reigota, “A escrita subversiva de Pedro Lemebel e a freireana pedagogia do subterrâneo.” Texto esse, que provoca uma série de sentimentos, dentre angústia e esperança, especialmente, na atual conjuntura política brasileira que é transpassada por um fascismo neoliberal. O artista nos ensina que para suportar é necessário ser ácido, para quem sabe, com essa acidez destruir as estruturas fascistas que nos cercam.

Não só a escrita de Lemebel se colocava como ponto de resistência as normas, mas o seu próprio corpo se constituiu como um corpo político e uma obra de arte, onde habitavam, simultaneamente, salto alto, pênis e um rosto fortemente maquiado. A presença dos atributos ditos masculinos e femininos coexistindo no mesmo corpo, constrói um jogo que, ao mesmo tempo em que reafirma práticas normalizadoras, desconstrói o binarismo de gênero. Lemebel é anômolo, pois é aquele que não tem regra, que contradiz a regra, a anomalia, o desigual, a desterritorialização (Deleuze e Guattari, 1997). Ao se afastar dos padrões de subjetivação instituídos que disciplinam e fixam, Lemebel abre seu corpo para conexões, agenciamentos, superposições, produzindo, assim desterritorializações (Deleuze e Guattari, 1996). Ao romper com este modelo de corpo e de existir organizado, organizador, suscetível a explicação, Lemebel agencia “conexão de desejos, conjunção de fluxos, *continuum* de intensidades (...) sua pequena máquina privada, pronta, segundo as circunstâncias, para ramificar-se em outras máquinas coletivas” (Deleuze e Guattari, 1996, p. 24).

A política e a resistência se fazem em rede, produzindo linhas de fuga, possibilitando a emergência de modos de viver mais criativos. As noções de sujeito, pessoa, indivíduo, social ou história, são substituídos pela experimentação, fluxos de intensidades, conjunções de afetos e micro percepções. Porém, a Lemebel foi negada a construção de rede e produção de agenciamentos dentro dos movimentos de esquerda que lutavam contra a ditadura chilena, assim ele se ramifica em outras máquinas coletivas ao encontrar outros corpos abjeto, homossexuais, travestis, prostitutas, indígenas, migrantes e drogados. Na arte de Lemebel esses corpos abjetos se tornam sujeitos, protagonistas da própria história.

Eder Proença e Marcos Reigota destacam que são as mulheres pobres e periféricas as grandes heroínas das obras de Lemebel, que resistem ao machismo e que apesar de todo sofrimento, produzem “micropolíticas da sobrevivência.” Lemebel se produz no devir-mulher ao se aliar ao feminino, que permeia seu existir, desde a escolha

do seu sobrenome materno para se autonear até visibilizar a potência feminina na sua arte. O devir-mulher não se dá na tentativa de imitar a “entidade” mulher, tampouco se semelhar ou se identificar, mas “emitir partículas que entrem na relação de movimento e repouso ou na zona de vizinhança de uma micro feminilidade” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 68).

O devir-mulher rompe com os jogos binários, heteronormativos e as noções essencialistas de identidade instituídas, fluindo nos signos sem significados fixos. O devir-mulher cria novos modos de subjetivação, que não foram capturados pelas formas de existir homogeneizantes, capitalistas, fascistas, religiosas e moralizantes. O devir-mulher é força instituinte que emerge, com a possibilidade de produzir novos agenciamentos, novas composições e arranjos próprios de subjetividades livres e desejantes. Esse devir flui em mulheres e homens, pois é uma potência de afecção, que existe em todos os corpos e cria vidas. O devir-mulher, como devir-minoritário, busca romper com um estado de dominação e é esse agenciamento produzido pelos escritos de Lemebel, uma potência não falocêntrica, não macho, não masculino, não verdadeiro. O devir é uma involução criativa, que se estabelece na ordem da aliança, Lemebel afirmava que não tinha amigos, mas sim amores, são esses amores que potencializam os devires minoritários.

Os devires minoritários rompem com o fascismo que domina nossas vidas, não só por meio do governo, mas o fascismo que nos habita. A vida de Lemebel se dá no jogo contra o fascismo que controla os corpos não só do período ditatorial, mas também na instituição de um regime democrático e de direito. Lemebel continua sendo excluído, tendo sua existência negada, sendo abjeto, independente do governo ser ditatorial ou democrático. A política de Estado se modifica, mas os fascismos cotidianos permanecem. Assim, como no Brasil, que mesmo durante um governo dito de esquerda continuava como um dos países que mais mata travestis e transexuais, além de promover o encarceramento e assassinato de jovens negros periféricos. A ascensão de um governo fascista neoliberal, não surpreende quando lem-

bramos que os microfascismos cotidianos nunca deixaram de existir, mesmo no governo anterior.

Lemebel usou o seu corpo e sua escrita de forma política para enfrentar o fascismo tanto de direita como de esquerda. É necessário, construirmos estratégias, de luta, assim como Lemebel que lute contra:

não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini - que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas -, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora (Foucault, 1996, p. 3).

Eder Proença e Marcos Reigota nos convidam, juntos com Lemebel, para potencializar a pedagogia subterrânea, que assim como o fascismo, também povoa o cotidiano, mas escondida, invisibilizada e que é atravessada pelo desejo de sobrevivência. São essas estratégias contrárias a todas as formas de fascismo que precisamos agenciar em nossas práticas diárias, ações que: não promovam a partir da diferença a desigualdade e hierarquização; que promova a multiplicidade e agenciamentos móveis e nômades, que encontre alegria na militância, que intensifique o pensamento por meio da política, que desterritorialize e que não caia de amores pelo poder (Foucault, 1996).

O corpo e os escritos de Lemebel ao se unir com outros abjetos produziu trocas e agenciou ações e afetos, compondo assim corpos mais potentes e criativos. Desse mesmo modo, os escritos de Eder Proença e Marcos Reigota agenciaram inúmeros afetos durante a sua leitura, permitindo a produção de questionamentos e inquietações, e por isto, ainda seguindo Foucault ficam as reverberações sobre “Como fazer para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário? Como liberar nosso discurso e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como expulsar o fascismo que está incrustado em nosso comportamento?” (Foucault, 1996, p. 4).

Referências

- Deleuze, G.; Guattari, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3.** Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- Deleuze, G.; Guattari, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 4.** Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- Foucault, M. “O anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista.” In: Pelbart, P.; Rolnik, S. (org.) **Cadernos de subjetividade** (número especial sobre Gilles Deleuze). São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Programa de Estudos de Pós-Graduados da PUC/SP. 1996.
- Lemebel, P. **Manifiesto (Hablo por mi diferencia)** [1986]. Disponível em: <<http://lemebel.blogspot.com.br/2005/11/manifiesto-hablo-por-mi-diferencia.html>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

[Luciana Kind]

Para Ana Emília do Nascimento (*in memoriam*) e Maria da Glória Kind do Nascimento

Aprendi muito cedo que mulheres se amparam, aprendem umas com as outras, protegem-se em rede. Compartilho vivências remotas, profundamente transformados pelas camadas de registros afetivos de texturas, cheiros, cores e sons que alimentam a memória de muitos anos. Resgato dois registros labirínticos, porque não os busco como cenas ou casos, mas como fragmentos em contato, nem sempre em encaixes. Evoco os labirintos pelos encontros e desencontros de estruturas que lhes dão forma. Como nos labirintos, minhas memórias podem enganar, mas já aviso às leitoras e leitores que não são imprecisões. Estão mais para verdades inventadas. Não são um risco, mas uma condição para se narrar. Escritoras como Conceição Evaristo e Clarice Lispector reconheceram o valor da verdade que se inventa. A primeira nos conta que “entre o acontecimento e a narração do fato, alguma coisa se perde e por isso se acrescenta”¹. A segunda, irrompe: “Não quero ter a terrível limitação de quem vive apenas do que é passível de fazer sentido. Eu não: quero é uma verdade inventada.”² De modo análogo, cenas diversas compõem as memórias que recolho, re-

1. Evaristo, C. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

2. Lispector, C. *Água Viva*, 9ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

monto e invento. Com essas montagens revivo o aprendizado precoce dos laços que se pode tecer entre mulheres. Ao mesmo tempo, situo-me em recortes mais recentes, em que esses laços são mais evidentes como força política.

Labirinto um. Minha avó era uma mulher da roça. Tez enrugada e queimada dos anos de sol no roçado de terra amarelada e seca do nordeste mineiro. Dizia ter pouco estudo, mas orgulhava-se de ter concluído o quarto ano de grupo. Assinava o nome forte com esmero. Sei pouco sobre como aprendeu a tecer crochê. Ela o fazia com pontos apertados, em ágeis movimentos de agulha, a linha firme entre dedos magros. Cresci testemunhando a criação de caminhos de mesa, bicos para pano de prato e palas tecidas em linhas de seda e agulhas finas para blusas e vestidos. Com ela e com minha mãe aprendi a ziguezaguear a agulha, tecendo pontos frouxos. Fui capaz de tecer um vestido amarelo para minha boneca predileta aos oito anos, triunfo único da aprendizagem de prática tão doméstica. Quando minha avó morreu, encontramos amostras de crochê tecidas com sobras de linhas de variadas cores, que reconhecíamos em algum caminho de mesa ou em outros bordados espalhados pela casa. Aproximadas, as cores ganharam um efeito inebriante, conferindo às amostras o ar nobre de rosetas de antigas catedrais. Fizemos réplicas de algumas delas, em outras cores. Tecemos uma rede de rosetas multicoloridas de crochê que enfeita hoje uma blusa preta. Três mulheres, três gerações, unidas em uma inusitada rede que reverbera na memória a presença circunspecta e bonita de minha avó, uma mulher da roça.

Labirinto dois. No terreiro da casa da minha tia as primas, meninas, brincavam. As mais velhas se engajavam nos cuidados da casa. Éramos muitas meninas. Uns poucos meninos, vez em quando se juntavam a nós. A brincadeira mais luxuosa era fazer guisado. Ganhávamos aparas de legumes e quando as galinhas estavam produtivas, um ovo podia engrossar o caldo do cozido que preparávamos nas panelas de barro e fogão à lenha improvisado de tijolos, tudo em versão miniatura. As meninas mais endinheiradas, não muito mais,

pois estávamos no Vale do Jequitinhonha, podiam comprar fogões de alumínio batido no mercado. Divertíamos todas com os recursos que conseguíamos angariar. Preparávamos o guisado juntas, como sinfonia. Uma acendia os gravetos, a outra cortava o que ainda era pedaço grande, uma terceira juntava tudo na panela, para a quarta mexer com cuidado. O fogo mirrado impedia que o processo fosse rápido e nosso tempo era elástico. Servíamos o cozido em recipientes também de barro ou em pratos de esmalte branco, tão bonitos aos olhos de criança. Continuam lindos aos meus olhos de adulta. O ritual de cozinhar com outras meninas era mágico. Ao contrário do que os anos fizeram com as poucas habilidades de tecer crochê que aprendi, a base do cozinhar coletivo se manteve ao longo do tempo. Cozinhar continua sendo uma alegria e se é com outras mulheres, tanto melhor. Saberemos o tempo certo uma da outra, confiaremos nos talentos que se apresentarem, trocaremos receitas e segredos culinários, um tipo de cumplicidade *sui generis* que retóricas contemporâneas julgariam conservadora, pois tão doméstica.

De labirintos e redes. Assisto hoje com interesse as articulações online e off-line de mulheres. Sou uma de muitas, e hoje em dia aprendo com as mais jovens o que se congrega com o efeito *hashtag*. As redes de antes me colocavam em aprendizagem com mulheres mais velhas. As de hoje me fazem aprendiz das mais jovens. Acompanho o que se tece nas articulações de mulheres estrangeiras, como #MeToo e #NiUnaMenos, e brasileiras, como a espetacular #EleNão. As dimensões dessas redes e sua natureza pública, hipertrofiada pelo alcance da inteligência interconectada³ de uma multidão de mulheres, inspiram muitas, assustam outros, incomodam local e globalmente homens e mulheres que se intrigam com essas vozes se espraiando, políticas,

3. Ver discussões propostas por Alves, Marco Antônio Souza. (2017). A cibercultura e as transformações em nossas maneiras de ser, pensar e agir. In: N. L. Lima, M. Stengel, M. R. Nobre & V. C. Dias. (org.) *Juventude e cultura digital: Diálogos interdisciplinares* (p. 169-180). Belo Horizonte: Artesã.

diversas do que habitualmente se convencionou para os corpos e as posições de mulheres. Tão não-domésticas essas vozes. Ou não? Ou seriam públicas aquelas outras teceduras intimistas de crochê e guisado em família? Ou seriam íntimas as vozes que alcançam tão longe? Ou são redes, todas elas? Em todas construo meu interesse no que as mulheres fazem juntas. Em todas sinto a potência política das mulheres quando juntas.

Belo Horizonte, 10 de julho de 2019

Psicologia(s) e o Sistema Único de Saúde no Brasil: pressupostos e trajetórias da psicologia da saúde e da psicologia social da saúde

[José de Arimatéia Rodrigues Reis]

[Pedro Paulo Freire Piani]

O atual sistema de saúde brasileiro é resultado de uma construção histórica centrada em diretrizes consideradas fundamentais para o atendimento e financiamento públicos com participação privada complementar na oferta de serviços. Esse cenário imprimiu à sua organização uma configuração híbrida para atender uma população que já ultrapassa os 200 milhões de habitantes. Diversos atores, norteados por um ideal de interesse público e/ou privado, participaram dos vários momentos da intensa engenharia do sistema, tal as forças interessadas na área da saúde no Brasil. O objetivo deste artigo é analisar a participação da psicologia como campo de saber e área profissional nesse cenário de produção de pressupostos e políticas que conformaram o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

A escolha para tratamento do objeto deste trabalho não se fez focalizando uma periodização de atuação no sistema de saúde, pois a psicologia teve e tem uma atuação contínua e intensa. Optou-se em tratar a atuação da psicologia como campo de produção de pressupostos e como área profissional efetiva na construção no sistema. Como campo de produção de pressupostos para a discussão das ideias mestras que iriam fundamentar o sistema de saúde, a psicologia foi coparticipante, junto aos vários campos de saber, de uma discussão que ressaltava sobremaneira temas como o cuidado, a humanização, a integralidade, o sujeito como operador de um sistema de saúde, o direito à escolha do tratamento, a participação social que ensejou a

ideia de controle social, enfim, uma série de questões em que as áreas profissionais colocavam no cotidiano de suas práticas e que alimentavam a ampla reflexão na saúde pública.

Psicologia e saúde: trajetórias e posicionamentos

Ao analisar os aspectos heterogêneos pelos quais a psicologia se apresenta na atualidade, por um lado encontramos uma entre as muitas profissões ocidentais dedicadas ao ser humano, conectada ao mundo contemporâneo enquanto alternativa de intervenção psicossocial e busca de soluções práticas no campo da técnica. De outro lado, ela hoje se encontra também incluída como membro global das ciências humanas e da saúde, enfrentando as exigências em se aproximar ou se afastar metodologicamente das demais áreas ou disciplinas teóricas e científicas, buscando responder aos constantes desafios colocados pelos contextos sociais, políticos, econômicos e culturais postos em evidência.

A situação de predomínio do modelo psicodinâmico no ensino da psicologia na graduação, o enfoque abstrato atribuído aos indivíduos, a hegemonia do modelo médico no enfoque da doença e a ausência de paradigma propriamente psicológico, apontado por alguns autores (Spink, 2003; Marteau, Johnston, 1987) ainda persistem nestas duas décadas do século XXI. Essa questão não pode deixar de ser tratada ao se olhar para a trajetória recente da psicologia no campo da saúde e na configuração de um sistema nacional de saúde.

Assim, vinculada à produção do conhecimento, à pesquisa qualitativa e à compreensão de determinadas necessidades do próprio ser humano, tentando acolher igualmente às muitas demandas humanas, na tentativa em situar-se provisoriamente pelas instabilidades e riscos da contemporaneidade, a psicologia tem-se deparado cada vez mais com a necessidade de revisão dos seus modelos teóricos, nas diversas áreas do conhecimento com as quais dialoga.

Na psicologia social, as diversas opções teóricas têm sido comu-

mente reunidas no termo “psicologia crítica”, o qual pode expressar diferentes usos e significados, atribuídos a escolas distintas como psicologia política, psicologia discursiva, psicologia feminista e psicologia social da saúde (Spink; Spink, 2011).

A denominação *psicologia crítica* diz respeito muito mais a uma ampla frente de lutas, uma união de práticas e argumentações diversas, nesse caso na psicologia social, do que propriamente a uma escola ou um movimento articulado, e a postura crítica se torna então a característica mais marcante da disciplina na atualidade, mobilizando um olhar de reflexividade da psicologia social sobre si mesma (Spink; Spink, 2011).

A crítica libertária na psicologia social se expressa de quatro maneiras: 1) crítica das bases epistemológicas do conhecimento, recolocando a ciência como prática social e fazer humano; 2) preocupação com a centralidade da linguagem na produção do conhecimento, tanto na ciência como na vida cotidiana; 3) radicalização do potencial transformador da ciência, alterando a visão do cientista neutro descolado de seus valores; 4) rompimento com o paradigma positivista de pesquisa, com valorização das metodologias qualitativas antes desqualificadas (Spink; Spink, 2011).

Bernardes e Guareschi (2010) afirmam na experiência da interioridade e das relações do ser humano consigo mesmo, aquilo que possibilitou a passagem de uma concepção baseada na ciência natural, para uma visão centrada nas ciências humanas, entre elas, a psicologia. Essas relações de uma interioridade humana desenvolvida por sua vez no contato direto da vida social, dentro de um contexto histórico no qual o próprio ser humano é constituído, passaram a ser vistas como descaminhos em relação ao ser vivo quando considerado como espécime da natureza.

Essa transformação na concepção do ser humano, deixando de ser visto apenas como um organismo biológico, a partir da mudança na maneira de explicar os fatos científicos, por outro lado faz emergir os eventos psicológicos humanos a partir de uma interioridade não na-

tural, na qual podem ser incluídos fenômenos como o adoecimento, este passando depois a ser interpretado não somente como um desequilíbrio orgânico, mas também como um desvio na estrutura interior do sujeito psicológico, gerando por sua vez, uma aproximação da psicologia com o campo da saúde (Bernardes; Guareschi, 2010).

Houve uma objetivação da condição humana pelas práticas psicológicas, a qual implicou uma mudança dos espaços artificiais de laboratórios para o cotidiano, para os acontecimentos, para a história. “A ciência psicológica integra-se ao campo da saúde no momento em que seu campo de compreensão, transposto das ciências físico-naturais, em que as leis da natureza explicavam o fenômeno humano, encontra-se com as relações que os humanos travam consigo mesmos e com os outros, escapando às leis da natureza” (Bernardes; Guareschi, 2010, p. 270).

Roso (2007) observa que durante muitos anos, tudo o que dizia respeito à questão da saúde era discutido dentro do *corpus* maior da psicologia, sem uma organização disciplinar interna. Não existia, portanto, uma abordagem ou subárea se ocupando especificamente das discussões sobre a saúde humana. Mais ou menos nos anos 1970 do século XX ocorreu o surgimento da subárea da psicologia denominada psicologia da saúde, a qual consistiu, de certa maneira, em um esforço para modificar ou melhorar a compreensão e a prática da psicologia nesse campo de intervenção.

Segundo a autora, por ter se apoiado desde o seu surgimento predominantemente em uma visão baseada no modo individualista-liberal, a psicologia da saúde esteve quase sempre longe de responder a grande parte dos problemas da área da saúde, ainda que a sua importância e conquistas precisem ser reconhecidas, assim como também deve ser questionada a sua hegemonia, pois esse modelo tem se mostrado incompatível com mudanças mais radicais nas estruturas sociais, não chegando a abalar as estruturas históricas que reforçam e promovem os processos de exclusão e institucionalização nas práticas de saúde (Roso, 2007). Nesse primeiro momento, pode-se afirmar que se configurou uma psicologia da saúde de trajetória clínico-institucional.

A psicologia da saúde

Para Castro e Bornholdt (2004) a psicologia da saúde surgiu nos anos de 1970 a partir da Associação Americana de Psicologia (APA), e nessa vertente teve como objetivo a compreensão da influência dos fatores biológicos, comportamentais e sociais envolvidos no processo da saúde e da doença, e buscava a integração da informação biomédica com o conhecimento psicológico, por meio da pesquisa e divulgação dessa área de estudos, assim como atuando em ambientes médicos, junto a diferentes profissionais, realizando a intervenção clínica. Segundo esses autores, essa área difundiu-se no mundo inteiro a partir dos anos de 1980 do século XX, alcançando a consolidação definitiva na última década.

Reconhecido como o primeiro a conceituar a psicologia da saúde, Matarazzo (1980, p. 815) propôs a seguinte definição: “Psicologia da saúde é um agregado das específicas contribuições educacionais, científicas e profissionais da disciplina Psicologia à promoção e manutenção da saúde, à prevenção e ao tratamento das doenças e à identificação dos correlatos etiológicos e diagnósticos da saúde, da doença e das disfunções relacionadas”

Para Carvalho (2013), a psicologia da saúde tradicional se desenvolveu em duas grandes tendências, no que diz respeito à metodologia utilizada: 1) uma corrente experimental, a qual manipulava as condições de pesquisa com a aplicação de variáveis dependentes e analisava os dados por meio de diversos tratamentos estatísticos. 2) uma outra corrente, a das diferenças individuais, que não interferia diretamente no campo de estudo, mas também utilizava a análise estatística, buscando padrões de correlação, covariação ou dependência entre variáveis. Essa concepção de psicologia da saúde incorporou na década de 1990 do século XX alguns preceitos do chamado modelo biopsicossocial, originado da psiquiatria de Engel, o qual propôs uma concepção mais aberta às correntes psicodinâmicas e determinada pluralidade metodológica, acolhendo estratégias quantitativas

e qualitativas de investigação. Este segundo padrão de investigação difundiu-se internacionalmente, criando uma tradição de pesquisa quantitativa e comportamental que se tornou hegemônica por algum tempo. Porém, esta psicologia da saúde tradicional, interessada em pesquisar características individuais invariáveis e generalizáveis sem correlacionar com o contexto, teve o seu reinado metodológico questionado, a partir de um intenso debate que surge na década de 1990 sobre pesquisa qualitativa em psicologia.

Segundo Gioia-Martins (2012), a psicologia da saúde incluiu com o tempo em seus pressupostos os fenômenos coletivos e as multideterminações históricas do indivíduo, grupos sociais, ambiente, crenças e valores morais e religiosos. Outra observação é a contribuição para avaliar e aperfeiçoar a formulação de políticas e serviços de saúde a todas as pessoas. São postos enquanto desafios para essa área aumentar o tempo de vida saudável do ser humano, reduzir diferenças de saúde entre grupos étnicos e socioeconômicos, aumentar o acesso a serviços de prevenção e acelerar pesquisas para evitar doenças e promover saúde.

Carvalho (2013) afirma que a pesquisa qualitativa em psicologia da saúde surgiu no final da década de 1990 do século XX, e alguns dos principais periódicos da área aos poucos passaram a publicá-la. As pesquisas qualitativas no contexto da saúde focaram de uma nova maneira as situações de vida do sujeito, em suas relações concretas na experiência cotidiana e a linguagem passou a ser adotada como meio privilegiado de acesso à experiência humana. Ainda no final do século passado, alguns teóricos afirmavam que o uso dos métodos qualitativos, sem uma reflexão crítica dos fundamentos epistemológicos e teóricos da psicologia, podia conduzir a resultados mais pobres e reducionistas daqueles vistos nas abordagens quantitativas.

Uma nova orientação surgiu, então, por parte de alguns autores ainda identificados com a abordagem qualitativa, mas que defendiam a necessidade de uma crítica mais radical à psicologia da saúde vigente. Nasceu assim a psicologia da saúde crítica, marcada pela heterogeneidade de suas propostas de análise, tais como as relações de poder

dominantes na saúde e na sociedade, os aspectos culturais e históricos de construção das práticas psicológicas, as formas de controle e regulação da vida diária pelas práticas profissionais, e a investigação cotidiana dos processos de trabalho como resistência a práticas disciplinares contemporâneas.

Assim, este autor ressalta uma tendência internacional em transformar as práticas psicológicas e o universo das pesquisas em saúde através da concepção emancipatória do conhecimento, o qual por meio da reflexão crítica pode influenciar em mudanças nas condições sociais, políticas e culturais, assim como nas forças estruturais, históricas, disciplinares e governamentais que distorcem ou constroem a prática profissional e exercem as relações de poder sobre os sujeitos na contemporaneidade.

Bucher (2003) ressaltou que nas definições de psicologia da saúde vistas desde o seu início nos anos de 1970/1980 do século XX, levando em conta todas as mudanças posteriores, o papel do psicólogo ficou bastante amplo, exigindo um conhecimento multidisciplinar complexo. Por tal motivo, os psicólogos da saúde ainda procuram elaborar um referencial e um conceito próprio quanto à saúde. Os modelos da saúde mental e da psicologia clínica não seriam considerados aqui como os mais indicados para a intervenção eficiente do psicólogo na saúde, concentrando o seu foco nos aspectos físicos da saúde e da doença, minimizando fatores sociais e coletivos.

Porém, a autora observou no Brasil que os psicólogos da saúde procuram desenvolver um conjunto de pesquisas científicas e tem buscado atuar na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação das pessoas com doenças diversas, embasados por estratégias e técnicas vistas como adequadas a essa área de atuação, desenvolvidas em hospitais e clínicas, e um pouco menos em postos de saúde, comunidades, ONG's e políticas públicas como a estratégia de saúde da família.

Sebastiani (2003) discordou desse posicionamento, caracterizando, por sua vez, as particularidades brasileiras e latino-americanas da psicologia da saúde, distintas dos países desenvolvidos. No Brasil e vizinhos latinos, houve um rápido crescimento de psicólogos da saú-

de, mas uma limitada formação profissional e em pós-graduação, com insuficiente incorporação dos psicólogos aos sistemas de saúde, na maior parte dos países da América do Sul. Havia, então, nesse período uma maior participação dos psicólogos na atenção básica, em atividades de promoção de saúde e prevenção de doenças, mais do que a prática do diagnóstico e tratamento em hospitais e clínicas.

Teixeira e Carreiro (2012) fizeram uma revisão bibliográfica sobre pesquisas em psicologia da saúde em periódicos brasileiros indexados, e identificaram 89 artigos publicados em revistas científicas, com relatos de estudos descritos como psicologia da saúde e psicologia hospitalar, com número significativo de pesquisas em publicações brasileiras, mostrando claramente a polarização entre psicologia da saúde e hospitalar, no cenário da pesquisa sobre práticas psicológicas no Brasil.

Para Castro e Bornholdt (2004), no Brasil a psicologia da saúde possui uma particularidade não vista em outros países, pois enfrenta certa resistência em função de não ser considerada uma especialidade da psicologia em geral, e ao mesmo tempo observa o campo da psicologia hospitalar com uma inserção específica nas instituições de saúde, figurando como uma especialidade reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia brasileiro.

Os autores ressaltam que a denominação psicologia da saúde é adotada praticamente no mundo inteiro, absorvendo a atividade nos hospitais como parte de sua especialidade, e tal ocorre, por exemplo, também em países da América latina. Porém, talvez em função da tradição da saúde brasileira em considerar os hospitais por muitas décadas como o símbolo máximo do atendimento em saúde, o trabalho da psicologia no campo da saúde entre nós é denominado psicologia hospitalar, e não psicologia da saúde.

Para Kind (2010), a psicologia hospitalar pode ser denominada como uma psicoespecialidade, tendo no Brasil configuração interessante. Com o termo “hospitalar” agregado à psicologia, modificou o campo das práticas psicológicas, inicialmente sendo considerada

uma expansão da psicologia clínica, para depois instaurar um “campo emergente” da psicologia na sua interface com a saúde, provocando polêmicas quanto ao seu status de especialidade do campo “psi”. Vários autores irão sustentar, portanto, que a psicologia hospitalar não deveria se caracterizar como uma especialidade, passando a ser mais bem descrita como o exercício profissional da psicologia em instituições hospitalares. Não obstante, na prática da psicologia hospitalar, é comum a aderência dos profissionais a especialidades médicas, agregando-lhes o prefixo “psico”. Surgem assim as subespecialidades psicológicas, tributadas aos campos especializados consagrados pela medicina: psico-oncologia, psiconefrologia, psiconeurologia, entre outros.

Em relação ao campo de pesquisa na área da psicologia hospitalar, nos mais variados trabalhos de publicação em livros e artigos sobre os princípios da psicologia hospitalar vistos nos últimos anos, Reis et al (2016) destacam três tipos principais: 1) pesquisas feitas a partir da prática clínica em vários contextos ou especialidades médicas; de assistência direta aos mais diversos tipos de pacientes; ou na realização de procedimentos em setores e / ou enfermarias específicas. 2) a busca da integração entre o desenvolvimento de pesquisas, atividades de extensão e ensino; a construção de novas formas de atendimento dentro e fora do hospital, tais como o *homecare*, as linhas de cuidado a grupos específicos ou a assistência à comunidade, entre outros; e a formulação de programas de prevenção e qualidade de vida. 3) verificações da inserção, da prática e / ou atuação do psicólogo hospitalar no contexto dessas instituições; e ainda junto às equipes de saúde hospitalares.

Refletindo sobre a prática psicológica em hospitais e a reflexão crítica na psicologia da saúde, Carvalho (2013) conclui que a prática da psicologia da saúde deve ser necessariamente uma prática reflexiva e crítica. A reflexão realizada no momento da prática pode vir a contribuir para uma prática tecnicamente mais qualificada. Contudo, a reflexão crítica sobre a prática profissional envolve fundamentalmente a compreensão sobre as questões acerca das relações de poder, das condições políticas e dos fundamentos éticos das práticas psicológicas.

Entretanto, na maioria das pesquisas sobre a atuação do psicólogo no contexto hospitalar, o quadro vislumbrado é bem diferente: escassez de pesquisas socializadoras, predomínio do modelo clínico, ênfase no atendimento individual. Um dos grandes desafios atuais na área da psicologia da saúde crítica é de proporcionar um modelo de formação ao psicólogo da saúde no contexto hospitalar fundamentado em um modelo de atenção integral à saúde. Para o autor, a psicologia da saúde crítica é capaz de oferecer esse modelo (Carvalho, 2013).

Discorrendo sobre as múltiplas relações que se têm estabelecido entre os campos da psicologia e da saúde, Kind (2010) listou os tipos de abordagens adotadas pela psicologia na sua interface com a área da saúde, as quais teriam gerado estratégias discursivas em defesa de novos especialismos “psi”. Na intersecção entre a psicologia e a saúde apareceram campos ou subcampos tais como *psicossomática* e *psicologia médica* (originadas da medicina e da psicanálise para tratar das relações entre corpo-mente e médico-paciente), *psicologia da saúde* e *psicologia hospitalar* (que tratam da psicologia na sua intervenção quanto ao campo da saúde humana) *psicologia social da saúde* (a qual adota uma postura mais crítica dos aspectos sociais, históricos e políticos ligados à vida e à saúde) e *saúde mental* (campo forte de adesão da psicologia, caracterizado por tensões entre a clínica e a política nas suas relações com a reforma psiquiátrica).

A psicologia social da saúde

Santos e Jacó-Vilela (2009) realizaram uma pesquisa sob a perspectiva da psicologia da saúde e da psicologia social da saúde em uma instituição hospitalar, para verificar a atuação dos psicólogos da saúde e os modelos teóricos e técnicos pelo qual eles pensavam sua prática, descrevendo o hospital como um dos locais de atuação do psicólogo na saúde, ao lado das Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial e Programa de Saúde da Família. Para as autoras, esse cenário de expansão das práticas psicológicas na saúde vem ocorrendo

a partir dos anos 1970 do século XX, quando a psicologia migrou dos consultórios privados para diversos campos de trabalho tais como a saúde pública, com entrada gradativa nos serviços de atenção primária e hospitalar, e intensificação maior nos anos 1980/1990 e seguintes, quando a inserção dos psicólogos abrangeu além do setor público, também o segmento privado.

O crescimento quantitativo dos profissionais trabalhando nos ambientes hospitalares não foi acompanhado de um incremento das pesquisas nessas instituições, nem na formação adequada nos cursos de psicologia para o trabalho no hospital. A pesquisa feita com profissionais de um hospital público visou identificar as referências técnicas e teóricas por eles utilizadas para a construção de uma prática, apontando as perspectivas que auxiliam os psicólogos a construir suas estratégias de atuação nesse espaço. Apareceram referências às abordagens *Psicologia Hospitalar*, *Psicologia Médica*, *Saúde Mental e Psicologia da Saúde*, levando a crer que essas são as quatro estratégias mais utilizadas no embasamento da prática assistencial em hospitais.

As autoras realizaram a pesquisa acima citada como uma intersecção entre a psicologia da saúde e a psicologia social da saúde, na tentativa de buscar instrumentalizar uma prática do psicólogo social dentro das instituições de saúde, cujos significados variados na investigação parecem ainda simbolizar diferentes formas de atuação, concepções existentes, e múltiplos pontos de vista sobre individualidade, subjetividade, doença, saúde, cultura e sociedade, por vezes apontando referenciais ou modelos de intervenção carecendo de maior delimitação teórica e prática.

Por sua vez, Kind (2010) argumenta que nem sempre esses subcampos da psicologia da saúde revelam saberes ou práticas inovadoras, ao reivindicar eventualmente para si certa originalidade científica. Como efeitos dessa delimitação da psicologia em campos distintos, às vezes encontra-se na interface entre psicologia e saúde, a produção de uma polarização no debate entre atuação clínica e militância política, práticas individuais e mudanças sociais, teoria/pesquisa e prática/intervenção, ações disciplinares e interdisciplinares. Os contrastes

são quase sempre difíceis nas discussões entre diferentes abordagens quanto aos conceitos, concepções teóricas, posicionamentos políticos e formas de intervenção nas práticas psicológicas.

Spink (2003) apresenta uma definição da *psicologia social da saúde*, buscando delimitar o envolvimento do psicólogo social dentro da área de saúde.

Diria que a primeira característica é o compromisso com os direitos sociais pensados numa ótica coletiva. Foge, portanto, das perspectivas mais tradicionais da psicologia voltadas à compreensão de processos individuais ou intra-individuais. Dialoga, necessariamente, com teorias e autores que pensam as formas de vida e de organização na sociedade brasileira contemporânea. Tende a pesquisar e atuar em serviços de atenção primária, em contextos comunitários, em problemas de saúde em que pesa a prevenção à doença e a prevenção à saúde (como a Aids e a saúde do trabalhador) ou onde há necessidade de acompanhamento continuado (como as doenças crônicas e a saúde mental). Tende, ainda, a atuar na esfera pública: conselhos de saúde, comissões e fóruns de elaboração de políticas públicas. Desta forma, diria que o psicólogo social da saúde é um pesquisador e um profissional que não foge da complexidade e transita dos microprocessos de produção de sentido às questões institucionais e políticas. (Spink, 2003, p. 27)

A definição foi retomada quase integralmente em outra elaboração posterior, sendo caracterizada como psicologia social da saúde crítica, diferenciada do que se chama de psicologia da saúde (Spink, 2007), com algumas reflexões acrescidas como o que deveria fazer parte da postura crítica do psicólogo social da saúde, tais como a atenção às questões de poder e relações entre condições de vida e saúde derivadas da relação de poder. Nas práticas em saúde, a característica principal de contribuir para a transformação social, trabalhando os sentidos dados ao adoecimento de forma a empoderar pessoas para enfrentar possíveis discriminações, e não só buscar aliviar o sofrimento, mas também pensar os problemas daqueles que sofrem, suas diferentes

inserções sociais e formas de adoecimento, e maneiras distintas de acesso a determinados serviços de saúde.

Para Roso (2007), a psicologia social crítica da saúde nasceu como alternativa à abordagem individualista do sujeito, propondo uma visão sociológica de psicologia social, baseada em uma postura crítica quanto às formas de opressão e exclusão social, posicionamentos propositivos frente às políticas públicas e aos direitos humanos, e uma prática ética, comunitária e solidária nas pesquisas e nas relações com a população. Para a autora, uma psicologia social crítica da saúde deve partir sempre da visão crítica e utópica de ciência, construindo pontes fundamentais entre direitos universais e direitos de minorias sociais, contribuindo na renovação das práticas psicológicas, reelaboração do conceito de saúde, análise das relações de poder e estímulo à ética do cuidado.

Kind (2010) mesmo reconhecendo a legitimação da aproximação entre a psicologia social ao campo da saúde visualiza a psicologia social da saúde crítica como uma perspectiva pouco clara e de contornos teóricos ainda imprecisos, na sua proposta inovadora de construir a prática e a pesquisa na saúde pública, ou na consideração do sujeito em suas ações históricas e sociais transformadoras, para se contrapor como alternativa viável de superação ao modelo de atuação liberal privado vigente na saúde.

A autora afirma que as práticas psicológicas operam no interior do SUS e da saúde pública intervindo no sujeito/indivíduo/privado, redefinindo seu domínio pela fragmentação das ações sociais e estabelecendo formas de subjetivação pela saúde, afirmando ou negando o aparecimento e a delimitação do sujeito coletivo, justificando a necessidade da psicologia em compor o sistema de saúde, atendendo aos direitos universais mas participando de programas específicos para cada população como saúde da mulher, da criança, das vítimas de violência, doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, educação em saúde, coleta de lixo, cuidados com a alimentação e outros.

Segundo Zurba (2011), desde a criação do SUS na Constituição de

1988, e com a sua gradativa implementação desde 1990, houveram muitas mudanças no Brasil, dentro dos modelos de atenção à saúde e nas políticas do setor, as quais adquiriram um olhar social sobre o usuário do sistema, com uma tendência a considerá-lo enquanto sujeito legítimo de ser incluído no direito à saúde, e a levar em conta as suas relações em rede social. Passou a ser fundamental a noção de rede de saúde na qual ocorre o diálogo entre a atenção básica e a atenção especializada (desde as unidades de saúde, clínicas e demais serviços especializados como CAPS, NASF, ESF, até chegar aos hospitais).

O profissional de psicologia atuando no campo da saúde deve adquirir, portanto, a capacidade de relacionar conhecimentos da psicologia social com a psicologia clínica e da saúde, e também focalizar a promoção em saúde mental como eixo das intervenções psicológicas relacionadas à saúde. Além disso, o psicólogo precisa estar atento à construção de novos modelos terapêuticos, tais como aqueles voltados ao ambiente domiciliar, por exemplo, o qual parece querer inverter as relações de poder, bem como o lugar da narrativa psicológica.

Por fim, vale dizer que, ao psicólogo, cabe também a tarefa de compreender como realiza seu exercício de poder durante o fazer psicológico, identificando qual o lugar que ocupa na complexa rede de forças que se confrontam no ambiente da saúde coletiva. Afinal, o psicólogo não é neutro, nem sua técnica. (Zurba, 2011, p. 11)

Traverso-Yépez (2008) identificou nas últimas décadas uma tendência crescente a vincular a psicologia, e em particular a psicologia social, às diferentes expressões da saúde humana, abandonando por sua vez o enfoque individual, a-histórico e sócio-abstrato (o individual como uma abstração) presente na psicologia social mais tradicional, além de possibilitar uma concepção diferente da relação saúde-doença, criando novas formas de pesquisa e intervenção, saindo apenas da doença e do comportamento individual, e assim alargando as fronteiras da psicologia da saúde e da psicologia social mais tradicional.

O processo de geração do conhecimento na psicologia social da saú-

de tem passado então a adotar uma co-construção dentro da própria ação entre sujeitos, nas práticas sociais. Essa postura vem provocar uma superação na visão dicotômica que separava o social e o pessoal, o sujeito e o objeto do conhecimento, tornando-os integrantes de uma relação dialógica, em conformidade mútua, dentro de cada contexto e dinâmica social envolvida. Nessa linha de raciocínio, alguns autores trazem em suas concepções não mais apenas os pressupostos, mas as relações de maior aproximação entre as práticas de uma psicologia social da saúde efetivamente entrelaçadas com as políticas públicas de saúde e com o cuidado, a integralidade e a humanização no acolhimento direto aos usuários.

Giugliane (2007) propõe que a implicação da psicologia com as políticas públicas seria desenvolver práticas direcionadas ao cuidado dos sujeitos, tendo no ato do cuidado um fio que amarra as articulações e redes de saúde, amparadas na lógica da integralidade.

Guazina (2009) entende o cenário da saúde, seja ele qual for, como um espaço de produção do cuidado. Portanto, é um espaço de gestão de tecnologias singulares que estão implicadas com a produção de saúde. Pensar as práticas psicológicas como práticas de saúde na esfera das políticas públicas, implica problematizar a temática da produção do cuidado, da humanização e da integralidade. A formação clássica construiu uma psicologia que somente lidava com a queixa, com a patologia, com um indivíduo padronizado e com produções de verdades sobre a vida. Esta autora compreende a lógica do cuidado expressa numa postura de acolhimento, vínculo e escuta comprometidos com o desejo dos(as) usuários(as). Ao entender o cuidado como um fio que amarra as nossas práticas, podemos então dialogicamente assumir a complexidade que o cuidado estabelece com as práticas psicológicas como *produção de vida*.

Ao focalizar nas patologias, a psicologia se distanciou cada vez mais das relações de cuidado com o sofrimento. Mais do que isso, localizava uma especificidade da psicologia na relação com a saúde, a partir de um conhecimento especialista que fragmentava as ações

de saúde contrariando os princípios básicos do SUS, como a integralidade (Spink, 2007).

Para Carvalho et al (2008) na *práxis* do psicólogo dentro do SUS estão inseridas a humanização e a integralidade do cuidado, e isso requer uma revisão dos pressupostos tradicionais, num novo modo de estar a serviço do outro, com uma abertura ética que implique uma nova atitude com o usuário que busca ajuda, o psicólogo assumindo-se como um ator crítico na “criação de práticas mais condizentes com o acolhimento e a produção do cuidado e da vida.

Considerações finais

A intersecção entre psicologia e saúde é composta de distinções diversas, entre os dois campos, ora em conflito, ora em diálogo estreito, e entre as várias abordagens na psicologia, de referenciais e modelos nos quais se baseiam as estratégias de pesquisa e as práticas psicológicas na arena do Sistema Único de Saúde. Essa rede de disciplinas e pressupostos, contribuiu de forma partilhada e tensa com as noções históricas de cuidado, humanização, participação, integralidade, entre outras, inaugurando um momento de intensas discussões para a organização de serviços no sistema de saúde brasileiro.

Dessa forma, a diversidade de concepções existentes dentro e fora da psicologia e da saúde, permite buscar no diálogo entre saberes tão diferentes para se chegar na concretização daquilo que realizam o pesquisador e o profissional de psicologia, a saber - a interação direta no campo de pesquisa e nos serviços de saúde com pessoas e grupos, com o conhecimento de ambos agregando-se em uma linguagem diferente, talvez complexa, desafiadora, incompleta, mas precisamente, por isso, significativa do momento atual das ciências humanas, na pesquisa e na intervenção psicológica e nos modos de pensar a saúde e o ser humano.

Encerramos este texto, interpondo que toda essa diversidade apresentada aqui de forma sintética, trazendo autores e interpretações,

coloca-nos uma nova questão: para onde vão as disciplinas da psicologia? Esse cenário exposto revela a transposição ou rompimento de fronteiras disciplinares, desorganizando e reorganizando epistemologias. O esforço disciplinar da Psicologia em sua atuação nas diversas frentes da área da saúde desnudou o cerceamento de limites e quase que impôs um diálogo necessário ou um fechamento isolacionista sem futuro. Não deixa de ser uma rica dinâmica que se apresenta como paradoxo salutar para a trajetória da (s) psicologia (s).

Referências

- Bernardes, A. G.; Guareschi, N. M. D. F. “Práticas psicológicas: enfrentamentos entre saúde pública e saúde coletiva.” **Estudos de psicologia (Natal)**, v. 15, n. 3, p. 269-76, 2010.
- Bucher, J. S. N. F. “Psicologia da saúde no contexto da saúde pública.” In: Yamamoto, O. H.; Gouveia, V. V. **Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e prática psicológica..** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 213-39.
- Carvalho, D. B. “Psicologia da Saúde crítica no contexto hospitalar”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n. 2, p. 350-65, 2013.
- Carvalho, L. B.; Bosi, M. L. M.; Freire, J. C. “Dimensão ética do cuidado em saúde mental na rede pública de serviços”. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 700-06, 2008.
- Castro, E. K. D.; Bornholdt, E. “Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional”. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 24, n. 3, p. 48-57, 2004.
- Gioia-Martins, D. F. (org.) **Psicologia e saúde: Formação, pesquisa e prática profissional.** São Paulo: Vetor, 2012.
- Giugliani, R. “Psicologia e políticas públicas: depoimento.” [abril de 2007]. Porto Alegre: **Entrelinhas.** Entrevista cedida ao Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2007.
- Guazina, F. M. N. **A psicologia nos espaços públicos de saúde: discussões sobre integralidade e cuidado.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.
- Kind, L. “Psicologia e saúde: a produção de estilos de pensamento”. **Latin American Journal of Fundamental Psychopathology Online**, v. 7, n. 1, p. 113-29, 2010.
- Marteau, T. M.; Johnston, M. “Health psychology: The danger of neglecting psychological models”. **Bulletin of the British Psychological Society**, v. 40, p. 81-4, 1987

- Matarazzo, J. D. "Behavioral health and behavioral medicine: Frontiers for a new health psychology." **American Psychologist**, v. 35, n. 9, p. 807-17, 1980.
- Reis, A. R.; Machado, M. A. R.; Ferrari, S.; Santos, N. O.; Bentes, A. Q.; Santos, N. O., Bentes, A. Q.; Lucia, M. C. S. Prática e inserção do psicólogo em instituições hospitalares no Brasil: revisão da literatura. **Psicologia Hospitalar**, v. 14, n. 1, p. 2-26, 2016.
- Roso, A. "Psicologia social da saúde: tornamo-nos eternamente responsáveis por aqueles que cativamos." **Aletheia**, v. 26, p. 80-94, 2007.
- Santos, F. M. S. D.; Jacó-Vilela, A. M. "O psicólogo no hospital geral: estilos e coletivos de pensamento". **Paidéia**, v. 19, n. 43, p. 189-97, 2009.
- Sebastiani, R. W. "Psicologia de la salud en Brasil: 50 años de historia" **Suma Psicológica**, v. 10, n. 1, p. 25-42, 2003.
- Spink, M. J.; Spink, P. "A psicologia social na atualidade." In: Jacó-Vilela, A. M.; Ferreira, A. A. L.; Portugal, F. T. **História da psicologia: rumos e percursos**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2011. p. 565-86.
- Spink, M. J. **Psicologia social e saúde: práticas, saberes e sentidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- Spink, M. J. "Interfaces entre a psicologia e a saúde coletiva: um olhar a partir da psicologia social." In: Bastos, A. V. B.; Rocha, N. M. D. (org.) **Psicologia: novas direções no diálogo com outros campos do saber**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 379-405.
- Teixeira, M. C. T. V.; Carreiro, L. R. R. "Estado da arte sobre pesquisas em psicologia da saúde publicadas em periódicos científicos brasileiros de acesso aberto." In: Gioia-Martins, D. F. (org.) **Psicologia e saúde: formação, pesquisa e prática profissional**. São Paulo: Vetor, 2012. p. 213-40.
- Traverso-Yopez, M. **A psicologia social e o trabalho em saúde**. Natal: Editora da UFRN, 2008.
- Zurba, M. D. C. "Contribuições da psicologia social para o psicólogo na saúde coletiva". **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 5-11, 2011.



Psicologia(s) e os desafios do trabalho na saúde

[Jacqueline I. Machado Brigagão]

O texto *Psicologia(s) e o Sistema Único de Saúde no Brasil: pressupostos e trajetórias da psicologia da saúde e da psicologia social da saúde*, escrito por José de Arimatéia Rodrigues Reis e Pedro Paulo Freire Piani para este livro, provocou-me uma série de reflexões e fez ecoar no presente muitos sentidos vivenciados por mim no exercício da psicologia social, ao longo da minha trajetória profissional. Seguindo uma das provocações dos autores, ler as “transposições ou rompimento de fronteiras disciplinares, desorganizando e reorganizando epistemologias”, vou retomar a primeira experiência profissional pela qual passei, a fim de demonstrar que no cotidiano do trabalho as questões são complexas e exigem múltiplos saberes para orientar nossas práticas.

A minha primeira inserção no mundo do trabalho como psicóloga foi em 1989, bolsista no Programa de Aprimoramento em Psicologia e Psiquiatria Clínica do Hospital Juquery, em Franco da Rocha, na Grande São Paulo. Aprimoramentos são programas de treinamento em serviço para diversos profissionais de curso de superior, criados nos moldes dos estágios de residência para os médicos, exigindo dedicação de 40 horas semanais. Eram financiados pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap) e pagavam uma bolsa mensal no valor de um salário mínimo.

Naquela época, vivíamos no Brasil o movimento antimanicomial e o questionamento crítico das instituições psiquiátricas e da inter-

nação como tratamento para doenças mentais. O Juquery foi um dos primeiros hospitais psiquiátricos de grande porte do país e tinha ainda centenas de pessoas internadas em suas diversas alas. Aos poucos fui aprendendo que a internação ali era sinônimo de uma condenação à loucura perpétua e que o aprisionamento, a solidão, a rigidez das regras institucionais não tratavam ninguém. Pelo contrário, causavam medos, angústias e dores psíquicas das mais diversas ordens.

O aprimoramento foi uma experiência muito intensa, especialmente porque, como não tinha familiares em São Paulo e como a bolsa era baixa, decidi morar no alojamento para profissionais que havia no hospital, durante todo o primeiro ano do estágio. Instalado em uma antiga ala de internação, dispunha de quartos individuais, divididos por paredes de Eucatex (chapa de aglomerado de polpa de madeira), as janelas eram antigas e só abriam até a metade, limitando a entrada de ar e luz; a cozinha era comunitária. Apenas seis profissionais ficavam no alojamento todos os dias da semana, portanto, era muito solitário viver ali. O ano em que morei lá foi muito intenso, lia muito, fazia questionamentos existenciais, me confrontava com a minha loucura, com a loucura estrutural das instituições totais e com as dores das pessoas internadas.

O curso tinha uma carga horária grande de atividades práticas e de supervisão. E tive a oportunidade de atender pessoas em crise agudas, familiares nos dias de visita, casos crônicos que, a despeito das dificuldades, se adaptaram à instituição e fizeram do Juquery a sua casa. Com os psiquiatras aprendi a fazer o exame psíquico; com os supervisores psicólogos/as, a prestar atenção nos discursos e delírios. Mas penso que o principal aprendizado foi reconhecer a humanidade em cada uma das pessoas que atendia e acreditar nas chances de recuperação, uma crença partilhada com psicólogos/as, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, psiquiatras e enfermeiros/as que eram ativistas do Movimento Antimanicomial.

Trabalhei em vários setores: no ambulatório de saúde mental, que era na cidade de Franco da Rocha, perto da estação de trem e fora do

grande complexo de terras e prédios do Juquery. Dentro do hospital passei pela pré-internação, porta de entrada do hospital, onde ficavam os casos agudos recém-admitidos, em duas alas de internação de casos crônicos, e nos lares abrigados, uma experiência inovadora e fascinante criada pelos/as profissionais que atuavam no Juquery, na tentativa de criar moradias democráticas no contexto hospitalar. Tratava-se de utilizar antigas alas de internação, medida do possível, como casas para as pessoas que estavam internadas no hospital há muito anos. As/os moradoras/es dos lares decidiam em assembleias grande parte da organização das casas, tinham liberdade para guardar nelas seus apetrechos pessoais. Também cantavam em um coral chamado “Loucos pela Vida” e podiam ir e vir livremente dentro do hospital, bem como pela cidade de Franco da Rocha. Os lares abrigados foram o meu primeiro contato com a prática dos princípios do movimento antimanicomial. Aprendi ali que os vínculos, a autonomia e a liberdade são essenciais para a saúde mental.

Mas, se eu tivesse de responder qual psicologia eu estava fazendo lá, eu não saberia dizer. Isso porque, diante da complexidade dos desafios e das vivências, muitos conhecimentos e referenciais teóricos eram úteis e me possibilitavam ampliar a leitura desse mundo e lidar com as minhas emoções e desejos. Só para ilustrar todos os diálogos epistemológicos que eu fazia enquanto estava lá, lia muito sobre psicologia institucional, psicoterapias breves, psicanálise, Foucault, Canguilhem, Bachelard, Goffman e também romances, contos etc.

José de Arimatéia e Pedro Paulo escreveram o texto mostrando a complexidade de circunscrever campos disciplinares como os da psicologia social da saúde e da psicologia social da saúde crítica, bem como os limites e alcances dessas perspectivas. A leitura do seu texto provocou essas memórias e me levaram a refletir sobre o modo como tenho me posicionado ao longo da minha carreira no campo da psicologia. Olhando para trás, reconheço que trabalhar e viver em uma instituição total como o Juquery no início da minha trajetória profissional foi extremamente importante para me ajudar a compreender o

que já se anunciava desde os primeiros anos de graduação: para mim seria impossível fazer psicologia descolada do social. E, por incrível que pareça, trinta anos depois, em 2019, tendo trabalhado em outros equipamentos de saúde, ministrado diversas disciplinas, esse é o princípio orientador do meu trabalho como professora, orientadora e pesquisadora. Assim, posso dizer que hoje me posiciono como psicóloga social que trabalha na interlocução com a saúde, com as políticas públicas, com as comunidades e as instituições. E continuo usando teorias de diversos campos disciplinares para orientar minhas práticas.

Essas memórias, a leitura do texto e os diálogos que tenho estabelecido com os autores ao longo do tempo, especialmente no contexto do projeto de “Formação continuada do Centro Regional de Referência de Belém, Ananindeua e Santarém para profissionais e lideranças atuantes no campo das políticas sobre drogas”, fez ecoar um questionamento. Qual será o papel das/dos psicólogos/as que atuam no campo da saúde diante do Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas (Pnad)? Essa portaria muda o modo como o governo brasileiro tem lidado com a questão das drogas e, especialmente, com as pessoas que fazem uso delas. Há muitos pontos preocupantes nessa portaria. Destaco aqui dois de seus objetivos: a ênfase na abstinência e na internação em comunidades terapêuticas. Vejamos:

3.16. Regulamentar, avaliar e acompanhar o tratamento, o acolhimento em comunidade terapêutica, a assistência e o cuidado de pessoas com uso indevido de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas e com dependência química, a partir de uma visão holística do ser humano, observadas a intersetorialidade e a transversalidade das ações (...)

3.18. Promover a estratégia de busca de abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas.

Essa combinação de internação e abstinência não é uma nova estratégia de tratamento. Essa modalidade existe há muitos e muitos anos e nunca provou sua eficiência. Pelo contrário, ha estudos e pes-

quisas nacionais e internacionais que demonstram, inequivocamente, que retirar a autonomia de escolha e as possibilidades de ir e vir das pessoas somente causa mais sofrimentos mentais e contribuem para o aniquilamento da subjetividade. É preciso lembrar que, no caso das pessoas usuárias de drogas, essa estratégia parece ter também uma dimensão moral, em que as pessoas que usam drogas consideradas ilícitas são vistas como merecedoras de algum tipo de punição/castigo e, portanto, devem ser encarceradas.

Diante desse cenário, é urgente que as/os psicólogas/os utilizem os conhecimentos produzidos ao longo do tempo, nas diversas modalidades de atuação no campo da saúde, como descreveram muito bem José Arimatéia e Pedro Paulo, a fim de demonstrar como essa estratégia é prejudicial à saúde. Além disso, parece-me fundamental continuar investindo em modalidades de tratamento para pessoas que fazem uso de drogas, pautadas pelo respeito à dignidade humana.

Agradeço aos autores pelo texto que escreveram, especialmente pelo modo problematizador com que trabalharam as múltiplas facetas da psicologia no campo da saúde. A sua leitura provocou ressonâncias que me permitem terminar este texto afirmando que acredito que nós, brasileiros e brasileiras, temos de continuar a luta por uma sociedade sem manicômios.

CENA 5

Leituras canibais na/da/ com a Terra Brasilis

[Marcos Reigota]

Este projeto de pesquisa tem como objetivo observar o que a leitura de pelo menos um dos livros da lista abaixo PROVOCA nos e nas estudantes de graduação. Os & as interessados em participar entrem em contato: marcosreigota@yahoo.com.br. Serão muito bem-vindas todas as formas de expressão (escrita, sonora, visual) provocadas pela leitura dos livros:

1. *Casa-Grande & Senzala*, Gilberto Freyre
2. *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire
3. *Parceiros do Rio Bonito*, Antonio Cândido
4. *Serafim Ponte Grande*, Oswald de Andrade
5. *Macunaíma*, Mário de Andrade
6. *Oswald canibal*, Benedito Nunes
7. *Vidas Secas*, Graciliano Ramos
8. *Os Sertões*, Euclides da Cunha
9. *Grande Sertão: Veredas*, Guimarães Rosa
10. *A hora da estrela*, Clarice Lispector
11. *Cinzas do Norte*, Milton Hatoum
12. *Devassos no Paraíso*, João Silvério Trevisan
13. *Parque Industrial*, Patrícia Galvão
14. *O sol se põe em São Paulo*, Bernardo Carvalho
15. *Resumo de Ana*, Modesto Carone
16. *O Balanço da Bossa*, Augusto de Campos
17. *Quarto de despejo*, Carolina Maria de Jesus

18. *A Queda do céu*, Davi Kopenawa e Bruce Albert
19. *O Cosmopolitismo do pobre*, Silviano Santiago
20. *A floresta e a escola: Por uma educação ambiental pós-moderna*, Marcos Reigota

Muito obrigado.

São Paulo/SP, 02 nov. 2018

CENA 6

E agora José?

[Jefferson Bernardes]

Este micro relato surge a partir de conversas sobre as inquietações de professores/as e estudantes de psicologia de uma universidade federal pública da região do semiárido nordestino, relativas à formação em psicologia em sua realidade local. Além de outras questões, indagaram se era possível, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais da psicologia (DCN), produzir uma Proposta Político-Pedagógica (PPC) singular e bem articulada para o curso de psicologia localizado no semiárido e no sertão alagoano e, em especial, no momento atual do contexto sócio-político-econômico do país.

A resposta foi que sim, claro que é possível. Mais que isso, é desejável! Dentre outras inquietações, o grupo queria discutir “a dimensão política do pesquisar no cotidiano e as possíveis narrativas de resistência frente aos dispositivos de controle e de difusão do autoritarismo, conservadorismo e totalitarismo” (chamada do folder do Encontro).

Temos certa sensação que as PPCs estão distantes da vida, do cotidiano, das pessoas e das populações com que trabalham. São orientadas para indivíduos abstratos, desconectados, padronizados. Indivíduos sem vida, corpos frios localizados logo nos primeiros semestres dos cursos, por meio das aulas de anatomia e fisiologia. Desejamos uma PPC que fale de corpos vivos, vibráteis, afetados, apaixonados! Um currículo é produtor de sujeitos, culturas, jeitos de ser e de viver.

Temos certa sensação que estamos diante de um fenômeno novo:

uma onda conservadora sem precedentes, refratária à crítica e ao pensamento racional. Da negação de pesquisas (sobre uso de drogas da Fiocruz) e institutos de pesquisa (IBGE) à tentativa de calar pessoas em seus momentos de trabalho e deslocamentos (o levante contra a filósofa Judith Butler, quando esteve em São Paulo é um exemplo), às tentativas de se fazer calar instituições inteiras (os projetos de Escola sem Partido são também exemplos). As temáticas mais candentes de discussão na sociedade brasileira atualmente são justamente aquelas que afrontam o conservadorismo (gênero e sexualidade, raças e etnias, uso de drogas, redução da maioria penal, afrouxamento da legalização do porte de armas, afrouxamento das definições e caracterizações do trabalho escravo, violência contra a mulher, violência doméstica, trabalho infantil etc). Os direitos mais atacados são os básicos (direitos humanos, direitos sociais, direitos trabalhistas etc). O país retrocede anos e anos em muito pouco tempo nestas questões.

Neste último ponto, vale destacar a condução coercitiva do ex-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, prof. Dr. Luis Carlos Concellier e o processo contra o reitor e a vice-reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (prof. Dr. Jaime Arturo Ramirez e profa. Dra. Sandra Regina Goulart Almeida), em ação da Polícia Federal, para investigar supostos desvios de recursos da Universidade para implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil.

Vale destacar, também, a perseguição de um dos maiores nomes da ciência brasileira, prof. Dr. Elisaldo Carlini, de 88 anos, professor emérito da Unifesp, há mais de 50 anos trabalhando com pesquisas em relação ao uso medicinal da maconha. Professor Carlini foi intimado a prestar depoimento em processo que o acusava de fazer apologia às drogas.

Muitas outras histórias poderiam ser apresentadas aqui. Entretanto, o que quero destacar é, que no centro destas questões, no que diz respeito a formação, a psicologia encontra-se convocada a debater e a participar dos processos de resistência e produção de pessoas e de conhecimentos mais libertários.

Este é um pouco do contexto em que situamos tais questões: difícil atualmente pensar a formação em psicologia descolada da vida cotidiana. Propomos um debate no sentido de orientar a formação a partir das necessidades das populações que convivemos e das resistências das práticas sociais cotidianas. Como lindamente dizia o folder do encontro em seu final: “recuperar a dimensão política da solidariedade, do afeto como aglutinador de pessoas, da avaliação da produção do conhecimento e de como elas respondem ao tempo presente.” Para isso, indagamos José: para onde você marcha?

A pesquisa com "especialistas por experiência" na literatura psi: desafios da democratização na produção de conhecimento

[Emerson F. Rasera]

[Domitila Shizue Kawakami Gonzaga]

[Carla Guanaes-Lorenzi]

Temos acompanhado, nos anos recentes, o aumento de produções científicas que problematizam o lugar da *expertise* do profissional ou do pesquisador na produção de conhecimento. Tais problematizações se dão em diferentes contextos de pesquisa e se desenvolvem de diferentes maneiras, mas levantam alguns questionamentos comuns, dentre eles: a crítica ao posicionamento do pesquisado como mero informante ou objeto de pesquisa; a necessidade de práticas menos hierárquicas de pesquisa, pautadas em uma relação de colaboração e proximidade entre pesquisador e comunidade; a necessidade de ampliação do discurso do profissional/ pesquisador, por meio da escuta da voz dos participantes; a crítica à colonização que atravessa os modos de produção de conhecimento, impondo tanto modos de pesquisar como as próprias questões de pesquisa, resultando em produtos nada ou pouco histórica e culturalmente sensíveis; e, por fim, a urgência de se caminhar rumo à democratização da ciência, fomentando maior proximidade da comunidade na construção do conhecimento (McNamee; Hosking, 2012; Gergen, 2015; Denzin; Lincoln, 2017).

Dentre estes movimentos críticos e seus convites para ampliarmos nossos modos de compreensão das práticas de produção de conhecimento, temos acompanhado um pouco mais de perto algumas reflexões que têm envolvido o campo das práticas e das pesquisas em

saúde mental. Desde o advento das discussões que culminaram com o movimento da Reforma Psiquiátrica, este campo tem sido marcado por discussões importantes pautadas na defesa da autonomia e do protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares (Presotto et al., 2013). Porém, enquanto em nosso país ainda batalhamos para implantar algumas das diretrizes que sustentam a atual Política de Saúde Mental, assistimos a alguns desenvolvimentos instigantes ao redor do mundo, que avançam na proposição de práticas que levam a cabo a ideia de participação de maneira mais ampla, envolvendo não apenas o campo das práticas de cuidado em saúde mental, mas o próprio campo de produção de conhecimento sobre o cuidado (Baker, 2009; Hakansson, 2009; Seikulla, 2011).

A participação de usuários de saúde mental em projetos de pesquisa é uma experiência recente no Brasil (Pressoto et al., 2013). A título de ilustração, Silveira e Palombini (2014) abordam tal questão de maneira bastante engajada, concernente ao que denominam de *pesquisarCOM*. As autoras narram uma investigação na qual constroem um material (Guia da Gestão Autônoma da Medicação) em diferentes CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) do país por meio da colaboração entre profissionais e usuários dos serviços de saúde mental. No decorrer desta pesquisa narrativa fictícia e real, propositadamente não se deixa totalmente claro quem são usuários e pesquisadores, tensionando os lugares dos múltiplos saberes.

Diferentemente desse esforço recente no contexto nacional, Presotto et al (2013) apontam que tal participação vem se afirmando como uma tendência especialmente em países como Reino Unido, Canadá, Austrália e Estados Unidos. Para os autores, nesses países têm havido iniciativas de se pensar e propor a participação dos usuários de maneira ampliada, para além da produção, na prática, de posições de protagonismo: “Trata-se igualmente de participar na construção de ambientes científicos compartilhados e nas estratégias de formação que permitam, efetivamente, aos usuários de serviços de saúde mental, desenvolver projetos de pesquisa e produção de conhecimento” (p. 2844).

Sustentam tal empreendimento discussões feitas por diferentes grupos e autores em torno da necessidade de mudança de paradigma na atenção psiquiátrica, dentre os quais citamos, para as finalidades deste texto, o movimento *Recovery* e o *Movimento dos Ouvidores de Vozes*. De maneira geral, é possível afirmar que ambos questionam o discurso psiquiátrico como único caminho para compreensão em saúde mental, propondo, alternativamente, o foco na experiência vivida dos participantes em seu processo de *superação*¹ ou relação com a experiência de sofrimento mental (Davidson; Roe, 2007; Slade, Amering; Oades, 2008; Baker, 2009; Corstens et al., 2014). Adicionalmente, estes movimentos buscam promover uma prática profissional e de pesquisa capaz de produzir conhecimento com as pessoas, e não sobre elas (Shotter, 2011; Videmšek, 2017).

Neste contexto, a presença recente do termo “especialista por experiência” nos chama a atenção, por sua ênfase na necessidade de posicionar como especialista, de maneira ativa e explícita, a pessoa em sofrimento mental. Com a introdução desta terminologia, a experiência de viver com um transtorno mental é valorizada, criando-se uma “autoridade” neste posicionamento (van Langenhove; Harré, 1999). Trata-se da construção, no discurso, de uma especialidade diferente da profissional, a qual merece ser ouvida e valorizada (Baker, 2009; Corsterns et al., 2014). Trata-se, ainda, de uma ação política, com consequências na promoção de uma determinada ideia de prática e fazer em saúde mental.

Analisando o uso de diferentes terminologias no contexto do serviço social (*client, patient, customer, consumer, expert by experience, service user*), McLaughlin (2009) afirma que o termo “especialista por experiência” pressupõe um relacionamento mais igualitário, uma vez que a especialidade do profissional é creditada por formação ou prática, enquanto que, no caso do especialista por experiência, esta

1. O termo *superación* tem sido usado como proposta de tradução para o termo *recovery*, conforme sugerido por Miranda, Pimentel e Villares (2014).

se dá pela própria experiência. Na comparação com o termo “usuário de serviços”, o autor aponta algumas vantagens, como por exemplo, a diminuição do rótulo ou preconceito associado ao termo usuário (geralmente, presente no caso da drogadição), e a possibilidade de participação como “especialistas por experiência” de pessoas que não necessariamente são usuárias dos serviços. Por outro lado, o autor também aponta alguns possíveis limites desta terminologia. Segundo afirma, ao articular duas noções – a de especialista e a de experiência – torna difícil a definição do que conta como especialidade. Afinal, nas palavras do autor, quem não seria um “especialista por experiência”?

Também Videmšek (2017) apresenta reflexões interessantes sobre o envolvimento dos “especialistas por experiências” nas pesquisas, levantando algumas questões, entre elas: Por que este envolvimento? Como este se daria no processo de pesquisa? Como recrutar “especialistas por experiência”? Há necessidade de treinamento prévio? Dentre as muitas reflexões apresentadas pela autora, está a crítica ao possível modismo presente no uso do termo; à inexistência de políticas, inclusive financeiras, que sustentem o maior envolvimento dos “especialistas por experiência” nas pesquisas; bem como as possibilidades práticas de se levar a cabo a lógica de participação da pesquisa em todo seu processo – da construção da própria pergunta da pesquisa à sua execução, delineamento e escrita final. Para a autora, a inclusão da posição de “especialista por experiência” na produção de conhecimento deve ser entendida em sua potência metodológica, uma vez que

sem a inclusão dos especialistas por experiência os conceitos pós-modernos de assistência social que se refletem na cocriação de soluções, na ética da participação e na perspectiva do poder, seriam apenas teorias abstratas sobre assistência social ao invés de teorias para a assistência social. (p. 22)

Portanto, trata-se de um movimento em direção a uma integração coerente entre a teoria e prática pós-modernas no fazer científico.

Em consonância com alguns autores que, no contexto internacional, têm pensado no envolvimento dos “especialistas por experiência” na produção de conhecimento, é que propomos a presente investigação. Especificamente, nos perguntamos o quanto a mudança discursiva engendrada com a criação do termo “especialista por experiência” opera, de fato, avanços no contexto das práticas profissionais e de pesquisa no campo da saúde mental. Perguntamos, ainda: que efeitos a adoção do termo “especialista por experiência” traz para o campo das pesquisas em saúde mental? Como este termo tem sido adotado no campo dos estudos *psi*? O quanto seu uso nos permite ampliar a compreensão da pesquisa como prática social e as possibilidades de desenhos de investigação mais participativos?

Assim, este estudo tem como objetivo compreender o desenvolvimento das pesquisas com “especialistas por experiência” na literatura psicológica. São objetivos específicos: a) caracterização geral da literatura no que se refere ao ano de publicação, fonte de publicação, país de origem, tipo de estudo e uso da expressão “especialista por experiência”; b) caracterização específica dos estudos empíricos em que os participantes atuaram diretamente no desenvolvimento da pesquisa como consultores ou membros de equipe, em relação a objetivo da pesquisa, desenho do estudo, participantes, definição conceitual e metodologia de trabalho com o “especialista por experiência”.

Esperamos que o desenvolvimento de reflexões acerca de como tem se dado a inserção do “especialista por experiência” nos processos de pesquisa científica nos ofereça inspiração para avançarmos no delineamento de pesquisas mais participativas e na maior democratização dos processos de produção de conhecimento em Psicologia.

Método

Visando alcançar tal objetivo, realizamos uma revisão da literatura internacional que envolveu a elaboração da pergunta de pesquisa, busca na literatura, seleção dos artigos, avaliação e síntese dos dados

(Galvão; Pereira, 2014). Assim, a partir do objetivo do estudo, fizemos uma busca na base de dados *PsychInfo*, reconhecida pela qualidade de sua literatura psicológica. Dada a ausência de descritor específico, a busca utilizou as expressões “*expert by experience*”, “*experts by experience*”, “*expert-by experience*” e “*expert-by-experience*”, em qualquer lugar do texto, em período aberto. Foram critérios de inclusão: artigos completos em periódicos científicos, publicados em português, inglês e espanhol, e que se referissem diretamente a estudos envolvendo “especialistas por experiência”.

A análise das referências se desenvolveu em duas etapas: a análise inicial de todos os artigos e posterior análise dos artigos empíricos em que os participantes atuaram, especificamente, no desenvolvimento da pesquisa como consultores ou membros de equipe. A análise inicial envolveu as seguintes dimensões: 1) ano de publicação; 2) fonte de publicação; 3) país de origem; 4) tipo de estudo e 5) o uso da expressão “especialista por experiência”. A segunda análise investigou: 6) objetivo da pesquisa; 7) desenho do estudo; 8) participantes da pesquisa; 9) diagnóstico dos participantes; 10) definição do conceito de “especialista por experiência”; e 11) metodologia de trabalho com a pessoa especialista por experiência.

Resultados e Discussão

A busca eletrônica na base de dados *PsychInfo* levou à identificação de 70 referências. Destas, 45 eram artigos, porém, três estavam em outras línguas não incluídas no estudo. Além disso, não foi possível o acesso ao texto completo de quatro referências. Ao final, o corpus da pesquisa consistiu em 38 artigos. A investigação dos artigos a partir das categorias analíticas será apresentada a seguir, dividida em duas seções correspondentes a cada um dos objetivos específicos dessa revisão da literatura (Figura 1).

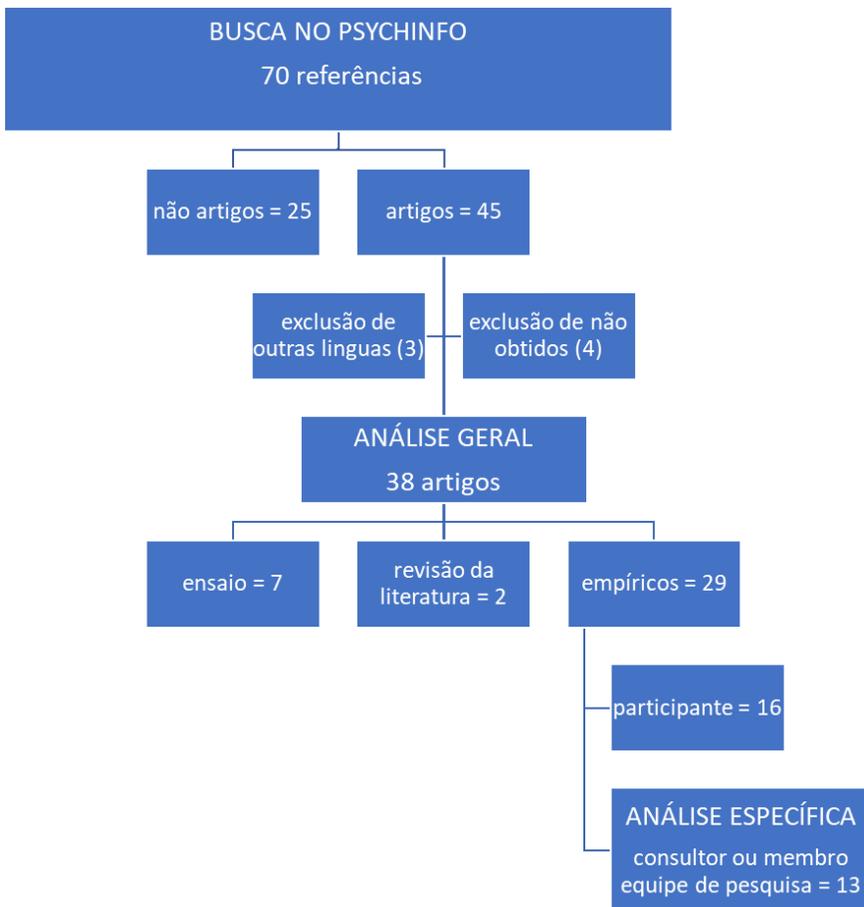


Figura 1 – Fluxo de seleção e análise das referências

A difusão dos estudos com “especialistas por experiência”

A análise inicial dos 38 artigos mostra que, em relação aos anos que datam os artigos, o período de publicações se inicia em 2005, com apenas uma publicação datada deste ano, finalizando em 2018, cujo ano conta com duas publicações, considerando o momento de construção desta produção. Além destes, 10 são do ano de 2017, cinco de 2016, um de 2015, quatro de 2014, três de 2013, dois de 2012, seis

de 2011, um de 2010, e três de 2009. Estas datas sugerem que as publicações que versam a respeito da expressão “especialistas por experiência” são recentes, visto um aumento de publicações nos últimos dez anos. Ainda, o maior número de publicações aconteceu em 2017, apontando uma ampliação de espaço voltado para o desenvolvimento de pesquisas a esse respeito.

No que se refere às fontes de publicação, a maioria dos artigos pode ser dividida entre duas principais áreas, a saber, saúde mental e serviço social, além de revistas de escopo interdisciplinar. Assim, 18 foram publicados em revistas de conteúdos de saúde mental e psiquiatria, enquanto nove são da área do serviço social. Os periódicos multidisciplinares são sete, separados em áreas como direitos humanos, terapia comunitária, prevenção e reabilitação, e sociedade. Por fim, quatro pertencem à área da saúde e enfermagem. Estes resultados apresentam duas tendências centrais: a primeira refere-se à clara associação entre a expressão e a especialidade médica e da saúde; considerando os 18 artigos da área da saúde mental mais os quatro da área da saúde em geral, somam-se mais da metade dos artigos revisados. Ainda, embora tenham revistas que direcionam seus conteúdos para o trabalho social, uma delas é voltada para o trabalho social em saúde mental. A segunda tendência que chama a atenção é o alcance do termo para reflexões nas áreas sociais e interdisciplinares, como, por exemplo, filosofia, direitos humanos e sociedade. Este aspecto pode significar avanços de espaços de debate sobre o tema, além do descolamento da exclusividade da área da saúde, aumentando a interface entre diferentes áreas, complexificando o conceito e apresentando seu aspecto multifacetado.

No que tange ao país de origem dos artigos, as classificações foram definidas tanto pela localidade onde a pesquisa empírica foi desenvolvida, nos exemplares aos quais competiam esta caracterização, quanto à filiação institucional do primeiro autor, no caso de revisões e artigos teóricos. Dentre os países que mais sediaram as publicações, está o Reino Unido, origem de 27 artigos, sendo um deles uma coprodução

com a Finlândia. Demais artigos representam a Holanda, Suécia, Noruega, Bélgica, Itália e Canadá. Estes resultados refletem um destaque de toda região do Reino Unido, sobretudo da Inglaterra, em relação às práticas de cuidado em saúde mental. Na outra mão, estes resultados apontam a incipiente difusão e, talvez, interesse pela expressão em outros países, e até continentes, visto que, com exceção do Canadá, os demais provêm da Europa.

Há um histórico inglês importante relativo às políticas de saúde mental que pode estar relacionado à riqueza das produções no campo até hoje. De acordo com Goulart (2014), iniciativas humanitárias que influenciaram a criação das Comunidades Terapêuticas são provenientes da Inglaterra desde o século XIX, quando houve ações que vislumbravam os direitos civis das pessoas internadas nos Hospitais Psiquiátricos. Em função desta influência, as primeiras unidades de Comunidades Terapêuticas foram criadas, nas quais a relação médico-paciente foi revisitada, sendo que para ações de tratamento e cura, foram convidadas as pessoas diagnosticadas. E assim, desde sua origem, havia o interesse em desenvolver um modelo democrático, baseado em comunicação livre entre equipe de profissionais, grupos de pacientes e familiares.

A análise do tipo de estudo realizado mostra que dois artigos se referiam à revisão da literatura, sete consistiam de ensaios e estudos teóricos, enquanto 29 correspondiam a estudos empíricos. Trata-se de uma tendência comum na comunidade científica da área *psi*, especialmente em sua interface com o campo da saúde, em valorizar e desenvolver estudos empíricos. O uso recente da expressão “especialista por experiência” também contribui no entendimento da quase ausência de revisões de literatura.

Buscando compreender o lugar do “especialista por experiência” no desenvolvimento de uma pesquisa, a análise dos 29 artigos empíricos mostra que eles se inserem de modos distintos em um contínuo que vai desde a participação como um sujeito da pesquisa até aquele no qual ele é seu autor principal. As principais posições ocupadas pelos

“especialistas por experiência” se referem a: a) participante da pesquisa, ou seja, como um sujeito que oferece informações para a pesquisa, de forma semelhante às pesquisas tradicionais da área de saúde – o que corresponde a 16 artigos; b) consultor da pesquisa: colabora com a equipe de pesquisa, porém, sem definição clara de sua atuação – o que abarca 8 artigos; e d) membro da equipe de pesquisa: pessoa que atua junto com os pesquisadores, desenvolvendo ações como planejamento, coleta e análise de dados – corresponde a 5 artigos.

Observamos assim que em 16 estudos os “especialistas por experiência” se inserem como participantes, sem nenhum envolvimento no planejamento e desenvolvimento de pesquisa, o que ocorreu em apenas 13 estudos. Essa distribuição aponta para o predomínio do uso do conceito de “especialista por experiência” como se fosse um substituto para o conceito de “participante”, mantendo-se as tradicionais relações de pesquisas sustentadas pela divisão pesquisador-pesquisado, e a conseqüente separação de saberes e possibilidades de atuação na pesquisa. Trata-se de um uso que limita a aposta na transformação das práticas de pesquisa subjacente ao conceito de “especialistas por experiência.” Essa substituição da terminologia produz um apagamento de uma luta política.

Assim sendo, consideramos que há prejuízos em remeter a participantes como “especialistas por experiência” quando tais pessoas não se envolveram nas etapas de construção da pesquisa, em decisões que lhes competissem ou foram corresponsáveis pelo seu desenvolvimento. Assumimos que esta expressão sinaliza um campo de luta importante relativo ao protagonismo de usuários de serviços de saúde mental, e sua assunção deslocada de tal espectro pode reproduzir agenciamentos de silenciamento tão presentes em uma sociedade que busca normalizar os corpos. Por assim dizer, entendemos que a escolha de descrever ações com “especialistas por experiência” deve ser circunscrita em um campo teórico e prático rigorosamente engajado a partir de epistemologias críticas e sociais, que busquem a colaboração para processos emancipatórios a partir de tal *expertise* do pesquisador.

Os estudos com “especialistas por experiência” como consultores/membros de equipe de pesquisa

Interessados em compreender como se dá a efetiva participação dos “especialistas por experiência” como consultores/membros de equipe de pesquisa, analisamos os 13 estudos empíricos em que tal inserção foi possível, buscando compreender as características dos estudos, bem como, o modo de construção da equipe de pesquisa e seus modos de trabalho com os “especialistas por experiência” (Tabela 1).

Tabela 1 - Síntese dos estudos com “especialistas por experiências” como consultores/equipe

| Autores | Objetivo | Desenho metodológico | Participantes das pesquisas | Condição de saúde e diagnóstico dos “especialistas por experiência” | Definição do conceito “especialista por experiência” e treinamento desta especialidade |
|-----------------|---|--|------------------------------------|--|--|
| Bergmans (2009) | Investigar o ponto de vista de participantes da pesquisa sobre o autocuidado | Qualitativo; método narrativo de coleta e análise de dados | Usuários do serviço de saúde | Não específica diagnóstico | Não apresenta definições |
| Fox (2011) | Investigar o ponto de vista de participantes da pesquisa sobre o uso dos serviços | Relato de experiência | Ouvidora de voz | Ouvidora de voz | Definição: indivíduos ganharam expertise e conhecimento por meio de sua condição de saúde e usam este conhecimento para informar pessoas |

| | | | | | |
|--|--|--|---|-------------------------------|---|
| Jones et al. (2011) | Verificar modos de participação e facilitação de fóruns online voltados ao cuidado de populações específicas | Quantitativo; grupo focal para coleta de dados | Profissionais/estudantes atuando junto com usuários de serviços | Pessoas que se automu-tilavam | Não apresenta definições |
| Skilton (2011) | Investigar diferentes formas de treinamento profissional | Qualitativo; participativo; uso de entrevistas | Estudantes | Não específica diagnóstico | Não apresenta definições |
| Fenge, Fannin e Hicks (2012) | Identificar as vantagens de contar com “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa | Qualitativo; uso de entrevistas para coleta de dados e abordagem de Bourdieu para análise de dados | Coautoras | Não específica diagnóstico | Não apresenta definições |
| McMurr-an et al. (2012) | Identificar obstáculos de recrutamento em pesquisa | Qualitativo; grupo focal para coleta de dados e análise temática. | Profissionais | Não específica diagnóstico | Não apresenta definições |
| Veseth, Binder, Borg e Davidson (2012) | Investigar o ponto de vista de participantes da pesquisa sobre autocuidado | Qualitativo; uso de entrevistas e abordagem fenomenológica para análise de dados. | Usuários do serviço de saúde | Transtorno bipolar | Não apresenta definições; Treinamento: encontros com usuários de serviços, envolvimento em etapas da pesquisa |
| Sapey, Bullimore e Baker (2013) | Investigar o ponto de vista de participantes da pesquisa sobre o conceito de <i>recovery</i> | Qualitativo; grupo focal e análise temática. | Profissionais/estudantes atuando junto com usuários de serviços | Não específica diagnóstico | Não apresenta definições |

| | | | | | |
|------------------------|---|--|---|---|--|
| Robinson et al. (2014) | Comparar efetividade de diferentes formas de tratamento | Quantitativo; protocolo de tratamento. | Usuários do serviço de saúde | Transtorno alimentar | Não apresenta definições |
| Hakak e Holmes (2017) | Identificar os desafios de inserir os “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa | Relato de experiência | Usuários do serviço de saúde | Experiência/Vivência no campo da saúde mental | Não apresenta definições |
| Kendal et al. (2017) | Desenvolver abordagens participativas de pesquisa com “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa | Qualitativo; participativo; grupo focal e grupo nominal para análise de dados. | Jovens | Nenhum adoecimento diagnosticado | Não apresenta definições |
| Bunyan (2017) | Investigar diferentes formas de treinamento profissional | Quanti-quali | Profissionais/estudantes atuando junto com usuários de serviços | Experiência/Vivência no campo da saúde mental | Não apresenta definições |
| Videmšek (2017) | Identificar as vantagens de contar com “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa | Qualitativo; uso de entrevistas e abordagem conceitual para analisar os dados | Profissionais/estudantes atuando junto com usuários de serviços | Experiência/Vivência no campo da saúde mental | Definição: pessoas que usam/usaram serviços; Treinamento: vínculo com a equipe de pesquisa; protagonismo e envolvimento no desenvolvimento da pesquisa |

Considerando os objetivos dos estudos analisados, sua variedade aponta para a diversidade de possibilidades de inserção dos “especialistas por experiência” no campo da pesquisa. Entre os principais tipos de objetivos estudados estão:

- a. Analisar diferentes práticas de pesquisa, de formação profissional, e de formas de tratamento envolvendo pessoas com transtornos mentais. Essas pesquisas visam identificar obstáculos de recrutamento em pesquisa (McMurrin et al., 2012), investigar diferentes formas de treinamento profissional (Skilton, 2011; Smedley et al., 2017), verificar modos de participação e facilitação de fóruns *online* voltados ao cuidado de populações específicas (Jones et al., 2011) e comparar efetividade de diferentes formas de tratamento (Robinson et al., 2014). Trata-se de estudos nas quais os especialistas por experiências colaboram no desenvolvimento de pesquisas com temas de interesse dos pesquisadores.
- b. Investigar o ponto de vista de pessoas envolvidas com questões de saúde mental sobre diferentes aspectos dessa experiência. Os objetivos dos estudos estão direcionados, tipicamente, para pessoas com transtornos mentais, e voltam-se à perspectiva dos participantes da pesquisa sobre o conceito de “superção” (Sapey; Bullimore, 2013), sobre o autocuidado (Veseth et al., 2012), a volta ao trabalho (Bergmans et al., 2009) e o uso dos serviços (Fox, 2011). Esses são estudos que contemplam uma perspectiva na qual se fala “sobre eles com eles”, em vez de “sobre eles por eles”.
- c. Refletir sobre as possíveis formas de participação de “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa e suas implicações. Esses estudos buscavam desenvolver abordagens participativas de pesquisa (Kendal et al., 2017), identificar as vantagens de contar com “especialistas por experiência” na equipe de pesquisa (Fenge, Fannin; Ficks, 2012; Videmšek, 2017), bem como os desafios de inseri-los nesse tipo de atividade (Hakak; Hol-

mes, 2017). Trata-se de reflexões sobre experiências concretas de inclusão de “especialistas por experiência” no cotidiano de um projeto de pesquisa. Eles abarcam, de maneira significativa, uma preocupação metodológica que aponta para maneiras variadas de organização da equipe e do planejamento das atividades, sensíveis ao contexto e à história local.

Em relação ao desenho metodológico, o mais utilizado foi de proposição qualitativa, com oito exemplares dos 13 analisados. Destes, dois utilizaram grupo focal como método de coleta de dados (Sapey, Bullimore; Baker, 2013; Kendal et al., 2017) e um, grupo de discussão (McMurran et al., 2012), três, entrevistas semiestruturadas (Skilton, 2011; Veseth, Binder, Borg; Davidson, 2012; Videmšek, 2017) e dois, entrevistas narrativas (Bergmans et al., 2009; Fenge, Fannin ; Hicks, 2012). Para análise destes dados coletados, dois usaram análise temática (McMurran et al., 2012; Sapey, Bullimore; Baker, 2013), dois, modelos participativos (Kendal et al., 2017; Skilton, 2011), um, abordagem de Bourdieu (Fenge, Fannin; Hicks, 2012), um, fenomenológica (Veseth, Binder, Borg; Davidson, 2012), um, abordagem conceitual/teoria fundamentada (Videmšek, 2017), e, por fim, um se utilizou do método narrativo (Bergmans et al., 2009). Além dos qualitativos, dois se apresentam como métodos mistos, quanti-qualitativo (Jones, 2011; Bunyan et al., 2017). Por fim, um dos artigos se utiliza do método quantitativo (Robinson, 2014) e dois se referem como relato de experiência (Fox, 2011; Hakak; Holmes, 2017). As escolhas metodológicas destes 13 artigos se direcionam para um olhar específico para cada situação, possibilitando que os especialistas tenham espaços para suas vozes, a partir de suas histórias as quais lhes compete o cargo.

Analisando quem eram os participantes das pesquisas, quatro artigos contaram com os usuários do serviço de saúde e pacientes de hospitais (Bergmans et al., 2009; Veseth, 2012; Robinson et al., 2014; Hakak, 2017). Da mesma forma, quatro elegeram participantes de saberes mistos atuando conjuntamente, como profissionais ou estudantes com pacientes/usuários de serviços (Jones, 2011; Sapey, Bullimore;

Baker, 2013; Bunyan et al., 2017; Videmšek, 2017). Por fim, um contou com jovens (Kendal et al., 2017), outro com profissionais (McMurrin et al., 2012), um com estudantes (Skilton, 2011) e outros dois tiveram destaques, sendo que um é de autoria própria de uma ouvidora de voz (Fox, 2011) e outro apresenta a narrativa de duas “especialistas por experiência”, além de estas serem identificadas como coautoras do trabalho (Fenge, Fannin; Hicks, 2012). Estes dados demonstram coerência entre a escolha da temática com os participantes envolvidos nos estudos, ou seja, para se pesquisar a respeito das pessoas que têm experiência pela própria vivência, julga-se necessário investigar com, e não apenas sobre, tais especialistas.

Em relação à condição de saúde e o diagnóstico dos participantes convidados a atuarem como “especialistas por experiência”, apenas três artigos indicam seus quadros: transtorno alimentar, bipolar, de humor, automutilação (Jones et al., 2011; Robinson et al., 2014; Vese-th et al., 2012); um artigo nomeava como “ouvidores de vozes” (Fox, 2011), numa resistência psicopatologizante; e outro artigo informava que tal especialista não tinha nenhum adoecimento diagnosticado (Kendal et al., 2017). A maioria dos artigos, ou seja, oito deles, não apresentam nenhum diagnóstico específico relativo aos “especialistas por experiência”, apesar de três deles sugerirem se tratar de pessoas com experiência no campo da saúde mental (Bunyan et al., 2017; Hakak; Holmes, 2017; Videmšek, 2017). Esses dados não permitem identificar nenhuma relação entre a condição de saúde dos “especialistas por experiência” e sua possibilidade de participação. Essa forma de apresentar os “especialistas por experiência” sugere também a busca por caracterizá-los para além de sua condição de saúde, afirmando outras possibilidades identitárias.

Essa forma de caracterização inespecífica também parece ressoar na (in)definição do que seja um “especialista por experiência.” Os artigos, comumente, não definem o que seja tal especialista, mencionando apenas quem eles são. Parece haver um caráter de obviedade

e naturalização sobre tal conceito que não demanda explicações. Em apenas dois artigos encontramos claras definições:

Um especialista por experiência é alguém com experiência em usar serviços sociais no presente ou no passado (leia mais sobre isso em Haaster; Koster, 2007, McLaughlin, 2009). No nosso caso, especialistas por experiência têm sido pessoas que usam serviços e que fizeram isso no passado. Estou muito ciente de que um especialista por experiência pode ter uma dupla identidade (ser um estudante e usuário do serviço, ou acadêmico e usuário do serviço). (Videmsek, 2017, s/p)

Um conceito que descreve como indivíduos ganharam *expertise* e conhecimento por meio de sua deficiência, transtorno de saúde mental, ou responsabilidades de cuidado, e o uso deste conhecimento para informar os outros, influenciar e avaliar serviços, e estar envolvido em pesquisa. (Fox, 2011, p. 170)

Essas definições parecem abarcar diferentes dimensões do conceito, tais como: a) experiência no uso de serviços; b) implicações identitárias; c) experiência pessoal de transtorno mental; d) capacidade de influenciar e avaliar serviços e e) possibilidade de envolvimento em pesquisa. A observação de que cada autor privilegia determinados aspectos aponta que o entendimento sobre tal conceito está longe de ser compartilhado, e pode se referir a diferentes tipos de categorização, dificultando a compreensão do que seria uma proposta de inclusão de “especialistas por experiência” nas equipes de pesquisa e pouco contribuindo para o debate de quem poderia ser um “especialista por experiência” (McLaughlin, 2009).

Da mesma forma, apesar de 13 estudos contarem com “especialistas por experiência” numa posição de consultoria ou de membro da equipe, pouco relataram sobre a forma de relacionamento entre eles e os outros membros da equipe de pesquisa. Em 10 artigos não há informações a respeito; um o faz de forma muito breve e genérica (Bunyan et al., 2017); e apenas os estudos de Videmšek (2017) e Veseth, Binder, Borg e Davidson (2012) apresentam com maiores

detalhes o recrutamento, treinamento e o acompanhamento dos “especialistas por experiência”.

Dessa maneira, Videmšek (2017) aponta que há várias pré-condições para a inclusão dos “especialistas por experiência” no processo de pesquisa. Entre elas, destacamos: motivação para a inclusão, nível de participação, forma de recrutamento, programa de treinamento, definição do desenho de pesquisa, apoio na coleta e análise dos dados e na redação dos resultados, divulgação da pesquisa e sustentabilidade da iniciativa. No estudo por ela relatado, sua busca foi por realizar uma investigação relevante para a prática do serviço social no qual a pesquisa servisse como um instrumento de protagonismo dos “especialistas por experiência”. Nesse estudo, eles se envolveram em todas as etapas do projeto, da definição do tópico à difusão dos resultados. O processo de recrutamento se deu em decorrência de experiências anteriores entre a autora e os “especialistas por experiência”. O programa de treinamento, orientado por ela e por um “especialista por experiência”, envolveu: apresentação e aproximação do grupo, informações sobre a pesquisa (objetivos, papéis, responsabilidade, ética), conceitos e práticas do trabalho de campo. O desenho da pesquisa foi definido por toda a equipe (pesquisadora, estudantes e “especialistas por experiência”). Todo o processo de investigação foi marcado por reunião de supervisão grupais, bem como individuais, quando necessário. A redação do relatório de pesquisa foi liderada por um especialista por experiência e apoiado por todos os outros membros da equipe interessados nessa atividade. A disseminação dos resultados pelos “especialistas por experiência” ocorreu em diferentes congressos da área.

Já no artigo de Veseth, Binder, Borg e Davidson (2012), eles relatam que constituíram um grupo de “especialistas por experiência” composto por 12 usuários dos serviços que foram recrutados por conta de sua atuação como representantes em diferentes posições no serviço de saúde mental e engajamento no movimento social dos usuários. Foram 10 encontros colaborativos, de 4 horas de duração, ao longo de dois anos do projeto. Em cada encontro, participavam de 2 a

4 pesquisadores e 8 a 12 “especialistas por experiência”, o que gerava uma desproporção numérica favorável ao equilíbrio de poder entre os participantes. O tema da pesquisa foi definido pelos “especialistas por experiência.” A entrevista semiestruturada foi desenvolvida em um encontro colaborativo, revista pelos pesquisadores e validada em outra reunião com o grupo de “especialistas por experiência.” O treinamento dos “especialistas por experiência” para a análise dos dados foi liderado por dois pesquisadores, envolvendo métodos qualitativos e ênfase na reflexividade e no protagonismo para confrontar as visões dos pesquisadores. Os padrões de significado foram criticamente examinados e o consenso atingido em um encontro colaborativo.

Esses dois modos de construir uma parceria entre pesquisadores profissionais e “especialistas por experiência” mostram a viabilidade de tal empreendimento e oferecem pistas sobre como fazê-lo. Ambos apontam a importância dos modos de recrutamento e de preparação para a participação que impliquem no estímulo ao compartilhamento das decisões e em uma reflexão sobre as formas de poder aí presentes.

Finalizando, analisamos a autoria dos artigos, sendo que os “especialistas por experiência”, apesar de participarem no desenvolvimento da pesquisa como consultores ou membros da equipe, podem não assinar o artigo (3 artigos), serem coautores (9 artigos) ou serem os autores únicos (1 artigo). Esses dados apontam que as equipes de pesquisa, ao compartilharem o trabalho com os “especialistas por experiência”, parecem fazê-lo de forma ampliada, incluindo-os também na coautoria dos artigos. Assim, para além de um enriquecimento técnico-interpretativo dos estudos, a participação de “especialistas por experiência” lhes possibilita outras identidades e lugares sociais, e a transformação rumo à democratização das práticas de pesquisa.

Considerações finais

A análise da literatura sobre estudos com “especialistas por experiência” mostra como estes surgiram e se desenvolveram há pouco

mais de uma década, notadamente no campo da saúde mental, em um contexto europeu, predominantemente, britânico. O uso mais comum da expressão “especialistas por experiência” se dá como uma forma de nomear os participantes da pesquisa, tal como nos modelos tradicionais de pesquisa em ciências humanas. Apenas um terço das publicações se refere a pesquisas empíricas que buscaram transformar o lugar dos participantes, possibilitando que eles também fossem pesquisadores.

Nessas pesquisas, a definição do que vem a ser um “especialista por experiência” ainda está em aberto. Da mesma forma, são poucos os estudos que informam como procederam para criar e efetivar essa proposta de colaboração que questiona tradições científicas hierárquicas, bem como psicopatologizantes e produz outras formas de identidade e saberes.

Concordamos que os ganhos em se ter distintos especialistas na construção e desenvolvimento de ações em saúde mental caminham tanto pela própria nomeação de *especialidade* às experiências de vida na condição do diagnóstico de saúde mental – e que esta é tão importante quanto a especialidade do profissional que voltou seus interesses de estudo para tal campo teórico – quanto pela epistemologia democrática dos processos de construção de conhecimento, fazendo com que debates a respeito do que é ciência sejam retomados.

Nesse sentido, discutir a participação de “especialistas por experiência” é afirmar a importância de uma discussão ética e política do fazer científico, que faz repensar os pressupostos ontológicos sobre quem fala, como fala, e o que pode falar. No campo da saúde mental, essa discussão redimensiona quem é o doente e o que é a doença mental e, assim, traz consequências que vão para além das práticas de pesquisa e implicam a reorganização das práticas de assistência e atenção em saúde a essa população.

A presente revisão, apesar de ter sido realizada numa base de dados de amplo reconhecimento na comunidade psicológica internacional,

poderia se beneficiar de buscas em outras bases que pudessem ampliar a visão sobre a difusão da expressão “especialistas por experiência” e compreender suas possibilidades e seus desafios. Da mesma forma, um aprofundamento teórico relativo às tradições da pesquisa-ação, em suas várias vertentes e denominações (intervenção, participativa, cooperativa), por um lado, bem como, das propostas da antipsiquiatria (em suas diferentes expressões mundiais como reforma psiquiátrica, movimento antimanicomial, e semelhantes) por outro lado, poderia contribuir para compreender como esses campos científico e político se articulam na produção dessa promessa de democratização da ciência.

Apesar dessa revisão da literatura demonstrar que há muito o que avançar na tentativa de se efetivar o trabalho com “especialistas por experiência”, ela também aponta sua viabilidade e produtividade. O desenvolvimento futuro de pesquisas empíricas, bem como análises teóricas, no contexto nacional, pode contribuir para o avanço desse debate e transformação das relações entre ciência e sociedade.

Referências

- Baker, P. **The voice inside: a practical guide for and about people who hear voices**. Port of Ness: P;P Press, 2009.
- Bergmans, Y. et al. “Moving from full-time healing work to paid employment: Challenges and celebrations.” **Work**, v. 33, n. 4, p. 389-394, 2009.
- Bunyan, M. et al. “Feasibility of training nurses in motivational interviewing to improve patient experience in mental health inpatient rehabilitation: A pilot study.” **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, v. 4, n. 24, 221-231, 2017.
- Corstens, D. et al. “Emerging Perspectives From the Hearing Voices Movement: Implications for Research and Practice.” **Schizophrenia Bulletin**, v. 40, n. 4, p. 285-294, 2014.
- Davidson, L.; Roe, D. “Recovery from versus recovery in serious mental illness: One strategy for lessening confusion plaguing recovery.” **Journal of Mental Health**, v. 4, n. 16, p. 459-470, 2007.
- Denzin, N.K; Lincoln, Y. “Introduction: the discipline and practice of qualitative research.” In: Denzin, N.K; Lincoln, Y. (org.) **The Sage Handbook of qualitative research**. s/l: s/e, 2017. p. 1-26.

- Fenge, L. A.; Fannin, A.; Hicks, C. "Co-production in scholarly activity: Valuing the social capital of lay people and volunteers." **Journal of Social Work**, v. 12, n. 5, p. 545-559, 2012.
- Fox, J. "The view from inside: Understanding service user involvement in health and social care education." **Disability and Society**, v. 26, n. 2, p. 169-177, 2011.
- Galvão, T. F.; Pereira, M. G. "Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração." **Epidemiol. Serv. Saúde**, v. 23, n. 1, p. 183-184, 2014.
- Gergen, K. J. "From Mirroring to World-Making: Research as Future Forming." **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 45, n. 3, p. 287-310, 2015.
- Goulart, M. S. B. "Comunidades terapêuticas: conceito e prática de uma experiência dos anos sessenta." **Revista de Psicologia**, v. 5, n. 2, p. 53-69, 2014.
- Hakansson, C. **Ordinary Life Therapy: Experiences from a Collaborative Systemic Practice**. Chagrin Falls/OH: Taos Institute Publishing, 2009.
- Hakak, Y.; Holmes, K. "Life at the other end: participatory film-making, power and the 'common third'." **Social Work Education**, v. 36, n. 2, p. 217-222, 2017.
- Jones, R. et al. "Using metrics to describe the participative stances of members within discussion forums." **Journal of Medical Internet Research**, v. 13, n. 1, 2011.
- Kendal, S. E. et al. « Prioritizing young people's emotional health support needs via participatory research." **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, v. 24, n. 5, p. 263-271, 2017.
- McLaughlin, H. "What's in a name: 'Client', 'patient', 'customer', 'consumer', 'expert by experience', 'service user'—What's next?" **British Journal of Social Work**, v. 39, n. 6, p. 1101-17. 2009.
- McMurran, M. et al. "Recruitment to personality disorder treatment trials." **Mental Health Review Journal**, v. 17, n. 3, p. 119-127, 2012.
- McNamee, S.; Hosking, D.M. **Research and social change: a relational constructionist approach**. New York: Routledge, 2012.
- Presotto, R. F. et al. "Experiências brasileiras sobre participação de usuários e familiares na pesquisa em saúde mental." **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 10, p. 2837-45, 2013.
- Robinson, P. et al. "Study Protocol for a randomized controlled trial of mentalization based therapy against specialist supportive clinical management in patients with both eating disorders and symptoms of borderline personality disorder." **BMC Psychiatry**, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2014.
- Sapey, B.; Bullimore, P. "Listening to voice hearers." **Journal of Social Work**, v. 13, n. 6, p. 616-632, 2013.
- Seikkula, J. "Becoming Dialogical: Psychotherapy or a Way of Life?" **Australian and New Zealand Journal of Family Therapy**, v. 32, p. 179-93, 2011.
- Shotter, J. **Getting it: witness thinking and the dialogical... in practice**. New York: Hampton Press, 2011.

- Silveira, M.; Palombini, A. De L.; Moraes, M. “EscreverCOM: uma experiência ético-política de pesquisa.” **Mnemosine**, v. 10, n. 1, p. 2-22, 2014.
- Skilton, C. J. “Involving experts by experience in assessing students’ readiness to practise: The value of experiential learning in student reflection and preparation for practice.” **Social Work Education**, v. 30, n. 3, p. 299-311, 2011.
- Slade, M.; Amering, M.; Oades, L. “Recovery: An international perspective.” **Epidemiologia e Psichiatria Sociale**, v. 17, n. 2, p. 128-137, 2008.
- Smedley, N. et al. “Feasibility of training nurses in motivational interviewing to improve patient experience in mental health inpatient rehabilitation: a pilot study.” **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, v. 24, n. 4, p. 221-231, 2017.
- van Langenhove, L.; Harré, R. “Introducing Positioning Theory.” In R. T. Harré; L. van Langenhove (org.) **Positioning theory. Moral contexts of intentional action**. Oxford: Blackwell, 1999, p. 14-31.
- Veseth, M. et al. “Toward caring for oneself in a life of intense ups and downs: A reflexive-collaborative exploration of recovery in bipolar disorder.” **Qualitative Health Research**, v. 22, n. 1, p. 119-133, 2012.
- Videmšek, P. “Expert by experience research as grounding for social work education.” **Social Work Education**, v. 36, n. 2, p. 172-187, 2017.



Desdobrar

[Rosineide Cordeiro]

Vamos rir e criar futuro juntos.
Eliane Brum

Tempos estranhos estamos vivendo no Brasil desde a posse de Jair Bolsonaro. Interdição à democracia, à arte e à ciência! Tentativas de sequestro do significado das palavras - vide o termo comunista -, da diversidade e do bem comum. Como diz Eliane Brum (2019), o bolsosnarismo, ao simular oposição e crítica, dita o ritmo e o conteúdo dos dias e transformou um país inteiro em refém.

Romper a posição de refém é desdobramento libertário, afetivo e imaginativo de todo dia. Fui atravessada pela sinergia de forças, afetos e trabalho intelectual na leitura do texto “A pesquisa com “especialistas por experiência” na literatura *psi*: desafios da democratização na produção de conhecimento.” Este trabalho permitiu um reencontro com o ambiente libertário e criativo do debate sobre “pesquisa-ação”, “pesquisa-participante”, “investigação ação-participativa” (Brandão, 1981; Fals Borda, 1978; Pinto, 1989). Há ecos desse ambiente com o campo atual de estudos sobre democracia, pesquisa e saúde mental, em países como Reino Unido, Canadá, Austrália e Estados Unidos, conforme abordado pelos autores/as.

O estilo da *pesquisa participativa* interpelou o lugar das comunidades, grupos e movimentos na produção de conhecimento e alcançou notoriedade, no Brasil e na América Latina, na década de oitenta do

século passado. Os/as autores destacam o movimento *Recovery* e o *Movimento dos Ouvidores de Vozes* e terminam por mostrar inflexões importantes na nomeação dos/as participantes da pesquisa no campo da Saúde Mental. O foco é o termo “especialista por experiência”, que aposta na participação das pessoas em sofrimento mental como autoras de produção científica. Lembra também a assertiva de Clifford, ao reconhecer a etnografia como “uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois e mais sujeitos conscientes e politicamente significativos” (2002, p. 43). Diríamos que essa ideia-força está na base das pesquisas analisadas pelos/as autores/as.

Em época de ataques às ciências humanas e às universidades, considero que texto de Rasesa, Gonzaga e Guanaes-Lorenzi, é uma ode ao trabalho dos/as pesquisadores/as. Apresenta um estilo discursivo que poderíamos chamar de clássico, que contém todos os itens de um artigo científico, com precisão, riqueza de detalhes e clareza conceitual. Esse gênero discursivo é o mais difundido e aceito no ambiente científico e, mesmo assim, os autores/as mostraram que nele estão incrustadas a beleza, a política e a poética do árduo trabalho intelectual.

Recife, tarde de 10 de julho de 2019.

Referências

- Clifford, J. **A experiência etnográfica: Antropologia e literatura no século XX**. Editora UFRJ, 2002.
- Brandão, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- Brum, E. “Cem dias sob o domínio dos perversos.” **El País**, 12 de abril de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/10/opinion/1554907780_837463.html. Acesso em: 10 jul. 2019.
- Fals Borda, O. **Por la praxis: el problema de como investigar la realidad para transformarla**. Bogotá: Federación para el Análisis de la Realidad Colombiana (FUNDARCO), 1978.
- Pinto, J. B. **Pesquisa-ação: Detalhamento de sua sequência**. Recife: Sudene/PNUD, 1989.

[Murilo S. Moscheta]

É também contra a solidão que se escreve um texto. Uma ao lado da outra, as palavras estão sempre em companhia, fazendo vizinhança entre imagens tão distintas. Entre elas algo há de germinar.

Terminar

No ano em que eu escrevia os textos para este livro foram registrados na Amazônia mais de 74 mil focos de incêndios. Jornais de todo o mundo noticiaram o aumento de 84% das queimadas em relação ao ano anterior. Colunas de fumaça negra compuseram o cenário apocalíptico que fez São Paulo anoitecer as três da tarde.

Poucos dias antes das notícias dos incêndios na Amazônia ganharem o mundo, o cientista Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais foi exonerado porque refutou a afirmação esdrúxula do presidente da república de que não existe desmatamento no Brasil. Galvão apresentou dados de pesquisas que registravam em 12 meses aumento acumulado de 40% no desmatamento.

Nesse mesmo ano, o governo federal divulgou corte de 50% nos recursos para pesquisa no Brasil, a CAPES cortou 12% de suas bolsas e informou que não irá financiar nenhuma nova pesquisa no ano de 2019. Por sua vez, o CNPq divulgou que sem verbas não tinha como garantir o pagamento de suas bolsas a partir de setembro de 2019.

As universidades de minha vida, aquelas onde estudei e esta onde hoje trabalho, todas se parecem com um bosque.

Começar

No ano em que eu escrevia os textos para este livro meu pai morreu. Em sua homenagem, seus amigos plantaram uma árvore em um bosque na universidade onde ele trabalhou como professor de botânica por mais de 30 anos. Plantaram uma *Cedrela Fissilis*, árvore estudada por ele e descrita em um dos primeiros textos científicos que escreveu e publicou.

A *Cedrela Fissilis*, conhecida popularmente como cedro rosa, é uma árvore nativa do Brasil. A árvore pode chegar a 25 metros de altura e é bastante apreciada na arborização de jardins, praças e parques públicos.

A árvore que plantaram está em um bosque que meu pai ajudou a cultivar na universidade quando iniciou seu trabalho ali. Naquela época, a universidade em seu princípio era tão pequena quanto aquele lavrado campo de mudas e eu ainda nem sonhava que um dia também ali trabalharia.

O cedro é uma árvore apreciada por sua madeira nobre, utilizada em construções e na fabricação de móveis. É considerada uma árvore em extinção devido a sua exploração comercial excessiva. Por seu efeito anti-inflamatório e cicatrizante, é uma planta de destaque na medicina popular. É também amplamente utilizado em projetos de reflorestamento sendo uma das espécies chaves na recuperação de ecossistemas degradados.

Continuar

No ano em que eu escrevia os textos para este livro meu primeiro orientando de doutorado enfrentava as dificuldades da fase final da escrita de seu trabalho. Ele é um jovem professor e pesquisador que alimenta o sonho de um dia trabalhar em uma universidade. Ele sonha enquanto as universidades que conhecemos queimam como

florestas. Ele me pergunta consternado se ainda faz algum sentido continuar investindo em um processo tão denso e intenso como um doutorado. Afinal, por que continuar escrevendo?

Eu acho que eu deveria saber respondê-lo melhor. Se diante de uma terra devassada alguém ainda pode sonhar plantar uma árvore, de mesmo modo, nós, no baldio da página, podemos desenhar uma palavra.

Uma ao lado de outra, deve ser assim que se faz também uma floresta.

Escrever talvez seja um outro modo de reflorestar.

Práticas restaurativas e construcionistas sociais: alternativas relacionais nos cenários de conflitos sociais

[Letícia Trombini Vidotto]

[Sheila McNamee]

[Laura Vilela e Souza]

Neste capítulo¹, propomos a interlocução entre os recursos conversacionais construcionistas sociais e as práticas restaurativas. Na busca de fomentar uma produção de conhecimento que responda aos conflitos sociais atuais - o que entendemos como o caráter político da pesquisa - apostamos nas ofertas de construcionismo social sobre diálogo e responsabilização para pensar em práticas restaurativas em um viés não-individualizador.

Justiça Restaurativa

O que chamamos de Justiça Restaurativa tem múltiplas interpretações. Não há uma única definição, nem um único entendimento. É uma história multilinear. Surgiu de várias experiências, com diferentes nomenclaturas e contextos, mas que, apesar da diversidade de metodologias, apresentaram características em comum. Do ponto de vista evolutivo, sugere-se que a prática precedeu a teoria (Mccold, 2008). Há relatos de que diferentes pessoas e tribos desenvolveram o que hoje chamamos de práticas de resolução de conflitos baseadas

1. As autoras agradecem à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio financeiro à pesquisa que deu origem a este texto, como forma de bolsa de mestrado da primeira autora (processo n° 2017/17279-9).

em valores e princípios semelhantes ao que entendemos como Justiça Restaurativa (Meirelles, Yazbek, 2014).

A década de 1970 pode ser considerada como o (re) surgimento contemporâneo da Justiça Restaurativa. Neste momento, os primeiros programas e abordagens da Justiça Restaurativa começaram a surgir em diferentes partes do mundo, refletindo uma crescente insatisfação com o sistema de justiça tradicional, conhecido como Justiça Retributiva, que trabalha com uma lógica punitiva (Zehr, 2008; Van Ness, Strong, 2010).

Em relação à justiça criminal, Zehr (2008) aponta que ao longo do processo criminal, as necessidades tanto das vítimas quanto dos infratores envolvidos em crimes são negligenciadas. Nesta mesma perspectiva, Christie (1977) considera que o Estado rouba o crime da vítima e do agressor, já que o crime é considerado um dano ao Estado e não às vítimas. Com um sistema baseado nessa visão punitiva, o sistema jurídico e os valores ocidentais são geralmente ditados pela crença no indivíduo como agente livre. Se uma pessoa comete um crime, considera-se que o comete porque quis, a escolha foi livre. Nesse sentido, os indivíduos devem responder por seus atos, pessoal e individualmente. A culpa é individual. Essa abordagem ignora o contexto social, econômico e psicológico no qual uma ação ocorreu.

Já uma abordagem restaurativa procura concentrar-se no preconceito causado e nas relações interpessoais e comunitárias envolvidas. Nessa lógica, o crime viola relacionamentos e pessoas e a justiça busca soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança envolvendo vítimas, infratores e comunidade (Zehr, 2008). Isso é significativamente diferente da abordagem punitiva que enfoca regras e leis quebradas (Boonen, 2011).

Uma definição mais formal e um certo consenso entre os vários autores e pesquisadores na área (Achutti, 2013) foi proposto pelo inglês Tony Marshall em 1996: “justiça restaurativa é um processo pelo qual as partes envolvidas em uma específica ofensa resolvem, coletivamente, como lidar com as consequências da ofensa e as suas implicações para o futuro”

(p. 37). Essa definição foi adotada pela ONU na Resolução 12/2002 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

No entanto, a mesma pluralidade de emergência é evidente nas diferentes definições de Justiça Restaurativa hoje. Diferentes autores definem de diferentes maneiras. Para Ruggiero (2011), JR pode ser considerada como “um processo que traz os atores e comunidades afetados por uma situação problemática de volta à condição em que o problema surgiu. Esse modelo de justiça implica que as partes envolvidas decidam como lidar com conflitos e como neutralizar seu impacto coletivo” (p. 101).

Para Zehr (2008), a JR cuida dos danos e necessidades da vítima e exige que o infrator seja responsável por corrigir os danos que causou. Portanto, é necessário que o infrator seja identificado e assuma sua responsabilidade. Para Melo (2005), a JR oferece um encontro onde a vítima e o infrator se encontram face a face, permitindo-lhes discutir o conflito para reavaliar sua própria conduta. Ao fazê-lo, tanto o agressor quanto a vítima têm a oportunidade de olhar para perspectivas diferentes das suas. É, portanto, um espaço que permite a resolução conjunta de um conflito.

Nas palavras de Boonen (2011), a JR pode ir além:

muda-se a percepção de poder, que passa de uma visão vertical, daquilo que é justo, para a horizontal e pluralista, daquilo que pode ser considerado justo pelos envolvidos em um conflito. Abre para a inclusão de valores singulares que podem ajudar a indicar possíveis causas que desencadearam o mesmo. É uma vez que se dá atenção ao prejuízo na relação entre os envolvidos, mais do que no dano sofrido pela vítima – esta representada pelo Estado –, o conflito é percebido como indício de algo que precisa ser modificado nesta relação. Por fim, ultrapassando o direito liberal e indo além do interpessoal, além do sistema criminal também, esta visão aponta para a percepção social dos problemas colocados na situação conflituosa (p. 18).

O que pode ser identificado como um aspecto comum entre essas diferentes definições, e que parece fundamental para a Justiça Restaurativa, é possibilitar uma participação direta das vítimas e dos infrato-

res em uma reunião em que eles mesmos decidem o que acontecerá em relação às consequências do ato cometido (Achutti, 2013).

Além disso, é importante ressaltar que, embora várias dessas definições abordem a esfera jurídica, a Justiça Restaurativa também pode ser aplicado a outros contextos, como escolas, empresas e comunidades. Nesse sentido, os termos “vítima” e “infrator” podem ser substituídos por termos mais apropriados ao contexto. Para Zehr (2008), embora a Justiça Restaurativa abranja uma ampla gama de programas e práticas, é em essência uma filosofia, uma alternativa paradigmática. Melo, Ednir e Yazbek (2008) entendem este modelo como um instrumento ou ferramenta de tecnologia social que permite a ampliação do acesso à justiça, capacita e transforma escolas e comunidades em espaços de diálogo e gestão de conflitos. Nesse mesmo sentido, Marshall, Boayack e Bowen (2005) definem a Justiça Restaurativa como uma abordagem colaborativa e pacificadora que propõe a gestão de conflitos em qualquer contexto.

Portanto, a Justiça Restaurativa, pode ser considerada como um conceito aberto e fluido, uma vez que sua definição e práticas vêm mudando constantemente desde os primeiros estudos e aplicações (Pallamolla, 2009). Para Tonche (2015), entender a Justiça Restaurativa como um conceito em construção pode contribuir para que discussões teóricas continuem a ocorrer de forma crítica, bem como para fomentar a aplicação prática dessa alternativa à gestão de conflitos.

Como exemplo de uma metodologia alternativa de gerenciamento de conflitos, a Justiça Restaurativa permite a coparticipação dos envolvidos no conflito, tornando este processo mais colaborativo. Durante essas conversas, novas estruturas e formas práticas de trabalhar com as diferenças emergem, e os participantes podem desenvolver novas ferramentas para organizar seus relacionamentos. Esse tipo de processo permite uma abertura ao diálogo, pois leva em consideração as diferenças e as múltiplas vozes envolvidas nos conflitos (Schnitman, 2003).

A Justiça Restaurativa, com seus vários entendimentos, pode ser concretamente colocada em prática de várias maneiras. Alguns autores compreendem que essas práticas podem ocorrer desde pequenas atitudes que podem ser consideradas restaurativas até a implementação de metodologias mais detalhadas. Diferentes propostas de práticas restaurativas podem ser encontradas na literatura, sendo três as mais amplamente reconhecidas em diferentes países: Conferência de Grupo Familiar, Mediação Vítima-Ofensor e Círculos Restaurativos (Bazemore; Umbreit, 2001). No entanto, cada vez mais esses modelos têm sido mesclados. Utiliza-se elementos dos outros modelos para incorporar a prática desenvolvida, ou até mesmo utiliza-se mais de um modelo em uma mesma situação. Descreveremos, de modo resumido, esses modelos.

A Conferência do Grupo Familiar foi o modelo adotado para resolução de conflitos que envolvem jovens da Nova Zelândia, baseado na tradição Maori. Nessas Conferências, participam vítima, ofensor, familiares, rede de apoio (que inclui amigos, professores) e em alguns casos participam agentes da polícia e assistentes sociais (Larrauri, 2004). Antes do encontro direto entre vítima e ofensor, o facilitador faz encontros separados com cada uma das partes, que podem estar acompanhadas por seus familiares (Schiff, 2003). Já durante as Conferências, normalmente o ofensor inicia descrevendo o ocorrido e na sequência os outros participantes compartilham suas experiências e consequências decorrentes da ofensa. A partir dessas narrativas, o ofensor é confrontado com a consequência de seu comportamento na vida das vítimas e seus familiares e também do impacto causado na vida da sua própria rede de apoio. Todos os envolvidos podem expressar seus sentimentos e fazer perguntas sobre o incidente (Bazemore, Umbreit, 2001; Boonen, 2011). Após essas discussões dá-se início a um planejamento de um acordo reparador, de modo que todos os participantes contribuam (Schiff, 2003). Podem fazer parte desses acordos: pedido de desculpa, reparação, trabalho comunitá-

rio e participação em programa orientado para jovens que cometem infrações (Miers, 2007).

As participações nesse processo são voluntárias. Nos casos em que a vítima não aceita ter contato direto com o ofensor, outros meios podem possibilitar o encontro restaurativo, por exemplo, através de cartas ou vídeos, de modo que o facilitador esteja capacitado para colaborar com a transmissão fiel dos sentimentos tanto de vítima como do ofensor, possibilitando uma restauração (Boonen, 2011). Esse modelo tem sido adaptado e experimentado em alguns países e pode variar quanto as pessoas que farão parte do processo e o modo como processo ocorrerá, já que em casos como o da Nova Zelândia, além das reparações é necessário desenvolver um plano de ação para o ofensor, que inclui elementos de prevenção e, em alguns casos, punição, pois está ligado ao tribunal de justiça desse país (Zehr, 2012).

O Círculo Restaurativo é também conhecido como Círculo de Sentença, Círculo Comunitário e Círculo de Paz e possuem diferentes propósitos (Pallamolla, 2019). Para Raye e Roberts (2007), esses Círculos não são utilizados necessariamente para alcançar um acordo restaurador, sendo utilizados também, por exemplo, para resolução de problemas de uma comunidade, promoção de suporte para ofensores ou vítimas, construção de senso comunitário, reintegração de ofensores na sua comunidade, celebrações e sentenciamentos (Pranis, 2010). Esse método é baseado em práticas de povos aborígenes do Canadá e dos EUA e o formato de círculo é mais do que simbólico, e permite que, independentemente de sua finalidade, todas as pessoas envolvidas no conflito, dano ou dificuldade, construam resultados coletivamente de modo que as necessidades de todos sejam atendidas (Boonen, 2011). Podem participar desses Círculos todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente em um conflito e profissionais vinculados às políticas públicas (Raye; Roberts, 2007). Esse método conta ainda com um encontro preparatório individual com os participantes e um encontro pós-círculo restaurativo para acompanhamento do plano de ação delineado. Nos Círculos de Paz, modelo bastante difundido no Brasil,

o elemento estrutural mais importante desse processo é o chamado “Bastão de Fala” ou “Objeto de Fala”, que pode ser qualquer objeto que tenha um significado para os participantes. Esse objeto organiza as falas dos participantes de modo que, ele passa de mão em mão em sequência única e apenas quem está em posse do objeto possa falar naquele momento. Permite que, quem não está com o objeto, faça a escuta e caso alguém não queira falar no momento de posse, apenas passe adiante e permaneça em silêncio. Esse movimento permite que todos tenham voz e propõe que todos os participantes possuem algo importante para oferecer ao grupo (Pranis, 2010).

O terceiro exemplo de metodologia prática é a Mediação Vítima-Ofensor. Esse modelo emergiu nos EUA e Canadá na década de 1970 e propõe um ambiente seguro para que a vítima, com a assistência de um mediador capacitado, possa conversar sobre as consequências da ofensa em sua vida e, em alguns casos, fazer perguntas sobre as motivações do ofensor. O autor da ofensa também tem a oportunidade de ser ouvido e de se responsabilizar pelo ato cometido. Neste modelo, a mediação também pode ocorrer de modo indireto, com o facilitador possibilitando a comunicação entre vítima e ofensor (Raye; Roberts, 2007). Após o encontro, vítima e ofensor acordam o modo de reparar a vítima, reparo que pode ser material ou simbólico (Schiff, 2003). Os familiares de vítima e ofensor podem participar desse processo, mas normalmente essas pessoas possuem papéis de apoio secundário (Zehr, 2012). Além disso, não necessariamente os encontros vítima-ofensor são realizados face-a-face. Em alguns casos, a vítima pode escrever uma carta para o ofensor, mandar um vídeo ou mandar outra pessoa que a represente.

Para Zehr (2008), a vítima envolvida em uma ofensa exerce papel central em um processo restaurativo. Este autor considera que na justiça comum a vítima é excluída do processo penal e entende que a restauração deva levar em conta, principalmente, a vítima. Há, ainda, relatos de vítimas que participaram desses processos de modo que expuseram ao ofensor, pessoalmente ou através de cartas, o que sentiam

sobre o ocorrido e isso foi o suficiente para se sentirem aliviadas. Nesse sentido, dar voz ao sofrimento desses indivíduos já é considerado um processo restaurativo, ao menos à vítima.

Podemos perceber com essas descrições que a colocação em prática dessas metodologias pode variar muito. As práticas podem ser mescladas, adaptadas de acordo com o contexto e às necessidades dos participantes de um conflito, ofensa ou uma questão que precise ser conversada. Para Tonche (2015), existe certa confusão e falta de consenso dos autores e facilitadores em relação à aplicação dos modelos anteriormente descritos. Para esta autora, em muitos momentos, os disseminadores da Justiça Restaurativa reproduzem procedimentos da justiça tradicional, mas em ambientes menos formalizados, não sustentando o respaldo teórico da metodologia restaurativa.

Construcionismo Social

A construção social centraliza-se no que as pessoas fazem juntas (interação social), em oposição ao foco no indivíduo autônomo (Sampson, 1993) e em suas ações. Assim, nossa atenção é atraída para processos de relacionar e não atos ou pessoas atomizados (e suas qualidades ou características) (Burr, 2003; Gergen, 1985). A compreensão do mundo emerge dentro dos contextos históricos, culturais e linguísticos que ocupamos. Ao descrever algo sobre o mundo, não estamos representando, mas construindo essa realidade. Em outras palavras, nossa linguagem (que envolve toda atividade incorporada) cria o mundo. Isso põe em dúvida tudo o que presumimos ser intrínseco a uma pessoa. Podemos entender os discursos utilizados pelos indivíduos como reflexo da cultura discursiva a que pertencem. Ou seja, a linguagem é institucionalizada por meio de discursos, alguns dos quais são mais legitimados do que outros, dependendo de seu contexto (Burr, 2003). Para Foucault (2002), “os discursos são práticas que formam os objetos de que falam” (p.56), enfatizando que os discursos não representam objetos, mas constroem objetos. Assim,

alguns discursos ganham mais legitimidade que outros e, portanto, algumas versões do mundo têm mais credibilidade, convidando certas práticas e excluindo outras, o que pode ser considerado um exercício de poder (Burr, 2003).

O construcionismo social compreende que todo conhecimento é resultado dos diversos processos sociais que ocorrem entre os indivíduos em suas comunidades. Das nossas interações cotidianas criamos entendimentos de como o mundo deveria ser. No entanto, nós não convivemos com as mesmas pessoas o tempo todo, nos engajamos com pessoas múltiplas. Participamos então, de múltiplas visões de mundo ao mesmo tempo, criando e recriando novas visões conforme nos relacionamos. Nesse sentido, os conflitos não são compreendidos como entidades estáticas, mas como parte de eventos comunicativos. Pois quando criamos um mundo de compreensão juntos através da comunicação, nossos padrões de coordenação podem diferir de outros (Gergen, 2015). Comunicação é entendida como um conjunto de processos, verbais ou não, de ações em fluxo constante, que possibilita as pessoas a criarem, negociarem, manterem e transformarem suas realidades sociais. Esse é um entendimento diferente daquele que compreende a comunicação como um intercâmbio de mensagens isoladas, de que um transmite e outro recebe (Schnitman, 2003).

Os conflitos parecem fazer parte dos relacionamentos cotidianos. Surge quando as pessoas tentam negociar suas diferenças (Almeida, 2009). Por fazermos parte de diferentes grupos, isto é, parte de comunidades, religiões, vizinhanças, e assim por diante, vivemos com diferentes hábitos, crenças, características e habilidades. Tudo o que é produzido por essas diferenças culturais, econômicas, religiosas ou geográficas influencia a maneira como construímos e damos sentido ao mundo. Em outras palavras, geramos realidades e moralidades dentro das comunidades das quais fazemos parte. Assim, aqueles que ocupam diversas comunidades com crenças incompatíveis (ou seja, aqueles que não compartilham nosso modo de vida) são considerados

nossos “inimigos” (na pior das hipóteses) e “errados” (na melhor das hipóteses) (Gergen, McNamee, Barrett, 2001; Schnitman, 2003).

Para aqueles que compartilham a mesma tradição, o respeito e a harmonia prevalecem. Aqueles que não compartilham nosso modo de vida são considerados errados, equivocados e inferiores; eles também podem ser considerados uma ameaça, exigindo algum tipo de controle, aprisionamento ou mesmo eliminação. Desta forma, se nosso objetivo é pela unidade, comunidade e coesão, sempre seremos lançados à alteridade (Gergen, McNamee, Barrett, 2001) devido à multiplicidade de visões de mundo que enfrentamos diariamente.

À medida que construímos realidades locais e as investimos de valor, produzimos as sementes do conflito. Qualquer pessoa que ocupe uma comunidade diferente, com diferentes valores, crenças e racionalidade, é vista como uma ameaça. É quando nos comprometemos com as realidades e valores dos quais fazemos parte que os potenciais de conflito podem se intensificar. Portanto, os relacionamentos, dos quais fazemos parte e que dão sentido às nossas vidas, são também fontes de discórdia e alienação (Gergen, 2015).

A globalização, a tecnologia e a velocidade das mudanças que ocorrem nos dias atuais facilitaram nosso conhecimento e acesso a diversidade. Considerando a complexidade da convivência com a diferença, intensifica-se a produção de conflitos (Almeida, 2009; Gergen, 2015). Quando discordamos sobre o estado das coisas, é comum que discutamos. No entanto, essas discussões nem sempre ocorrem de maneira respeitosa. Eles são complicados por mal-entendidos, intolerância e funcionam sob uma lógica de convicção de que apenas um ponto de vista é certo ou melhor, colocando-nos em uma posição de ataque e defesa para que um lado vença e o outro perca, o que produz relações tensas ou frágeis (Gergen; Gergen, 2010).

Frente a esses universos conflitivos, o construcionismo social enfatiza o diálogo como um recurso onde os participantes criam novas realidades e formas de se relacionar, coordenando suas tradições. O

significado que damos ao mundo é relacional e construído através do diálogo. E, porque todos nós nos envolvemos em muitas comunidades discursivas diferentes, a possibilidade de visões de mundo competitivas e conflitantes é onipresente. Assim, também podemos usar o diálogo para pensar em formas mais úteis de reconstruir a compreensão (Gergen, 2015).

A construção social considera que há vários aspectos do mesmo problema que merecem consideração, evitando a separação em lados ou posições e julgando o que é certo e o que é errado. Em outras palavras, existem diferentes verdades. A ideia não é aceitar todas as verdades, mas tornar-se curioso sobre como cada “verdade” diversificada é sensível dentro da comunidade. O construcionismo social, portanto, propõe que pensemos no diálogo de maneira criativa para produzir novas soluções para os conflitos (Gergen, McNamee, Barrett, 2001).

Para Gergen (2015), o diálogo é um processo de criação conjunta. Nós vivemos em linguagem. Este não é entendido como uma relação entre indivíduos separados e autônomos, mas como uma ferramenta relacional que possibilita estarmos juntos. Se, através da comunicação, criamos juntos, tanto antagonismos como comunidades, o próprio diálogo é útil para a resolução de conflitos. O autor nomeia de diálogo transformador aquele que é focado na construção colaborativa de novas realidades, gerando futuros mais promissores. Participar de diálogos transformadores possibilita que os participantes se engajem em novas formas de coordenação, criando novas realidades e transformando o significado do conflito. Conforme diferentes vozes são adicionadas a uma conversa, o próprio vocabulário cresce e se altera (Gergen, 2015), desta forma, compreender o conflito em seu caráter evolutivo abre margem para seu potencial transformador. Promover diálogos significativos na resolução de conflitos pressupõe e confirma a polifonia social (Schnitman, 2003).

Durante o próprio processo dialógico surgem possibilidades que não existiam antes de iniciá-lo, o que pode expandir habilidades para a resolução de outros conflitos nos quais essas pessoas possam estar

envolvidas ou vir a se envolver. Esse tipo de resolução de conflitos, que leva em conta a multiplicidade, faz parte de um contexto cultural e científico emergente, que vem repensando a lógica dos paradigmas de punição, conflito e lógicas binárias (Schnitman, 2003).

Processos criativos como as práticas restaurativas podem levar em conta a complexidade da diversidade e considerar o conflito como uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento.

Justiça Restaurativa e Construcionismo Social

Embora Justiça Restaurativa seja uma tentativa de localizar uma noção alternativa de justiça e, conseqüentemente, de responsabilidade, buscando assim ampliar a compreensão das pessoas envolvidas na produção de conflitos, a noção de responsabilidade subjacente às práticas restaurativas desenvolvidas permanece de certa forma aprisionada no individualismo e na noção de um agente autônomo a quem podemos atribuir culpa individual.

Essa compreensão das pessoas como indivíduos separados, com interesses e percepções individuais limita a possibilidade de diálogo. Embora acordos sejam possíveis, eles serão temporários e o outro será sempre um estranho, um desconhecido, reforçando uma ideia individualista que, no mundo, somos todos contra todos (Gergen, McNamee, Barrett, 2001). Em uma tentativa de nos afastarmos dessa noção individualista de responsabilidade e culpa, apresentamos um conceito que pode ser útil para a Justiça Restaurativa, já que ele coloca mais ênfase no que podemos fazer juntos, focando na dinâmica relacional.

Para Gergen (2015), uma das principais razões para esses conflitos é que os participantes estão imersos em tradições individualistas, que vêem os indivíduos como atores independentes. Temos a tendência de exaltar indivíduos por suas realizações singulares e também de responsabilizar moralmente as pessoas por suas ações e seus erros. Nesse sentido, muitos de nós valorizam o discurso da culpa individual que

responsabiliza as pessoas por ações que são consideradas socialmente inaceitáveis (Gergen, McNamee, Barrett, 2001).

Por esta razão, os modelos tradicionais de gestão de conflitos também se concentram na responsabilidade individual, enfatizando um posicionamento e funcionamento concorrentes em uma lógica determinista binária, onde há um vencedor e um perdedor (Schnitman, 2003). Esse modelo individualista gera intermináveis conflitos entre compromissos morais e ideológicos, intensifica os problemas de cooperação internacional, cria conflitos políticos e ambientais, tolera cada vez menos diferenças culturais, pouco se preocupa com modos cooperativos de aprendizagem e atribui culpa individual sem prestar atenção aos processos sociais incorporados na ação ofensiva. Desta forma, culpamos, corrigimos e punimos indivíduos, e isso leva a um modelo punitivo que usa as prisões (e outras tentativas de reforma) como uma resposta aos crimes (McNamee, Gergen, 1999).

No entanto, várias reflexões sobre este modo de resolução foram realizadas por algum tempo. O modelo punitivo pode ser considerado falido (Rolim, 2012) porque não responde ao que é proposto (ou seja, a reforma). As prisões não reduzem as taxas de criminalidade; eles quase nunca ressocializam os indivíduos. Em vez disso, produzem reincidência (Foucault, 1987), estigma, patologização e humilhação. O individualismo, portanto, gera conflitos e promove soluções que não funcionaram, além de negar as contribuições mais amplas relacionais/ comunitárias para o conflito (McNamee, Gergen, 1999).

É importante enfatizar que não estamos propondo que um crime deva ser perdoado ou que uma abordagem individualista esteja errada. O que identificamos é que a voz da culpa individual não tem sido suficiente (Gergen, McNamee, Barrett, 2001); não transformou como somos capazes de viver com a diferença. Não estamos propondo a eliminação do conflito, pois, como parte das relações humanas, um sistema democrático e participativo também deve levar em conta a heterogeneidade da sociedade (Maffesoli, 1987). Nesse sentido, propomos que o conflito seja uma oportunidade de mudança (Schnitman, 2003)

e a transformação de pessoas e grupos, pois permite uma ruptura com o pré-estabelecido e propõe que o novo (ou seja, novo sentido, novos entendimentos) seja construído (Freire, 1992). Considerando que os conflitos são inevitáveis, pensar em novos recursos para a comunicação parece ser essencial (Gergen, 2015).

Portanto, sugerimos que pensar sobre o conflito a partir de uma postura relacional pode ser útil. O que as pessoas podem fazer juntas para criar melhores interações e entendimentos sobre conflitos? Para refletir mais sobre essas questões, apresentaremos a postura filosófica da construção social, pois, como defende Wittgenstein (1953), o objetivo dessa proposta é criar maneiras pelas quais as pessoas possam continuar juntas.

A partir perspectiva construcionista social, McNamee e Gergen (1999) propõem o conceito de *responsabilidade relacional* como um recurso que enfoca os processos interativos de construção de significado e moralidade, com foco na construção relacional do significado. A responsabilidade relacional enfoca os processos microssociais de relacionamentos, destacando como nós produzimos significado e conhecimento em nossos relacionamentos.

McNamee e Gergen buscaram formas de inteligibilidade relacional nas quais a relação, em oposição à individualidade, ocupa um lugar central e isso torna mais concreta a compreensão da responsabilidade relacional (Camargo-Borges, 2007). Essas inteligibilidades mostraram que não há como liberar uma ação específica de um todo existente. Qualquer ação se torna uma manifestação e uma parte constituinte de uma matriz. Assim, se o significado humano é gerado através de processos relacionais, então ser responsável por processos relacionais é dar significado a essa mesma inteligibilidade.

Com base no argumento de que o significado surge do fluxo emergente de ações e suplementos, qualquer modo de descrição do “eu” também é considerado dependente do relacionamento. Dessa forma, qualquer linguagem que pretenda descrever o mundo mental do indi-

víduo (a linguagem da emoção, percepção, memória e assim por diante) é um subproduto de tradições cultural e historicamente situadas. Em vez de compreender o indivíduo como um reflexo do estado mental, a responsabilidade relacional procura entender a função dessas linguagens no relacionamento, focalizando o que ocorre entre os indivíduos em suas interações (McNamee; Gergen, 1999).

A responsabilidade relacional entende a linguagem como uma prática social e considera as pessoas como interseções de múltiplos relacionamentos, manifestações locais e histórias relacionais. Adotando essa compreensão relacional, as pessoas não são vistas apenas como possuindo suas ações, valores e emoções. Isso inclui as questões políticas da sociedade como um todo, pois elas também estão relacionadas às decisões que são tomadas na vida cotidiana. Há uma inter-relação entre indivíduos, grupos, relacionamentos e sistemas sociais, todos conectados em uma rede complexa de significados. Com esse entendimento, a verdade não é polarizada de um lado ou de outro, e o desejo ou tentativa de entender o que ocorre nas mentes dos indivíduos não têm sentido. Em vez disso, o foco está nos processos comunicativos. E, porque todos nós nos envolvemos em diversos processos comunicativos, nossas identidades são múltiplas. É nossa multiplicidade como atores no mundo que nos fornecem recursos para a mudança (McNamee, Gergen, 1999; Camargo-Borges, 2007).

Essa orientação para o mundo social altera posturas e discursos e possibilita novas realidades e consequências. Entender que o bem e o mal, o certo e o errado não são produzidos individualmente, possibilita a compreensão de que todas as interações são criações conjuntas. No entanto, isso não sugere que todos os participantes de uma interação sejam culpados pelo resultado. Em vez disso, a ideia de responsabilidade relacional suspende (pelo menos temporariamente) a noção de culpa e, em vez disso, pergunta como as ações dos participantes são sensíveis “no contexto”, mas conflituosas quando unidas (McNamee, 2001).

Nesse entendimento, a noção de conflito como entidade torna-se conflito como parte de um processo comunicativo. Em outras palavras,

em vez de ver o conflito como algo que deve ser julgado, primeiro é dada atenção à compreensão do contexto no qual as ações problemáticas podem ser sensíveis. Com a possibilidade de diálogo, os sujeitos reconhecem a si e aos outros como produtores de conhecimento e ação, empoderando-se e impulsionando uma dimensão transformadora (Schnitman, 2003). Portanto, a ideia de resolver o conflito é modificada e entendida, em vez disso, como transformar o conflito. Para Gergen, McNamee e Barrett (2001) o diálogo transformador oferece a possibilidade de colaborar construindo novas realidades.

A Justiça Restaurativa é um processo que parece levar em conta esse entendimento de comunicação como construção social e demonstra bastante potencial para colocar em prática o conceito da responsabilidade relacional. É um processo que pode ajudar os envolvidos no conflito a compreenderem o contexto onde cada um está inserido, sendo vítima, ofensor ou comunidade. Falar sobre contexto e contar suas histórias colabora para que essas pessoas compreendam as relações envolvidas na construção das ações que provocaram o conflito. Isso pode ajudar, por exemplo, uma vítima a ter mais clareza do todo que um ofensor faz parte, suas motivações e como as relações que este teve durante seu percurso colaboraram pra pensar e agir de determinada forma.

Em um processo que abarca outras pessoas envolvidas no conflito, como por exemplo, familiares e comunidade, pode colaborar para que cada um compreenda seu papel em relação às ações do ofensor e também ao sofrimento da vítima. Essa compreensão possibilita que as pessoas se sintam responsáveis pela construção dos caminhos e combinados futuros. Pode colaborar também, para que ofensor conheça os sentidos produzidos pela vítima acerca do ocorrido, as consequências do ato, além de também refletir sobre outro contexto relacional.

Os participantes são encorajados a ouvir as múltiplas vozes envolvidas em uma determinada situação, a refletir e criar novos entendimentos. Durante o próprio processo restaurativo, é possível que os participantes elaborem em conjunto novas realidades e re-signifiquem o conflito.

Um processo que pretende restaurar as relações, dá sentido à inteligibilidade de que o significado humano é gerado através de processos relacionais. Essa metodologia, oferece um espaço que, leva em conta a complexidade da diversidade e pode ser um instrumento de transformação de discursos institucionais e culturais, pois ao focar nas construções narrativas e na linguagem que constrói ações, pode possibilitar que os participantes envolvidos em determinada questão, compreendam como o outro e si mesmo pensam e agem de acordo com discursos contextualizados.

A responsabilidade relacional é um conceito que pode contribuir com as práticas restaurativas nesse sentido, pois não necessariamente as pessoas que tem promovido os processos restaurativos tem se desprendido do discurso da culpabilização individual. Em alguns casos, antes de participar do processo, é imprescindível que o ofensor assuma sua culpa (Zehr, 2015), entendendo este como único responsável por seus ações. Em outros casos o encontro dos envolvidos no conflito não ocorre pessoalmente e o processo foca apenas nas necessidades da vítima, o que nos faz pensar que a restauração é referente à vítima e não à relação. Em outras situações, o processo ocorre visando um acordo entre as partes e não explora os sentidos mais amplos envolvidos no conflito (os discursos e o contexto, por exemplo). Percebe-se também que, muitos disseminadores desses processos até entendem que existe uma responsabilidade relacional envolvida na construção do conflito, mas apresentam dificuldades em explicar e colocar isso na prática.

Colocar o conceito de responsabilidade relacional em ação requer a adoção de posições que permitam maior abertura ao processo de conversação, colaborando e favorecendo a construção de diálogos transformadores. Nesse sentido, McNamee e Gergen (1999) apresentam quatro inteligibilidades que podem mover a conversa da culpa individual a um processo restaurativo:

Outros internos: Se nossas identidades emergem através de nossas interações com os outros, isso significa que estamos investidos de múltiplas vozes. Nossas múltiplas vozes mudam e mudam à medida

que nossos relacionamentos mudam. Esse recurso é um modo alternativo de entender o “eu”, que entendemos como múltiplo e constituído por essas diferentes vozes. Isso possibilita aumentar os recursos de conversação que as pessoas carregam e ampliar o engajamento no diálogo (Camargo-Borges, 2007).

Nossa sugestão é que, durante o processo restaurativo, quando os participantes contam suas histórias relacionadas ao conflito, os facilitadores possam recuperar e entender de onde vêm essas histórias, ajudando os participantes a compreenderem que somos constituídos por uma multiplicidade de vozes, que algumas vozes podem não ser a melhor opção para continuarmos juntas, e outras podem ser mais interessantes para a construção de um diálogo transformador. Isso também ajuda os participantes a se reconhecerem como seres humanos que são feitos de suas histórias e seus relacionamentos e que há algo ali menos polarizado do que “alguém que agrediu” e “alguém que quer vingança.” Em que conjunto de relações, em que comunidade, um perpetrador começa a entender que suas ações são “sensatas”? Fazer essa pergunta não é sugerir que é correto se envolver em agressão; em vez disso, é abrir o espaço para compreender o contexto relacional mais amplo em que, o comportamento que não é socialmente sancionado, surgiu. Essa tentativa de entender é, na maioria das vezes, o primeiro passo em uma conversa que se desdobra e que, desprovida de culpa e acusação, tem mais potencial para envolver os participantes na co-construção de um caminho preferido.

Relação Conjunta: Este recurso enfatiza que a comunicação não é algo que vem da mente de um indivíduo e entra diretamente na mente do interlocutor. Em vez disso, o produto de uma conversa sempre depende de como os participantes se envolvem no processo de suplementação de uma ação, pois toda ação convida determinado tipo de resposta. A fala de um indivíduo por si só não diz nada, já que toda fala proferida é direcionada a outros interlocutores, sendo sempre necessário “nós” para que uma conversa faça sentido (Camargo-Borges, 2007). Nessa linha, enfatizar o uso do pronome “nós” em oposição ao “eu” nas re-

lações, destaca a construção ativa e coletiva de todas as ações. Esse recurso pode ser resgatado durante processos restaurativos no sentido de pensar sobre ações futuras de como “nós” podemos estar juntos e como “nós” nos relacionaremos a partir de agora. Isso tira o foco de um “eu” que quer ser restaurado e chama a atenção para o relacionamento, para o que “nós” podemos construir juntos. Esse recurso demonstra que este é um processo participativo, e pode ajudar os participantes a assumirem a responsabilidade dos acordos e o futuro que estão construindo juntos, colaborando para um senso de corresponsabilidade.

Relações entre grupos: Aqui, a ênfase é em como a ação particular faz sentido dentro de grupos específicos. Chama a atenção para como todas as realidades existentes existem apenas porque elas ganham coerência dentro de alguma comunidade, mesmo que os outros discordem totalmente dela. Isso permite uma compreensão mais global de uma ação, bem como a compreensão de valores compartilhados nesses grupos. Isso não significa que, tendo participado de uma dada realidade, devemos concordar com uma ação, mas isso nos permite fazer uma análise menos focada da culpa individual e enfatiza que toda ação carrega significado dentro de um determinado contexto social. Explorar essas questões durante o processo restaurativo pode ajudar o entendimento dos participantes sobre a realidade do outro e como uma ação, por mais má que seja, pode fazer sentido dentro de outra comunidade. Pode colaborar também na reflexão de como representamos o grupo ao qual pertencemos quando reproduzimos certas ideias ou discursos e como isso colabora ou afeta outra comunidade.

Processo sistêmico: Por fim, o processo sistêmico destaca a interconexão de ações locais com amplos sistemas sociais e culturais. Ou seja, todas as coisas são vistas como interconectadas e sempre mudando. Por exemplo, a “depressão” de um homem não é simplesmente “seu” problema mental. Pode ter mais a ver com seu chefe avassalador, seus colegas agressivos e seu salário baixo. Explorar a interconexão de eventos e entendimentos, nos ajuda a avançar no pensamento sobre práticas restaurativas em seu sentido mais amplo. Proporcionar um

diálogo e refletir que nossas ações não têm significados isolados e únicos, mas sim que todos os aspectos se conectam, pode ajudar todos os envolvidos em um conflito a entenderem como os seus discursos sustentam o conflito. Os participantes são convidados em um processo restaurativo para se engajar em um processo contínuo de conversação, permitindo-lhes refletir sobre seu papel na produção de conflitos neste e em outros contextos, e refletir sobre como eles participam da sociedade criando condições para questões com as quais discordam. A ideia aqui é incentivar que os participantes observem mais amplamente e, em vez de unicamente punir um indivíduo, explorar como várias instituições sociais, práticas e discursos contribuíram para a geração do conflito. Essas reflexões abrem para a criação de outros recursos de conversação e novos relacionamentos.

Acreditamos que colocar a responsabilidade relacional em ação e transformar a conversa de culpa individual no processo restaurativo, oferece uma reconceitualização útil da noção de responsabilidade na Justiça Restaurativa. Esse processo pode colaborar na reflexão do alcance das práticas restaurativas como transformação social em seu sentido mais amplo.

Referências

- Achutti, D. “Justiça restaurativa no Brasil. Possibilidades a partir da experiência belga.” **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 13, n. 1, p. 154-181, 2013.
- Almeida, T. “Mediação de conflitos: um meio de prevenção e resolução de controvérsias em sintonia com a atualidade.” In: **Novos olhares sobre gestão e jurisdição**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. p. 177-212.
- Bazemore, G.; Umbreit, M. **A Comparison of Four Restorative Conferencing Models**. U. S. Department of Justice. Office of Justice Programs. Washington, 2001.
- Boonen, P. **A Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP, 2011.
- Burr, V. **Social Constructionism**. London: Routledge, 2003.
- Camargo-Borges, C. **O construcionismo social no contexto da estratégia saúde**

- da família: articulando saberes e práticas.** Tese (Doutorado em Enfermagem de Saúde Pública). Ribeirão Preto: USP, 2007.
- Christie, N. Conflict as Property. **British Journal of Criminology**, v. 17, n. 1, p. 1-15, 1977.
- Foucault, M. **Vigiar e punir: nascimento a prisão.** Trad. Ponde Vassalo, L. M. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **As palavras e as coisas.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Freire, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Gergen, K. J. The Social Constructionist Movement In Modern Psychology. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266-275, 1985.
- _____. **An Invitation to Social Construction.** Third Edition. London: Sage Publications, 2015.
- Gergen, K. J.; McNamee, S.; Barrett, F. J. Toward Transformative Dialogue. **International Journal of Public Administration**, v. 24, n. 7-8, p. 679-707, 2001.
- Gergen, K. J.; Gergen, M. **Construcionismo social: um convite ao diálogo.** Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.
- Larrauri, E. Tendencias Actuales de La justicia restauradora. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 12, n. 51, 67-103, 2004.
- Maffesoli, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** 3a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- Marshall, T. The evolution of restorative justice in Britain. **European Journal on Criminal Policy Research**, v. 4, n. 4, 21-46, Heidelberg: Springer, 1996.
- Marshall, C.; Boyack, J.; Bowen, H. “Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em Valores” In Slakmon, C. R. De Vitto, R. C. P. & Pinto, R. S. G. (org.) **Justiça Restaurativa: coletânea de artigos.** Brasília, DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005, p. 269-280.
- Mccold, P. “The Recent History of Restorative Justice – mediation, circles, and conferencing” In Sullivan, D. & Tiffit, L. (org.) **Handbook of Restorative Justice: A Global Perspective.** Nova York: Routledge, 2008, p. 23-51.
- McNamee, S. Reconstruindo a terapia num mundo pós-moderno: recursos relacionais. In: Gonçalves, M.; Gonçalves, O. (org.) **Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança.** Coimbra: Quarteto, 2001, p. 235-264
- McNamee, S.; Gergen, K. J. **Relational Responsibility, Resources for Sustainable Dialogue.** London: Sage Publication, 1999.
- Melo, E. R. “Justiça Restaurativa e seus desafios histórico-culturais. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva” In: Brasil. Ministério da Justiça, PNUD,

- Justiça Restaurativa: coletânea de artigos.** Brasília, DF. Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005, p. 53-78.
- Melo, E. R.; Ednir, M.; Yazbek, V. C. **Justiça Restaurativa e comunitária em São Caetano do Sul: aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania.** São Paulo: CECIP, 2008.
- Meirelles, C. A. M.; Yazbek, V. C. “Formatos conversacionais nas metodologias restaurativas” In Grecco, A., *et al.* (org.) **Justiça restaurativa em ação: práticas e reflexões.** São Paulo: Editora Dash, 2014, p. 107-122.
- Miers, D. “The international development of restorative justice.” In Johnstone, G.; Van Ness, D. W. (ed.). **Handbook of Restorative Justice.** Portland: Willan Publishing, 2007, p. 447-467.
- Pranis, K. **Processos Circulares.** São Paulo: Palas Athena, 2010.
- Raye, B. E.; Roberts, A. W. “Restorative processes” In Sullivan, D.; Tiffit, L. (org.) **Handbook of Restorative Justice.** Cullompton, UK; Portland, USA: Willan Publishing, 2007, p. 211-227.
- Rolim, M. “Justiça Restaurativa: para além da punição.” In Rolim, M. (org.) **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 233-253.
- Ruggiero, V. “An abolitionist view of restorative justice.” **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 39, n. 2, p. 100-110, 2011.
- Sampson, E. E. “Identity politics: Challenges to psychology’s understanding.” **American Psychologist**, v. 48, n. 12, p. 1219-1230, 1993.
- Schiff, M. “Models, Challenges and The Promise of Restorative Conferencing Strategies” In Von Hirsch, A. *et al* (org.) **Restorative Justice & Criminal Justice: Competing or Reconcilable Paradigms?** Oregon: Hart Publishing, 2003, p. 315-338.
- Schnitman, D. **Novos paradigmas na resolução de conflito.** São Paulo: Artes Médicas, 2003.
- Tonche, J. **A construção de um modelo “alternativo” de gestão de conflitos: usos e representações de justiça restaurativa no estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2015.
- Van Ness, D. W.; Strong, K. H. **Restoring Justice: An Introduction to Restorative Justice.** 4. ed. New Providence: Anderson Publishing, 2010.
- Wittgenstein, L. **Investigações filosóficas.** São Paulo: Abril Cultural, 1953.
- Zehr, H. **Trocando as Lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** São Paulo: Palas Athena, 2008.
- _____. **Justiça Restaurativa.** São Paulo: Palas Athena, 2012.

ATO 2

Potencializar versões e dialogar na ética

[Rodrigo Ramires Ferreira]

O texto intitulado *Práticas restaurativas e construcionistas sociais: alternativas relacionais nos cenários de conflitos sociais* de autoria de Letícia Trombini Vidotto, Sheila McNamee e Laura Vilela e Souza nos traz um interessante e importante aporte para pensarmos nossas relações em nosso cenário dado o enorme potencial de transformação das práticas restaurativas dialógicas. A polarização das relações, construída discursivamente ao longo dos últimos anos e potencializada pelas redes sociais, dá a tônica dos debates e conflitos atuais produzindo efeitos de distanciamento, adoecimento e certo encarceramento de si, na tentativa de evitar exposições conflituosas ainda que saibamos que viver em sociedade requer relações e que estas, dada a multiplicidade, serão em alguns momentos, conflituosas.

O capítulo reverbera e dialoga com diversos momentos de minha vida enquanto alguém relativamente em início de uma vida de pesquisa, como discente da pós-graduação e enquanto professor universitário com menos de três anos em sala de aula. Nesse sentido decidi por dividir esta ressonância do capítulo em dois momentos: (1) aquilo que me instiga no plano teórico e (2) aquilo que ressoa em minha prática e vida cotidiana.

Do plano teórico

Percorrendo as linhas do texto, nos deparamos com a apresentação de diversas versões de Justiça Restaurativa e também Práticas Restau-

rativas e a propositura de um modo específico de processo restaurativo, no caso as contribuições construcionistas sociais para essas práticas. Por meio dos pensamentos de Annemarie Mol e John Law, percebemos que essas versões se distanciam, se aproximam e se sobrepõem em um movimento contínuo apontando para a multiplicidade. Essa noção implica em desenhar onde isso ocorre, ou seja, onde e como essas versões se chocam e que efeitos elas produzem. Tomamos então as práticas restaurativas como um *ator-rede*, composição híbrida de humanos e não-humanos que produzirão efeitos em nossas relações, um dos principais talvez, a mudança em nossa forma de comunicação. As aproximações e distanciamentos se dão nos termos de diferentes processos nos quais algumas práticas restaurativas ainda não se desvincularam da esfera individualista e punitiva ou quando recursos de diferentes metodologias são utilizados em uma prática específica.

Nesse sentido, entendo que a proposta seria de organizar uma versão, dentro dessa multiplicidade, com um maior potencial transformador. Entendo que esse movimento, tem por base sobrepor outras versões, pois, de acordo com Law (2004) tornar algo presente, implica invariavelmente em tornar algo ausente, ou seja, a versão de uma prática restaurativa dialógica, focada nas relações, sobrepõe àquelas que ainda estão focadas em processos individuais com viés punitivista. Isso é importante pois acredito que nos faz compreender ainda mais a ideia das autoras, de que esta não é um versão melhor, em um sentido valorativo, em detrimento de outras não tão boas, mas que merece a atenção por ser uma proposta com potencial transformador, apresentar e fortalecer essa versão tem como base um compromisso ético-político. Assim, acredito que colocar Law e Mol em diálogo com o capítulo ajuda a acrescentar cada vez mais *atores-redes* nessa relação complexificando-a e produzindo outros efeitos e outros caminhos.

Do que ressoa na prática e na vida cotidiana

Acredito que a possibilidade dialógica pode romper os muros do que vou chamar de âmbito judicial das práticas restaurativas, quando

pensamos em justiça restaurativa, a resolução de conflitos com mediação na esfera jurídica é uma das primeiras coisas que nos vem ao pensamento. Quando trabalhava na esfera dos direitos da criança e do adolescente, nas idas e vindas nas varas de família, acompanhávamos muitos casos que eram trabalhados nessa perspectiva, seja no espaço de nosso projeto, seja no espaço das próprias varas. O que quero trazer com isso é que a nossa forma de comunicação mostra-se cada vez mais truncada, sem considerar as relações nessa comunicação. Muitos conflitos chegam ao âmbito jurídico como efeito desse processo e talvez a noção de Responsabilidade Relacional possa ajudar em algo anterior à chegada desses conflitos na esfera judicial.

São muitos os espaços coletivos que poderiam se beneficiar desse processo, como professor, imagino que a escola é um território chave para a propagação dessas práticas como propõem as autoras. Claro que em outros espaços isso é mais do que importante, como empresas, outras instituições de ensino e coletivos, mas ressignificar as relações hierárquicas da sala de aula, deixar de individualizar “problemas” em discentes ou no “sistema” e repensar o modelo relacional me parecem caminhos muito promissores a partir dos tipos de práticas restaurativas propostas. É repensar também a própria comunicação/relação entre escola (instituição) e sociedade, uma tarefa de colocar em relação estes agentes humanos e não-humanos para além das relações já estabelecidas entre esses agentes, onde geralmente responsáveis pelas crianças só são chamados a adentrar o espaço quando algo de “ruim” acontece. Essa ressignificação com a ajuda de práticas focadas nas relações tem o potencial de quebrar os muros, simbólicos e reais, que separam a escola da sociedade e os efeitos que essa separação produz em nossas relações cotidianas.

Um ponto chave para mim na leitura do capítulo é a forma como lidamos com a diferença. Como disse anteriormente, a polarização nas relações produzem muitos efeitos nocivos em termos de diálogo e convivência e isso se acentua no tocante à convivência com as diferenças. Falo aqui das diferenças em termos de construção da

linguagem de comunidades nas quais estamos inseridos que nos ajudam a formar nosso entendimento sobre o mundo. Ainda que muitas ações façam sentido em certas comunidades, mesmo elas sendo consideradas socialmente inadequadas ou más a negociação das diferenças deve ter como premissa o compromisso ético-político no sentido de minimizar ou até mesmo cessar as marginalizações que certos discursos produzem.

Nesse sentido, entendo que essas práticas sejam ferramentas que possam nos levar nesse caminho, ainda que sempre devemos questionar esses caminhos dada a dinamicidade das relações. Contudo, entendo também que as negociações das diferenças dependem, de alguma maneira, da disposição para negociar. Em várias conversas com um estimado amigo, também colega de doutorado, sempre nos perguntávamos se seria possível que os conflitos pudessem ser trabalhados pela via do diálogo. Um dos questionamentos que surge é se seria possível que uma vítima, aceitasse e compreendesse o contexto em casos que essa vítima é, em certa medida, também um coletivo, nos casos, por exemplo, de racismo, machismo, LGBTfobia etc. Isso porque, seguindo a linha de raciocínio de John Law (2004) quando queremos produzir práticas que desmontam essas discriminações, necessariamente estaremos suprimindo os discursos que as mantêm, seria o caso não de negociar a diferença, mas suprimi-la produzindo um entendimento no qual ela não faz mais sentido se quisermos a continuidade da convivência?

A ideia de conviver com a diferença faz sentido se essa diferença não produz ou reproduz violências que são desferidas às camadas marginalizadas e não privilegiadas de uma população historicamente oprimida. Nesse sentido a noção de uma prática restaurativa a partir da ideia de responsabilidade relacional me parece ser muito potente para produzirmos outros entendimentos em conjunto sobre as diferenças. Seria ela uma ferramenta possível também para organizar a disposição para o diálogo?

Como aponta Jota Mombaça, a escuta e o diálogo político são au-

torizados geralmente por camadas privilegiadas, ou seja, é necessária a abertura e a disposição, desnudada desses privilégios, para o diálogo e a negociação. Surge então uma questão ética no sentido proposto por Moscheta e Souza (2016) no texto intitulado *Ética e diferença no processo de pesquisa com grupos de conversações públicas*: quais diferenças conseguimos colocar para conversar? Como esse diálogo pode acontecer de maneira simétrica quando as pessoas são atravessadas por sistemas de opressão nos quais, historicamente, as diferenças tem um caráter valorativo em relação a uma norma hegemônica? Acredito que o texto citado acima é mais um ator-rede a ser inserido nessa conversa com o capítulo de Letícia Trombini Vidotto, Sheila McNamee e Laura Vilela e Souza, principalmente no que diz respeito às noções de diferença apresentados, destacando a ideia de diferenças inconciliáveis, pois entram em choque com um posicionamento ético-político. Seriam talvez essas diferenças a serem silenciadas no processo de “presentificação” daquelas que conseguimos colocar em diálogo.

Talvez então, as práticas restaurativas sejam uma ferramenta posterior a algo que deva ser pensado (como proporcionar a disposição para o diálogo), lançando um questionamento de alguns de seus limites, quais seriam e se seria possível transpô-los e que ações poderiam ser feitas ancoradas na noção de responsabilidade relacional, que pudesse colaborar para a disposição para o diálogo e resolução de conflitos.

Algo que me parece embrionário e até mesmo caricato e talvez nos levasse a pensar em possibilidades estão presentes em alguns vídeos, seja de campanhas de organizações de defesa dos direitos humanos e até mesmo em ações de marketing de grandes empresas, nos quais pessoas que se utilizaram da máscara da internet produzindo e reproduzindo violências sendo convidadas à “confrontar” as pessoas alvos destas práticas e são recebidas de uma maneira totalmente oposta àquela sua prática. Observa-se nessas intervenções, como isso ajuda a desarmar a pessoa que praticou a violência proporcionando até mesmo uma abertura, seria esse um dos caminhos?

O que vemos em diversos momentos, principalmente no contexto atual, é, para usar os termos da teoria de jogos, que nossas relações estão inseridas em uma linguagem de um *zero sum game* ou jogo de soma zero onde a vitória de um é a derrota do outro. E devemos buscar mais uma noção de *non-zero sum game* onde não importa a derrota ou vitória, mas as histórias e efeitos que essa relação entre “jogadores” produz.

Referências

- Law, J. **After Method: Mess in Social Science Research**. New York: Routledge, 2004.
- Mombaça, J. **Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala**. Buala, 2017. Disponível em: <http://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicas-quanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>
- Souza, L. V.; Moscheta, M. “Ética e diferença no processo de pesquisa com grupos de conversações públicas.” **Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social**, v. 16, n. 3, p. 327-346, 2016.

A dimensão dialógica da produção de informação: A Estação de Pesquisa Urbana M'Boi como estudo de caso

[Mary Jane Paris Spink]

[Jacqueline I. Machado Brigagão]

[Camila Claudiano Quina Pereira]

[Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento]

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” - Provérbio Africano

Este texto¹ foi elaborado em resposta ao desafio proposto pelos/as coordenadores/as do Grupo de Trabalho (GT) “Cotidiano e Práticas Sociais”, como norte para a discussão realizada durante o 17º Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação, ANPEPP: “Discutir sobre a dimensão política do pesquisar no cotidiano e as possíveis narrativas de resistência frente aos dispositivos de controle e de difusão do autoritarismo, conservadorismo e totalitarismo”. Mais precisamente, nesta edição, o GT teve por foco práticas que podem fazer a diferença, recuperando “a dimensão política da solidariedade, do afeto como aglutinador de pessoas e da avaliação da produção de conhecimento a partir da produção dessas alternativas e de como elas respondem ao tempo presente”.

Nosso objetivo é propor que, como pesquisadores/as, é preciso encontrar estratégias que possibilitem a circulação das informações e

1. A versão original deste texto foi apresentada e discutida no Grupo de Trabalho “Cotidiano e Práticas Sociais” por ocasião do 17º Simpósio da ANPEPP, em julho de 2018, na cidade de Brasília.

conhecimentos que produzimos de modo a ampliar os usos e as trocas de saberes para além das comunidades acadêmicas. Consideramos que é possível fazer informações circularem de maneira dialógica, com o fortalecimento de correntes de interanimação dialógica que não são restritas às comunicações face a face. Isso implica ressignificar vários aspectos de nossas práticas, sobretudo abrindo espaços para outros modos de fazer circular a informação – propomos, portanto, entrelaçar reflexões sobre dialogia e espaços híbridos.

Na rede de pesquisadores/as que transitam nas proximidades do Núcleo de Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde (Nuprad-PUC-SP) temos longa tradição de teoria e prática em pesquisas que têm por princípio básico a dialogicidade e adoção de posturas ética-políticas na busca por informações e na devolutiva de nossos resultados. Consideramos ambas, a postura dialógica e a ética no fazer pesquisa, como princípio fundamental de nossas atividades (Spink, 2000; Cordeiro *et al.*; Brigagão, 2016; Spink, M. J. & Spink, P., 2017). Porém, falar em dialogia quando estamos com os pés no chão, em situações de interação face a face, é tarefa fácil; manter viva a dialogicidade quando estamos longe, quando nossas pesquisas terminaram, são outros quinhentos. Obviamente, podemos levar nossos produtos acadêmicos para passear nos territórios em que atuamos: com apresentações em seminários e encontros; com devolutivas de cunho mais dialógico, em conversas informais; auxiliando na condução de pesquisas locais ou ainda, distribuindo exemplares dos livros que escrevemos, como foi o caso do “Viver em áreas de Risco” (Spink, M. J., 2018).

Contudo, buscamos também meios que sejam uma mescla de banco de informações de cunho mais permanente e plataformas de interação que fujam de hierarquias: que sejam abertas e convidativas para pessoas que estejam em busca de informações. Que sejam mais democráticas, com a premissa de serem úteis lá onde essas informações podem impactar práticas locais.

De modo a problematizar dialogia na perspectiva do compartilhamento de informações, tomamos como estudo de caso a Estação de

Pesquisa M'Boi Mirim², sediada no Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da FGV-SP. Esta estação de pesquisa abarca duas dimensões: ser um repositório de informações e levar discussões para uma diversidade de espaços públicos.

Na primeira dimensão, propomos que, por se tratar de uma plataforma aberta, que acolhe informações vindas de muitos lugares – acadêmicos, governamentais, experienciais –, pode ser caracterizada como um espaço híbrido. Ela mantém a característica de híbrido porque os *actantes* envolvidos são heterogêneos, já que as informações são provenientes de leigos, profissionais, especialistas e representantes de governo, e as temáticas são tratadas em diferentes perspectivas por distintos domínios de conhecimento. Vale apontar que a plataforma de informações é apenas um ancoradouro; serve de apoio para outras atividades, entre elas participação em fóruns locais, assessoria para pesquisas desenvolvidas no lugar e meios informais de disseminação de informação. É nesta segunda dimensão – de discussões em espaços públicos – que a Estação pode se inserir na modalidade que Callon, Lascoumes e Barthe (2009) denominam de fóruns híbridos.

Para situar esta maneira de conceituar a dimensão dialógica da produção de informação, o texto está estruturado em quatro partes. A primeira busca situar a noção de estação de pesquisa e a opção pelo território que é foco da Estação de Pesquisa Urbana M'Boi. A segunda tem por objetivo caracterizar a Estação e situá-la no contexto do movimento de acesso aberto à informação. A terceira parte visa borrar as fronteiras de uma plataforma de informação ao situar outros espaços onde pesquisadores/as, que têm este território por foco, levam essas informações para passear. A última parte tensiona os sentidos de dialogia, propondo que relatórios, teses, artigos e demais textos ditos acadêmicos também podem ser dialógicos: estão nesse lugar porque

2. <http://ceapg.fgv.br/m-boi/sobre-estacao> , consulta em 26 de junho, 2018.

alguém os colocou lá e estão endereçados a leitores/as potenciais, quiçá moradores do território foco, para quem talvez sejam úteis.

Estações de pesquisa como estratégia metodológica: A Prefeitura Regional de M'Boi Mirim como foco

Há duas questões imbricadas neste tema: uma de cunho metodológico e outra de cunho estratégico. Do ponto de vista metodológico, a decisão de focalizar um território – por mais vasto que seja – decorre de experiências já solidificadas. Citando Fernando Burgos, Mario Aquino Alves e Peter Spink (2016):

A prática de pesquisa em territórios específicos não é recente, sendo particularmente consolidada nas ciências biológicas para as quais observações locais podem levar a teorias e consequências gerais. Das observações para um ativismo científico em relação aos lugares é um passo pequeno. (p. 5)

Os autores seguem citando outros exemplos, entre os quais o da *New York City Urban Field Station*, fundada em 2006, que tem por foco sistemas socioecológicos, e concluem que,

do ativismo científico dos biólogos para a pesquisa-ação dos cientistas sociais caminha-se outro passo sinérgico, reconhecendo que os últimos têm a vantagem de poder conversar com o foco de seus estudos, ou seja, pessoas do próprio território. (p.5)

O pressuposto, portanto, é de que trazendo as informações para um mesmo território é possível adensar as informações disponíveis, assim como dar visibilidade para opções de ação.

A opção pela região de M'Boi Mirim, na zona sul de São Paulo, não foi uma escolha aleatória. Em primeiro lugar, a equipe do CEAPG já participava de fóruns da região, tendo vínculos sólidos com várias organizações sociais e comunitárias de base, com especial destaque para a parceria com uma das principais organizações sociais do território: a Sociedade Santos Mártires. Esses vínculos também não são total-

mente aleatórios, tendo em vista as características desse território que abrange dois distritos: Jardim Ângela e Jardim São Luís (Prefeitura Regional de M'Boi Mirim). O Jardim Ângela ocupa o quarto lugar entre os distritos com maior exclusão social na capital (-0,92 em uma escala de -1 a 1), com cerca de 295.434 habitantes. Como exemplo do abandono em que vivem seus moradores, há no distrito 31,29% de domicílios precários subnormais; 21,14% não têm acesso a esgoto e o tempo médio de viagem entre domicílio e local de trabalho é de 56,18 minutos. Por sua vez, a área do Jardim São Luís é de 24,70 Km² e lá vivem 267.871 pessoas. Trata-se de uma região mais consolidada que ocupa o décimo nono lugar no índice de exclusão. Quanto aos demais dados, há no distrito 21,9% domicílios precários subnormais; 10,26% das moradias não têm acesso a esgoto e o tempo médio de viagem entre domicílio e local de trabalho é de 45 minutos.³

Trata-se de região marcada historicamente pelos movimentos por moradia das décadas de 1960 e 1970 e, atualmente, por ocupações em áreas de mananciais da represa de Guarapiranga. Além dos graves problemas de ausência de coordenação territorial, uma vez que os serviços de educação, assistência social e saúde são coordenados em outras partes da cidade, soma-se ainda a questão de moradias construídas em áreas de risco e as ondas de violência (tendo sido considerada, em 1990, como a região mais violenta do mundo) com assassinatos, sobretudo, de jovens negros.

Conforme também explicitam Burgos, Alves e Spink, P. (2016, p. 5),

A produção de conhecimentos e as análises feitas foram orientadas em duas direções complementares: na primeira, para discussão e o debate público com os diversos públicos interessados na região; na segunda, para contribuição acadêmica de mais abrangência.

É nessa segunda direção que vem se consolidando a plataforma de

3. Informações disponíveis em: <http://ceapg.fgv.br/m-boi/sobre-estacao>. Acesso: 26 jun. 2018.

informação denominada “Estação de Pesquisa Urbana M’Boi.” Todavia, os objetivos da estação de pesquisa não se restringem à agregação de informações; as atividades voltam-se também à discussão e ao debate público, aspectos que abordaremos na retomada da discussão sobre dialogia e espaços híbridos.

Caracterizando a Estação de Pesquisa Urbana M’Boi como plataforma de informação

De acordo com informações constantes no site⁴, “A Estação de Pesquisa Urbana de M’Boi é uma plataforma de informações, relações e vínculos organizacionais que agrega pesquisadores/as que trabalham com questões urbanas.” Com foco na área territorial composta dos distritos de Jardim Ângela, Jardim São Luís, Capão Redondo e áreas adjacentes da Zona Sul de São Paulo,

a plataforma possibilita a maximização das sinergias possíveis entre diferentes temáticas urbanas, tanto na troca de informações quantitativas e qualitativas entre pesquisadores, quanto no potencial de impacto dos resultados de suas investigações no desenvolvimento territorial local.

A Estação resulta de pesquisas realizadas desde 2013 no CEAPG, sobre vulnerabilidades urbanas, que propiciaram contato com outros pesquisadores/as que estudavam questões similares e a discussão de informações em fóruns locais e organizações de base. A partir desse encontro foi possível construir um posicionamento diferenciado de quem realiza pesquisa na região, para além da disponibilização de relatórios finais e devolutivas em uma relação temporária com o lugar. Ainda de acordo com o site da estação, ressalta-se a “obrigação ética como coletivo interuniversitário ser de maior utilidade para o próprio lugar. Esta é a postura, compartilhada por outras estações de pesquisa aplicada, de ‘pesquisa em ação’”

4.Ver: <https://ceapg.fgv.br/m-boi/sobre-estacao>. Acesso em: 26 jun. 2018.

A Estação tem um importante papel na ampliação dos vínculos entre comunidade e academia, bem como na formação de estudantes de diferentes níveis educacionais; conta com pesquisadores/s colaboradores/as de diferentes universidades do Brasil e do exterior. Em 2016, o Fundo de Pesquisa Aplicada da Fundação Getúlio Vargas passou a oferecer bolsas para estudantes da Escola de Administração Pública e de Empresas e da região de M'Boi Mirim participarem das atividades desenvolvidas na Estação.

A plataforma se propõe a ser uma biblioteca aberta com artigos, relatórios, dissertações, documentos, mapas, apresentações e outras produções sobre a região de M'Boi Mirim feitos por organizações de base territorial, pesquisadores de universidades e estudantes de colégios e faculdades, entre outros.

O primeiro efeito esperado é ampliar a sinergia entre as pesquisas e pesquisadores de diversas áreas, bem como com a população. Essa sinergia somente é possível quando as informações produzidas estão acessíveis a todos e todas gratuitamente. Essa premissa nos remete à discussão sobre o movimento de acesso aberto à informação. No meio acadêmico há duas estratégias básicas de acesso aberto: uma denominada de *golden road* que encoraja a publicação de artigos científicos em revistas de acesso aberto. A outra estratégia é chamada de *Green Road*, pela qual autoras e autores fazem um auto arquivo dos textos em um repositório de acesso livre, (Costa; Leite, 2016). Além disso, há revistas fechadas que cobram uma taxa dos autores para que seus artigos se tornem de acesso aberto e há ainda as que permitem que a versão *pre-print* seja disponibilizada em acesso aberto.

Vale ressaltar que há uma tendência internacional de fomento ao acesso aberto. A Comissão Europeia em conjunto com organizações de pesquisa de 14 países, a maioria europeus, lançaram o Plano S, pelo qual todas as pesquisas que tenham sido financiadas por agências governamentais, ou seja, pelo dinheiro público, tenham seus resultados publicados em acesso aberto; o plano entrará em vigor em 2020. No Brasil, esse movimento começa a ganhar força e a Fapesp, em 21 de

março de 2019, implementou a “Política para Acesso Aberto às Publicações Resultantes de Auxílios e Bolsas Fapesp.”⁵ A política determina que todos os artigos oriundos de pesquisas financiadas pela Fundação terão que depositar uma cópia em um repositório de acesso público; nos casos em que a revista não seja de acesso aberto, é necessário obter autorização para disponibilizar os artigos em repositório aberto de acesso universal.

A Estação de Pesquisa Urbana M’Boi adota a estratégia de acesso aberto e pode ser considerada um repositório que focaliza informações e estudos produzidos sobre uma região específica. No repositório da estação é possível encontrar resultados de pesquisas consolidados e publicados em artigos de periódicos científicos, teses, dissertações, documentos de trabalho com resultados preliminares de pesquisas, apresentações em fóruns comunitários, congressos e outros. Há também uma seção denominada “M’Boi em números” que contém dados estatísticos, mapas, fotografias, leis, orçamentos, planos. Além disso, há uma aba sobre “Organizações e fóruns locais” com informações produzidas por organizações locais, como convites para participação em atividades comunitárias e *links* para organizações que atuam na região. Trata-se, portanto, da criação de uma “biblioteca local” e, à medida que o repositório passe a agregar as diversas pesquisas realizadas, ao longo do tempo, será útil para todas e todos interessados nas informações e conhecimentos produzidos sobre e pela região. Desse modo, consideramos que a estação tem potencial para ampliar a sinergia entre a população local e quem produz informações sobre a região.

O segundo efeito esperado é mais complexo, já que as pesquisas sobre a região que constam na plataforma nem sempre têm potencial de aplicabilidade no cotidiano da região. O empenho de reunir e disponibilizar o acesso a informações certamente é resposta a uma das queixas dos grupos e populações estudados pela academia no Brasil. Muitos de

5. Ver: <http://www.fapesp.br/12592>. Acesso em: 30 abr. 2019.

nós já ouvimos frases como: “quando os/as pesquisadores/as terminam os trabalhos, eles/as vão embora e nós, [pessoas do local] não temos acesso às informações”; queixa que reflete o sentimento da população de ter sido usada e descartada. Entretanto, de modo geral, somente reunir as informações não é uma resposta efetiva para as expectativas de que as pesquisas realizadas tenham efeitos no cotidiano da comunidade que colaborou com a pesquisa e acreditou que seus resultados poderiam propiciar transformações nas políticas públicas e/ou no comportamento dos profissionais que colocam tais políticas em prática.

Há também uma outra questão imbricada referente aos impeditivos de disseminação de informações derivadas de textos acadêmicos por meio de plataformas, como a que foi aqui descrita, tendo em vista que se trata de gêneros de discurso nem sempre acessíveis. A Estação iniciou um boletim mensal em setembro 2018, que visa ampliar o acesso e a circulação de informações. Essa pode ser uma possibilidade de tornar a plataforma mais amigável, por meio de algumas estratégias que envolveriam mais diretamente a participação de moradores e pessoas interessadas na região, por exemplo: na formatação dos conteúdos, opinando sobre informações que gostariam de ter acesso; sugerindo conteúdos mais sintéticos e focados em problemas vivenciados na região. Estratégias que poderiam propiciar a criação de correntes de interanimação dialógica, tensionando, assim, os sentidos de dialogia no contexto de plataformas de informação, dimensão que retomaremos mais adiante.

Borrando fronteiras, colocando informações em movimento: A Estação de Pesquisa Urbana M’Boi como espaço híbrido

Retomamos, aqui, a segunda dimensão da estação de pesquisa, que concerne o debate público com os diversos segmentos interessados no território-foco.

Nessa direção, pesquisadores/as participam em vários fóruns que

se reúnem no território para discussão de problemas específicos: Fórum em Defesa da Vida, Fórum de Pesquisadores, Fórum de Inclusão, Fórum Social Sul e vários outros. Daremos destaque a apenas dois, considerando, de um lado sua abrangência (Fórum em Defesa da Vida) e a vinculação estreita com a disseminação de informações de pesquisas realizadas no local (Fórum de Pesquisadores). É nesse enquadre que é possível assinalar que a estação de pesquisa, em seu sentido mais amplo, se aproxima da noção de fórum híbrido proposta por Callon *et al.* (2009) por indicar arenas de interação entre atores heterogêneos (leigos e especialistas) que serão configuradas por uma rede de alianças para debater os problemas que afetam a população no lugar. Corresponde a um processo dialógico de cooperação, mas não de consenso e não sem conflitos, a partir dos quais será possível identificar e formular o problema sobre o qual o processo de investigação será levado adiante. Portanto, uma negociação de saberes no qual o conhecimento do cientista não é o mais importante.

Um exemplo de fórum híbrido é o Fórum em Defesa da Vida (FDV), que teve início em 1986 como movimento de resistência à degradação das relações sociais na região, marcada por tão alto grau de violência que moradores e moradoras relatavam ser comum encontrar cadáveres em seus portões ao sair de casa pela manhã. Padre Jaime Crowe, importante liderança local, relata que a região do Jardim Ângela, em 1990, foi considerada a mais violenta do mundo. As reuniões mensais do FDV têm por foco as problemáticas que afetam a comunidade nas quais participam pessoas com inserções diversas, tais como moradores, lideranças comunitárias, profissionais dos serviços públicos, religiosos, representantes do poder legislativo e os pesquisadores – a composição varia conforme o tema na pauta de discussão (Crowe; Simões; Chaves; Tavanti, 2016). Nessas reuniões é possível identificar a emergência de fóruns híbridos por entendermos que se trata de um espaço coletivo comum de exploração e aprendizado. O que se observa nessas ocasiões é justamente a possibilidade de contrastar diferentes pontos de vista, de forma assimétrica e, com isso, construir conhecimento.

O que caracteriza um fórum híbrido é que, inicialmente, ele será constituído em espaços públicos, tendo como elemento aglutinador as incertezas (*ou zonas cinzentas*), as quais a ciência – ou as políticas públicas – ainda não conseguem contemplar completamente, como as questões urbanas na região de M’Boi Mirim. Cria-se então uma arena nas quais irão emergir as controvérsias, fator este fundamental para criar um território de disputa, onde as informações irão circular. Cada vez que se indica uma controvérsia, tornam-se visíveis outras entidades ou atores e, também, novos assuntos que entrarão em pauta para propor alternativas para a resolução dos conflitos. Portanto, seguir as controvérsias e seus desdobramentos é uma possibilidade de compreender como as realidades são performadas, por isso, um modo de conhecer e explorar o mundo (Callon *et al.*, 2009).

Segundo Callon *et al.* (2009), tal proposição nos permite reconhecer que muitas vezes os leigos, por exemplo os moradores, teriam a capacidade de desvendar e propor soluções para problemas que dificilmente seriam enxergados pelos/as pesquisadores/as. Isso devido a sua experiência cotidiana e aos vínculos estabelecidos na região que podem ser inacessíveis para especialistas.

Consideramos o FDV híbrido por ser um espaço aberto a diferentes formas de participação, nas quais as pessoas podem se reunir para tratar de questões que afetam o coletivo – no caso, moradores da região do M’Boi – e porque os/as participantes são heterogêneos, incluindo pesquisadores/as, moradores/as do bairro, funcionários/as públicos, políticos, etc. Ademais, o tema em questão pode ser abordado por distintos níveis de conhecimento e diversas disciplinas, desde a fala do morador que tem a experiência em viver em áreas de risco, como também o/a investigador/a que lida com mapas e indicadores sobre esta mesma região.

Integrantes da estação de pesquisa participam em pé de igualdade com os/as demais participantes e, quando o tema em discussão for de sua alçada, produzem informações sobre conectividade institucional, juventude, segurança cidadã, problemas habitacionais entre outros,

somando como vozes consonantes ou dissonantes às informações trazidas por outros participantes.

Outra experiência que reflete a emergência de um fórum híbrido é o Fórum de Pesquisadores, criado em 27 de fevereiro de 2015, com uma reunião mensal aberta que acontece normalmente na última sexta-feira de cada mês das 9h30 às 12h30. O objetivo é congregar pessoas envolvidas em estudos com foco nas múltiplas questões enfrentadas por moradores/as da região de M'Boi Mirim e distritos adjacentes. Por estudos entende-se: levantamentos feitos por agências públicas, organizações sociais e da sociedade civil; diagnósticos técnicos; projetos de pesquisa-ação; trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses; além de outras produções acadêmicas e de pesquisa aplicada em geral. O fórum visa fortalecer os laços entre pesquisadores e pesquisadoras ativas nessa região que, por sua vez, acaba por contribuir tanto para suas atuações em campo como para dar maior visibilidade às investigações em curso.

Assim como nas investigações realizadas por pesquisadores/as da estação M'Boi Mirim, observa-se que no decorrer dessas reuniões são estabelecidas conexões inusitadas e questões consideradas menos importantes podem vir à tona justamente por propiciar que outros *actantes*, –tais como lideranças comunitárias residentes na região, possam integrar o debate e, com isso, apontar temas de pesquisa que não eram vislumbradas pelos investigadores, causando impacto inclusive no destino do projeto.

Ademais, conforme apontam Callon et al (2009, p. 126), ao reconhecer as incertezas emergentes, este processo de pesquisa incorpora uma poderosa ferramenta de investigação: a pesquisa colaborativa que é a única modalidade a permitir a exploração plena de incertezas multidimensionais.

O grande desafio destes fóruns (FDV e Fórum de Pesquisadores) é justamente romper com a tradicional divisão entre leigos e especialistas, ao propor um espaço que aproxime os cidadãos dos seus repre-

sentantes institucionais, mas sobretudo, propõem uma relação de colaboração onde o leigo possa abandonar seus porta-vozes e participar de forma mais ativa do desenvolvimento sociotécnico.

Callon *et al.* (2009) argumentam que quando as incertezas são dominantes devido à complexidade do tema, tal como as questões que afetam a população na região de M'Boi Mirim, outros processos de consulta e mobilização precisam ser inventados, assim como outras medidas para tomada de decisões. Portanto, quanto maior a abertura para a diversidade de participantes e para o debate, maior será a possibilidade de se criar espaços dialógicos, onde o conhecimento sociotécnico será infinitamente enriquecido pelo saber local, cotidiano, ancorado na experiência.

Nos fóruns híbridos tudo é negociável e tudo deve ser submetido a provas, por isso, a estação de pesquisa, ao publicizar os resultados e relatórios de pesquisas, permitirá também que este conhecimento seja submetido ao debate público e, conseqüentemente, aberto a novas possibilidades (Callon, Lascoumes & Barthe, 2009).

Tensionando os sentidos de dialogia: Criando canais de interanimação dialógica

Peter Spink, ao participar de uma oficina sobre práticas de pesquisa em comunidades⁶, falou sobre o compromisso dos/as pesquisadores/as da Estação de Pesquisa Urbana M'Boi firmado com as diferentes comunidades e organizações locais no início das investigações. “Em primeiro lugar falamos que nós não vamos embora; em segundo lugar, que tudo que foi produzido aqui, ficará aqui e, por fim, que tudo o que já foi levado para o outro lado da ponte, vai voltar.” Esse compromisso indica que o que se está buscando é criar um processo continuado de

6. IV Encontro da Rede (Pós) Construcionista - “Entre nós: compartilhando desafios éticos, políticos, conceituais e metodológicos em nossas pesquisas”, realizado na PUC-SP em 3 e 4 de maio de 2018.

interanimação dialógica. Como aponta Mikhail Bakhtin (1979/2016, p. 26), “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados.” De modo óbvio, esse processo de comunicação é bastante complexo pois a escolha dos gêneros de discurso é feita por quem o enuncia e a partir de seus objetivos.

Por mais monológico que seja o enunciado (por exemplo, uma obra científica ou filosófica), por mais concentrado que esteja no seu objeto, não pode deixar de ser em certa medida uma resposta àquilo que já foi dito sobre dado objeto, sobre dada questão, ainda que essa responsividade não tenha adquirido uma nítida expressão externa. (p. 59)

Não se trata, assim, de inventar um novo modo de proceder em pesquisa pois, na vertente dialógica de Bakhtin, interanimação dialógica é parte do próprio processo de comunicação que inclui tanto quem produz o enunciado como quem com ele se defronta. Esse ouvinte pode ter mais, ou menos, familiaridade com o gênero discursivo utilizado (no caso por pesquisadores), e a tarefa de familiarização é, portanto, importante. Bakhtin propõe a existência de uma compreensão responsiva de efeito retardado; “cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido responde nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (p. 25), sendo este o caso de muitos dos gêneros da complexa comunicação cultural. Trata-se, pois, de trabalhar com a possibilidade de resposta.

A aceitação desse princípio orienta as pesquisas realizadas no contexto da Estação Urbana de Pesquisa M’boi Mirim, como também busca pautar sua construção e os possíveis usos. Desse modo, a postura ética-política que orienta essas pesquisas é a da colaboração entre diversos atores: membros da comunidade local, estudantes, pesquisadores/as e outros.

Por fim, entendemos que a plataforma virtual da Estação de Pesquisa Urbana M’Boi busca possibilitar a realização de pesquisas críticas que tenham como ponto de partida o envolvimento dos cidadãos em todo o processo, de modo dialógico. Trata-se de um esforço para reco-

nhecer a importância da participação efetiva das pessoas que estão diretamente ligadas ao fazer pesquisa, neste caso, moradores da região e demais pesquisadores, seja no processo de produção de informação, seja no debate público sobre as informações produzidas, ampliando assim os espaços de sociabilidade e de construção de conhecimentos.

Referências

- Bakhtin, M. **Os gêneros do discurso**. [1979]. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- Brigagão, J. I. M. “Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano.” **Athenea Digital**, v. 16, n. 2, p. 363-372, 2016.
- Burgos, F.; Alves, M. A.; Spink, P. **Introdução à estação de pesquisa urbana**. Mimeo, 2016.
- Callon, M.; Lascoumes, P.; Barthe, Y. **Acting in na uncertain world: an essay on technical democracy**. Cambridge, MA: MIT Press, 2009.
- Crowe, Pe. J. et al. **Fórum em defesa da vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da zona sul de São Paulo**. Disponível em: https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u60/09_forum_em_defesa_da_vida.pdf Acesso em 26. junho. 2018.
- Cordeiro, M. P. et al. “Como pensamos ética em pesquisa” In: Spink, M. J. et al. (org.) **A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 31-56.
- Costa, M. P.; Leite, F. C. L. “Open access in the world and Latin America: A review since the Budapest Open Access Initiative.” **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 33-46 2016.
- Mendes, J. M. **Sociologia do risco: Uma breve introdução e algumas lições**. Universidade de Coimbra, 2015.
- Spink, M. J. “A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica.” **Psico**, v. 31, n.1, p. 7-22, 2000.
- _____. **Viver em áreas de risco: Reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais**. São Paulo: Terceiro Nome/EDUC, 2018.
- Spink, M. J.; Spink, P. “Pesquisar o/no cotidiano na pesquisa social” **Quaestio: Revista De Estudos Em Educação**, v.19, n. 3, p. 591-605, 2017.



Ressonâncias freireanas e ecologistas

[Marcos Reigota]

O texto *A dimensão dialógica da produção de informação: A Estação de Pesquisa Urbana M'Boi como estudo de caso*, de autoria de Mary Jane Paris Spink, Jacqueline Brigagão, Camila Pereira e Vanda Nascimento chegou em momento muito oportuno e possibilita enfatizar a dialogia que nos provoca e estimula.

A dimensão dialógica (para recorrer inicialmente ao título do artigo e elaborada ao longo dele) que enfatizarei foi iniciada há mais de duas décadas e encontra, de forma geral, no Grupo de Pesquisa Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde, liderado por Mary Jane Paris Spink, um ponto de apoio teórico, político e afetivo imprescindível para o grupo Perspectiva Ecologista de Educação que coordeno no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Nesse sentido, gostaria de acrescentar a contribuição que esse texto traz (e alguns outros a ele relacionados) para a educação e particularmente para a educação ambiental.

A temática urbana, na perspectiva da psicologia ambiental, não é recente e pude me aproximar dela quando realizei o doutorado, mas dela fui me afastando ao adentrar pela psicologia social e esse movimento deu início ao percurso que nos aproximou.

A tese que defendi em 1990 foi pautada na teoria das representações sociais (por sugestão de Jean-Marie De Ketele) sobre meio am-

biente, observando a relação dessas representações com as práticas pedagógicas cotidianas de professores e professoras de ciências na cidade de São Paulo.

A discussão epistemológica com biólogos positivistas, pedagogos cognitivistas e psicólogos behavioristas na Universidade Católica de Louvain não foi nada fácil. Na época o meio ambiente urbano era entendido como tema da sociologia, da arquitetura, da demografia, da psicologia ambiental e de outras áreas do conhecimento, importantes claro, mas distantes do que eu buscava e alegava: a metrópole desprovida e ou carente de recursos naturais fundamentais para a vida digna considerada como uma questão ecológica.

Não se tratava portanto, para mim, de fazer uma pesquisa de doutorado enfatizando a necessidade de se preservar a natureza e os recursos naturais através da transmissão de conhecimentos científicos nas escolas como propunha a pequena produção científica internacional acessível naquele período, mas sim de discutir a ausência desses elementos (natureza, recursos naturais, participação política, educação escolar, etc...), como ausência de direitos fundamentais.

Por outro lado a inexperiência dos professores, com os quais tive que fazer créditos obrigatórios por exigência de minha primeira orientadora, sobre a “qualidade de vida” numa metrópole como São Paulo e suas lutas sociais cotidianas durante e após a ditadura civil-militar, por moradia, transporte, saúde, participação política, educação e democracia eram, não só desconhecidas como também negligenciadas e certamente não eram consideradas como temática ambiental dignas de uma tese em educação. Essa “dificuldade de diálogo” me levou a fazer inúmeros seminários optativos e foi através deles que me aproximei de Jean Ladrière, Philippe van Parijs, Ilya Prigogine e Isabelle Stengers. Participei, durante quatro anos dos seminários “Crítica ao Modelo Industrial de Desenvolvimento” com os dois primeiros. Nesse período Philippe van Parijs elaborava o seu livro “O que é uma sociedade Justa?” que seria uma das bases da “Cátedra Hoover de ética econômica e social” inaugurada em 1991.

Ilya Prigonine e Isabelle Stengers, professores da Universidade Livre de Bruxelas, tinham publicado alguns anos antes “A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência” que me causou um enorme impacto. Os quatro professores participavam intensamente de atividades públicas relacionadas com a ciência e a sua dimensão ética, incluindo nelas as questões ambientais e a justiça social, que eu procurava não perder por nada.

Alguns anos depois os estudos e propostas de renda mínima de Philippe van Parijs o aproximariam de Eduardo Suplicy, que receberia, em 2016, o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidade Católica de Louvain e Isabelle Stengers se tornaria uma das principais interlocutoras de Bruno Latour que por sua vez marcará o trabalho de Michell Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe autores do livro *Acting in a uncertain world: a essay on technical democracy*, que é uma referência importante para as autoras.

As perspectivas conservadora, disciplinar, cognitivista, behaviorista e positivista de entender e pesquisar sobre meio ambiente urbano também estavam presentes em diversos “departamentos de ultramar” (Paulo Arantes) espalhados pelo Brasil e é com muita satisfação que leio como o modelo tecnocrático, ou mesmo aparentemente participativo das políticas públicas, vem sendo desconstruído pelas opções e alternativas que remetem aos artigos “Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano” de Jacqueline Brigagão e “Introdução à Estação de Pesquisa Urbana” de Fernando Burgos, Mário Aquino Alves e Peter Spink e ao livro *A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas* organizado por Mary Jane Paris Spink, Jacqueline Brigagão, Vanda Nascimento e Mariana Cordeiro.

Retornando ao processo de elaboração de minha tese, gostaria de enfatizar que a considerava como uma contribuição à redemocratização do país, mas logo percebi que sobre isso era melhor guardar silêncio. Quem além (e no contexto dos exames orais) do professor Frédéric Debuyst, poderia se interessar pelo que os doutorandos do “terceiro mundo” pensavam e tinham a dizer? No contexto mais favo-

rável dos seminários optativos tive a coragem e a pretensão de tentar dialogar com Ivan Illich quando lhe perguntei como ele via o papel da educação para a construção e consolidação da democracia.

Ele respondeu dizendo que a questão era digna de uma ameiba! Pensei que não tivesse entendido e disse isso a ele, que repetiu de forma bem pausada: “Digna de uma ameiba.”

Melhor sorte tive ao apresentar minha tese num seminário na USP em junho de 1990, alguns meses depois de tê-la defendido. Nessa ocasião, ouvi do professor Milton Santos que se tratava de uma pesquisa que rompia paradigmas. Ele acrescentou dizendo que eu teria que me empenhar muito para que os argumentos que eu apresentara pudessem ser aceitos pela comunidade científica. Segundo Milton Santos, o princípio básico de ouvir as pessoas envolvidas em projetos (educacionais) relacionados com o meio ambiente não era comum. Em outras palavras, conhecer as representações sociais das pessoas e a partir delas propor e elaborar (com elas) processos políticos e pedagógicos rompia com a tecnocracia.

Explicitar alguns aspectos de uma trajetória dedicada aos estudos e atividades acadêmicas e políticas próximas do que as autoras abordam não é a principal ressonância. O que importa aqui é destacar o movimento que o texto apresenta (que nos torna cúmplices, parceiros e interlocutores) dos debates e embates ocorridos nos espaços acadêmicos, que têm como ponto de partida a dimensão social, ética, pedagógica, ecológica e política do que se produz nas universidades e o seu impacto direto em comunidades desprovidas de direitos básicos.

Uma outra ressonância que quero destacar é a recepção, na Universidade de Sorocaba, de outros dois trabalhos citados pelas autoras: “Pesquisar o/no cotidiano: reflexões sobre a noção de lugar, território e redes de associação”, de autoria de Mary Jane e Peter Spink, publicado em 2017 na *Quaestio: Revista de Estudos da Educação* e o livro *Viver em áreas de risco: Reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais* de Mary Jane P. Spink.

No primeiro semestre de 2018, líamos num seminário com doutorandos o artigo de autoria de Mary Jane Paris Spink e Peter Spink quando um dos doutorandos, professor de geografia e mestre em educação (que não havia lido o livro de Mary Jane), disse-nos que o artigo o fazia lembrar das músicas do grupo Racionais MCs.

Eu trazia comigo o livro, o abri na página 89 e li em voz alta: “Essa ponte que nos separa está presente também em outras produções culturais, como o já famoso rap do compositor Mano Brown, dos Racionais MCs, Da ponte prá cá”, que tem por refrão: “Não adianta querer, tem que ser, tem que pá / O mundo é diferente da ponte prá cá”

Até então eu não havia concluído a leitura de *Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais*, e, portanto, não havia chegado ao último parágrafo da última página, que é a base do segundo acontecimento que quero relatar: Ao concluir a minha participação na Semana de Psicologia da Universidade de Sorocaba em 16 de abril de 2019 não foi sem justificado orgulho que li para os colegas e estudantes ali presentes: “Finalmente, aprendi a experimentar outros modos de fazer pesquisa e escrever. Aprendi muito com autores da teoria autor-rede, embora não tenha seguido seus métodos, e aprendi muito com colegas que experimentam outras maneiras de escrita, como Marcos Reigota, Rosineide Cordeiro, Luciana Kind, Dolores Galindo e Peter Spink. Espero que agrade!”

Como sempre faço, ao concluir a leitura de um livro, anoto à lápis a data e nesse caso anotei “01.10.2018. Há 33 anos eu estava chegando a Louvain-la-Neuve”

A “dimensão dialógica” enfatizada no título e ao longo do texto tem um componente pedagógico incontornável para nós que tentamos ressignificar a pedagogia freireana no tempo presente. Porém essa dimensão tão cara às autoras e tão bem explicitada por elas encontra muitos desafios e nos indaga: Quais são os espaços da escuta e de fala dos que nasceram, vivem e lutam cotidianamente no bairro de M’Boi na cidade de São Paulo, nas escolas da região e para além de suas

fronteiras geográficas e sociais? Quais são os significados e impactos políticos, pedagógicos e ecológicos de aprendizados compartilhados nos e com os pesquisadores altamente qualificados, nos e com os religiosos com sólida formação e nas e com as lideranças comunitárias cujo aprendizado se deu, freireanamente, na vida e na luta cotidianas? Quais são os atravessamentos das recentes desqualificações de Paulo Freire e dos argumentos políticos e científicos relacionados com o meio ambiente vindos dos Aparelhos Ideológicos do Estado e reproduzidos nas redes sociais, grupos religiosos e partidos políticos e na atuação dos atores envolvidos na Estação de Pesquisa Urbana M’Boi? Como que novos “actantes” e relações sociais, afetivas e políticas originadas da desqualificação e indiferença aos argumentos e evidências científicas, adentraram os diferentes ambientes localizados do lado de cá e do lado de lá da ponte? Como que esses “actantes” que estimulam, solidificam e legitimam o que no meu grupo de pesquisa estamos considerando e tentando definir como “processos de produção de ausência de sentidos” aniquilam os avanços sociais, políticos, culturais e ecológicos conquistados e fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e de direitos? Como que o esfacelamento dos históricos movimentos sociais intimamente relacionados com a construção da cidadania e de uma sociedade de direitos (incluindo o movimento ecologista) originaram outras formas de se fazer política e de atuação pública frente aos complexos desafios contemporâneos?

Nos seminários obrigatórios para os doutorandos, pelos quais sou responsável nesse primeiro semestre de 2019, o tema central é “a construção do pensamento pedagógico brasileiro”, e neles a questão que tem se tornado uma constante é: “O que pode um texto?”. Essa questão tem surgido semanalmente devido ao impacto que provocam os textos de autoria dos meus colegas do PPGE da Uniso, lidos e discutidos com a presença deles e delas.

Na proposta política e pedagógica de enfatizar a nossa produção teórica e trajetória acadêmica temos focado os processos de pesquisa e de redação dos artigos, as parcerias e coautorias, as dificul-

dades para publicá-los, as revistas que os acolheram e a qualificação das mesmas junto à Capes, os eventuais financiamentos e outros aspectos que caracterizam a pertinência, a validade e a “qualidade” da produção científica. Mas o mais importante tem sido explicitar a urgente “dimensão dialógica” de e nas nossas atividades sociais, acadêmicas e pedagógicas cotidianas e, conseqüentemente, no processo de construção de espaços de conversas, portanto políticos e pedagógicos, com o “impulso” de se poder ouvir a voz do seu autor ou autora e com eles e elas, dialogar.

Dessa forma nos distanciamos de qualquer pretensão hermenêutica e/ou de análise de discurso e enfatizamos as possibilidades que os textos oferecem e provocam na nossa memória individual e coletiva sobre nossas trajetórias, nas ousadias e riscos assumidos e embates (in)esperados, nos autores e conceitos que utilizamos e principalmente na reflexão do que significa ser professor e tornar-se doutor ou doutora em educação diante dos desafios do tempo presente.

Assim, a dimensão política da escrita e de sua discussão em quaisquer contextos de aprendizado, de troca de conhecimento e de dialogia se torna evidente, e é nesse processo que a questão “o que pode um texto?” se apresenta, para além de qualquer funcionalidade ou peso qualitativo estipulado por normas avaliativas de produção acadêmica. Foi nesse mesmo movimento que o artigo de minhas amigas e interlocutoras foi lido e pensado e espero que ressoe ainda mais em quem o ler e até aqui chegou.

São Paulo, 16 de maio de 2019

(um dia após a Greve Geral Nacional da Educação)

CENA 8

Espaços de diálogos

[Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro]

Era um grupo de mulheres na faixa etária de 50 a 78 anos, vinculadas à Igreja Católica do bairro onde moravam. Reuniam-se quinzenalmente, por incentivo da assistente social do posto de saúde, que a princípio propôs a elas conversarem sobre educação em saúde. Durante dois anos, participei desse grupo como professora de Psicologia Social da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), depois de ter terminado o mestrado e na condição de substituta. Ainda estava afetada pelos relatos das mulheres que haviam sido submetidas à revascularização do coração e que fizeram parte da minha pesquisa.

Entre elas, uma mulher de 52 anos, lavadeira, primeiro grau incompleto, operada do coração aos 46: “Me casei com 19 anos e quando minha filha tinha cinco, eu comecei a trabalhar pra pagar aluguel e tudo o mais. O que meu marido queria era me ‘dá’ cacete, e cacete eu não ia aguentar. Foi bom ter me separado. Ele era muito ruim. Dizia que ia acabar comigo. Então, eu mesma me separei dele e nunca mais voltei. A bem dizer, só voltei quando ele estava para morrer em cima de uma cama. Com a separação, me senti mais livre, se era para morrer na mão dele, preferi me separar”

Foram os diversos relatos nesse sentido que me levaram a considerar a relevância de se promover espaços de diálogo nos locais onde elas viviam; e assim o fiz. Conto a seguir, um desses encontros com o grupo ao qual me referi logo no início.

Era o dia 05 de agosto de 1998, quando aconteceu aquela reunião, numa sala da Igreja, pois a casa paroquial, onde costumávamos nos encontrar, passava por uma reforma. Estavam presentes umas dez mulheres, que começaram discutindo sobre o velório de um senhor que havia morrido naquele dia. O mote principal da conversa era o fato do velório do morto ser na casa do “sócio”. Essa era a grande polêmica, pois algumas concordavam e outras não. Sem entender nada, pedimos (a assistente social e eu) para que nos esclarecessem sobre o que estava acontecendo ali. Explicaram que o defunto estava separado da mulher há dez anos e que ela vivia com outro. O problema girava sobre a decisão dela em levar o ex-marido para ser velado na casa do “sócio” (atual marido). Uma delas defendia a decisão, dizendo que ele estava morto mesmo e não estaria vendo, nem se incomodando. Outra concordava, dizendo que, na verdade, quem havia construído a casa onde a mulher morava tinha sido o ex-marido, o morto, por isso ele também era dono da casa.

A voz opositora da situação retrucava que agora isso tinha virado moda, contando ter visto o próprio pai, outro dia, conversando com o “sócio”. Explicou que seu pai vivia com outra mulher, que já tinha sido casada e, no caso, o “sócio” seria o ex-marido de sua atual esposa. Ela disse que ficou revoltada e perguntou ao pai, como era que ele falava com o “sócio” e ele respondeu que falava, por que o outro falava com ele.

A polêmica continuava intensa, até meu comentário de que da maneira como elas estavam relatando o caso, a mulher acabava sendo considerada como uma propriedade. Após a minha fala, uma delas começou a contar que, durante 30 anos, a sua vida foi como a de uma escrava. Depois que o marido morreu, ela foi alforriada. Agora é que sabe o que é vida. O marido era mulherengo, não tinha mulher que chegasse. Ela não podia sair do lado de fora da porta. Nem com a família dela e nem com a mãe dele, ela podia conversar. “E, quando passava com a bacia de roupa, ia com um pano no rosto para não olhar para os lados”, fala uma das mulheres presentes, confirmando o relato da

amiga. Teve 12 filhos. Diz que vivia assim porque gostava muito dele, mas não sabia se ele gostava dela do mesmo jeito. Só depois que ele morreu, pôde se divertir, viajar, brincar. Perguntaram por que ele era desse jeito com ela. Respondeu que talvez ele pensasse que ela ia fazer o mesmo que ele, por aí. Não achava que isso queria dizer que ele gostava dela.

No final do grupo, sentiram-se à vontade para compartilhar opiniões sobre sexualidade, como com que tipo de homem era melhor transar. O assunto resultou num burburinho, em que todas falavam ao mesmo tempo, algumas dizendo que as outras as estavam pervertendo.

As atividades foram se desenvolvendo em encontros quinzenais, com passeios, comemorações de aniversários, reuniões com outros grupos de mulheres, até que foram nomeadas como um grupo de terceira idade, inclusive sendo cadastradas, naquela época, no Programa de Atenção ao Idoso (Proasi), da Secretaria Municipal de Saúde de Maceió.

Os efeitos produzidos na vida delas foram impressionantes, tanto de ordem física, como emocional. Passaram a valorizar a saúde, a alegria e a vida. A hipertensão, que era a queixa mais acentuada do grupo, se manteve controlada sem o uso de medicamentos, com poucas exceções. Deixaram de ser chamadas como o “grupo de velhas” daquela comunidade, para ser o “grupo da terceira idade”, inclusive com camiseta de identificação. Isso proporcionou uma revitalização e uma nova perspectiva em suas vidas, fazendo-as buscar alternativas para realizar o maior desejo delas, que era passear; porque trabalho, diziam, já tinham feito muito na vida.

Essas e outras histórias foram registradas num caderno, como diários que fiz naquela época, sobre as atividades com essas mulheres. Encontrei-o há poucos dias, enquanto realizava uma busca arqueológica nas papeladas guardadas para produzir o meu memorial acadêmico. Porém, são histórias que ficarão de fora dele, que se inicia num período posterior, por que não tenho nenhuma comprovação de que participei desse trabalho, além dos diários. Mas uma parte fica aqui

registrada, como aquelas experiências que nos fazem aprender muito mais do que ensinar.

Os espaços de diálogo continuaram e continuam a ser produzidos na minha trajetória acadêmica, nos mais diversos cenários, quer sejam nas atividades voltadas para a comunidade, quer sejam nas pesquisas, e, principalmente, com estudantes no nosso cotidiano universitário.

A necessidade desses espaços é incomensurável e a sua potencialidade também.

ATO 8

Documentos de domínio público na produção de modos de subjetivação

[Juliana Vieira Sampaio]
[Benedito Medrado]

*“Seu moço o documento
Que eu tenho pra mostrá
São essas mão calejada
E a vontade de trabaiá”
(Luiz Gonzaga – Documento de Matuto)*

Neste capítulo, discutiremos os percursos metodológicos de uma pesquisa sobre os agenciamentos produzidos por hormônios na conformação de modos de subjetivação contemporâneos, a partir de vídeos disponibilizados no *Youtube* por uma indústria farmacêutica. Destacamos, com isso, a importância da análise de documentos de domínio público para os estudos no campo da Psicologia.

A análise de documentos de domínio público é uma importante estratégia metodológica em pesquisas que buscam trabalhar problemas sociais que se configuram em redes complexas, simbólicas e materiais, de produção de saber-poder. Compreendemos os documentos de domínio público como práticas discursivas que fazem circular saberes e contribuem na institucionalização de regimes de verdade, jogos de poder e modos de subjetivação. Essa definição tem por base as proposições de Peter Spink sobre documentos de domínio público em Psicologia Social e dialoga com leituras sobre saber-poder e modos de subjetivação de Michel Foucault.

Nossas leituras enfatizam que vídeos disponibilizados na Internet são materiais midiáticos que fazem circular discursos notadamente

nomeados como científicos, mas que deixaram de lado a linguagem técnica, objetiva e neutra, defendida pela ciência, para se aproximar das pessoas não iniciadas em determinado campo científico. A utilização do discurso científico não só legitima a eficácia de determinados produtos farmacêuticos, como também contribuem em processos de produção de verdades e modos de subjetivação.

A análise de vídeos implica na atenção do pesquisador não somente ao conteúdo dos discursos veiculados, como também a quem são endereçados tais materiais, quem participa dos vídeos, qual o cenário, o encadeamento dos argumentos etc. As aproximações com o material “publicitário” analisado, identificamos que a empresa apresenta diversos discursos em nome da ciência, utilizando o modelo midiático de comunicação, mas tendo como efeito o estatuto da verdade, e consequentemente confiabilidade.

Compreendemos que os documentos de domínio público que circulam na mídia incitam prescrevem condutas e produtos, produzindo modos de viver, contribuindo para que a audiência conduza a si mesma. Nesse sentido, atualmente, a mídia e a ciência são agentes de subjetivação.

Documentos, saber, poder e subjetivação

“Documentos de domínio público”, expressão cunhada por Peter Spink (2004), faz referência, em linhas gerais, à aquilo que definiríamos como práticas discursivas que promovem circulação de saberes e, portanto, podem nos auxiliar tanto em análises sobre efeitos de verdade, como também na explicitação de controvérsias, agências e resistências. Argumentamos que esse material analítico faz circular uma diversidade de práticas, que produzem, portanto, diferentes modos de subjetivação.

Os documentos de domínio público fazem alusão à diferentes materialidades, como jornais, revistas, políticas públicas, leis, artigos

científicos, filmes, fotografias etc. No caso de desta pesquisa, refere-se aos vídeos produzidos pela indústria farmacêutica Bayer que estão disponíveis na Internet, especificamente em seus canais no *Youtube*.

Destacamos que a escolha de determinados documentos proporciona a produção de diferentes pesquisas, no sentido de que, se optássemos por analisar panfletos distribuídos pela indústria farmacêutica para os profissionais da saúde teríamos estilo, formato, conteúdo, linguagem etc. bem diferentes daquele que encontramos nos vídeos disponibilizados na Internet, que possibilitaram a aproximação com os saberes que o público leigo pode acessar facilmente.

A análise de documentos de domínio público considera o embate entre práticas cristalizadas e resistências como constituintes dos processos de negociação de informações e fundamentais para entendermos os diferentes modos de viver em nossa sociedade. Concordamos com Mélo quando enfatiza o público como espaço de veiculação e atualização de universais.

As fontes documentais foram incorporadas ao próprio cotidiano da cultura letrada e são instrumentos que divulgam e debatem esse cotidiano e até buscam a sua normalização. Assim, a pesquisa que toma como base de análise fontes documentais faz com que saiam da sombra, deixem de ocupar o lugar de “fontes secundárias”. Os documentos fazem parte da política, entendida, sob inspiração de Foucault, como “estética da existência”: a busca de dar um sentido às existências individuais, rechaçando uma política instrumental, que pretenda fazer vigorar o espaço público como veiculador e atualizador de ideias universais. (Mélo, 2006, p. 60)

Dessa forma, os documentos são ao mesmo tempo produtos e produtores de práticas sociais. E tal característica faz com que eles sejam importantes instrumentos de governo, atuem no gerenciamento dos corpos. Essa particularidade dos documentos permite que sejam analisados não só os saberes e as relações de poder como também a produção de modos de subjetivação.

Compreendemos que os documentos possuem agência, isto é, pro-

duzem efeitos a partir das relações que estabelecem em rede (Latour, 2001; 2009). Desse modo, os documentos de domínio público são compreendidos como atuantes, pois eles agenciam diferentes práticas.

Peter Spink (2004) argumenta que nos tornamos objetos de registro na nossa sociedade, tanto em um nível social, como individual. Somos incitados a documentar o nosso cotidiano, seja em diários, fotografias, redes sociais, vídeos, biografias, exames, entre outros materiais. As instituições também documentam suas atividades, desde dados estatísticos, até informações pessoais dos seus funcionários (Spink *et al.*, 2014). Tais produções não acontecem com a finalidade de se tornarem material de análise para futuras pesquisas, mas isso não impede o seu uso para tal intento.

Cada documento é um retalho que pertence a um tecido social mais amplo e que fornece informações sobre determinado período. “Ao ler, por exemplo, a Constituição Federal se reconhece nela a presença dos desafios dos movimentos políticos e sociais, atores independentes, grupos de influência e de pressão que marcaram a década de 1980” (Spink *et al.*, 2014, p. 217).

Os documentos de domínio público permitem, dessa forma, termos contato com práticas de diferentes períodos da vida humana, seja em suas permanências ou transformações.

O grande problema com arquivos é que eles nunca estão organizados para responder a pergunta que queremos fazer, especialmente as perguntas que vocês, investigadores, mais tarde querem elaborar. Ao contrário, são organizados de acordo com os usos que os depositários querem fazer deles (...). É um trabalho de detetive, vocês vão ter que indagar aonde podem estar as informações úteis para seu estudo. (Spink, 2004, p. 132)

Os documentos são importantes fontes de pesquisa, pois divulgam novos tipos de tecnologias e a partir deles é possível acompanhar o histórico da forma como determinado tema se desenvolve e tem sido abordado. Ao compreendermos os documentos como importantes elementos para o governo da vida, percebemos que eles são regulado-

res de práticas por excelência, interditando e permitindo diferentes procedimentos e condutas. Além disso, esse material também pode ser produzido de forma regular e em série, sendo “um excelente caminho para a compreensão da gradativa emergência, consolidação e reformulações dos saberes e fazeres” (Spink, 2004, p. 146).

Interessa ao analisar os documentos de domínio público como determinado saber surge e a partir de quais condições de possibilidades, que lhe são exteriores e ao mesmo tempo imanentes a eles, este se desenvolve. Compreende-se que os saberes não são simplesmente produtos do poder, mas é um elemento estratégico que compõe determinado dispositivo. Não se busca, porém, avaliar se um certo saber é verdadeiro e qual a sua fundamentação, mas como e porque justamente esse e não outro saber surge em um dado período e quais os seus efeitos (Foucault, 2009a).

Os saberes ao serem legitimados passam a fixar normas e teorias, ganhando forma a partir de técnicas, instituições, pedagogias e comportamentos. Não há, porém, estabilidade na produção de saberes, eles não são fixos e estáveis, estão sempre em transformação, que pode ocorrer tanto devido às mudanças exteriores (relações sociais, instituições política etc.), quanto, a partir deles (determinação dos objetos, ajustamento dos conceitos, acúmulo de informações) (Foucault, 2008). As mudanças do discurso acontecem por meio da vontade de saber, que é anônima e polimorfa, e não devido a um sujeito do conhecimento, que seria a sua origem.

Poder e saber estão diretamente implicados, não havendo relações de poder, sem a constituição de um campo de saber correlato, como também não há saber sem a constituição de relações de poder. Interessa, dessa forma, como determinadas práticas de saber e poder produzem efeitos e se materializam, sejam em documentos, instituições, técnica de governo, fotografias, livros, políticas, equipamentos de laboratório ou mesmo na forma como nos subjetivamos.

Os processos e os modos de subjetivação¹, nesse caso, são apenas

1. Destacamos que os modos de subjetivação dizem respeito à forma predominante da

mais um dos efeitos do saber-poder. Como podemos perceber, Foucault compreende que as estratégias de relações de forças não são constituídas apenas de práticas de saber, mas também de práticas de poder (Castro, 2009). É nessa relação entre os saberes instituídos como verdade e efeitos de poder que se torna possível a produção de determinados modos de subjetivação a partir de vídeos produzidos pela Bayer, por exemplo. Porém, tais conteúdos que podem conformar modos de subjetivação são não só reguladores de práticas, mas também sofrem regulações. É a partir de tal postulado que apresentamos brevemente como os materiais disponibilizados pela Bayer são regulados.

Regulações e “propagandas” de medicamentos

“Se é Bayer, é bom” é um desses slogans publicitários de grande repercussão, que tem sido propagado desde 1922, e é uma espécie de “cartão de visitas” da indústria farmacêutica Bayer, fundada em 1863. Os hormônios são produtos comercializados pela Bayer, porém diferentes de outros fármacos, como a Aspirina, precisa de prescrição médica para serem administrados. Em consequência disso, tais drogas não podem ter suas propagandas veiculadas em meios de comunicação que sejam acessíveis para leigos, sendo sua divulgação restrita aos médicos.

Essa forma de divulgação de informações sobre os fármacos no Brasil é regulada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), criada em 26 de janeiro de 1999 pela Lei nº 9.782. Segundo o site da entidade, seu objetivo é “definir a política nacional de vigilância sanitária; normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde” (Anvisa, 2016). Dentre outras atividades, a Anvisa deve “controlar, fiscalizar e acompanhar, sob o prisma da legislação sanitária, a

relação com diferentes forças, saberes, poderes e técnicas de si, ao passo que o processo de subjetivação é a maneira particular como cada um estabelece essa relação em sua vida (Nardi, 2006).

propaganda e publicidade de produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária” (2016).

A principal legislação atualmente vigente para a regulação de propaganda de medicamentos no Brasil foi publicada pela Anvisa em 17 de dezembro de 2008, Resolução de Diretoria Colegiada – RDC N° 96, que trata sobre a normatização de “propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação ou promoção comercial de medicamentos.” A RDC N° 96 tem passado por ajustes desde a sua publicação com instruções normativas e acréscimos em seus artigos.

Atualmente, de acordo com o risco que o fármaco oferece aos pacientes é estabelecida a sua regulação de venda, com isso, a propaganda e embalagem também se modificam. Passaram, assim, a ser criados diferentes grupos que classificam as medicações. Uma forma simples de observar tais regulações são as tarjas inscritas nas embalagens dos medicamentos.

De acordo com a regulação da Anvisa, a compra de hormônios só pode ser feita com a apresentação da receita médica, pois possuem tarja vermelha. Porém, os “hormônios femininos” estão no grupo de tarja vermelha que não tem a receita retida, desta forma, eles são facilmente comprados em farmácias sem a apresentação da receita. Os “hormônios masculinos” também apresentam tarja vermelha, porém se encontram no segundo grupo, no qual a receita fica retida, com isto, a venda destes produtos é mais controlada e de acesso mais limitado.

Quando, em 2012, a Anvisa anunciou a lista de medicamentos que seriam enquadrados na categoria “Tarja Vermelha” houve mobilização do movimento feminista² e de profissionais da saúde para a retirada dos anticoncepcionais desta lista. Esses grupos alegavam que o SUS não estaria preparado para atender tal demanda, já que 30 milhões de mulheres seriam usuárias da pílula no Brasil e que a grande maio-

2. Foi realizada uma petição solicitando a retirada dos anticoncepcionais da lista de fármacos que precisam de receita médica (<https://www.change.org/p/ger%C3%AAncia-geral-de-medicamentos-da-Anvisa-inclua-anticoncepcionais-na-lista-de-medicamentos-isentos-de-prescri%C3%A7%C3%A3o#>)

ria não tem condições financeiras para realizar consultas particulares. Sob o risco de aumento de gravidezes indesejadas os anticoncepcionais continuam sendo tarja vermelha, porém sem a retenção de receita o que pode implicar na prática da automedicação.³

Como comentamos anteriormente, não só a venda, mas também as propagandas dos hormônios são controladas, havendo regras e restrições. Apesar disso, a indústria farmacêutica tem utilizado diferentes estratégias para aumentar a aproximação com o seu público alvo e publicizar os seus produtos. Apesar da restrição imposta pela Anvisa, sobre as propagandas de medicamentos que necessitam de prescrição médica, a Bayer tenta acessar o seu público consumidor via meios de comunicação.

Por exemplo, de acordo com a legislação em vigor:

apenas os medicamentos de venda isenta de prescrição médica (aqueles que não apresentam tarjas em seu rótulo) podem ser veiculados nos meios de comunicação de massa (rádio, TV, jornal, revista, internet, entre outros). Já os medicamentos de venda sob prescrição médica (que apresentam tarja vermelha ou preta na embalagem) somente podem ser anunciados para os profissionais médicos, dentistas e farmacêuticos, por meio de publicações especializadas. (Anvisa, 2010, p. 96)

Dessa forma, a divulgação de vários medicamentos fica restrita aos médicos, que passam a receber representantes das indústrias farmacêuticas em seus consultórios para se atualizar sobre as últimas novidades do mercado. Torna-se necessário também definirmos o que a Anvisa descreve como propaganda:

Conjunto de técnicas e atividades de informação e persuasão com o objetivo de divulgar conhecimentos, tornar mais conhecido e/ou prestigiado determinado produto ou marca, visando exercer influên-

3. A Anvisa, em agosto de 2016, divulgou o alerta de que as mulheres devem procurar os médicos antes de administrar os hormônios e realizar exames periódicos para prevenir o risco de trombose venosa (http://portal.Anvisa.gov.br/noticias/-/asset_publisher/FXr-px9qY7FbU/content/anticoncepcional-so-com-prescricao-medica/219201).

cia sobre o público por meio de ações que objetivem promover e/ou induzir à prescrição, dispensação, aquisição e utilização de medicamento. (Anvisa, 2008, p. 3)

Os vídeos disponibilizados pela Bayer em seus canais do *Youtube* apresentam várias propagandas que também são veiculadas em outros meios de comunicação, como a televisão, mas o material relacionado aos hormônios não se encaixa em tal definição, pois em nenhum momento os produtos ou a marca são mencionados nestes vídeos.

A Anvisa também fala sobre propagandas indiretas, que são consideradas ilegais pelo órgão. Segundo o artigo 4º “Não é permitida a propaganda ou publicidade enganosa, abusiva e/ou indireta” (Anvisa, 2008, p. 19). A propaganda indireta é definida como “aquela que, sem mencionar o nome dos produtos, utiliza marcas, símbolos, designações e/ou indicações capaz de identificá-los e/ou *que cita a existência de algum tipo de tratamento para uma condição específica de saúde*” (Anvisa, 2008, p. 4).

O trecho da regulamentação destacado acima poderia, a princípio, abrir margens para entendermos os vídeos sobre hormônios da Bayer como propaganda indireta, pois, apesar de não identificarem nomes, marcas e símbolos, são discutidos os tratamentos específicos para condições particulares de saúde, como a menopausa e o uso da reposição hormonal para o tratamento dos sintomas.

Nessa mesma regulação a Anvisa ainda pontua sobre a propaganda indireta que:

Parágrafo único – Fica vedado utilizar técnicas de comunicação que permitam a veiculação de imagem e/ou menção de qualquer substância ativa ou marca de medicamentos, de forma não declaradamente publicitária, de maneira direta ou indireta, em espaços editoriais na televisão; contexto cênico de telenovelas; espetáculos teatrais; filmes; mensagens ou programas radiofônicos; entre outros tipos de mídia eletrônica ou impressa. (Anvisa, 2008, p. 4)

Por outro lado, a Anvisa (2008) apresenta outra forma das indús-

trias farmacêuticas acessarem o público leigo sem descumprir tais regulamentações, a partir de Campanhas Sociais. Esse detalhe aparece apenas no seguinte artigo em sua normativa:

Art. 44 A divulgação de campanha social deve ter como único objetivo informar ações de responsabilidade social da empresa, não podendo haver menção a nomes de medicamentos, nem publicidade destes produtos, da mesma forma que nenhuma propaganda ou publicidade de medicamentos pode se referir às ações de campanhas sociais da empresa. (Anvisa, 2008, 14)

Os vídeos que falam sobre hormônios apresentam sempre um profissional da saúde falando sobre uma condição médica específica em caráter informativo e não fazem qualquer menção aos produtos da Bayer, apesar de estarem vinculados ao canal do *Youtube* da empresa. A Bayer poderia alegar que os vídeos têm o caráter de Campanha Social, pois buscam informar a população leiga sobre determinadas condições de saúde.

Discutimos neste tópico o processo de regulação aos quais os documentos estão submetidos. Apresentamos as normas da Anvisa e as possíveis brechas que as indústrias farmacêuticas podem utilizar para se aproximar do público consumidor. No próximo ponto justificaremos como dentre a diversidade de materiais produzidos pelas indústrias farmacêuticas sobre hormônios escolhemos a Bayer e mais especificamente os seus vídeos disponibilizados no *Youtube* como material de análise.

Vídeos do *Youtube* como documentos de domínio público

A indústria farmacêutica Bayer foi escolhida dentre uma diversidade de companhias deste seguimento, pois além de ter 26 (vinte e seis) medicamentos voltados para os “hormônios sexuais”, sendo 2 (dois) destes específicos para a regulação da testosterona, esta empresa também possui uma ampla rede de informações on-line. Quando

percebemos a restrição no acesso as propagandas dos hormônios veiculadas nos consultórios médicos, buscamos mapear por quais meios as indústrias farmacêuticas atingiam o seu público consumidor mesmo com as normas instituídas pela Anvisa.

O grupo Bayer se mostrou bastante produtivo, logo no início do nosso mapeamento, pois já no seu site principal, voltado para o público brasileiro, aparece no cabeçalho superior o ícone mídia que apresenta os seguintes subitens: notícias, comunicados, sala de imprensa, websites Bayer, Apps Bayer, contatos para imprensa e publicações.

Além disso, na parte inferior do site são apresentados os ícones de vários sites da empresa que são voltados para diferentes públicos. Percebemos, então, que na nossa “sociedade midiaticizada”⁴ as empresas têm buscado cada vez mais estreitar os laços com o público, principalmente por meio de canais on-line. A mídia tem um lugar privilegiado não só na veiculação de informações, mas na produção de informações, discursos, valores, modelos de conduta e, conseqüentemente, modos de subjetivação.

O conteúdo midiático produzido pela Bayer se diferencia de outros documentos, como os de uso interno da empresa, tais como relatórios de venda, cartas de demissão e admissão de funcionários etc., pois a sua produção é voltada para a ampla circulação e em escala massiva. Entendemos a mídia como uma produção que possibilita “compor estímulos visuais e auditivos, por meio de suas inúmeras variações (texto, música, brilhos, cores etc.), possuem uma riqueza discursiva cuja análise, embora difícil, pode fornecer indicadores importantes para a apreensão de repertórios que circulam” (Medrado, 1997, p. 19).

Dentre uma diversidade de mídias, jornais, televisão, rádio, revistas, a Internet tem ganhado cada vez mais espaço. Hoje, mais de 50% da população brasileira tem acesso à Internet, seja por meio de com-

4. Na sociedade midiaticizada a mídia “é definida como uma nova matriz que se funda em novas racionalidades com as quais realiza estratégias de produção de sentidos” (Fausto Neto, 2006, p. 8)

putadores ou aparelhos celulares (Cetic, 2015). Além disso, a Internet é parte fundamental deste processo complexo de construção de corpos, modos de pensar, de conhecer o mundo, de se relacionar consigo e com os outros, por meio de estratégias pedagógicas e de instituição de verdades (Ribeiro & Rohden, 2009).

A Internet não só veicula informações, reproduzindo discursos, mas também compõe, reforça, multiplica, desloca, transforma saberes que podem ser hegemônicos ou não. Essa mídia é diferente de outras como a televisão e o jornal, pois permite que os seus usuários deixem de ser mero expectadores, apesar de haver um controle do que será ou não disponibilizado para cada sujeito de acordo com suas práticas anteriores.⁵

As pessoas na Internet interagem, trocam informações, concordam, discordam, curtem, compartilham, comentam, sendo um campo dinâmico de formações discursivas diferentes. Esses saberes produzidos pela mídia têm efeitos de poder que operam, no nosso cotidiano, processos de subjetivação (Fischer, 1996). Porém, a internet não é um campo irrestrito ou mundo paralelo com leis próprias, ele obedece as mesmas normas sociais, apesar da falsa sensação de anonimato e liberdade sem limites.

As condições de possibilidades proporcionadas com o advento da internet podem inclusive nos ajudar a revisar, em parte, a proposição de Guattari e Rolnik quando eles afirmam que:

As relações de comunicação implicam atividades finalizadas (mesmo que seja apenas a “correta” operação dos elementos significantes e induzem efeitos de poder pelo fato de modificarem o campo de Informação dos parceiros. A imprensa, enquanto produtora de cultura de massa, alimenta-se de fluxos de singularidade para produzir, dia a dia, individualidades serializadas. Democraticamente, ela amassa os processos de vida social, em sua riqueza e diferenciação e, com isso produz,

5. Por exemplo, de acordo com o histórico dos usuários o *Facebook* direciona determinadas propagandas: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151014_facebook_salasocial_informacoes_cc.

a cada fornada, indivíduos iguais e processos empobrecidos.
(Guattari & Rolnik, 1996, p. 39)

A mídia pode contribuir na produção de indivíduos iguais, seriados e empobrecidos, mas ela tem um outro aspecto produtivo, que é justamente a construção de linhas de fuga. A Internet pode ser um espaço que faz circular resistência, pois, “as relações de poder suscitam necessariamente, reclamam a cada instante, abrem a possibilidade de uma resistência” (Foucault, 2009a, p. 407). Mesmo quando a Bayer apresenta o seu conteúdo nas plataformas online que podem reiterar normas, ela também abre espaço para que pessoas com opiniões diferentes comentem e discordem. “Onde há poder, há resistência” (Foucault, 2009b, p. 105).

A Internet também explora apelos lúdicos, utilizando-se de recursos de animação, sons e imagens repetidamente a fim de atrair o público, algo bastante explorado pela Bayer. Ao mapearmos a empresa, percebemos que ela se ramificou em diversas plataformas on-line. A extensão do esforço da Bayer em estabelecer um contato mais próximo com seu público pode ser parcialmente dimensionado com as plataformas atualmente vinculadas à Bayer no Brasil.

Destacamos que tais plataformas da Bayer na Internet podem ser um elemento inclusão, na medida em que muitos conteúdos antes indisponíveis para grande parte da população passam a ser divulgados em linguagem simples. Por exemplo, a Bayer tem um site chamado Esclarecimento Múltiplo com informações importantes e simples sobre a Esclerose Múltipla, para o público leigo.

Por outro lado, a forma como a Bayer divulga seu conteúdo apresenta exclusões ao optar por imagens que não exploram diversidades no campo da geração, gênero, raça, classe e orientação sexual, na medida em que pessoas não-jovens, não-brancas, não-heterossexuais, são ocultadas ou pouco aparecem estampando os seus conteúdos midiáticos. Podemos observar nas imagens a reprodução de certo modelo hegemônico, que privilegia pessoas brancas, jovens, supostamente hetero e cis gênero e de maior poder aquisitivo. Falamos de exclusão

de classe social, na medida em que sabemos que a população negra brasileira é empobrecida (IBGE, 2014).⁶ Além disso, as fotos que remetem a casais são todos heterossexuais, sendo estes formados apenas por homens e mulheres. Percebemos, dessa forma, a riqueza desses materiais online para analisarmos a dinamicidade das relações de saber-poder.

As tecnologias de informação e comunicação (TIC), em nossa sociedade, são também espaço fecundo para analisarmos os enlaces da ciência e mídia. A troca rápida e dinâmica de informações não fica restrita aos setores econômicos e políticos, mas se amplia com a circulação global, desterritorializada e intensificada das produções científicas.

Na verdade, a ciência hoje tem uma presença massiva e disseminada: podemos encontrá-la nos jornais, nos filmes, nos livros, nos videogames, nas referências mais imediatas relativas à nossa experiência de realidade assim como no nosso imaginário coletivo e individual. Sendo parte da cultura, que era o que o poeta tentava demonstrar, e tendo atualmente o indiscutível prestígio da eficácia, ela participa freneticamente do nosso cotidiano e seus resultados, assim como suas promessas, repercutem em todos os âmbitos da nossa atualidade. (Tucherman & Ribeiro, 2006, p. 244)

Todos os materiais apresentados pela Bayer em suas plataformas online ressaltam o caráter científico do seu conteúdo, sempre afirmando que os dados são “comprovados cientificamente”, que “pesquisas apontam”, “segundo especialistas”, “efeitos clinicamente comprovados” etc. Em cada sociedade é produzido um regime de verdade, na nossa, a ciência passou a ocupar tal lugar produtivo, fazendo circular determinados discursos como hegemônicos e excluindo outros enunciados considerados falsos (Foucault, 2009b). Desse modo, o status de

6. “Em 2004, 73,2% dos mais pobres eram negros, patamar aumentou para 76% em 2014. Esse número indica que três em cada quatro pessoas é negra entre os 10% mais pobres do país” (Agência Brasil, 2015). Apesar da população negra ter sido marcada historicamente por uma perspectiva da hipersexualidade, eles não são percebidos como mercado consumidor e por isso em nenhum dos vídeos aparecem pessoas negras.

verdade adquirido pelo saber científico é utilizado para dar credibilidade às informações divulgadas pela Bayer.

O saber científico, porém, não é simplesmente “usado” de modo ingênuo pela “mídia perversa”, ele também possui ganhos nesta parceria. É por meio dos veículos de comunicação que a ciência garante a conservação do seu regime de verdade. A difusão do discurso científico para a população leiga assegura que são os especialistas aqueles que possuem o saber necessário, útil e verdadeiro que irá promover a saúde, beleza e felicidade da população. O discurso da mídia é validado pela ciência e o saber científico é difundido e amparado pela mídia (Fischer, 1996).

Os textos disponíveis nas plataformas online da Bayer apresentam sempre, ao final, fontes de revistas acadêmicas, e/ou as credenciais dos profissionais da saúde que foram consultados sobre determinado conteúdo. Médicos, psicólogos, sexólogos, farmacêuticos etc. são convidados a emitir a “opinião da ciência” sobre um novo tratamento de saúde, ou ainda escrevem em colunas específicas e regulares para as plataformas da Bayer.

Mídia, ciência e verdade

Por meio das plataformas online a Bayer faz circular os saberes científicos por meio da publicação de pareceres médicos, resultados de pesquisas, dicas de saúde e com isto, promove também, direta ou indiretamente, a divulgação dos seus produtos farmacêuticos.

Os profissionais que falam nos vídeos associados a Bayer incitam reflexões, prescrevem condutas, recomendam produtos, isto é, produzem modos de viver, ajudando o público a conduzir a si mesmo. Como vimos anteriormente, os modos de subjetivação são definidos pelas maneiras como nos relacionarmos com as regras estabelecidas em cada período histórico, eles dizem respeito à forma predominante desta relação (Nardi, 2006). Nesse sentido, atualmente, a mídia e a ciência são agentes de subjetivação.

Nos vídeos aparecem em geral profissionais da saúde, principalmente médicos, sendo estes na maioria das vezes homens, oferecendo maior credibilidade a informação (Medrado, 1997). Antes dos vídeos ou na sua descrição são informadas as credenciais de cada profissional convidado seguido do seu número de registro no seu respectivo Conselho Profissional.

Percebemos que a veiculação de informações científicas pela Bayer, para o público não especializado, faz com que a produção científica ganhe visibilidade, ao mesmo tempo o status de informação científica oferece credibilidade ao material disponibilizado. É por meio dessas divulgações que a ciência se torna cada vez mais presente no cotidiano da nossa sociedade, e no campo da saúde.

As pessoas passam a ter acesso a informações sobre suas condições de saúde, tratamentos de doenças, regulação da alimentação, consumo de determinados fármacos, orientação sobre atividade física por meio da mídia. Muitos pacientes, atualmente, buscam na Internet orientações sobre os processos terapêuticos relacionados as suas condições de saúde, chegando aos consultórios, muitas vezes, com a indicação do remédio que deverá ser prescrito pelo médico, antes de passar por qualquer exame ou consulta.

A Bayer aproveita a produtividade deste campo midiático para promover suas drogas, sendo ciência e mídia beneficiadas neste encontro, apesar de em alguns momentos as suas formas ação serem divergentes.

A ciência contemporânea passa a ter dois meios de circulação, um é a “tradicional” via acadêmica, por meio de congressos e revistas científicas, e a outra é para o público leigo, por meio de blogs, programas de televisão, vídeos, revistas semanais etc. A primeira via de divulgação, geralmente fica restrita às universidades e institutos de pesquisa, pois utilizam uma linguagem específica para se encaixar em critérios teóricos e metodológicos da ciência formal, o que manteria a população não especializada afastada da produção científica (Pechula, 2014).

A segunda via utiliza o meio midiático, deixando de lado a lingua-

gem técnica, objetiva e neutra defendida pela ciência, para se aproximar das pessoas não iniciadas em determinado campo científico. Isso torna a ciência mais acessível. A Internet é um exemplo marcante dessa mudança de linguagem provocado pela mídia, pois possui uma forma própria para a comunicação em rede, forjada pelos usuários que estão conectados. Essa forma de divulgação científica, geralmente envolve não só a comunidade acadêmica, como também produtoras, jornalistas, profissionais do marketing, design gráfico etc. O meio de comunicação pode ser inclusive independente da comunidade acadêmica e estar vinculado às instituições comerciais, como indústrias farmacêuticas.

Márcia Pechula (2014) argumenta que a maior parte dos/as pesquisadores/as estão mais interessados/as e priorizam a produção de materiais para o meio acadêmico, especificamente, e acabam considerando a mídia leiga como um plano complementar e pouco importante para a ciência. Porém, é importante ressaltar que cada uma dessas formas de divulgação implica em estratégias diferentes e que nesta pesquisa o foco foi a segunda via de propagação científica.

A divulgação científica realizada pela Bayer tanto legitima os seus produtos junto aos consumidores, como também torna a empresa uma porta voz do desenvolvimento tecnológico e da inovação. O prestígio e a atualidade adquirida pela Bayer ao se vincular as pesquisas científicas garante, também a sustentação política e cultural da ciência, assegurando, inclusive, investimentos financeiros e justificando a sua importância para a sociedade.

Os enunciados produzidos pelos meios de comunicação são, habitualmente, aceitos como verdadeiros, envoltos numa aura de fidedignidade ao mundo dos fatos. Com relação à midiatização científica não haveria porque ser diferente. Neste movimento, a representação pública da ciência que a mídia estabelece é responsável pela formação do imaginário científico, já que delimita para o cidadão o que é e o que não é ciência, e afirma atender às necessidades deste de

compreender como, quando e por que os avanços científicos afetam o seu dia-a-dia. (Tucherman & Ribeiro, 2006, p. 246)

Apesar da parceria entre mídia e ciência, o discurso científico possui um modo diferente de circulação, daquele atuado pela mídia, em relação a noção de temporalidade, contexto e sigilo, por exemplo. A ciência se desenvolve geralmente apresentando as suas informações de modo estruturado em médio e longo prazo, apesar das cobranças e pressão das agências de fomento para uma maior e mais rápida produtividade. Dependendo da área do conhecimento, não é incomum estudos longitudinais ou mesmo projetos de pesquisa que estão sendo desenvolvidos há décadas por alguns grupos.

Por outro lado, a mídia funciona pela instantaneidade, rapidamente uma notícia fica desatualizada e velha. A ordem da mídia é antecipar os fatos, como por exemplo, no processo de impeachment que aconteceu recentemente no Brasil, a destituição da presidente eleita em exercício já estava posta, antes mesmo dos fatos serem julgados.

As informações “inéditas” são importantes tanto para a mídia, bem como para a ciência, porém elas se afastam em alguns aspectos. Enquanto que na ciência o sigilo garante a “originalidade”, a publicização instantânea e a vigilância constante são o que possibilita o “ineditismo” para a mídia. Os pesquisadores, geralmente, não divulgam os dados de suas pesquisas até que eles tenham sido publicados oficialmente em meios científicos, sob o risco de suas ideias serem “usurpadas”, e divulgadas sem o devido crédito.

Em algumas áreas particulares, como biotecnologia, e o desenvolvimento de tecnologia de ponta, a informação se torna um precioso produto no mercado. A ciência necessita de privacidade, pelo menos durante parte do seu processo de produção, pois o “vazamento” dos dados para a concorrência pode resultar em prejuízo, a “originalidade” garante o valor da troca de informações.

O sigilo e a proteção dos direitos de propriedade intelectual, para garantir o retorno do investimento e os lucros derivados das aplicações in-

dustriais dos novos produtos e processos, são decisivos. O mesmo se dá quando o investimento é de origem pública, pois há a competição entre países e pressão pela hegemonia por parte do investimento privado em ciência (Herbelê & Sarpe, 2006, p. 3).

Desde nossas primeiras aproximações ao seu material publicitário, identificamos que a Bayer apresenta medicamentos, teorias, descobertas, tratamentos, inovações científicas em nome da ciência, empregando o discurso midiático, mas tendo como efeito o estatuto da verdade, e conseqüentemente confiabilidade, tal qual o discurso acadêmico, embora por meios, gêneros discursivos, interlocutores/as e finalidades nem sempre consonantes à produção científica acadêmica.

Dessa forma, percebemos a importância de a Psicologia analisar documentos de domínio público, mais especificamente vídeos veiculados na Internet, pois estes fazem circular saberes e relações de poder, que implicam na produção de diferentes modos de subjetivação na nossa sociedade contemporânea.

Referências

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Perguntas e Respostas. Regulamentação da Propaganda de Medicamentos** - RDC n. 96, 17 dez. 2008.
- _____. **Legislação Consolidada e Comentada Propaganda de Medicamentos**. Brasília: Agência. Nacional de Vigilância Sanitária, 2010.
- Castro, E. **Vocabulário de Foucault: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- Fischer, R. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre: UFRGS/Faced, 1996.
- Foucault, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009a.
- _____. **Microfísica do Poder**. Trad. R. Machado. 28ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009b.
- Guattari, F.; Rolnik, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

- Latour, B. **A esperança de pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- _____. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- Medrado, B. **O masculino na mídia. Repertórios sobre masculinidade na propaganda televisiva brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica São Paulo, 1997.
- Méllo, R. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDUFPA, 2006.
- Nardi, H. **Ética, trabalho e subjetividade: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- Pechula, M. “Ciência: outra linguagem na mídia? Reflexões sobre os discursos científicos acadêmico e midiático.” **Ciência e Ensino**, v. 3, n. 2, 2014.
- Ribeiro, C.; Rohden, F. “A ciência na mídia e as estratégias de reafirmação da bipolaridade entre os gêneros: o caso do Globo Repórter.” **Cadernos Pagu**, v. 32, p. 267-99, 2009.
- Spink, P. “Análise de documentos de domínio público” In: Spink, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- Spink, P. *et al.* “Documentos de domínio público e a produção de informações” In: Spink, M. J. *et al.* (org.) **A produção de informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.
- Tucherman, I.; Ribeiro, M. “Ciência e mídia: negociações e tensões.” **ECO-PÓS**, v.9, n. 1, p. 244-59, 2006.



Um documento não é só um documento

[Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento]

Ao ler o texto da Juliana Sampaio e do Benedito Medrado me ocorreu que nada mais havia a ser dito. Por sorte, o convite que me fiz foi para escrever a partir do que o texto ressoou em mim, o que não deixou de ser um desafio. A interessante proposta de escrevermos sobre as ressonâncias de um texto já nos diz que ele nunca é finito – talvez como na tessitura da escrita que vemos em autores/as em que as frases não terminam com ponto, pois a partir da primeira escrita... a linha é jogada para que outros possam tear.

Assim me senti após as leituras do texto do Peter Spink sobre “documentos de domínio público” (1999), noutros textos que se desdobraram a partir dele (2014), nas vezes em que o ouvi falar sobre o assunto, e agora com a leitura do texto da Juliana e do Benedito.

Noutro dia ouvi um garoto em uma comunidade, que participa de uma atividade em um curso de extensão sobre fotografia, dizer que ele aprendeu que “uma foto não é só uma foto.” Aprendi com o Peter que um documento não é só um documento. Peter sempre brilhante inovou com esse alerta e provocação para sairmos da zona de conforto ao perdermos a inocência com que olhávamos os documentos: como se fossem só documentos! Alerta que chamou nossa atenção para observarmos que eles são fontes valiosas para nossas pesquisas, para garimparmos informações que nos ajudem a problematizar e compreender fenômenos e práticas sociais, ou melhor, a desnaturalizarmos,

desconstruirmos e descristalizarmos discursos, pois considera que “as práticas discursivas, enquanto linguagem em ação, estão presentes de forma ubíqua tanto nas imagens e artefatos como nas palavras” (P. Spink, 1999, p. 126).

Outros também nos convidam a sair do lugar comum, a olhar com estranhamento para o modo como usamos a linguagem, para as práticas discursivas – refiro-me a Michel Foucault (2004) e Mary Jane Spink (1999), com quem podemos caminhar para indagar e compreender que um documento (de domínio público) performa práticas sociais e modos de subjetivação (Foucault, 2016). Dito de outro modo, “os documentos são ao mesmo tempo produtos e produtores de práticas sociais (...) eles agenciam diferentes práticas.”

No meu cotidiano profissional esse exercício passou a ser mais efetivo nas minhas pesquisas e quando comecei a ministrar a disciplina de políticas públicas para alunos/as de Psicologia. Propus que lessem as políticas que estávamos estudando: que buscassem a lei na íntegra, vissem sobre o que dispõem, a quem eram endereçadas, quem as assinava, se fazia referência a outros documentos (Constituição, leis, decretos, portarias, estatutos, declaração) – para contextualizar histórico, social e politicamente sua produção. Além disso, para essa tarefa seria interessante ler com indagações sobre qual pessoa falava (criança, mulher, adolescente, idoso, transexual, família) e qual a noção presente sobre essa pessoa. Falava sobre a Psicologia, de qual? Referia atuação de psicólogos/as e equipe multi/inter/trans/pluridisciplinar? Quais eram as diretrizes propostas para suas práticas? Falava de que tipo de cuidado? Qual era a lógica do cuidado? Como a subjetividade estava presentificada (ou não)?

Essa nova prática, tanto na disciplina como nas pesquisas, configurou-se como uma possibilidade antes não pensada, um novo diálogo e, conseqüentemente, outro lugar para os diversos documentos de domínio público com que nos deparávamos ou que atravessavam nossas pesquisas. Como disse Peter Spink (1999) ao falar de uma arquivista, e ressaltou Sampaio e Medrado, “O grande problema com arquivos é que eles nunca estão organizados para responder a pergunta que queremos fazer”

(p. 132). Por outro lado, essa ‘desorganização’ nos possibilita fazer novas perguntas e nos guiarmos por nossas inquietações como pesquisadores/as (socioconstrucionistas).

O discurso produzido por meio da escrita de uma política pública tem ainda outras características singulares pois, como discutido por Foucault (2004), “Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo” (p. 44). No contexto das políticas públicas, as práticas profissionais são norteadas e delineadas pelo que é preconizado nas políticas nacionais, estaduais e municipais, mas também a forma como as pessoas usuárias dos serviços, ou equipamentos, demandam atenção e cuidado.

Os documentos de domínio público, enquanto registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. (P. Spink, 1999, p. 126)

Como discutido por Sampaio e Medrado, em diálogo com Foucault, os documentos performam modos de subjetivação; funcionam como dispositivos, termo que “nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito” (Agamben, 2009, p. 38). Gros (2016) assinala que para Foucault esse processo se dá no encontro da governamentalidade com o cuidado de si.

A análise de Sampaio e Medrado aponta como a mídia tem circulado repertórios sobre saúde e doença, produzido discursos, performado relações, feito gestão de modos de subjetivação e sido instrumento de resistência ao se constituir em modo de cuidado de si. A busca por conhecimento – que pode levar a algum saber sobre si é confirmada no exemplo do vídeo da Bayer e em pesquisas que indicam aumento

no número de pessoas que buscam informações no *YouTube* ou se consultam com o dr. *Google* antes mesmo de irem ao médico:

O índice de brasileiros que buscam o *Google* como primeira fonte de informação em casos de problemas de saúde já chega próximo ao dos que buscam imediatamente um médico. São 26% que têm o mecanismo de busca como primeira opção, ante 35% que recorrem a um médico.¹

Diz-se que essa busca trouxe como problema “o surgimento dos cibercondríacos”, mas talvez possamos pensar que essa prática social seja uma forma de resistência, ao decidir se irá investir em uma consulta médica ou mesmo para se posicionar mais ativamente na consulta médica, na comunicação entre cliente e médico, que por vezes se caracteriza como relação assimétrica de saber-poder, em que se produz assujeitamento ou dessubjetivação.

A análise das práticas discursivas pode ser melhor iluminada com a proposição de Mary Jane Spink e Benedito Medrado (1999) sobre os tempos longo, vivido e curto. Repertórios que pareciam ultrapassados por serem dos saberes de gerações distantes ou do que ouvimos dos nossos pais (tempo longo), do que experienciamos ao longo da vida (tempo vivido), são presentificados no discurso do aqui e agora (tempo curto). Assim, por exemplo, apesar de uma lei ter sido “substituída” por outra, ela já levou a práticas sociais com desdobramentos, movimento e fluidez ou cristalizações.

Ouvi de um profissional em um Simpósio, ao se referir a uma nova política pública: “Um documento é só um documento!”. Nesse contexto específico, pareceu-me dizer que as práticas podem ser soberanas e que os/as profissionais iriam continuar com a lógica do cuidado norteadas pela redução de danos, pois, ainda que haja uma política com a proposição de novas práticas de cuidado, essa é considerada um claro retrocesso em re-

1. “Brasil lidera aumento das pesquisas por temas de saúde no *Google*”. Disponível em: <https://www.portalt5.com.br/noticias/brasil/2019/5/187323-brasil-lidera-aumento-das-pesquisas-por-temas-de-saude-no-google>. Acesso em: 02 jun. 2020.

lação ao que as equipes têm realizado no cotidiano da atenção a pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.

Os documentos são dispositivos que performam discursos, que podem cristalizar e engessar práticas e modos de viver. São nossas pesquisas, a partir de novos olhares e questões, com estranhamentos, resistências e posicionamentos ético-políticos que podem nos levar a usar a análise de documentos de domínio público como contradispositivo de transformação social.

Referências

- Agamben, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. V. N. Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- Foucault, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 11ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **Subjetividade e verdade: Curso no Collège de France (1980-1981)**. Trad. R. C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- Gros, F. “Situação do curso.” In: Foucault, M. **Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981)**. Trad. R. C. Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2016. p. 271-88.
- Spink, M. J.; Medrado, B. “Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas.” In: Spink, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 41-61.
- Spink, P. “Análise de documentos de domínio público.” In: Spink, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 123-51.
- Spink, P. et al. “Documentos de domínio público e a produção de informações.” In: Spink, M. J. et al. (org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 207-9.

Sobre as autoras e os autores

[Benedito Medrado] Doutor em Psicologia Social (2002), com pós-doutoramento na UFPA (2013) e UAB/Espanha (2014). Docente da Universidade Federal de Pernambuco, dos cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia. Coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (GEMA-UFPE); integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: direitos, riscos e saúde da PUCSP e do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP. Bolsista de Produtividade CNPq, Nível 2. Contato: beneditomedrado@gmail.com

[Camila Claudiano Quina Pereira] Possui graduação em Psicologia (Mackenzie), Especialização em Gestão de Pessoas e Projetos Sociais (UNIFEI) Mestrado e Doutorado em Psicologia Social (PUC-SP). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde (PUC-SP), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Saúde e Práticas Sociais (Unip) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Práticas no Cotidiano (Univás). Coordenadora do Mestrado em Bioética e docente no curso de Psicologia, ambos na Univás- MG. Contato: camilacquina@gmail.com

[Carla Guanaes-Lorenzi] Professora associada do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP- USP). Mestre e Doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP, com estágio de pesquisa (doutorado-sanduíche) na Universidade de New Hampshire (EUA). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Estudo em Práticas Grupais (LAPEPG-USP). Membro associado do Taos Institute. Co-líder do Grupo de Pesquisa “Psicologia, Saúde e Construcionismo Social (CNPq). Contato: carlaguanaes@usp.br

[Domitila Shizue Kawakami Gonzaga] Psicóloga formada pela UFSCar, especialista em terapia familiar e de casal pela UNIFESP e mestra em Educação Especial pela UFSCar. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP), integrante do Grupo de Pesquisas e Estudos em Práticas Grupais (LAPEPG - USP). Desenvolveu parte

de sua pesquisa, em estágio no exterior (doutorado sanduíche com co-tutela) na Universidade do Porto, Portugal. Contato: domitila.gonzaga@gmail.com

[Éder Rodrigues Proença] Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba (2017); mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba (2009); graduado em Pedagogia - Faculdades Integradas de Amparo (2002) e em Estudos Sociais, habilitação em Geografia - Faculdade de Ciências Humanas do Sul Paulista (1997). Pesquisador dos seguintes temas: Homossexualidades e Educação; Gênero e Educação; Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas; Cartografia Subjetiva; Educação Menor e Filosofias das Diferenças; Perspectiva Ecologista em Educação. Contato: eder.proenca1@gmail.com

[Emerson F. Rasera] Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela University of New Hampshire (EUA). É Professor Associado IV da Universidade Federal de Uberlândia e Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Membro do Taos Institute (USA). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde da PUC-SP e do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP. Co-líder do Grupo de Pesquisa “Psicologia, Saúde e Construcionismo Social (CNPq). Bolsista de Produtividade CNPq, Nível 2. Contato: emersonrasera@gmail.com

[Isabel Maria Casimiro] Doutora em Sociologia (Coimbra) com formação graduada e pós-graduada em História e Estudos de Desenvolvimento. Pesquisadora no Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique, desde 1980. Coordenadora do Departamento de Estudos de Desenvolvimento e Gênero. Membro do Comitê Executivo do CODESRIA (Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África) desde 2015. Co-fundadora da WLSA (Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust) regional (1988) e da WLSA Moçambique (1990) e sua coordenadora nacional entre 1990-1995. Presidente do Conselho de Direção da WLSA desde 2015. Co-fundadora do Fórum Mulher, Presidente do seu Conselho de Direção entre 1993-2000 e 2006- 2015. Membro do Parlamento pela bancada do partido Frelimo, 1995-99. Coordenadora do 14º Congresso Mundos de Mulheres, Maputo, Setembro 2020. E-mail: isabelmaria.casimiro@gmail.com

[Jacqueline Isaac Machado Brigagão] Psicóloga, mestre em Psicologia Social pelo Programa de Pós- Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, doutora em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Docente do curso de Obstetrícia da Universidade de São Paulo, do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde da PUC-SP e do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP e do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG) da FGV. Contato: jac@usp.br

[Jefferson de Souza Bernardes] Graduado em Psicologia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela

PUCRS e doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas Pesquisa formação em psicologia e saúde, políticas públicas em saúde, clínica e construcionismo social. Contato: jefferson.bernardes@ip.ufal.br

[José de Arimateia Rodrigues Reis] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia - PPGP da UFPA. Psicólogo do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2014). Graduação em Psicologia - UFPA (2001). Docente no Centro de Referência Regional em Educação Permanente para a Política Sobre Drogas (CRR), convênio da Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD e UFPA. Interlocutor de rede intersetorial crack, álcool e drogas na Região Norte pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e SENAD, entre agosto de 2014 e dezembro de 2017. Participou da Elaboração e Implantação do Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas na Região Norte, parceria do Projeto Redes/FIOCRUZ e UNB no ano de 2017.

[Juliana Vieira Sampaio] Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2016). Docente da Universidade Estadual do Ceará e pesquisadora da Escola de Saúde Pública do Ceará. Integrante do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA-UFPE). Contato: julianavsampaio@hotmail.com

[Laura Vilela e Souza] Docente do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP- USP). Mestre e doutora em Psicologia pela FFCLRP-USP com estágio de pesquisa na Universidade de New Hampshire (EUA). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Práticas Dialógicas e Colaborativas (Dialog-USP) e líder do grupo no CNPq. Integrante do do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP. Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Membro associado do Taos Institute. Contato: laura@ffclrp.usp.br

[Letícia Trombini Vidotto] Psicóloga pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Bolsista Fapesp. Mediadora e facilitadora de diálogos pelo Instituto ConversAções de Ribeirão Preto. Contato: leticiavidotto@gmail.com

[Luciana Kind] Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), com pós-doutorado em Psicologia Social (UFMG). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC Minas. Coordenadora do grupo de pesquisas Narrativas, Gênero e Política (NaGeS). Foi editora geral da revista *Psicologia & Sociedade* (2016-2019). Tem experiência nas áreas de Psicologia Social e Saúde Coletiva, desenvolvendo pesquisas, trabalhos técnicos, textos e atividades de formação com os seguintes temas: saúde pública, participação política, feminismos, cultura digital, sentidos da morte e metodologias qualitativas. E-mail: lukind@gmail.com.

[Lupicínio Íñiguez-Rueda] Doutor em Filosofia e Letras (Psicologia) pela UAB (1986). Catedrático de Psicologia Social (2003) no Departament de Psicologia Social (UAB). Membro do Barcelona Science & Technology Studies (STS-bcn). Editor das revistas *Athenea Digital*, *Revista de pensamiento e investigación social* e *Quaderns de Psicologia*. *International Journal of Psychology*. Seus interesses de pesquisa centram-se no desenvolvimento dos métodos qualitativos de pesquisa em ciências sociais e na Análise do Discurso. Como temas específicos de pesquisa realizou trabalhos no campo da memória social, o médio ambiente, o impacto social das tecnologias da informação e a comunicação (TICs), e a análise de políticas públicas. É editor (junto a Tomás Ibáñez) de *Critical Social Psychology* (1997) e de *Análisis del discurso. Manual para las ciencias sociales* (2003). Tradução ao português: *Manual de análise de discurso em Ciências Sociais* (2004). Endereço eletrônico: lupicinio.iniguez@uab.cat.

[Marcos Antonio dos Santos Reigota] Doutor pela Universidade Católica de Louvain, com pós-doutorado na Universidade de Genebra. Realizou estágios de pesquisa na London School of Economics and Political Science (1994); no Institut for Social Research of Frankfurt (1997) com bolsa do DAAD/CAPES e com bolsa da Fundação Japão, na Josai International University em Chiba (2000) e na Sophia University de Tóquio (2005). É membro honorário da Academia Nacional de Educação Ambiental do México. Foi coordenador do GE Educação Ambiental da Anped. Pesquisador do CIIIEA-Centro Internacional e Interdisciplinário de Investigación y Enseñanza Aplicada (Oaxaca-México) financiado pelo DAAD. Professor convidado (Lecturer) na Alice Salomon University (Berlim) em 2015, 2016 e 2017. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação e da graduação em Arquitetura da Uniso. Líder do grupo de pesquisa Cotidiano Escolar, cadastrado no CNPq. Bolsista de produtividade científica do CNPq, Nível 2. Contato: marcos.reigota@prof.uniso.br

[Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro] Graduada em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP-1976), Mestra em Psicologia Social pela USP (1995), Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP (2003), pós-doutorado em Políticas Públicas na FGV-SP e Universidade Autònoma de Barcelona (UAB-2014). Professora Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, desenvolve pesquisas sobre as práticas psicológicas, que problematizem o fazer da Psicologia numa perspectiva ética e política. Aborda temáticas no âmbito das políticas públicas de saúde, assistência social, meio ambiente, desastres. Contato: maria.ribeiro@ip.ufal.br

[Mary Jane Paris Spink] Graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1969) e doutorado em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Science (1982). Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde. Pesquisadora do CNPq na modalidade produtividade, nível 1A. Autora de vários livros artigos e outros produtos bibliográficos, entre eles: *Práticas Discursivas e Produção de Sentidos*; *Psicologia Social e saúde*; *Psicologia em*

Diálogo com o SUS; A Produção de Informação na Pesquisa Social – compartilhando ferramentas e Viver em Áreas de Risco. Contato: mjspink@puccsp.br

[Murilo S. Moscheta] Professor adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá-PR e Programa de Pós-graduação em Psicologia – UEM. Líder do Grupo de Pesquisa DeVerso - Sexualidade, Saúde e Política, inscrito no CNPq. Possui graduação, mestrado e doutorado em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Membro do Taos Institute (USA) e integrante do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP. Dedicar-se ao estudo do dialogismo, sexualidade, direitos humanos. Contato: murilomoscheta@me.com

[Pedro Paulo Freire Piani] Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Faculdade de Medicina, e nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Programa de Saúde Coletiva. Doutorado em Psicologia Social na PUC-SP (2007) com bolsa da Fundação Ford. Foi pesquisador-associado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA). Atualmente é Gerente de Ensino e Pesquisa no Complexo Hospitalar da UFPA-EBSERH. Foi diretor ad-hoc do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES. Coordena atualmente o Centro Regional de Referência II UFPA para a Formação na Política sobre Drogas. Pesquisa nas áreas da Psicologia Social e Saúde Coletiva os seguintes temas: infância; saúde mental; grupos e instituições; estudos de ciência. Contato: pedropiani@yahoo.com.br

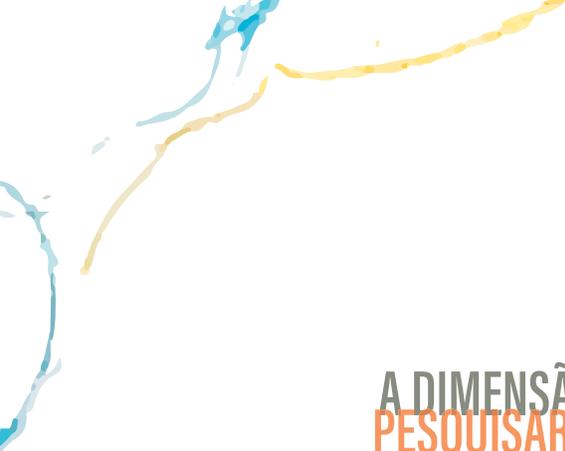
[Rodrigo Ramires Ferreira] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (2016) pela Universidade Estadual de Maringá-UEM. Mestrado em Psicologia (2014- 2016) e Especialização em Saúde Mental e Intervenção Psicológica (2011- 2013) pela mesma instituição. Graduação em Psicologia (2006-2010) pela Universidade Estadual de Londrina-UEL. Docente da Faculdade de Jandaia do Sul - PR. Membro do grupo de pesquisa em Sexualidade, saúde e Política - DeVerso - UEM. Participante do GT Cotidiano e Práticas Sociais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP. Tesoureiro da vice-presidência da regional Paraná da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social (Gestão 2018-2019). Contato: rodrigoramirez1@gmail.com

[Rosineide Cordeiro] Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). É professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPE. Desenvolve pesquisas e projetos de extensão sobre mulheres, gênero e ruralidades, redes e movimentos de mulheres do campo. Coordena o site *Mulheres do Sertão* e a Biblioteca Digital Vanete Almeida das Mulheres Rurais. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Prática Coletivas (GEPOL, Grupo Narrativas, Gênero e Saúde (NaGeS) e do Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade (FAGES). E-mail: rocordeirope@gmail.com

[Sheila McNamee] Doutora em Comunicação e professora titular do Departamento de Comunicação do Horton Social Science Center da University of New Hampshire, New Hampshire, EUA. Membro fundadora do Taos Insti-

tute. Autora de vários artigos e livros, incluindo *Research and Social Change*, *Relational Responsibility* e, em português, *Terapia como construção social*. Contato: sheila.mcnamee@unh.edu

[Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento] Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Mestre e Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular no Curso de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Paulista (UNIP-SP). Docente no Curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo (CUSC-SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Saúde e Práticas Sociais - Cnpq. Pesquisadora Colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas no Cotidiano: Direitos, Riscos e Saúde da PUC-SP. Autora do livro *Aids e direitos humanos: práticas sociais em situações de discriminação* (2009) e co-organizadora do livro *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas* (2014). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Integrante do GT Cotidiano e práticas sociais da ANPEPP. Contato: vanda_nascimento@uol.com.br



A DIMENSÃO POLÍTICA DO PESQUISAR NO COTIDIANO

Murilo S. Moscheta | Laura Vilela e Souza | Emerson F. Rasera [organização]

De forma ampla, a sociedade brasileira tem visto um retrocesso no campo dos direitos sociais, com a extinção de políticas públicas significativas para o bem-estar da população e um amplo esvaziamento dos lugares institucionalizados de participação social. Os textos deste livro descrevem pesquisas que se debruçam sobre as práticas sociais cotidianas que estão fazendo ou podem fazer a diferença, nos pontos de fuga, nas resistências encontradas para que as alternativas aconteçam. É a tentativa de recuperação da dimensão política da solidariedade, do afeto como aglutinador de pessoas e da avaliação da produção de conhecimento a partir da produção dessas alternativas e de como elas respondem ao tempo presente.

ISBN 978-65-86903-04-1



9 786586 903041